

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**FÁBIO ARESI**

**SÍNTESE, ORGANIZAÇÃO E ABERTURA DO PENSAMENTO  
ENUNCIATIVO DE ÉMILE BENVENISTE: UMA EXEGESE DE *O APARELHO  
FORMAL DA ENUNCIÇÃO***

**PORTO ALEGRE**

**2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM  
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO**

**SÍNTESE, ORGANIZAÇÃO E ABERTURA DO PENSAMENTO  
ENUNCIATIVO DE ÉMILE BENVENISTE: UMA EXEGESE DE *O APARELHO  
FORMAL DA ENUNCIÇÃO***

**FÁBIO ARESI**

**ORIENTADOR: PROF. DR. VALDIR DO NASCIMENTO FLORES**

Dissertação de Mestrado em (TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO), apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**PORTO ALEGRE**

**2012**

## AGRADECIMENTOS

Ainda que o presente trabalho ostente apenas um nome em sua autoria, atribuir todos os méritos envolvidos em sua produção a uma só pessoa seria faltar grosseiramente com a verdade. Ele é fruto de uma trajetória de vida que conta com a presença de pessoas muito importantes e especiais, sem as quais não haveria qualquer possibilidade êxito. São muitos os nomes e pouco o espaço para contê-los. Ainda assim, faço aqui minha dedicatória e deixo meus sinceros agradecimentos.

- Ao Prof. Dr. *Valdir do Nascimento Flores*, mestre exemplar, por toda a trajetória de aprendizado pela qual tive o imenso privilégio de trilhar em sua companhia, desde a graduação. Querido Valdir, muito obrigado pela dedicação e zelo de orientador, pelo companheirismo de colega de pesquisa, e pelo carinho sincero de amigo;
- Aos meus queridos pais, *Júlio e Imara*, por serem o pilar sob o qual se sustentam todas as minhas realizações. Não há palavras que possam transmitir o quanto lhes sou grato. Por tudo! Aos meus queridos irmãos, *Diogo e Inajara*, por serem o sorriso que me alegra quando tudo o mais é gris. À minha amada avó, *Eliza*, por ser a personificação do carinho e do amor. Querida família, muito obrigado;
- Aos meus companheiros de pesquisa, *Luiza Surreaux, Carmem Luci da Costa Silva, Jefferson Lopes Cardoso, João Trois, Elisabete Vieira, Fabiana de Oliveira, Paula Ávila Nunes, Rosana Oliveira, Vanessa Felipe de Deus, Vitor Jochims*, pela valiosa interlocução. A cada um de vocês, meu muito obrigado;
- Aos meus queridos colegas de aula, *Carolina Knack, Aline Juchem, Luis Felipe Rhoden, Sônia Dalpiaz, Ingrid Golçalves, Lia Cremonese, Cláudia Toldo...* Enfim, obrigado a todos que partilharam de seus saberes. Vocês são muito importantes;

- Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a CAPES, pela oportunidade de um grandioso aprendizado e por investirem seriamente na formação acadêmica;
- À *Martina Meyer*, ao *Rodrigo Albuquerque*, ao *Lúcio Simões*, ao *Fabrizio Schmitt*, ao *Tony Youssef*, à *Jamille Munhoz*, à *Núbia Sulzbach* e aos demais amigos (são tantos!), muito obrigado pelo incentivo, pela torcida, pela companhia e por me fazerem sorrir.

A todos, muito obrigado!

## RESUMO

Este estudo tem por objetivo a realização de uma exegese (tomando o termo “exegese” no sentido de *leitura epistemológica*) do artigo de 1970, de Émile Benveniste, intitulado *O aparelho formal da enunciação*, procurando averiguar em que medida é possível considerá-lo como um texto ao mesmo tempo de síntese e organização da perspectiva enunciativa esboçada pelo linguista no decorrer de seus trabalhos anteriores, e como um texto de “abertura”, ao ampliar o alcance teórico da enunciação em relação à língua e abrir a teoria enunciativa a novas possibilidades de análise. Para tanto, o trabalho se encontra dividido em duas partes: A primeira delas compreende os três primeiros capítulos e se destina ao estabelecimento das bases teórico-metodológicas da exegese, configurando-se, portanto, como uma tentativa de elaboração de operadores de leitura necessários à leitura epistemológica da obra benvenistiana. A segunda parte constitui propriamente a exegese do texto de 1970 e é constituída por dois capítulos, um responsável pelo ponto de vista que vê no texto *O aparelho formal da enunciação* uma síntese organizadora da teoria enunciativa, ao descrever a enunciação a partir do quadro formal de sua realização, e outro responsável por uma leitura que destaca os aspectos programáticos do texto benvenistiano e elucida os pontos em que se percebe um alargamento da teoria, ao conceber que a língua na sua totalidade está submetida à enunciação.

Palavras-chave: enunciação; Émile Benveniste; o aparelho formal da enunciação.

## ABSTRACT

This study has the objective of performing an exegesis (considering the term “exegesis” in the sense of *epistemological reading*) of Émile Benveniste’s article from 1970, titled *L’appareil formel de l’énonciation*, in order to investigate in which extent it is possible to consider it simultaneously as a text of synthesis and organization of the enunciative perspective outlined by the linguist along his previous studies, and as a text of openness, by broadening the theoretical length of *énonciation* regarding the language (*langue*) and by opening the enunciative theory to new possibilities of analysis. To this end, this study is divided in two parts: The first part comprises three chapters and is intended to establish the theoretical-methodological basis of the exegesis, figuring, thus, as an attempt to elaborating the necessary reading operators to the epistemological reading of the benvenistian text. The second part constitutes properly the exegesis of the 1970’s article, and comprises two chapters, one of them responsible for the point of view that sees in the text *L’appareil formel de l’énonciation* an organizing synthesis of the enunciative theory, by describing *énonciation* from its formal framework of realization, and the other one responsible for a reading that highlights the prospective aspects of the benvenistian article, and that elicits the points in which is evident a widening of the theory, by considering that language (*langue*), as a whole, is submitted to *énonciation*.

Keywords: *énonciation*; Émile Benveniste; *l’appareil formel de l’énonciation*.

## SUMÁRIO

ABREVIACÕES E REFERÊNCIAS.....	9
INTRODUÇÃO.....	10

### PARTE I

#### BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA UMA EXEGESE DE *O APARELHO FORMAL DA ENUNCIACÃO*

<b>Introdução da Parte I.....</b>	<b>21</b>
<b>1. Um retorno a estudos exegéticos no âmbito da linguística.....</b>	<b>23</b>
1.1. Claudine Normand: <i>Proposições e notas para uma leitura de F. de Saussure</i> .....	23
1.2. Françoise Gadet: <i>Saussure – une science de la langue</i> .....	27
1.3. Gérard Dessons: <i>Émile Benveniste: l'invention du discours</i> .....	29
1.4. Aya Ono: <i>La notion d'énonciation chez Émile Benveniste</i> .....	32
1.5. Síntese.....	36
<b>2. Na busca de uma noção teórica de interpretação.....</b>	<b>43</b>
2.1. Paul Ricoeur: <i>Teoria da interpretação</i> .....	45
2.2. A interpretação como ato de apropriação.....	49
<b>3. Os operadores de leitura de <i>O aparelho formal da enunciação</i>.....</b>	<b>52</b>
3.1. Da organização formal da exegese.....	52
3.2. Dos aspectos textuais da exegese.....	54
3.2.1. Das relações intratextuais.....	55
3.2.2. Das relações intertextuais.....	57
3.3. Da operacionalização dos aspectos.....	59

### PARTE II

#### UMA EXEGESE DE *O APARELHO FORMAL DA ENUNCIACÃO*

<b>Introdução da Parte II.....</b>	<b>64</b>
<b>4. <i>O aparelho formal da enunciação</i> – uma síntese organizadora da reflexão enunciativa de Émile Benveniste.....</b>	<b>68</b>
4.1. A distinção entre “emprego das formas” e “emprego da língua”.....	68
4.2. Definindo o objeto “enunciação”.....	82
4.3. Aspectos da enunciação: a realização vocal da língua.....	93
4.4. Aspectos da enunciação: a semantização da língua.....	97

4.5. Aspectos da enunciação: o quadro formal de realização da língua.....	108
4.6. A enunciação como ato-processo de apropriação: língua e (inter)subjetividade...	112
4.7. A referência como parte integrante da enunciação.....	119
4.8. As formas específicas da enunciação: os índices de pessoa e de ostensão.....	130
4.9. As formas específicas da enunciação: a categoria de tempo.....	135
4.10. Signos plenos x signos “vazios”: uma distinção problemática.....	143
4.11. As funções sintáticas: um aparelho constitutivo da enunciação.....	147
4.12. As modalidades formais da enunciação.....	156
4.13. O quadro figurativo da enunciação: a estrutura do diálogo em foco.....	159
4.14. A “comunhão fática”: explorando os limites do diálogo.....	169
4.15. Os desdobramentos da enunciação: um fechamento de abertura.....	173
<b>5. O aparelho formal da enunciação – possibilidades de abertura do horizonte teórico da enunciação.....</b>	<b>177</b>
5.1. O aspecto enunciativo da realização vocal da língua: uma nova possibilidade de análise da enunciação.....	178
5.2. O aspecto da semantização da língua: retomando uma questão inacabada.....	182
5.3. Os procedimentos acessórios da enunciação: ampliando o papel da enunciação no funcionamento da língua.....	184
5.4. As formas complexas do discurso: desdobramentos futuros da perspectiva enunciativa.....	187
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>191</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>197</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>201</b>

## ABREVIACOES E REFERENCIAS

De modo a facilitar a fluidez do texto que se segue, uma vez que os títulos dos trabalhos de Émile Benveniste tenham sido apresentados de forma integral, as citaes relativas aos mesmos se encontram, na maior parte das vezes, referenciadas de forma abreviada, obedecendo à seguinte norma de padronizao:

a) Os livros

- **PLGI** – *Problemas de linguística geral I* (Benveniste, 1966/2005);
- **PLGII** – *Problemas de linguística geral II* (Benveniste, 1974/2006).

b) Os artigos de maior ocorrência

Em **PLGI**

- ***Tendências recentes*** – *Tendências recentes em linguística geral* (1954);
- ***A natureza*** – *A natureza dos pronomes* (1956);
- ***Da subjetividade*** – *Da subjetividade na linguagem* (1958);
- ***As relaes de tempo*** – *As relaes de tempo no verbo francês* (1959);
- ***Vista d’olhos*** – *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963);
- ***A filosofia*** – *A filosofia analítica e a linguagem* (1963);
- ***Os níveis*** – *Os níveis da análise linguística* (1964).

Em **PLGII**

- ***A linguagem*** – *A linguagem e a experiência humana* (1965);
- ***A forma*** – *A forma e o sentido na linguagem* (1966);
- ***Estrutura da língua*** – *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968)
- ***Semiologia*** – *Semiologia da língua* (1969);
- ***O aparelho*** – *O aparelho formal da enunciao* (1970).

## INTRODUÇÃO

Émile Benveniste. O nome deste célebre personagem da ciência linguística constitui, por si só, um instigante convite à leitura de seu pensamento, e, ao mesmo tempo, um temerário desafio a qualquer tentativa de se escrever sobre ele. É um convite na medida em que seu nome evoca não apenas seus próprios estudos, fascinantes e inovadores no modo de pensar a linguagem, mas também todos os estudos que a partir de suas ideias puderam (e ainda podem) ser realizados, que não são poucos e nem podem ser agrupados sob uma categoria homogênea. De fato, os textos do autor consagrados à instância do “homem na língua” permitem leituras que possibilitaram pensar a enunciação sob inúmeras perspectivas. Ora, abordar a linguagem pelo viés da subjetividade deu condições de se olhar de forma diferenciada para suas mais diversas manifestações. Não cabe aqui listá-las, mas, à guisa de exemplo, podemos ver claramente a influência do pensamento benvenistiano em estudos linguísticos de ordem textual, conversacional, terminológica, em aquisição da linguagem, em distúrbios de linguagem, tradução, gramática, enfim, em uma multiplicidade de olhares que se valem da teoria esboçada pelo linguista para refletir sobre seu próprio objeto.

A que se deve essa vasta possibilidade de leitura? Ou ainda, o que permite, nos textos benvenistianos consagrados à enunciação, que estes sejam tomados sob tão diversas perspectivas teóricas acerca da linguagem, e até mesmo sob diferentes áreas do conhecimento, tais como a psicanálise, a fonoaudiologia, a literatura, a antropologia e a filosofia? Acredito que seja justamente essa possibilidade de abertura da teoria, a qual constitui, ao mesmo tempo, um convite e um desafio a uma escrita sobre Benveniste.

Como afirma Dessons (2006, p. 16), “*Émile Benveniste est un linguiste à part*”. Assim, falar sobre a teoria da enunciação é, sim, um desafio, e no mínimo por três motivos:

- a) O que se convencionou chamar de “teoria da enunciação” é, na verdade, como já deixei transparecer nas linhas acima, um esboço de teoria<sup>1</sup>, no sentido de que o que se tem de Émile Benveniste são textos publicados em diferentes épocas (que compreendem desde a década de 1930 até a de 1970) e

---

<sup>1</sup> A esse respeito, afirma Flores (2012, p. 153): “Benveniste, em seus mais de 40 anos de trabalho, nunca utilizou a expressão *Teoria da enunciação* nem mesmo *Linguística da enunciação*. Pode-se dizer que a chamada *Teoria da Enunciação* de Benveniste é, na verdade, uma dedução feita *a posteriori* pelos leitores dos artigos que estão reunidos em *PLG I* e *PLG II*”. Assim, embora sejam frequentes neste trabalho expressões como “teoria enunciativa”, “teoria benvenistiana”, etc., deve-se ter o cuidado de tomá-las sempre na especificidade aqui elucidada da reflexão de Benveniste.

que constituem “mais um roteiro indicativo de questões referentes à ‘presença do homem na língua’ do que a proposição de um método nítido de análise” (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 104). Segue-se daí que propor uma metodologia de análise da língua a partir das indicações deixadas de forma ensaística por Benveniste constitui em si mesmo uma teoria, etapa fundamental de todo estudo dessa ordem;

- b) Nas palavras de Dessons (2006, p. 10), “*chez Benveniste, l’art de penser, c’est d’abord l’art du problème*”. Não é por acaso que o título dado à obra de dois volumes do linguista acerca de linguística geral não seja outro senão ***Problemas de Linguística Geral***. São assim que os temas concernentes à linguagem são tratados pelo autor: como *problemáticas*, termo que evoca tanto a complexidade do objeto tratado quanto uma posição epistemológica, um modo de pensar adotado por Benveniste em todos os seus trabalhos, o lugar do questionamento. Desse modo, todo o discurso proferido na tentativa de mobilizar, explicar, ou ao menos de entender a reflexão benvenistiana deve estar também situado sob essa “*art du problème*”;
- c) Ainda de acordo com Dessons (*op. cit.*, p. 16), Benveniste revela em seus trabalhos um, como diz o autor, “*goût du risque théorique*”, uma vez que, além de tratar de aspectos centrais e problemáticos da reflexão acerca da linguagem, ele se dirige em boa parte de seus textos a leitores não linguistas, sendo esses textos publicados inicialmente em periódicos de áreas como a filosofia, a psicologia, a sociologia e a antropologia, o que demonstra, antes de tudo, o gesto de abrir a discussão de problemas concernentes à linguagem a outras áreas, algo talvez aventureiro para um linguista, mesmo que o autor sempre aborde tais problemas a partir de um ponto de vista linguístico. Talvez seja em parte por conta dessa particularidade e pela distância cronológica entre os textos benvenistianos que estes se caracterizam, em geral, por certa “flutuação” terminológica, ainda que dentro de um mesmo texto encontremos o emprego de certos termos com mais de um sentido, ou mais de um termo com o mesmo sentido<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> A questão terminológica em Benveniste é tratada de forma mais detalhada nos capítulos 1 (1.4 e 1.5) e 3 do presente estudo.

Assim, todos esses fatores constituem um desafio à parte na leitura da teoria esboçada por Benveniste, e um desafio ainda maior quando se procura apresentá-la de forma coerente.

Mesmo não havendo, até aqui, colocado de forma explícita o tema do presente estudo, acredito que já deve ter ficado implícito, tendo em vista o que foi dito até agora, que me limito aqui ao pensamento de Benveniste desenvolvido no âmbito do que costumamos chamar de “teoria da enunciação”. A menção desse recorte é válida (embora seja muito pouco lembrada), na medida em que sabemos que as reflexões de Benveniste não se limitam a isso. Pelo contrário: é bem sabido que seus interesses abrangem desde a gramática comparada, passando por estudos iranianos e pela linguística geral (cf. DESSONS, *op. cit.*, p. 26), interesses esses que, na realidade, constituem a maior parte de suas atividades, sem contar com a descoberta recente de fontes manuscritas do autor voltadas especificamente para a linguagem poética de Charles Baudelaire (cf. LAPLANTINE, 2009). Dessa forma, resguardo aqui toda a abrangência dos estudos realizados por esse linguista<sup>3</sup> que, creio, tal como Roman Jakobson, pode também receber o epíteto de “homem-orquestra” (cf. DOSSE, 2007).

Ressalva feita, trato agora de dar visibilidade ao tema do presente trabalho. Em poucas palavras: **É meu objetivo neste estudo realizar uma abordagem exegética de um texto em particular de Émile Benveniste acerca da enunciação, a saber, o artigo intitulado *O aparelho formal da enunciação (O aparelho)*<sup>4</sup>, publicado originalmente em 1970 e integrado em 1974 ao segundo volume de sua famosa obra, *Problemas de Linguística Geral*.**

O que entendo por uma “abordagem exegética”? Bem, sabe-se que o termo “exegese” é de grande uso em estudos de ordem religiosa, jurídica e literária, e, ao que tudo indica, aparece inicialmente ligado aos estudos da primeira ordem. Nesses três campos, o emprego de “exegese” se encontra relacionado à interpretação de textos específicos de cada área, respectivamente: a Bíblia, as leis e as obras literárias. Segundo o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 2004, p. 852), o termo se define como “comentário ou dissertação para esclarecimento ou minuciosa interpretação de um texto ou de uma palavra”, aplicando-se “de modo especial em relação à Bíblia, à gramática, às leis”. Como segunda definição, aparece como a

<sup>3</sup> Quanto ao número dessas produções, Ono (2007) é mais específica: Benveniste “*a publié 18 livres, 291 articles et 300 comptes rendus*” (p. 19).

<sup>4</sup> Ver **Abreviações e referências**.

“explicação ou interpretação de obra literária ou artística, de um sonho, etc.” (*idem*). Da mesma forma, o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 855) define “exegese” como “comentário ou dissertação que tem por objetivo esclarecer ou interpretar minuciosamente um texto ou uma palavra”<sup>5</sup>. Assim, tais definições, ainda que sejam de caráter geral e sucinto, parecem mostrar, ao menos, um certo “saber comum” a respeito do tema.

O que há, então, de comum entre todos estes aspectos semânticos do termo? Ora, em todos os casos, a questão é relativa à *interpretação* de textos, em especial de textos cujo sentido é, digamos, “sujeito à discussão”. É segundo esse aspecto geral que trago a expressão para o presente trabalho. Repito, então, a questão lançada no parágrafo anterior: O que entendo por uma “abordagem exegética”? Tomo a expressão como a *abordagem interpretativa* de um texto, independente de seu caráter. Não levo em conta, desse modo, a restrição quanto à especificidade do texto-alvo (religioso, jurídico, literário, gramatical, etc.), e é isso que me permite trazer o termo para o âmbito da linguística. A especificidade aqui diz respeito ao estatuto da própria *leitura*: trata-se, antes de tudo, de uma *leitura epistemológica*<sup>6</sup>, uma vez que, como veremos, o foco da leitura é, essencialmente, os próprios fundamentos da teoria enunciativa. Portanto, o sentido aqui proposto para o emprego de “exegese” é o de *interpretação epistemológica de um texto*. A exegese é, assim, composta de comentários relativos ao texto *O aparelho formal da enunciação* a partir de uma leitura epistemológica do mesmo, na necessária relação que ele mantém com os demais textos de ordem enunciativa de Benveniste.

Por que se faz imperativo um gesto de leitura epistemológica deste gênero? Ora, as linhas iniciais deste trabalho deixam entrever a dificuldade que constitui a leitura da obra do autor e antecipam, de certo modo, a justificativa do presente estudo. De fato, ler Benveniste não é uma tarefa fácil! E isso pode ser evidenciado claramente em todo estudo filiado ao seu pensamento. Assim, dentre os desafios impostos pelos textos do linguista ao estudo de sua teoria enunciativa, o que me leva a realizá-la aqui é, em

---

<sup>5</sup> Além disso, o *Dicionário Houaiss* (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 855) informa que o verbete “exegese” está etimologicamente relacionado ao verbo grego *eksegeómai*, cujo significado é “conduzir”, “guiar”. O adendo é válido, na medida em que procuro aqui tomar o termo nesse mesmo sentido de “guiar” ou “conduzir” a leitura do texto benvenistiano de forma comentada.

<sup>6</sup> Acredito ser de extrema relevância, desde já, reconhecer a polissemia do termo “leitura”, dada a importância e o frequente uso deste no presente trabalho. Cabe, portanto, balizar os seus empregos. Assim, doravante, ao referir-me especificamente à leitura do texto de 1970 realizada neste estudo, o termo utilizado será o de “leitura epistemológica”, o qual deve ser tomado como distinto de suas demais acepções, especificadas ou não, presentes no decorrer do texto.

especial, aquele que concerne ao método de análise da linguagem. Como já afirmei anteriormente, o conjunto de textos que compõem a perspectiva enunciativa acerca da linguagem lançada por Benveniste não oferece um método de análise propriamente dito. Em outras palavras, não há, na teoria esboçada pelo linguista francês, a proposição de um *modus operandi*; não nos é dado um “como-fazer” com a linguagem através do viés enunciativo.

Portanto, não é sem motivo que a questão acerca do método de análise tem sido objeto de muito interesse no campo da enunciação de ordem benvenistiana. Prova disso são os recentes trabalhos e projetos de pesquisa desenvolvidos no sentido de tratar principalmente sobre esse interrogante. Constitui um exemplo desse interesse o último projeto de pesquisa do qual participei, chamado *Enunciação e Distúrbios de Linguagem: sobre os níveis de análise da fala sintomática*<sup>7</sup>, no qual são colocadas questões do tipo: O que é nível de análise em enunciação? A enunciação pode ser considerada um nível da análise linguística? Enfim, o que significa analisar a linguagem a partir de uma perspectiva enunciativa? A insistência sobre esse ponto “frágil”<sup>8</sup> da teoria benvenistiana constitui, a meu ver, uma busca por sistematicidade em um campo de estudos que, muito embora se configure como uma fecunda fonte de respaldo teórico a outras áreas, linguísticas ou não, carece ele mesmo de certa consolidação, especialmente no cenário linguístico brasileiro.

Assim, a despeito de não haver uma resposta categórica para a questão do método em Benveniste, muitos estudos de ordem enunciativa são realizados e abrangem diversos escopos da linguagem. Talvez esteja aí mesmo o motivo pelo qual a teoria benvenistiana goza de um amplo alcance teórico-metodológico, uma vez que sua configuração permite que dela sejam feitas sempre novas leituras. É sobre essa problemática que se sustenta a proposta do presente trabalho. Dessa forma, se o pensamento benvenistiano possibilita uma multiplicidade de enfoques enunciativos

---

<sup>7</sup> Projeto de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS), e coordenado pelo Dr. Valdir do Nascimento Flores. Cabe lembrar que este projeto trata mais especificamente da relação entre o campo enunciativo e o campo clínico dos distúrbios de linguagem, sendo constituído, portanto, por um grupo interdisciplinar composto por linguistas, fonoaudiólogos e psicanalistas. No entanto, as questões destacadas neste estudo são centrais na investigação proposta pelo projeto de pesquisa.

<sup>8</sup> Claudine Normand (2009), em seu texto chamado *Alguns efeitos da teoria saussuriana sobre uma descrição semântica*, coloca em relevo o fato de que filiar-se ao pensamento tanto de Saussure quanto de Benveniste implica em “correr o risco desse discurso frágil” (p. 105), na medida em que a teoria esboçada por esses autores não intervém na análise da linguagem na forma de um método rigoroso, mas tão somente à moda de *efeitos* sobre o linguista.

acerca da linguagem, acredito que uma abordagem exegética de sua obra permite explicar esse aspecto peculiar da teoria. Em suma, é através dessa leitura epistemológica do texto de 1970 de Émile Benveniste que acredito poder evidenciar a amplitude teórico-metodológica do pensamento deste linguista.

Sigo, desse modo, caminho semelhante ao traçado por alguns autores que se dedicaram a examinar detalhadamente a reflexão de Ferdinand de Saussure presente no *Curso de Linguística Geral*, tais como Françoise Gadet em seu *Saussure – une science de la langue* (GADET, 1996) e a edição crítica do *Curso* realizada por Tullio de Mauro (DE MAURO, 1972), os quais, cada um à sua maneira, buscaram interpretar a célebre obra que deu início à linguística moderna. No entanto, fica claro, tendo em mente a especificidade da reflexão benvenistiana já elucidada até aqui, que uma grande atenção deve ser dada à questão de “como ler Benveniste”. Com efeito, se é verdadeiro dizer que o conjunto de estudos do linguista não constitui propriamente um modelo teórico acabado e não expõe um método nítido de análise da linguagem, também o é o fato de que só muito recentemente foram produzidos estudos que colocam em relevo especificamente as particularidades envolvidas na *própria leitura* dos textos benvenistianos<sup>9</sup>. Ou seja, o problema do método aqui se faz presente em dois níveis, tendo em mente a especificidade dos textos de Benveniste: a) no que diz respeito à análise linguística; e b) no que diz respeito à própria leitura dos textos do autor. Portanto, é de grande necessidade e importância, neste estudo, a elaboração de operadores que permitam uma leitura epistemológica do texto de 1970.

De tudo o que foi dito até aqui, resta ainda responder a outra pergunta: Sob quais justificativas escolho como novo recorte, dentre o conjunto de textos que integram a perspectiva enunciativa deixada por Benveniste, o texto *O aparelho formal da enunciação*? A escolha deste texto de Benveniste em particular não é fortuita, e se deve à seguinte razão: sendo o último texto publicado pelo linguista no âmbito da enunciação, **tomo como hipótese a ideia de que o texto benvenistiano de 1970 representa simultaneamente um “texto-síntese” e um “texto-programa” da teoria**, na medida em que reúne uma preocupação corrente em textos anteriores de descrever a instância do “homem na língua” através das formas e mecanismos desta, ao mesmo

---

<sup>9</sup> De fato, são poucos e muito recentes os estudos voltados especificamente para a discussão acerca da complexidade envolvida na leitura da teoria enunciativa de Benveniste. Dentre eles, destaco as reflexões de Normand (1996), Ono (2007), Flores;Teixeira (2005), Flores *et al.* (2009) e Flores (2004, 2010 e 2012).

tempo em que coloca questões de ordem enunciativa de forma programática para a linguística. Em outras palavras, acredito que *O aparelho*<sup>10</sup> se configura como um “ponto de chegada” da teoria esboçada por Benveniste, condensando reflexões desenvolvidas anteriormente sob a forma de um quadro formal esquemático da enunciação, ao mesmo tempo em que abre a reflexão enunciativa a outras possibilidades de análise, ou como o autor mesmo afirma, “muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação” (*PLGII*, p. 90)<sup>11</sup>. Nesse sentido, tomo a teoria enunciativa sob uma perspectiva semelhante àquela apresentada por Normand (1996, p. 135), a saber, a investigação acerca do desenvolvimento da teoria através dos textos benvenistianos, a partir da divisão destes em duas categorias: os “textos de parada” e os “textos de abertura”<sup>12</sup>. No entanto, a hipótese deste trabalho, conforme elucidei acima, diz respeito especificamente ao texto benvenistiano de 1970, uma vez que procuro aqui analisar o papel do mesmo com relação à teoria, figurando simultaneamente como um “texto-síntese” e como um “texto-programa”, levando obviamente em conta que a teoria enunciativa como um todo esteja aí implicada.

Como dar conta de identificar tais aspectos desse texto, isto é, como averiguar em que medida *O aparelho* constitui simultaneamente um “texto-síntese” e um “texto-programa”, mostrando assim o alcance teórico-metodológico do pensamento benvenistiano? Não encontro outro meio senão através de uma leitura epistemológica da obra. Evidentemente, tal tarefa não poderá deixar de relacionar o texto de 1970 com outros textos benvenistianos, com os quais ele mantém uma estreita ligação. Assim, a recorrência ao conjunto de textos que compõe a teoria esboçada por Benveniste no âmbito do “homem na língua” será de grande importância no processo de interpretação

---

<sup>10</sup> Conforme já explicitado, a abreviação do texto de 1970 segue o padrão estipulado em **Abreviaturas e referências**.

<sup>11</sup> Citação do texto *O aparelho formal da enunciação* (1970). A referência “*PLGII*” diz respeito a *Problemas de linguística geral II* (BENVENISTE, 1974/2006), seguindo o padrão de **Abreviaturas e referências**.

<sup>12</sup> Nesse estudo, intitulado *Os termos da enunciação em Benveniste*, Normand (1996) divide os textos mais célebres de Benveniste no campo da enunciação em dois grupos. O primeiro grupo é composto por textos chamados “de pesquisa” ou “de abertura”, isto é, textos em que o linguista se volta para “análises de língua ‘intermináveis’” (NORMAND, 1996, p. 131). O segundo grupo, ainda segundo a autora, compõe-se de textos ditos “de parada”, “de fechamento”, ou ainda “textos-balanço”, nos quais o interesse de Benveniste é o de sintetizar e teorizar os resultados obtidos nos “textos de pesquisa”. Quanto a mim, por motivos de clareza terminológica, opto por me referir aqui ao texto *O aparelho* a partir das categorias “texto-síntese” e “texto-programa”, tendo em mente que a primeira categoria (“texto-síntese”) assemelha-se à categoria “texto-balanço” de Normand (*op. cit.*), mas que a segunda categoria (“texto-programa”) não é semelhante ao que a autora chama de “texto de pesquisa”. A “abertura” da teoria que *O aparelho* realiza diz mais respeito à proposição programática de novas perspectivas de análise da linguagem pelo viés da enunciação do que à pesquisa de língua propriamente dita.

do “texto-alvo” da exegese. Mais do que isso, este trabalho de leitura epistemológica se configurará, em última instância, como uma leitura global da reflexão enunciativa que tomará como *ponto norteador* o texto *O aparelho*. Os demais textos benvenistianos voltados para a enunciação não serão apenas recorrentes, serão constitutivos do trabalho. Ler epistemologicamente *O aparelho* é colocar em relação todos os conceitos e noções da teoria.

Resumo, portanto, a apresentação do presente estudo ao seguinte quadro:

Objetivos	Primário	A proposição de uma exegese do texto de Benveniste, <i>O aparelho formal da enunciação</i> (1970), de forma a mostrar em que medida ele: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) condensa e sistematiza as reflexões do linguista no âmbito do “homem na língua”, teorizando o campo e instaurando-se como um texto fundador;</li> <li>b) ao mesmo tempo, abre a teoria a múltiplas possibilidades de análise da linguagem.</li> </ul>
	Secundário	A elaboração de operadores de leitura que possibilitem a abordagem exegética aqui proposta, a partir, de um lado, da revisão de trabalhos de leitura já realizados no âmbito da linguística, e, de outro, através do estabelecimento de uma noção de interpretação que subsidie teoricamente essa exegese.
Justificativas	Teórica	A necessidade de sistematização e consolidação do campo enunciativo no cenário brasileiro, o que requer, antes de tudo, trabalhos que coloquem em evidência a amplitude teórico-metodológica da teoria esboçada por Émile Benveniste, e que elucidem pontos importantes relativos à especificidade de leitura do pensamento benvenistiano.
	Metodológica	A possibilidade de mostrar, através do exemplo que

		constitui a presente exegese, um modo de construção de operadores de leitura. Ou seja, a elucidação do processo de elaboração de princípios para uma leitura epistemológica de Benveniste, passíveis de serem mobilizados em outros estudos interpretativos do autor.
--	--	---

Assim, tendo em mente os objetivos deste estudo, estabeleço a organização do presente trabalho na forma de cinco capítulos, os quais se encontram dispostos em duas grandes partes:

**Parte I: Bases teórico-metodológicas para uma exegese de *O aparelho formal da enunciação*** – Essa primeira parte é composta por três capítulos e tem por objetivo apreender operadores que possibilitem uma leitura epistemológica do texto *O aparelho*. Assim, no primeiro capítulo, convoco alguns trabalhos de leitura já realizados no campo da linguística a respeito de autores célebres da área<sup>13</sup>. É a partir deles que apreendo alguns aspectos que me possibilitam estabelecer, mais adiante, operadores voltados para a interpretação epistemológica do texto benvenistiano de 1970. No segundo capítulo, procuro estabelecer uma noção de *interpretação* que possibilite subsidiar minha leitura da obra benvenistiana sem, contudo, limitar seu potencial significante, tomando como base a revisão de um estudo específico desenvolvido pelo filósofo e hermenêuta Paul Ricoeur<sup>14</sup>. Por fim, no terceiro capítulo, exponho, a partir das revisões realizadas nos dois capítulos anteriores, os princípios que servirão de base para a leitura epistemológica do texto *O aparelho*.

**Parte II: Uma exegese de *O aparelho formal da enunciação*** – Essa segunda etapa do estudo, constituída por dois capítulos, gira em torno, essencialmente, da tarefa de leitura epistemológica do texto de 1970 de Émile Benveniste. Dessa forma, no quarto capítulo, analiso de que maneira *O aparelho* reúne e organiza os principais conceitos desenvolvidos em textos anteriores de Benveniste no âmbito da enunciação, o que implica em necessárias e constantes remissões a esses textos, com os quais ele dialoga a todo instante. O objetivo aqui é, portanto, ver em que medida o texto *O aparelho* se caracteriza como um “texto-síntese” da teoria. No quinto capítulo, busco colocar em

<sup>13</sup> Delimito-me aqui às leituras realizadas acerca de Ferdinand de Saussure e de Émile Benveniste, já que são principalmente estes os autores que, de um modo ou de outro, permitiram, a partir da particularidade de suas respectivas produções, que delas fossem feitos inúmeros trabalhos de leitura.

<sup>14</sup> Trato aqui da obra intitulada *Teoria da Interpretação* (RICOEUR, 1987).

evidência o alcance teórico-metodológico do pensamento benvenistiano, dando destaque para a potencialidade de perspectivas de análise enunciativa que esse texto permite. O objetivo aqui é, portanto, outro: trata-se de ver em que medida o texto *O aparelho* se caracteriza como um “texto de abertura” da reflexão enunciativa. Neste último caso, a leitura epistemológica se dá de forma mais ensaística, ressaltando os pontos nos quais a obra amplia o horizonte teórico da enunciação e lhe propõe desdobramentos de forma programática. Porém, antes desses dois capítulos, começo a Parte II do trabalho com uma breve e geral exposição acerca da feitura e publicação do texto de 1970, ou seja, inicio a exegese com uma espécie de introdução “genética” do texto benvenistiano, na qual constam dados mais aprofundados relativos ao contexto histórico de sua produção, tais como os motivos levaram a sua escrita e seu processo de realização, tendo como base o estudo “genético-textual” de Fenoglio (2011).

Por fim, tenho plena consciência de que, ao proceder a um trabalho desta ordem, corro certos riscos, relativos, sobretudo, à concepção que se adote acerca do que venha a ser *interpretar* um texto. Assim, acredito que o primeiro desafio que encontramos diante de uma proposta como esta diga respeito justamente ao que se entende por *leitura* e de que modo é possível realizá-la. Torna-se, portanto, necessário, antes de tudo, estabelecer princípios necessários à empreitada que constitui a leitura epistemológica do texto *O aparelho*. É sobre isso que procuro investigar a seguir.

**PARTE I****BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA UMA EXEGESE DE *O*  
*APARELHO FORMAL DA ENUNCIÇÃO***

## Introdução da Parte I

Se, como pudemos ver nas linhas anteriores deste trabalho, ler e estudar a teoria esboçada por Benveniste no âmbito da enunciação constitui uma tarefa difícil, a empreitada que proponho aqui realizar certamente compartilha da mesma dificuldade. Portanto, esta primeira parte, composta de três capítulos, é voltada para o estabelecimento de operadores que possibilitem uma leitura epistemológica do texto *O aparelho formal da enunciação*. Assim, procuro aqui uma maneira de ler que atenda às especificidades da teoria benvenistiana, já apontadas anteriormente. Ao mesmo tempo, esta parte coloca em evidência o próprio processo de construção dos operadores para uma leitura epistemológica desta teoria. Ela cumpre, dessa forma, uma dupla função: a) fornece instrumentos para a leitura do texto de 1970 e, através dele, de toda a reflexão enunciativa de Benveniste; e b) fornece um roteiro de construção metodológica, o que permite que ele possa ser tomado como base para outros trabalhos de mesma ordem. Segue-se daí que esta primeira parte constitui um percurso necessário, pois é só através dela que se torna possível responder às seguintes questões:

- De que modo realizar uma exegese de *O aparelho*? (tomando o termo “exegese” como *interpretação epistemológica de um texto*, conforme elucidado na introdução deste estudo);
- Se o que realizo aqui é uma interpretação da obra benvenistiana, que *concepção de interpretação* permite subsidiar a realização de minha leitura epistemológica sem, contudo, limitar o potencial significativo do texto de 1970?

Para dar resposta à primeira pergunta, procuro, como primeira etapa, realizar a revisão de alguns trabalhos de leitura produzidos no âmbito da linguística, de maneira que possa, a partir deles, depreender alguns princípios de leitura da obra benvenistiana, tendo em mente a especificidade de cada um dos textos revisados. Dessa forma, à pergunta “de que modo ler o texto de 1970?”, respondo: Investigando de que modo outros pesquisadores realizaram suas leituras no escopo da linguística. Recorro, assim, a um conjunto de quatro trabalhos, dois deles dedicados às produções de Ferdinand de Saussure e dois às produções de Émile Benveniste. Como já afirmei em nota nas linhas introdutórias deste estudo, Saussure e Benveniste produziram, cada um a sua maneira, suas obras de forma muito peculiar, caracterizando-se, sobretudo, pelo aspecto de

incompletude das teorias por ambos esboçadas<sup>15</sup>. Portanto, a escolha dos textos a serem revistos obedece aos seguintes critérios: a) Serem leituras feitas no âmbito da linguística; b) Constituírem leituras de autores cujo estatuto dos textos apresenta-se de forma problemática (como Saussure e Benveniste); c) Serem trabalhos que operam diretamente sobre *o texto* dos autores, incidindo, portanto, textualmente sobre as teorias analisadas; d) Possibilitarem que deles sejam apreendidos aspectos relativos à própria leitura, explícitos ou não.

Para dar resposta à segunda pergunta lançada anteriormente, busco em um estudo de caráter hermenêutico de Paul Ricoeur (RICOEUR, 1987) princípios epistemológicos que permitam estabelecer uma concepção de *interpretação* não limitadora da obra benvenistiana, ou seja, que embasem uma perspectiva de leitura que possibilite tomar minha interpretação não como uma tentativa de totalizar os sentidos do texto, ou de buscar uma intencionalidade do autor, mas como um ato singular e pessoal de leitura, tomando-a como uma dentre as muitas possíveis. Em suma, pretendo consolidar aqui uma abordagem que veja na interpretação um ato de *apropriação*, termo este – não por acaso – de ordem muito enunciativa<sup>16</sup>.

Tendo em vista tudo o que foi dito até aqui, esta Parte I encontra-se organizada em três capítulos: No primeiro, faço a revisão de trabalhos de leitura realizados no escopo da linguística, apreendendo deles aspectos metodológicos relativos à leitura; no segundo capítulo, abordo a questão da *interpretação*, a partir da reflexão de Ricoeur em sua obra *Teoria da Interpretação* (RICOEUR, 1987); e, por fim, no terceiro capítulo, sintetizo a discussão de forma a elaborar os princípios que permearão a leitura epistemológica do texto benvenistiano *O aparelho formal da enunciação* (1970).

---

<sup>15</sup> Cabe lembrar: Benveniste produziu o que se convencionou intitular de *Teoria da Enunciação* através de artigos escritos e publicados em diferentes épocas e a diferentes leitores, trazendo sempre o tema da enunciação, mas também sempre sob diferentes enfoques. Saussure, por sua vez, desenvolveu sua teoria linguística de forma predominantemente oral, durante seus cursos ministrados na Universidade de Genebra, entre os anos de 1906 e 1911, os quais foram, a partir das anotações de seus alunos, postumamente sintetizados por Charles Bally e Albert Sechehaye na forma de um livro, intitulado *Cours de linguistique générale* e levado a público em 1916. Além disso, conta-se hoje com a descoberta de inúmeros manuscritos do próprio punho de Saussure. Tais manuscritos foram organizados e publicados por Rudolf Engler e Simon Bouquet em 2002 sob o título de *Écrits de linguistique générale* (SAUSSURE, 2002).

<sup>16</sup> Embora Paul Ricoeur seja conhecido como filósofo e hermeneuta, reconhece-se nitidamente, no projeto hermenêutico do autor, em especial na obra aqui convocada como aporte teórico, a influência do pensamento linguístico-enunciativo de Émile Benveniste. Ora, é sabido que Ricoeur estudou Benveniste, como atesta o texto benvenistiano *A forma e o sentido na linguagem* (1966), no qual o filósofo figura como interlocutor do linguista.

## CAPÍTULO 1

### UM RETORNO A ESTUDOS EXEGÉTICOS NO ÂMBITO DA LINGUÍSTICA

Conforme afirmado anteriormente, realizo aqui uma breve revisão de quatro estudos de ordem exegética realizados por autores no âmbito da linguística que possam contribuir, a partir de seus próprios modos de organização, com a construção de operadores próprios a uma leitura epistemológica do texto *O aparelho formal da enunciação* (1970), de Émile Benveniste. Assim, e tendo em mente os critérios de escolha já elucidados, os seguintes trabalhos são abordados, conforme a ordem:

- *Proposições e notas para uma leitura de F. de Saussure*, de Claudine Normand (NORMAND, 2009);
- *Saussure – une science de la langue*, de Françoise Gadet (GADET, 1996);
- *Émile Benveniste: l'invention du discours*, de Gérard Dessons (DESSONS, 2006) ;
- *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*, de Aya Ono (ONO, 2007).

#### 1.1. Claudine Normand: *Proposições e notas para uma leitura de F. de Saussure*

Claudine Normand, em seu *Proposições e notas para uma leitura de F. de Saussure* (NORMAND, 2009)<sup>17</sup>, realiza uma bela e interessantíssima reflexão de caráter epistemológico acerca da teoria linguística esboçada por Ferdinand de Saussure em seu *Curso de linguística geral (CLG ou Curso)*. Embora traga necessariamente aqui uma síntese das ideias discutidas pela autora, meu interesse maior é voltado para o método de leitura por ela empregado. Trata-se, segundo ela, de “uma leitura crítica de dois capítulos do *CLG*, feita do [...] ponto de vista histórico-crítico” (*op. cit.*, p. 23).

Iniciemos pela delimitação dos textos saussurianos: Normand explicita que realizará uma leitura de dois capítulos do *Curso*:

Nos limitaremos, aqui, a um ensaio de leitura de dois capítulos da Segunda parte do *CLG* dedicados à definição do objeto do estudo linguístico:

---

<sup>17</sup> O texto ao qual faço referência nesta parte integra, juntamente com outros textos da autora, o livro *Convite à linguística* (NORMAND, 2009).

Capítulo II: as entidades concretas da língua;  
 Capítulo III: Identidades – Realidades – Valores (*op. cit.*, p. 24).

Qual é o critério que define esse recorte operado pela autora? A resposta vem logo em seguida: “Nós nos perguntaremos se eles podem ser tomados como exemplo de um procedimento científico” (*idem*). Trata-se, portanto, como já afirmei, de uma leitura essencialmente epistemológica, e a escolha dos capítulos do *Curso* parece atender a esse propósito, uma vez que eles, em suas hesitações e complexidades, são “dedicados à definição do objeto do estudo linguístico” (*supra cit.*). Para tanto, Normand recorre, como forma de embasar teoricamente a discussão, ao pensamento de filósofos voltados para teoria do conhecimento, dentre eles Gaston Bachelard, Georges Canguilhem e Edmond Goblot. É com base na reflexão desses autores sobre o fazer científico que Normand olha para os dois capítulos do *CLG*, colocando-se a seguinte questão: “Estamos com Saussure diante de um ‘corte epistemológico’, ‘constitutivo de uma ciência’, comparável ao exemplo geralmente evocado dos trabalhos de Galileu?” (*op. cit.*, p. 23). Além disso, para dar resposta a tal questionamento (em que medida Saussure rompe com o fazer linguístico de seu tempo?) a autora, seguindo os passos de Canguilhem, opta por “situar Saussure no contexto teórico de sua época” (*idem*), trazendo alguns estudos da área, anteriores e contemporâneos ao linguista, para compará-los às formulações epistemológicas do *Curso*. Antes de tudo, porém, Normand coloca um impasse, questão de ordem exegetica, a qual opto por citar de forma integral:

Tínhamos várias formas de apresentar esse texto:

- Resumir o exposto em uma leitura literal que restabelece os encadeamentos lógicos, quando não são evidentes; perspectiva didática que não dá conta da pesquisa, do próprio procedimento em suas hesitações, mas somente dos resultados.
- Fazer uma leitura crítica, passo a passo, seguindo todos os desvios da apresentação. Essa etapa, necessária, sem dúvida, ao estudo do texto, pode apresentar, exposta como tal, uma grande confusão. Por outro lado, acreditando encontrar, desse modo, todo o percurso do pensamento, não nos tornamos vítimas das aparências? Este texto, ele próprio submetido às exigências da exposição didática, não nos apresenta, diretamente legível, a ordem da pesquisa (*op. cit.*, p. 25).

A questão é particularmente importante, pois a decisão tomada delineará toda abordagem a ser realizada. Ademais, ambas as formas de leitura apresentam-se como inoperantes: A primeira é inviável, pois, como veremos adiante, além de ocultar a gênese da reflexão epistemológica de Saussure, colocaria a noção de *valor*, elemento central do pensamento saussuriano, como um “ponto de chegada” da reflexão do mestre,

tal como um resultado obtido através de sua demonstração empírica. Da mesma forma, o segundo roteiro de leitura acarretaria problemas, devido, especialmente, ao caráter singular de nascimento do *CLG*. Assim, Normand escolhe pelo que chama de uma “leitura recorrente”, partindo, inversamente à ordem dos textos, da noção de *valor*, aparente “ponto de chegada” da reflexão de Saussure, para, a partir dela, lançar luz sobre as inquietantes indagações presentes nos dois capítulos da obra.

Nesses dois textos do *CLG*, Saussure esforça-se em “definir e estabelecer as unidades sobre as quais deve basear-se a análise linguística, em outras palavras, o próprio objeto da linguística” (*idem*). São, portanto, capítulos que indagam sobre as *unidades*, sobre o *objeto*, questões centrais no discurso científico, e que exigem, em primeiro lugar, um *método* que permita defini-los. Normand vê, no *capítulo II* da *Segunda parte* do *CLG*, “a sobreposição de três percursos de pensamento, que são contraditórios, sem que a contradição jamais seja explicitamente denunciada” (*op. cit.*, p. 26). No primeiro procedimento metodológico, Saussure busca no *empirismo* uma forma de definir o objeto da língua, através da análise, comparação e delimitação das unidades linguísticas na “cadeia fônica”. Ligado a esse procedimento, Normand evidencia uma crítica direcionada ao próprio método de delimitação, uma vez que Saussure parece perceber que “a busca das unidades não se encontra na observação imediata”<sup>18</sup> (*op. cit.*, p. 30). Por fim, um procedimento metodológico que, contraditoriamente, se afasta do empirismo, buscando no processo *dedutivo* descrever o fugidio objeto da linguística. O que permite essa teorização não-empírica das unidades da língua é, para Saussure, a noção de *valor*. Assim, o *valor* não constitui, tal como afirmei anteriormente, um “ponto de chegada”, o resultado de um método experimental. Pelo contrário, ele configura-se, na reflexão saussuriana, como uma “noção primeira”, “hipótese elementar *a priori*” (*idem*) e que não é passível de ser comprovada. Nas palavras de Normand:

Trata-se de uma noção fundamental, que desenvolve a noção de língua como sistema. Saussure não pode demonstrar essa hipótese, pode apenas afirmá-la, repeti-la, e é, através de um artifício de apresentação, que ele a apresenta como uma conclusão (*op. cit.*, p. 26).

---

<sup>18</sup> Isso pode ser evidenciado na seguinte passagem do *CLG*: “A língua apresenta, pois, este caráter estranho e surpreendente de *não oferecer entidades perceptíveis à primeira vista*, sem que se possa duvidar, entretanto, de que existam [...]” (*CLG*, p. 124, grifo meu).

Talvez esteja aí mesmo o motivo desse “artifício de apresentação”: O *valor* não pode ser comprovado; pode-se apenas *convencer-se dele*<sup>19</sup>. Essa é a hipótese de leitura de Normand (*op. cit.*, p. 30): “Deve-se levar o leitor a admitir a noção de valor no lugar da noção comum de objeto simples, observável diretamente”.

O capítulo *III* da *Segunda parte* do *CLG* só confirma esse processo de mudança de um fazer científico empírico para um dedutivo, embora ainda ateste a hesitação de Saussure entre esses procedimentos na constituição do objeto da linguística, o que talvez explique, segundo Normand, as ambiguidades e confusões relativas aos termos usados por Saussure ao longo dos dois capítulos.

Assim, ainda conforme a autora, se há corte epistemológico na formulação teórica de Saussure com relação à ciência linguística de seu tempo, ele se situaria, então, na elaboração do conceito de *valor*, o qual supõe a construção teórica das unidades linguísticas, e não sua apreensão por métodos empíricos (cf. *op. cit.*, p. 34). Enfim, essa nova visão acerca da língua, fruto de uma preocupação epistemológica relativa ao próprio objeto da linguística, o afasta de seus contemporâneos e o coloca como um fundador.

Por fim, como já afirmei acima, meu interesse maior é, aqui, voltado para o modo de leitura empregado pela autora em seu estudo da teoria saussuriana. Dessa forma, podemos considerar, quanto a esse ponto em particular, os seguintes aspectos: a) a escolha pelos dois capítulos do *CLG* a serem lidos obedece a um critério de ordem epistêmica, demonstrando, portanto, que a delimitação do *corpus* e o estabelecimento de critérios válidos que a permitam constituem uma importante questão em um trabalho de leitura; b) a autora demonstra grande preocupação com relação à própria apresentação de sua leitura, colocando em relevo a importância de se estabelecer nesta uma ordem a partir dos conceitos da teoria saussuriana; c) da mesma forma, a autora preocupa-se em convocar aportes teóricos que permitam operacionalizar sua leitura, tomando como base, portanto, a reflexão de estudiosos do campo da filosofia. Trata-se, nesse último caso, de uma busca por operadores de leitura.

---

<sup>19</sup> Eis o que diz o *CLG*: “Para escapar às ilusões, devemos nos convencer, primeiramente, de que as entidades concretas da língua não se apresentam por si mesmas à nossa observação” (*CLG*, p. 127).

## 1.2. Françoise Gadet: *Saussure – une science de la langue*

É de 1987 a primeira publicação da obra de Françoise Gadet, intitulada *Saussure – une science de la langue*. Trata-se de um trabalho importante, no qual vemos uma interpretação de certa forma pioneira do pensamento de F. de Saussure. Nele, a autora busca realizar uma espécie de “leitura crítica” do *Curso de linguística geral* (CLG ou *Curso*), abordando as questões centrais da obra fundadora da linguística moderna, numa relação de complementaridade com as fontes manuscritas que possibilitaram sua feitura, bem como com outros textos de Saussure, um “*Saussure nocturne*”, referindo-se aos estudos do mestre sobre os “anagramas” e sobre as “lendas germânicas”.

Gadet (1996) inicia seu estudo colocando o pensamento de Saussure no contexto de sua época, trazendo uma breve biografia do mestre genebrino, suas pouquíssimas publicações em vida, e a forma como se desenvolveu sua reflexão sobre linguística geral, paralelamente ao desenvolvimento de seus estudos mais “obscuros”, mas não menos interessantes. Da mesma forma, há nesta etapa do trabalho uma apresentação de “*comment le « CLG » est fait*”, na qual a autora aborda as fontes de que dispunham Charles Bally e Albert Sechehaye, os editores do *Curso*, na síntese do pensamento saussuriano, assim como os “problemas” decorrentes dessa empreitada: as adições operadas pelos editores e a ordem dada à obra, só para citar alguns.

No entanto, como adverte a autora, trata-se, antes de tudo, de uma leitura crítica do CLG:

*La lecture que nous allons présenter veut prendre en compte toute cette circulation d'écrits, mais le texte du CLG restera au centre de notre étude: une lecture qui n'est pas animée par un souci de restitution historique (retrouver la pensée authentique du Maître ou comprendre ses intentions)* (GADET, 1996, p. 13).

Tal ponto de vista afasta-se, nesse caso, daqueles que procuram, através da leitura de Saussure, resgatar um “pensamento autêntico”<sup>20</sup>, o que está, para Gadet, fora de questão. Além disso, a autora busca uma *leitura global* do *Curso*, que permita abordar os conceitos desenvolvidos por Saussure na necessária relação que eles estabelecem uns com os outros. Trago aqui novamente suas palavras:

<sup>20</sup> Constituem exemplos dessa tendência os trabalhos recentes de Bouquet (2000) e Depecker (2009), voltados para a leitura do conjunto de textos manuscritos de Saussure.

*Saussure est trop souvent présenté à travers une série de concepts énoncés isolément: langue/parole, signe/signifiant/ signifié, synchronie/diachronie, syntagme/paradigme, système et valeur... Mais quels sont les rapports entre ces différents concepts? Supposer qu'il y en a un, c'est là l'enjeu d'une lecture globale (op. cit., p. 14).*

O segundo capítulo da obra demonstra a dificuldade que envolve essa busca por globalidade no pensamento de Saussure, relativa um ponto em especial: Como é sabido, a ordem dada ao *CLG* por Bally e Sechehaye não corresponde à ordem dos três cursos ministrados por Saussure entre os anos de 1907 e 1911, consistindo mais numa interpretação dos editores e num esforço destes de dar uma ordem lógica e acabada a um pensamento marcado pela incompletude e pela constante reformulação. Sendo assim, se a questão da ordem já era um problema para Saussure à época de seus cursos, passando a configurar um problema posterior aos editores do *Curso*, essa questão também se impõe a qualquer trabalho que se proponha a interpretar a obra de 1916. Assim, a pergunta de Gadet faz eco às dúvidas de Bally e Sechehaye, bem como às do próprio Saussure: “*quel ordre adopter?*” (op. cit., p. 26). Deixando de lado tanto a ordem do *CLG* quanto a ordem das fontes manuscritas, a autora opta por uma outra abordagem:

*C'est ainsi que s'offrait la solution que nous avons adoptée: des approches successives, se recoupant partiellement et couvrant des zones de concepts, comme des faisceaux ou des trajets. Nous procéderons donc par ensembles et par touches, sans craindre les répétitions éventuelles ni l'éparpillement de notions (op. cit., p. 27).*

Após seus dois capítulos introdutórios, Gadet apresenta sua leitura crítica do *CLG*, dividindo-a em mais cinco capítulos, intitulados, respectivamente: “*Le signe*”, “*Le système*”, “*L'objet*”, “*Le mécanisme*” e “*Le jeu du signifiant*”. Notamos desde já, pela temática desenvolvida em cada capítulo, que a ordem adotada na obra difere daquela do *Curso*, e a sua leitura permite mostrar que, tal como a autora advertira, retornos e repetições de conceitos e noções são constantes, uma vez que refletem o caráter da teoria saussuriana de formar uma espécie de “rede conceitual”, estando todos os conceitos em estreita relação uns com os outros e sendo eles explicáveis apenas nessa relação.

Volto minha atenção ainda para o formato dado por Gadet a cada capítulo de seu estudo, uma vez que ele evidencia um método particular de leitura: as páginas iniciais de cada capítulo consistem no recorte de um grande trecho do *CLG*, parte a ser discutida

em profundidade durante todo o capítulo em questão<sup>21</sup>. Tomarei, à guisa de exemplo, o capítulo 3 da obra, chamado “*Le signe*”. Ele inicia-se com a seguinte referência: “*Extrait du CLG, 1<sup>re</sup> partie, chap. 1, p. 97 à 100*”. Segue-se então o recorte do capítulo “*Nature du signe linguistique*” do *Curso*, tal como se encontra diagramado na própria obra de Saussure e ocupando as quatro primeiras páginas do capítulo de Gadet. A partir de então, a grande passagem citada é analisada em detalhe pela autora, numa leitura que visa a problematizar os conceitos trazidos por Saussure acerca do *signo linguístico* na relação com o todo da teoria, esclarecendo as ambiguidades e os problemas trazidos não só pelas hesitações do mestre genebrino, como também pelo trabalho de edição feito por Bally e Sechehaye.

O trabalho de Françoise Gadet constitui, assim, não apenas uma reflexão aprofundada do pensamento saussuriano, o que já lhe rende todos os méritos, mas também um esforço de sistematizar um método de leitura crítica que possibilite abordar uma obra tão peculiar como a de Saussure. E essa preocupação metodológica é valiosa para qualquer tentativa exegetica.

### 1.3. Gérard Dessons: *Émile Benveniste: l'invention du discours*

O trabalho do linguista Émile Benveniste inaugura um novo modo de ver a linguagem. Se o que se diz da linguagem é indissociável do que se diz do homem, e o que se diz do homem é indissociável do que se diz da linguagem, se os dois saberes – o do homem e o da linguagem – implicam-se reciprocamente, então é possível afirmar que a pesquisa de Benveniste constitui, em seu conjunto, uma espécie de *antropologia da linguagem*. É essa a tese principal da obra de Gérard Dessons, intitulada *Émile Benveniste: l'invention du discours* (DESSONS, 2006). Nela, o autor realiza uma primorosa leitura de caráter global e epistemológico do conjunto de textos de Benveniste, buscando mostrar o papel desse linguista no desenvolvimento da noção de *discurso* e sua relevância no estabelecimento de tal noção em relação ao conjunto das ciências humanas. Nas palavras do autor:

---

<sup>21</sup> Constitui exceção o último capítulo, chamado *Le jeu du signifiant*, no qual Gadet aborda as relações existentes entre uma descrição gramatical e o “jogo” que configura o mecanismo da língua na visão de Saussure. Trata-se, enfim, de um desfecho no qual a autora busca estabelecer os limites da teoria saussuriana, irreduzíveis, a seu ver, à gramática, embora ambas as perspectivas apresentem-se contraditoriamente no *CLG*.

*Introduceur de la notion d'énonciation dans la linguistique de son temps, Benveniste a joué un rôle majeur dans l'invention de ce grand concept du langage qu'est devenu le discours [...]. Le concept de discours a eu cette force heuristique d'ouvrir la voie à la prise en compte de l'activité du langage dans l'ensemble des sciences humaines et sociales. C'est cette force, et les enjeux qu'elle a soulevés, que le présent essai se donne pour fin d'étudier* (DESSONS, 2006, p. 16-17).

Assim, a partir da leitura global dos textos Benveniste, em especial os que compõem os dois volumes de *Problemas de linguística geral*, Dessons realiza um trabalho de exegese muito peculiar, entrelaçando seu texto aos de Benveniste, tornando-os indissociáveis, e mostrando que, em Benveniste, o homem está no centro da discussão, sempre e necessariamente. Ora, se o homem é condição da linguagem, sem o qual ela não existe, da mesma forma, a própria linguagem é condição do homem, uma vez que é só nela e por ela que este pode se individuar, subjetivizar-se, tornar-se sujeito. Como afirma o autor, “*La relation entre l'homme et le langage n'est donc pas instrumentale, mais constitutive. C'est par l'exercice du langage que l'être humain se consitue en individu pensant, capable d'éprouver sa propre cohérence et son identité*” (*op. cit.*, p. 99).

Estruturalmente, o trabalho de Dessons organiza-se em seis partes.

Na primeira parte, intitulada *Le fil d'Ariane de la sémantique*, o autor procura colocar Benveniste em relação com seus antecessores (Michel Breal, Ferdinand de Saussure e Antoine Meillet), com os quais ele manteria uma certa filiação, seguindo ou discordando de suas ideias, mas sobretudo no seguimento da mesma problemática acerca da linguagem.

A segunda parte, nitidamente a maior da obra de Dessons, é, tal como sugere o título da mesma – *Une anthropologie du langage* – voltada para a leitura dos textos benvenistianos sob a ótica do homem. Nela, conceitos centrais na reflexão de Benveniste são abordados numa relação constante com o homem, a sociedade, a cultura e a história. São abordadas, assim, noções como *comunicação, discurso, língua e linguagem, significação, subjetividade e tempo*.

O título da terceira parte elucida a problemática nela abordada: *De quel sujet parle-t-on?* Afinal, de que *sujeito* fala Benveniste em sua teoria da enunciação? O próprio termo “sujeito”, problemático na teoria esboçada por Benveniste, é estudado em detalhe pelo autor, o qual mostra a ambiguidade da palavra na reflexão benvenistiana,

designando tanto o *sujeito enunciator*, indivíduo engajado no processo de locução, como o *sujeito da enunciação*, constituído *na e pela* enunciação e efeito desta.

Na quarta parte de seu estudo, chamada *Histoires d'ego*, Dessons discute os mal-entendidos da teoria benvenistiana, decorrentes da leitura de certos autores, em especial do campo da filosofia.

Na quinta parte, Dessons abre a teoria de Benveniste para o campo da poética e das artes em geral, tendo como base, especialmente, a *teoria do ritmo* elaborada por Henri Meschonnic. Assim, ao colocar em relação a noção de *ritmo*, estudada num dos textos de Benveniste e teorizada por Meschonnic, com a própria teoria da enunciação benvenistiana, Dessons propõe uma espécie de “poética enunciativa”, tomando o ritmo como um organizador do discurso e, portanto, do sentido e do sujeito no seu discurso. Tal proposta de abertura ainda possibilita, segundo o autor, de se vislumbrar a linguagem poética pelo viés da enunciação, bem como a arte como um todo, uma vez que se leve em conta a distinção elaborada por Benveniste no âmbito da significação entre *semiótico* e *semântico*.

Por fim, na sexta parte de seu estudo, um epílogo chamado *Le danger du langage*, Dessons reflete sobre o caráter complexo da linguagem, que leva Benveniste a adotar em seus estudos o *problema* como um modo de pensar seu objeto, e sobre o “perigo” que constitui se ocupar desse objeto, perigo de certa forma compartilhado por todos os que se ocupam das ciências do homem.

No que diz respeito ao aspecto metodológico do trabalho de Gérard Dessons, chama a atenção a forma com a qual o autor desenvolve sua leitura dos textos benvenistianos. Esta não se dá de forma linear, uma vez que Dessons não propõe uma antropologia da linguagem baseado na leitura linear dos textos de Benveniste. Os textos são tomados de forma *global* e, conseqüentemente, não são submetidos a uma linearidade cronológica. Dessa forma, é a *temática* a ser discutida pelo autor em cada tópico de seu trabalho que define quais textos serão citados e interpretados, ou seja, a organização dos textos gira em torno dos *conceitos* da teoria enunciativa que evidenciam seu caráter antropológico, e não de um sequenciamento cronológico. A consequência mais imediata desse modo de leitura é a característica do texto de mesclar a fala do autor com a de Benveniste, isto é, o texto benvenistiano citado e a leitura feita dele por Dessons tornam-se um só texto, obviamente que com suas devidas informações de referência. Da mesma forma, é possível notar a mesma particularidade da leitura

realizada por Gadet (1996) em seu *Saussure – une science de la langue* (cf. 1.1.2), a saber, uma leitura global, que toma os trabalhos de Benveniste de forma recorrente, chegando mesmo a repetir passagens de textos do linguista em diferentes momentos. Trata-se de um trabalho aventuroso, que requer um grande domínio do pensamento benvenistiano e um conhecimento aprofundado dos textos que o compõem.

#### 1.4. Aya Ono: *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*

Inúmeros leitores de Benveniste já destacaram que os textos do linguista apresentam um “estilo” próprio de pensar, uma maneira única de refletir sobre questões relativas à linguagem, e que esse fato o coloca numa posição muito singular no âmbito da linguística<sup>22</sup>. Tal “estilo” diria respeito, sobretudo, ao caráter *problematizante* dos trabalhos benvenistianos, isto é, à atitude heurística de colocar como *problemas* aspectos linguísticos considerados comumente como sendo da ordem da evidência<sup>23</sup>. A que se deve essa atitude? Ora, essa problematização parece estar ligada, principalmente, ao fato de que Benveniste pensa, em seus textos, sobre questões concernentes à linguagem a partir de um novo viés: o da *enunciação*.

Mas, afinal, o que é *enunciação*? Como esse termo se apresenta na reflexão benvenistianiana e em que medida ele representa uma noção teórica? É este o principal interesse de Aya Ono em seu trabalho intitulado *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste* (ONO, 2007). Nele, a autora propõe uma aprofundada leitura da obra de Benveniste, buscando “*observer de près comment cette notion [de enunciação] se forme au cours du temps et au sein des différentes problématiques de la linguistique benvenistienne, et comment elle s'articule avec d'autres notions, théoriques ou non*”. (*op. cit.*, p. 19).

Assim, para a autora, no conjunto de textos de Benveniste voltados para a linguística geral, a *noção de enunciação* está sempre no centro da discussão, constituindo o “ponto nodal” da teoria, ainda que sua formulação se desenvolva de forma progressiva e não metódica através das inúmeras problemáticas do linguista.

---

<sup>22</sup> Constituem exemplos autores como Roland Barthes, Christian Puech, Henri Meschonnic e Gérard Dessons.

<sup>23</sup> As primeiras linhas do texto *Da subjetividade na linguagem*, de 1958, deixam claro essa atitude característica de Benveniste. Nelas, diz o autor: “Se a linguagem é, como se diz, instrumento de comunicação, a que deve ela essa propriedade? A pergunta pode surpreender, como tudo o que parece questionar a evidência, mas às vezes é útil pedir à evidência que se justifique” (*PLGI*, p. 284).

Percebe-se essa falta de sistematicidade, por exemplo, no fato de que, embora a *noção* de enunciação esteja constantemente presente na reflexão de Benveniste sob diferentes formas, o termo “enunciação” só aparece como portador de um estatuto nocional tardiamente nos textos do autor, de modo mais explícito no texto *O aparelho formal da enunciação*, de 1970, texto-alvo de minha exegese e, cronologicamente, o último esforço de teorização de Benveniste no âmbito enunciativo. Isso não quer dizer que o termo não apareça nos textos anteriores do autor: ele pode ser ocasionalmente neles encontrado, mas seu sentido geralmente se diversifica de um para outro. Não obstante, em um mesmo texto, podemos encontrar mais de uma acepção para o termo, como evidencia a própria leitura do texto benvenistiano de 1970. Assim, não é fortuita a existência de críticos que vêm na reflexão de Benveniste uma insuficiência teórica, tendo no aspecto inacabado da teoria e na vagueza de seus conceitos suas principais justificativas.

É tendo em mente essa particularidade da teoria benvenistiana que Ono coloca a seguinte questão: “*Pour quelle raison et dans quelles conditions peut-on s’interroger sur la notion d’énonciation chez Benveniste?*” (*op. cit.*, p. 16). E, mais adiante:

*Comment conduire une enquête sur une notion taxée de « vague » par certains? S’il s’agit d’une notion dont la signification varie selon des textes, est-il au moins possible de déceler une chronologie dans la variation? Il convient maintenant de s’interroger sur la manière dont cette problématique apparaît chez Benveniste et sur la marche à suivre pour analyser une notion qui, en apparence du moins, se présente comme « hybride »* (*op. cit.*, p. 20).

Trata-se de questões que são fundamentais na reflexão da autora, sobretudo porque evidenciam a necessidade de elaboração de um método de leitura dos textos benvenistianos que dê conta do objetivo maior de seu trabalho, a saber, a definição, em Benveniste, de uma *noção de enunciação*. É principalmente na primeira parte de seu estudo que Ono se esforça em desenvolver essa metodologia de leitura, e é nela, portanto, que concentro minha análise<sup>24</sup>. Com efeito, a parte intitulada *Lês emplois du mot énonciation* constitui um rigoroso modelo de leitura, de caráter essencialmente

---

<sup>24</sup> O trabalho de Ono (2007), na íntegra, apresenta-se dividido em duas partes. A segunda parte da obra intitula-se *Les problématiques énonciatives* e é constituída por três capítulos (Respectivamente: *Énonciation et signification*; *Énonciation et subjectivité*; e *Énonciation et acte de langage*). Nela, a autora busca depreender as particularidades da noção de enunciação benvenistiana, colocando-a em relação com o pensamento de outros linguistas através de conceitos como *significação*, *subjectividade* e *ato performativo*. Uma vez que a presente revisão de trabalhos está restrita a questões de ordem metodológica de leitura, não abordo aqui essa segunda parte.

terminológico e de gênese conceitual, que se desenvolve na relação que a autora estabelece entre os textos de Benveniste, sistematizando sua investigação a partir de dois procedimentos, os quais correspondem a dois capítulos distintos.

No primeiro capítulo, chamado *Énonciation: le mot e la notion*, Ono (*op. cit.*) busca estudar a formação teórica do termo “enunciação” em Benveniste a partir do exame minucioso dos empregos desse termo nos textos do autor, tanto no âmbito da linguística geral quanto no da gramática comparada. Há aí, desse modo, como o próprio título do capítulo coloca em explícito, uma distinção clara entre “enunciação” tomada enquanto *termo*, e “enunciação” concebida como *noção teórica*. Nesse sentido, é através de uma espécie de mapeamento das ocorrências do termo “enunciação” nos textos de Benveniste e da descrição dessas ocorrências que a autora consegue delinear uma trajetória de usos da palavra em direção a seu desenvolvimento como *noção*.

Em um primeiro momento, Ono constata:

*Dans le deux volumes des PLG, et sans tenir compte de « L'appareil formel de l'énonciation », Benveniste emploie le mot énonciation une trentaine de fois. Les occurrences sont peu fréquentes dans les années quarante et cinquante, y compris dans les articles qui ne sont pas réédités dans les PLG (op. cit., p. 29).*

Existe, dessa forma, uma baixa ocorrência do termo “enunciação” nos textos de Benveniste presentes em *PLGI e PLGII*, com um substancial acréscimo no *Aparelho*. Essa mudança parece apontar para a gradual importância que o termo ganha na reflexão benvenistiana. Assim, a autora estabelece uma primeira distinção entre os empregos do termo “enunciação” em Benveniste, segundo duas categorias gerais. No primeiro gênero de emprego, a palavra “enunciação” está associada à descrição de um rito efetuado pela fala, isto é, à descrição de enunciação enquanto ato cerimonial. Nesse caso, conforme a observação de Ono, “*le mot désigne des phrases à prononcer oralement sur la scène publique, tantôt une prière, tantôt une formule. C'est un acte concret, accompli et observable*” (*idem*). A esse gênero de uso, presente tanto em textos de gramática comparada quanto de linguística geral, a autora dá o nome de “utilização descritiva”. O segundo gênero revela-se de forma gradual nos textos de Benveniste, e denota utilizações de cunho teórico do termo. Aqui, “enunciação” passa a ser associada ao ato de utilização da língua. Mesmo assim, a noção de enunciação encontra-se sempre relacionada a uma série de outras noções que a fundamentam, uma vez que está constantemente atrelada às problemáticas nas quais ela se inscreve. Assim, é somente no

*Aparelho* que Benveniste confere à palavra “enunciação” um estatuto axiomático da teoria.

No entanto, a utilização teórica do termo “enunciação” por Benveniste não necessariamente confere a ele uma significação estável. Por exemplo: Só nesse texto de 1970, Ono (*op. cit.*) descreve cinco definições de enunciação: 1. Enunciação como *realização vocal da língua*; 2. Enunciação como *conversão da língua em discurso*; 3. Enunciação como *ato individual de utilização da língua*; 4. A enunciação em seu *aspecto dialógico*; e 5. A enunciação em seu *aspecto referencial*.

Portanto, percebemos, nesse capítulo, que o termo “enunciação” possui tanto acepções não-teóricas quanto teóricas na reflexão benvenistiana, sendo as próprias noções teóricas relativas a diversos aspectos do fenômeno enunciativo. Ou seja, a definição do termo “enunciação” não pode ser feita de forma unívoca. Cabe ressaltar ainda que tanto o uso teórico do termo quanto o estabelecimento da noção parecem não se desenvolver segundo uma linha estritamente cronológica, mas segundo as problemáticas envolvidas na reflexão de Benveniste. Além disso, fica evidente que, embora o termo “enunciação” esteja em evidente relação com a noção que nomeia, ele não é, por si só, o responsável por defini-la, uma vez que a noção de enunciação apresenta-se, da mesma maneira, associada a outras noções.

Quais são essas noções associadas à noção de enunciação no conjunto de textos de Émile Benveniste? Essa investigação é efetuada no segundo capítulo da primeira parte da obra de Ono, intitulado *Trois notions associées: phrase, instance de discours, énoncé performatif*. Como esse título bem elucidado, mesmo que o termo “enunciação” não seja empregado na maior parte dos textos benvenistianos com um estatuto nocional, ou nem mesmo neles ocorra, a noção de enunciação não deixa de perpassá-los, uma vez que se encontra associada a três noções fundamentais. Assim, segundo Ono (*op. cit.*), enunciação aparece em textos da década de 1960, como *Os níveis da análise linguística* (1964) e *A forma e o sentido na linguagem* (1966), associada à noção de *frase*, em suas variadas acepções (unidade do discurso, realização e atualização da língua, ou predicação). Da mesma forma, é possível aproximar, nos textos de Benveniste datados da década de 1950, a noção de enunciação à de *instância de discurso*. É o que se percebe em trabalhos como *A natureza dos pronomes* (1956) e *Da subjetividade na linguagem* (1958). Por fim, ainda segundo a autora, a noção de enunciação também apresenta-se em estreita relação com a noção de *enunciado performativo*, presente

sobretudo na crítica feita por Benveniste a Austin em *A filosofia analítica e a linguagem* (1963). Assim, essas três noções, aliadas à teorização do termo “enunciação” em textos posteriores, constituiriam as bases de formação da noção de *enunciação*. Em suma, nas palavras da autora:

*Le mot énonciation n'est pas seul à comprendre les traits définitoires de la notion d'énonciation : on trouve des analogies significatives entre l'emploi du mot énonciation et l'emploi de mots tels que phrase, performatif ou instance de discours. La notion s'est formée sous des perspectives différentes et au sein de multiples problématiques : même si le mot n'est défini précisément dans aucune de ces problématiques, l'idée est là, sous une autre forme, intégrée à un autre appareil conceptuel* (ONO, 2007, p. 57, grifos da autora).

Finalmente, essa exposição sumária e parcial do trabalho de Ono cumpre uma função metodológica, na medida em que meu objetivo aqui se resume a depreender um método de leitura. Ora, o estudo da autora evidencia um modelo interpretativo rigorosamente elaborado, de cunho terminológico e nocional, e que coloca em relação todo o conjunto de textos de Émile Benveniste, tomando assim a teoria em sua globalidade<sup>25</sup>.

## 1.5. Síntese

Procurei, nesse primeiro capítulo, apresentar alguns trabalhos de leitura realizados no âmbito da linguística, com o intuito de investigar de que modo outros autores do campo procederam em suas respectivas leituras, para que, a partir delas, seja possível o estabelecimento de princípios que atendam ao propósito do presente estudo – reafirmando: uma leitura epistemológica do texto *O aparelho formal da enunciação* que coloque em evidência seu caráter ao mesmo tempo “sintético-organizador” e programático do pensamento enunciativo de Émile Benveniste.

Assim, acredito que a primeira consideração a ser feita a partir dessa revisão diga respeito à constatação de que nenhum dos trabalhos apresentados parece fornecer,

---

<sup>25</sup> No entanto, cabe aqui adiantar que, por apresentar certa semelhança com minha proposta de trabalho (afinal, trata-se de uma leitura de Benveniste), esse mesmo estudo, bem como o de Dessons (2006) (cf. **1.3**), constitui referência constante durante minha exegese de *O aparelho* (1970). As investigações desses autores se mostram, portanto, de grande valia para o presente trabalho, tanto na elaboração operadores de leitura como no suporte interpretativo de meu texto-alvo, ao mesmo tempo em que apresentam, desde já, a teoria enunciativa de Benveniste. No entanto, de forma a não dispersar o andamento da exegese, as considerações relativas aos trabalhos destes autores, bem como de todos os outros comentadores do pensamento benvenistiano, serão expostas em notas de rodapé no decorrer do **Capítulo 4**. Este ponto será mais bem especificado ao final desta primeira parte (**Capítulo 3**).

por si só, um método propriamente aplicável à tarefa aqui proposta. No entanto, penso que eles permitem, em seu conjunto, a apreensão de aspectos relevantes para a leitura epistemológica aqui proposta, a serem sistematizados ao fim desta primeira parte do trabalho.

Do estudo de Normand (2009) (cf. 1.1), interessa-me, em primeiro lugar, a **preocupação da autora com a delimitação de um corpus de leitura** de Saussure, tendo em vista os propósitos de sua investigação. Desse modo, sua decisão pelos capítulos *II* e *III* da segunda parte do *CLG* não constitui uma escolha fortuita, mas **obedece a um critério de leitura epistêmica**. Trata-se de ver em que medida a reflexão de Saussure ser vista aí como um “corte epistemológico” no campo da linguística, e em que medida os dois capítulos analisados “podem ser tomados como exemplo de um procedimento científico” (NORMAND, 2009, p. 24).

Sob o mesmo critério, é de interesse para o presente estudo a **preocupação da linguista com relação ao próprio método de leitura** dos textos selecionados. Refiro-me especialmente a dois aspectos: **ao modo de apresentação** dos textos e aos **aportes convocados para a leitura**.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, a modo de apresentação demonstra um gesto da autora de nortear sua reflexão a partir da noção central de *valor*, seguindo, assim, uma ordem de leitura que não obedece à mesma dos textos do *Curso*, uma vez que essa noção aparece, neles, como um ponto de chegada da teoria saussuriana. Ela constitui, portanto, **uma leitura que estabelece sua ordem a partir dos conceitos**. Há aí um dado relevante: o ato de leitura não deve estar necessariamente comprometido com a linearidade do texto. É tendo essa consciência que Normand (*op. cit.*, p. 25) nomeia seu método de uma “leitura recorrente”, tomando como empréstimo a expressão do filósofo Georges Canguilhem.

Esse último ponto nos introduz ao segundo aspecto metodológico da autora, a saber, a **definição dos aportes que constituem suas “ferramentas operacionais” de leitura**. Assim, a linguista realiza sua interpretação dos textos saussurianos tomando como base a discussão epistemológica de autores do campo da filosofia, ou seja, é a convocação do pensamento de Bachelard, Canguilhem, entre outros, que operacionaliza sua leitura.

Com relação ao estudo de Gadet (1996) (cf. 1.2), volto minha atenção, em especial, para o **modelo esquemático elaborado pela autora para a leitura crítica do CLG**.

Em primeiro lugar, destaco o segundo capítulo desse estudo, intitulado *Comment le « CLG » est fait*, no qual há uma espécie de gênese da obra saussuriana, isto é, uma descrição detalhada acerca da feitura do livro que delinearía, de uma forma ou de outra, todo o desenvolvimento da linguística durante as décadas posteriores à sua publicação. Há nele a apresentação das condições em que Saussure elaborou sua reflexão acerca da língua, bem como das dificuldades enfrentadas pelos editores do *Curso* perante essas condições. Acredito ver aí não apenas uma matéria de curiosidade, mas também um aspecto relevante para a interpretação do texto, na medida em que ele permite contextualizar sua produção.

Em segundo lugar, interessa-me imensamente o esquema de apresentação da leitura de Gadet (*op. cit.*). Assim, o formato dado pela autora a sua obra (a inserção, ao início de cada capítulo, de um grande recorte do texto original do *CLG*, seguida da análise do mesmo) evidencia **uma sistematização do ato de leitura**, a qual é de grande importância para o desenvolvimento metodológico aqui proposto.

Em terceiro lugar, a ordem temática dada aos capítulos pela autora difere daquela apresentada pelo *Curso*, o que coloca em relevo, tal qual o trabalho de Normand (2009), uma perspectiva de leitura que **privilegia o estabelecimento de relações entre as noções e problemáticas** abordadas, daí o seu caráter crítico.

Quanto ao trabalho exegético de Dessons (2006) (cf. 1.3), cabe, antes de tudo, ressaltar que ele apresenta duas particularidades, se comparado aos dois trabalhos anteriores. A primeira e mais evidente, é a de que ele não se trata de uma leitura de Saussure, mas de Benveniste. A segunda, consequência da primeira, é a de que, por se tratar de uma interpretação da reflexão benvenistiana, ele se apresenta como a leitura de um **conjunto de textos**, sendo estes heterogêneos e separados no tempo. Trata-se, portanto, de uma leitura global. Chamo a atenção para tais pontos, sobretudo, porque eles suscitam uma importante problemática para leitura de Benveniste, o que a torna, portanto, também de muita relevância para o presente estudo. Refiro-me aqui à questão de como colocar em relação os textos de Benveniste. Assim, podemos, a partir do trabalho de Dessons (*op. cit.*), depreender um aspecto fundamental relativo à leitura benvenistiana, o qual pode ser posto da seguinte forma: **Para que se efetue a**

**interpretação da reflexão enunciativa de Benveniste, deve-se, necessariamente, levar em conta as relações que se estabelecem entre as noções e conceitos nos seus diferentes textos.** Ora, como afirma Flores (2012, p. 152):

[...] muitos dos conceitos propostos por Benveniste têm valor primitivo, na medida em que fazem parte de outros conceitos. Ou seja: os termos e as noções que integram um dado conceito contêm, em si, outros termos e noções e estes, por sua vez, estão contidos em muitos outros. Na verdade, há na teoria benvenistiana, uma rede de relações conceituais em que cada conceito é constituído por uma rede e é parte integrante dela.

A implicação mais direta dessa constatação é o fato de que **a compreensão do pensamento benvenistiano é incompatível com a leitura isolada de seus textos.** Além disso, e em decorrência desse mesmo aspecto da teoria, o critério adotado para se estabelecer relação entre os textos de Benveniste não deve estar restrito à sequencialidade destes, seja ela relativa à ordem dada aos *PLGI* e *PLGII*, seja ela relacionada a uma pura ordem cronológica de publicação original dos textos, mas deve **privilegiar as próprias relações entre os conceitos e as problemáticas que compõem a teoria**, tal como procede Dessons (2006) em sua leitura. Desse modo, ainda de acordo com Flores (2012, p. 152), “a teoria de Benveniste é refratária a leituras lineares”.

Com relação ao estudo de Ono (2007) (cf. 1.4), percebe-se de imediato que ele partilha das mesmas particularidades do trabalho de Dessons (2006), na medida em que se insere no âmbito da enunciação e, por esse motivo, apresenta, como objeto de leitura, o conjunto de textos de Émile Benveniste. No entanto, interessa-me nele, em especial, o **aspecto terminológico da leitura** empreendida pela linguista a partir da teoria enunciativa. Ora, o trabalho minucioso da autora de mapear o uso de termos e conceitos na reflexão de Benveniste evidencia o cuidado em relacionar o conjunto de textos do linguista, de forma a mostrar de que maneira se desenvolve a *noção de enunciação* na teoria por ele esboçada. Trata-se, assim, de um estudo de ordem terminológica e nocional, no qual acredito também ver aspectos importantes para a leitura epistemológica do pensamento benvenistiano.

Em primeiro lugar, percebe-se, talvez até de modo mais evidente do que no trabalho anterior, a necessidade de se levar em conta, na leitura de Benveniste, as relações entre os conceitos estruturantes da teoria, uma vez que é justamente através da explicitação da natureza dessas relações que Ono (*op. cit.*) constata a existência de uma “noção geral” de *enunciação*. Dessa forma, é mostrando que há, na terminologia de Benveniste, relações de associação entre conceitos, nas quais uma mesma noção é

definida (aspecto sinonímico)<sup>26</sup>, e relações em que um mesmo termo recobre, por sua vez, diferentes conceitos (aspecto homonímico)<sup>27</sup>, e que são essas relações que permitem que se fale em uma “noção de enunciação”, que a autora mostra a impossibilidade de uma leitura isolada dos textos benvenistianos, bem como de uma leitura linear. Há aí, além disso, um outro dado importante: **se há uma noção de enunciação que perpassa toda a reflexão de Benveniste, então ela é o elo que unifica e torna indissociáveis, para a leitura da teoria, o conjunto de textos benvenistianos**<sup>28</sup>. Assim, essa constatação só reforça a necessidade, em minha exegese de *O aparelho formal da enunciação*, de remissão aos demais textos de Benveniste.

Em segundo lugar, o trabalho de Ono (*op. cit.*) possibilita a apreensão de outro aspecto importante a ser levado em conta na leitura da teoria enunciativa e que pode ser enunciado nas palavras de Flores (2012, p. 155): **“Não se pode ler na sincronia o que foi produzido em uma diacronia”** (grifo meu). Ou seja, ainda que a reflexão benvenistiana seja refratária a uma leitura sequencial (relativa tanto à ordem dos *PLGI* e *PLGII* quanto a uma sequência estritamente cronológica), isso não significa que os textos que a compõem possam ser tratados como se fossem contemporâneos um do outro. Assim, ao mesmo tempo em que unifica e estabelece uma relação de complementaridade entre os textos de Benveniste a partir das relações que a noção de enunciação mantém com outras noções, a autora mostra que a teorização dessa noção **se dá no decorrer do tempo e inscreve-se no interior de diferentes problemáticas**, ou seja, constitui um processo em diacronia.

Por fim, tendo em mente tudo o que foi dito, acredito que podemos resumir essa síntese das revisões realizadas no presente capítulo a partir do seguinte quadro de aspectos metodológicos de leitura:

---

<sup>26</sup> Constitui um exemplo desse tipo de relação a própria *noção de enunciação*, a qual aparece, no conjunto de obras de Benveniste, associada aos conceitos de *instância de discurso, frase e performativo* (cf. ONO, 2007).

<sup>27</sup> Serve de exemplo, para esse tipo de relação, o próprio termo “enunciação”, no qual Ono (2007), através da análise de suas ocorrências nos textos de Benveniste, identifica mais de um conceito.

<sup>28</sup> Para Flores (2012), esse elo que une a teoria enunciativa pode ser colocado sob a forma de um axioma. Assim, como ele mesmo afirma: “Com o axioma *O homem está na língua* pode-se resumir o princípio do pensamento benvenistiano: o homem está na língua – se marca na língua, se singulariza na língua, se propõe como sujeito na língua – porque é fundado simbolicamente na linguagem” (FLORES, 2012, p. 164). Percebe-se, da mesma forma, essa concepção unificadora da reflexão benvenistiana na leitura de Dessons (2006), sendo justamente ela o princípio que habilita o autor a conceber a teoria enunciativa como uma “antropologia da linguagem”.

Trabalhos exegeticos	Aspectos metodológicos relevantes
Normand (2009)	<p>1. Preocupação com a delimitação de um <i>corpus</i> de leitura a partir de critérios epistemológicos;</p> <p>2. Preocupação relativa ao próprio modo de leitura:</p> <p>2a. Com relação ao modo de apresentação (a partir de uma leitura que estabelece sua ordem a partir dos conceitos da teoria, e não da linearidade do texto);</p> <p>2b. Com relação à definição dos aportes que constituem seus operadores de leitura (questões epistemológicas trazidas por teóricos do campo da filosofia).</p>
Gadet (1996)	<p>1. Sistematização do ato de leitura através:</p> <p>1a. Da apresentação de uma “gênese” do texto;</p> <p>1b. Da elaboração de um formato próprio de apresentação do texto;</p> <p>1c. De uma perspectiva de leitura que privilegia o estabelecimento de relações entre as noções e problemáticas abordadas, em detrimento da ordem do texto.</p>
Dessons (2006)	<p>1. Suscita a questão de como colocar em relação os textos de Benveniste. Depreende-se, deste trabalho, o fato de que, na leitura de Benveniste, deve-se necessariamente levar em conta as relações que as noções e conceitos da teoria estabelecem entre si nos seus diferentes textos, o que traz como implicações:</p> <p>1a. A compreensão do pensamento benvenistiano é incompatível com a leitura isolada de seus textos;</p> <p>1b. A teoria benvenistianiana é refratária a leituras</p>

	sequenciais (relativas tanto à ordem dos textos nos <i>PLGI</i> e <i>PLGII</i> , quanto a uma pura sequência cronológica dos mesmos).
Ono (2007)	<p>1. A atenção terminológica dada à leitura de Benveniste é de muita relevância, pois permite evidenciar:</p> <p>1a. A impossibilidade de uma leitura isolada dos textos benvenistianos, bem como de uma leitura linear dos mesmos;</p> <p>1b. Que há um elo unificador da teoria benvenistiana, isto é, uma noção de enunciação que perpassa todos seus textos;</p> <p>1c. Que, ainda que a reflexão benvenistiana seja refratária a uma leitura sequencial, isso não significa que os textos que a compõem possam ser tratados numa relação de contemporaneidade.</p>

Os aspectos metodológicos de leitura sintetizados e esquematizados acima, independentemente de serem ou não relativos à teoria enunciativa de Benveniste, ou equivalentes entre si, constituem, a meu ver, uma fonte de extrema valia para minha proposta de exegese do texto *O aparelho formal da enunciação*, uma vez que fornecem, em seu conjunto, as bases que possibilitarão, no capítulo 3 deste estudo, a elaboração de operadores próprios à leitura epistemológica texto benvenistiano de 1970<sup>29</sup>.

<sup>29</sup> Cabe, como forma de ressalva, lembrar que, mesmo que os textos revisados neste capítulo tenham sido postos em paralelo devido ao seu propósito no presente trabalho, isso não significa que eles se equivalham. Ora, basta lembrar que os dois primeiros estudos versam sobre a reflexão de Ferdinand de Saussure, enquanto que os dois últimos estão relacionados ao pensamento enunciativo de Émile Benveniste. Além disso, nos textos de Normand (2009) e Gadet (1996), o que parece estar mais no centro da discussão é especificamente o próprio texto saussuriano a que se propõem a analisar. Por outro lado, nos trabalhos de Dessons (2006) e Ono (2007), o que parece estar mais em questão é a defesa de uma tese a partir dos textos de Benveniste. Dessa forma, cada um dos textos apresenta sua particularidade, tanto no que diz respeito ao seu tema abordagem, quanto ao seu propósito específico, e isso não deve ser obliterado.

## CAPÍTULO 2

### NA BUSCA DE UMA NOÇÃO TEÓRICA DE INTERPRETAÇÃO

No capítulo anterior, realizei uma revisão de alguns trabalhos de leitura já efetuados no campo da linguística a respeito das obras de Saussure e Benveniste, procurando, a partir deles, depreender aspectos metodológicos relevantes para a tarefa aqui proposta de leitura epistemológica do texto *O aparelho formal da enunciação*, de Émile Benveniste. Em outras palavras, busquei responder à questão de como ler o texto de 1970, em um primeiro momento, através da investigação de como outros estudiosos realizaram suas respectivas leituras no âmbito da linguística.

No entanto, se partimos do princípio de que todo trabalho de leitura supõe uma *interpretação* do texto lido, é de fundamental importância explicitar, de antemão, o que se entende por *interpretar um texto*, uma vez que será justamente a concepção que se tenha de interpretação que atravessará toda a exegese, determinando, portanto, o modo como o texto será lido. Assim, a questão aqui não é mais “como ler o texto de 1970?”, e sim, de forma mais geral, “o que é ler um texto?”.

A resposta para essa última questão está longe de mostrar-se de forma unânime. De fato, a questão da leitura é do interesse de diversas áreas do conhecimento, como a linguística, a hermenêutica e a análise do discurso, para citar algumas, sendo que, mesmo no interior de cada uma delas, tal questão é geradora de inúmeros debates. Ora, tomando como exemplo o próprio campo da linguística, percebemos de imediato essa heterogeneidade: basta examinarmos um dos ramos da área, o da linguística textual, por exemplo, para chegarmos à conclusão de que os diversos estudos desenvolvidos sobre o tema não levam ao que se possa chamar de uma concepção homogênea (cf. BENTES, 2003). A questão acerca da interpretação é ainda mais problemática se levada para o campo da análise do discurso, onde a própria função da interpretação é problematizada, tendo em vista suas bases epistemológicas e sua matéria de interesse<sup>30</sup>. Assim, em

---

<sup>30</sup> Quanto a esse ponto, afirma Orlandi (2001, p. 78): “No modo como penso a Análise do Discurso, esta, ao tomar em consideração o texto como forma material, manifestação concreta do discurso, torna possível a análise de seu funcionamento, não pela utilização de uma metalinguagem formal mas pelo deslocamento do lugar heurístico da interpretação: **o analista não interpreta o texto**; através de um dispositivo analítico, ele explicita (torna visíveis) os gestos de interpretação que textualizam a discursividade e **ele interpreta os resultados dessa análise**, no interior de um dispositivo teórico. Sua finalidade, como tenho insistido, **não é interpretar os textos, mas compreender os gestos de interpretação inscritos nos textos**” (grifos meus).

suma, falar de “interpretação” implica necessariamente em assumir um ponto de vista teórico acerca do tema.

Tendo em mente a problemática brevemente elucidada acima, cabe a pergunta: A partir de qual perspectiva teórica de interpretação busco subsidiar minha leitura epistemológica do texto *O aparelho*? Ora, o interesse principal aqui é o de subsidiar a leitura do texto de 1970 através de uma perspectiva que possibilite interpretá-lo sem, contudo, limitar sua significação, isto é, sem a pretensão de dizer “a verdade” sobre o texto, sem tomar a “intencionalidade do autor” (ilusória ou não) como parâmetro para a sua interpretação, e, muito menos, sem almejar dar conta de sua totalidade significativa (se é que isso é possível). Trata-se, enfim, de propor uma **noção de interpretação** que permita tomar a leitura epistemológica de *O aparelho* como algo pessoal e singular, ou seja, como um **ato singular de apropriação** do texto, no sentido mesmo de torná-lo próprio de mim, de “re-significá-lo”, atualizando-o e constituindo, assim, uma **nova enunciação**. Sigo, dessa forma, o mesmo viés enunciativo defendido por Flores; Teixeira (2005), os quais afirmam:

A pessoa que interpreta um enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações nele presentes, o que não garante, no entanto, que o que ela reconstrói coincida com as representações do enunciador. A relação intersubjetiva que se produz na leitura é sempre inédita. O sentido, longe de ser imanente, se apresenta como o **resultado de um processo de apropriação do texto pelo leitor**, que imprime a sua singularidade na experiência de leitura (Flores; Teixeira, 2005, p. 8, grifo meu).

Onde buscar uma concepção teórica de interpretação que atenda aos princípios acima expostos? Respondo: Acredito que a reflexão hermenêutica desenvolvida pelo filósofo Paul Ricoeur em seu conjunto de ensaios intitulado *Teoria da interpretação* (RICOEUR, 1987), e fortemente influenciada pela reflexão enunciativa de Benveniste, permite, de forma satisfatória, subsidiar teoricamente o objetivo do presente estudo. Assim, procuro, nas páginas que se seguem, realizar uma sumária retomada da reflexão de Ricoeur (*op. cit.*), de forma a estabelecer, a partir desta, uma **noção teórica de interpretação**.

Por fim, é importante ressaltar que a teoria hermenêutica desenvolvida por Paul Ricoeur compreende, em seu conjunto, um vasto número de obras, as quais dizem respeito a diferentes momentos do desenvolvimento da teoria, e que apresentam, por isso, diferentes concepções acerca da noção de interpretação. Consequentemente, não é cabível afirmar que o que faço neste estudo é buscar uma noção de interpretação na

“teoria hermenêutica” do autor. Assim, dever-se ter bem claro que a busca por subsídio em Ricoeur diz respeito aqui a uma obra específica, em relação a um momento específico de sua reflexão e, portanto, concernente a uma noção específica de interpretação de sua teoria. Além disso, cabe também adiantar a natureza deste subsídio: a presente exegese não é fundamentada no trabalho de Ricoeur. Dele, interessa-me unicamente depreender uma **noção de interpretação**, não diretamente “aplicável” na leitura epistemológica do texto benvenistiano *O aparelho*, mas que a atravessa enquanto noção balizadora.

### 2.1. Paul Ricoeur: *Teoria da interpretação*

Ricoeur (1987) procura, em sua obra, discutir o problema hermenêutico da interpretação, tomando a linguagem pelo viés do discurso. Para tanto, o autor parte, em seu primeiro ensaio, de uma tentativa de delinear a trajetória do problema da linguagem enquanto *discurso*, partindo desde a reflexão clássica de Platão e Aristóteles, passando pela abordagem estruturalista da problemática sob a distinção entre *langue* e *parole*, oriunda de Ferdinand de Saussure, para, por fim, consolidar a noção de discurso a partir da célebre distinção elaborada por Benveniste no plano da língua entre *semiótico* e *semântico*. Assim, a uma abordagem unidimensional, que via no *signo* a única realidade linguística, Ricoeur opõe uma outra perspectiva, “uma abordagem bidimensional, para a qual a linguagem se funda em duas entidades irreduzíveis, os signos e as frases” (*op. cit.*, p. 18). Com a linguística da frase, o discurso ganha sua legitimidade enquanto ponto de vista acerca da linguagem. Como observa o autor:

De facto, o sistema não existe. Tem apenas uma existência virtual. Unicamente a mensagem proporciona actualidade à língua e o discurso funda a existência genuína da língua, visto que só os actos de discurso discretos e únicos em cada tempo actualizam o código (*op. cit.*, p. 21).

O discurso é, assim, tomado como *ato discreto*, ou melhor, como *evento da linguagem*. Mas o que significa dizer que o discurso é um *evento*? Ora, postular o discurso como evento significa dizer que: a) o discurso realiza-se numa temporalidade determinada, a do presente, enquanto que a língua enquanto sistema é virtual e não instanciada; b) o presente no qual o discurso se instancia é sempre o do seu locutor, ao qual ele deve sempre se remeter; c) ao mesmo tempo em que o discurso se remete

àquele que o produz, ele coloca a língua em uma certa relação com o mundo, ou como diz Benveniste: “falar, é sempre falar-de” (PLGII, p. 63)<sup>31</sup>; d) finalmente, o discurso constitui-se numa relação de troca, na relação necessária entre interlocutores, sendo o outro ao qual o locutor se dirige – o “tu” da relação dialógica – tão fundamental quanto o “eu” que enuncia. É nessa instância de discurso, nesse *evento* da linguagem, que a língua se configura e a partir do qual tira sua significação. É nesse sentido que Ricoeur postula o axioma: “se todo o discurso se actualiza como um evento, é compreendido como significação” (RICOEUR, 1987, p. 24). “Significação” é aqui tomada na acepção semântica, ou seja, na dupla propriedade da frase de ser investida, ao mesmo tempo, de *sentido* e de *referência*. A frase tem sentido porque transmite uma ideia, e tem referência porque está sempre e necessariamente relacionada àquele que a produziu e a sua instância de uso.

Tendo estabelecido o discurso segundo a “dialética de evento e significação”, e tomando-o como base de sua reflexão, Ricoeur passa, em seguida, a problematizar a relação entre *fala* e *escrita*, uma vez que, segundo ele, essa problemática é fundamental na investigação hermenêutica:

Na medida em que a hermenêutica é a interpretação orientada para textos e na medida em que os textos são, entre outras coisas, exemplos da linguagem escrita, nenhuma teoria da interpretação é possível que não se prenda com o problema da escrita (*op. cit.*, p. 37).

Que mudança se opera na passagem da fala à escrita? Sendo a escrita também uma manifestação do discurso, o que a distancia da fala? Primeiramente, a passagem da fala à escrita implica em uma mudança relativa ao *meio* ou *canal* pelo qual o discurso se efetua. A expressão vocal, suporte fisiológico do discurso falado, é substituída pela inscrição em um suporte exterior, material. A primeira consequência disso é o fato de que, no plano do evento, a fala caracteriza-se como “um acontecimento que desaparece”, para usar as palavras de Émile Benveniste (PLGII, p. 231)<sup>32</sup>, enquanto que, na escrita, o discurso é fixado. Nas palavras de Ricoeur: “Porque o discurso só existe numa instância temporal e presente de discurso é que ele se pode desvanecer enquanto fala ou fixar-se como escrita” (RICOEUR, 1987, p. 38). Mas o que se fixa na escrita? Se

<sup>31</sup> Citação relativa ao texto *Semiologia da língua*, publicado originalmente em *Semiotica*, La Haye, Mouton & Co., 1969, e integrante do segundo volume de *Problemas de linguística geral*.

<sup>32</sup> Benveniste aí se refere à *frase*, unidade do discurso, em seu artigo intitulado *A forma e o sentido na linguagem*, originalmente publicado em *Le Langage II (Sociétés de Philosophie de langue française, Actes du XIIIe Congrès, Genève, 1966)*, Neuchâtel, La Baconnière, 1967, e presente no segundo volume de *Problemas de linguística geral*.

ela – a escrita – pode “salvar” o discurso, quais são as condições desse salvamento?

Ricoeur responde:

A escrita pode salvar a instância do discurso porque o que ela efectivamente fixa não é o evento da fala, mas o ‘dito’ da fala [...]. O que escrevemos, o que inscrevemos é o noema do acto de falar, a **significação** do evento linguístico, e não o evento enquanto evento (*op. cit.*, p. 39, grifo meu).

Há, portanto, na escrita, uma separação do par “evento-significação”, algo que, na fala, é tido como indissociável. O texto retém a significação, ao passo que oblitera o evento, uma vez que não reflete mais o quadro do diálogo caracterizador da fala. Por conseguinte, esse estatuto peculiar da escrita acarreta uma mudança na relação entre o discurso e o locutor, bem como entre o discurso e o ouvinte.

Com relação ao primeiro pólo, o da relação “locutor-mensagem”, a alteração que se dá da fala à escrita é sensivelmente visível. Opto, aqui, para dar conta de explicitá-la, por citar um longo trecho de Ricoeur:

No discurso, [...] a frase designa o seu locutor mediante diversos indicadores da subjectividade e personalidade. Mas, no discurso falado, a capacidade do discurso para se referir ao sujeito falante apresenta um carácter de imediatidade porque o locutor pertence à situação de interlocução. [...] Por conseguinte, a intenção subjectiva do locutor e a significação do discurso sobrepõem-se um ao outro de tal modo que é a mesma coisa entender o que o locutor pretende dizer e o que o seu discurso significa. [...] Contudo, com o discurso escrito, a intenção do autor e o significado do texto deixam de coincidir. [...] A inscrição torna-se sonónimo de **autonomia semântica** do texto, que resulta da desconexão da intenção mental do autor relativamente ao significado verbal do texto (*op. cit.*, p. 41, grifo meu).

Dessa forma, quando lidamos com o discurso escrito, “o que o texto significa interessa agora mais do que o autor quis dizer, quando o escreveu” (*idem*).

No que diz respeito ao segundo pólo do processo discursivo, a saber, a relação entre a mensagem e o ouvinte, Ricoeur observa também uma mudança no estatuto da escrita, em relação à fala. Assim, enquanto que, no discurso falado, o locutor dirige-se a um interlocutor previamente determinado, ou seja, a um “tu” que é presente, partilha e é constituinte da situação de diálogo, no discurso escrito, “um texto escrito dirige-se a um leitor desconhecido e, potencialmente, a quem quer que saiba ler” (*op. cit.*, p. 42), tendo em mente que essa potencialidade sofre, de certa forma, delimitações específicas, uma vez que, como afirma o autor, “uma obra cria o seu público” (*op. cit.*, p. 43). Dessa forma, se o texto comporta uma autonomia semântica com relação ao seu autor, é essa mesma autonomia que “abre o âmbito de leitores potenciais e, por assim dizer, cria o

auditório do texto” (*idem*). Ora, se é da natureza do discurso escrito estar aberto a um número indefinido de leitores, isso implica, em última instância, estar aberto também a um número indefinido de leituras, e, portanto, de interpretações.

No entanto, isso não significa que um texto seja aberto a todo e qualquer tipo de interpretação. Se, por um lado, a escrita rompe com o aspecto “eventual” caracterizador da instância de fala, e abala, com isso, a relação de referência ostensiva nela estabelecida pelos interlocutores<sup>33</sup>, por outro lado, isso não quer dizer que haja, no discurso escrito, uma ausência completa de referência. Em outras palavras, “o discurso não pode deixar de ser acerca de alguma coisa” (*op. cit.*, p. 46). Todo texto tem um autor e se destina a um leitor, sendo, por isso, portador de uma referência, mesmo que não ostensiva. O texto aponta, assim, “para um mundo possível, graças a sua referência não ostensiva” (*op. cit.*, p. 99). Cabe ao leitor, em seu gesto de leitura, restabelecer as relações referenciais do texto, gesto este que implica, em última instância, um *novo evento discursivo*. Conforme afirma Ricoeur:

O texto é como uma partitura musical e o leitor como o maestro que segue as instruções da notação. Por conseguinte, compreender não é apenas repetir o evento do discurso num evento semelhante, é gerar um novo acontecimento (*op. cit.*, p. 87).

Portanto, a produção do discurso escrito e sua leitura são, nessa acepção, dois eventos de discurso distintos. Nesse sentido, podemos afirmar, com Ricoeur, que o ato de leitura se configura como um **ato de apropriação**. Interpretar o sentido de um texto é, pois, **apropriar-se** dele, não no sentido de tomar posse (o que poria a interpretação sob o poder absoluto de quem lê), mas no sentido de torná-lo próprio, de atualizá-lo para o leitor presente, a partir de um novo evento de discurso, na relação do leitor com o texto. Diz Ricoeur:

Aquilo de que importa apropriar-se é o sentido do próprio texto, concebido de um modo dinâmico como a direcção do pensamento aberta pelo texto. Por outras palavras, aquilo de que importa apropriar-se nada mais é do que o poder de desvelar um mundo, que constitui a referência do texto. [...] Se se

---

<sup>33</sup> Para Ricoeur, todas as relações de referência, no discurso falado, são de ordem situacional, sendo estabelecidas a partir de uma relação interlocucionária, ou seja, na instância espaço-temporal do diálogo, na troca entre interlocutores. São, portanto, relações de “mostração”. No entanto, no que diz respeito ao discurso escrito, o autor afirma: “A ausência de uma situação comum gerada pela distância espacial e temporal entre o escritor e o leitor; o cancelamento do aqui e agora absoluto [...] como a origem de todos os lugares no espaço e no tempo; e a autonomia semântica do texto que o separa do presente do escritor e o abre a um âmbito indefinido de leitores potenciais num tempo indeterminado – todas essas alterações da constituição temporal do discurso se reflectem em alterações paralelas do carácter ostensivo da referência” (RICOEUR, 1987, p. 47).

pode dizer que coincidimos com alguma coisa não é com a vida interior do outro ego, mas com o desvelamento de um modo possível de olhar para as coisas, que é o genuíno poder referencial do texto (*op. cit.*, p. 104).

## 2.2. A interpretação como ato de apropriação

Tendo em mente a apresentação realizada acima acerca das ideias presentes em Ricoeur (1987), acredito poder depreender delas algumas implicações teóricas para minha própria prática interpretativa do texto benvenistiano de 1970.

Em primeiro lugar, se, conforme o autor, todo texto é portador de uma **autonomia semântica**, decorrente do hiato colocado entre o par “evento-significação” na passagem do discurso falado ao escrito, segue-se daí que tomar a “intenção do autor” como critério de interpretação do texto não constitui um modo válido de leitura. Assim, não é com a premissa de “interpretar o que o autor quis dizer” que me volto para o texto *O aparelho formal da enunciação*, de Émile Benveniste. Desse modo, filio meu gesto de interpretação à proposta de Françoise Gadet (cf. 1.2), a qual, ao realizar sua leitura do *Curso de Linguística Geral*, adverte: “*Ce sera finalement une lecture personnelle, ma lecture*” (GADET, 1996, p. 15). Da mesma maneira, alio minha leitura aos trabalhos dos demais autores apresentados, uma vez que eles, cada um a seu modo, também procuram interpretar os textos de Saussure e de Benveniste a partir de interesses particulares, o que, implicitamente, evidencia o gesto comum de uma leitura *peçoal*, e não a procura de uma intencionalidade mental do autor, supostamente propiciada através do texto. Portanto, se a autonomia semântica do texto é responsável por abrir a significação deste a um número indefinido de leituras (cf. RICOEUR, 1987), minha interpretação do texto benvenistiano de 1970 figura como uma dentre as múltiplas leituras que esse texto possibilita, sem o propósito ingênuo de dizer “o verdadeiro sentido” da obra, mas o de mostrar, ao contrário, o alcance teórico-metodológico que sua leitura coloca como horizonte de possibilidades<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Por mais que essa primeira questão aparente mostrar uma evidência (e sua discussão, em função disso, possa ser tomada como desnecessária), cabe lembrar que gestos interpretativos visando à busca de um “pensamento genuíno” do autor podem ser encontrados (estranhamente) no seio da própria linguística. Como já afirmei anteriormente (cf. 1.2), constituem exemplos dessa visão, contrária aos pressupostos ricoeurianos, estudos recentes como os de Bouquet (2000) e Depecker (2010), os quais promovem uma espécie de “retorno” ao pensamento do “verdadeiro” Ferdinand de Saussure a partir da leitura de seu conjunto de manuscritos, e nos quais se percebe, através da forte crítica ao *Curso de linguística geral* como “falseador” do pensamento “original” do mestre genebrino, uma leitura que visa à intencionalidade do autor.

Em segundo lugar, tomo como pressuposto o fato de que dar conta da totalidade de um texto está para além do nosso alcance. Ora, como bem observa Ricoeur (1987, p. 89), “o texto enquanto todo e enquanto totalidade singular pode comparar-se a um objecto que é possível ver a partir de vários lados, mas nunca de todos os lados ao mesmo tempo”. Por conseguinte, minha leitura de *O aparelho* apresenta necessariamente esse caráter “perspectivístico”, uma perspectiva epistemológica, na medida em que se propõe a jogar luz sobre as múltiplas possibilidades de enfoque que o estudo da enunciação permite, em seus diferentes aspectos.

Por fim, e como contrapartida ao primeiro ponto, se, por um lado, a interpretação do sentido de um texto não deve tomar como critério a intenção mental do autor, por outro, não se deve levar a crer que a significação textual está na dependência absoluta daquele que o lê, afinal, o texto impõe limites à sua interpretação, mediante suas próprias relações de referência não ostensiva. Nesse sentido, afirma Ricoeur (op. cit., p. 43): “O direito do leitor e o direito do texto convergem numa importante luta, que gera a dinâmica total da interpretação”. É tendo em mente essa relação dialética entre leitor e texto que procuro estruturar minha leitura epistemológica.

No caso específico do texto de Benveniste de 1970, a questão referencial merece especial atenção. Ora, como já explicitado na introdução deste trabalho e também a partir da revisão dos trabalhos de Dessons (2006) e Ono (2007) (cf. 1.3 e 1.4, respectivamente), *O aparelho* pode ser considerado como um “texto-síntese” da reflexão enunciativa de Émile Benveniste, na medida em que constitui um quadro formal esquemático da enunciação, condensando grande parte das discussões elaboradas em textos anteriores do linguista. Desse modo, acredito ser essencial, na tarefa exegética aqui proposta, restabelecer as relações referenciais do texto *O aparelho* em seus dois planos constitutivos: a) Analisá-lo a partir de suas relações “intratextuais”, ou seja, a partir das relações que as partes desse texto estabelecem entre si; e b) Interpretá-lo a partir de suas relações “intertextuais”, isto é, através das relações que o texto de 1970 estabelece com outros textos benvenistianos, com os quais constantemente dialoga. Em suma, a leitura epistemológica do texto *O aparelho* envolve a todo o momento, necessariamente e simultaneamente, o endereçamento tanto às diferentes partes desse mesmo texto, quanto aos diferentes textos de Benveniste no âmbito da enunciação.

Resumindo o que foi dito, é a partir de uma noção de interpretação tomada como **ato de apropriação** que realizo a tarefa de exegese aqui proposta. Trata-se da **minha**

leitura d'*O aparelho*, uma leitura especificamente epistemológica, do **meu** estabelecimento das referências intra e intertextuais relativas a esse texto, ou seja, uma dentre as muitas possibilidades de leitura que ele permite. Trata-se, em suma, de um novo evento de discurso, de uma nova enunciação.

Finalmente, parece-me ser possível deduzir, a partir do que foi dito e tal como salientado na introdução deste capítulo, que estas implicações teóricas acerca da noção de interpretação não serão diretamente observáveis durante a leitura epistemológica do texto de 1970. No entanto, a noção de interpretação aqui apresentada subjazerá à exegese, na medida em que ela permeia todos os aspectos metodológicos de leitura elucidados no **Capítulo 1**.

### CAPÍTULO 3

## OS OPERADORES DE LEITURA DE *O APARELHO FORMAL DA ENUNCIACÃO*

Levando em conta os aspectos metodológicos depreendidos através da análise dos trabalhos de leitura no âmbito da linguística, feitos no primeiro capítulo desta parte do trabalho, bem como as implicações relativas à noção de interpretação presente em Ricoeur (1987), apresentada no segundo capítulo, parto agora para a exposição dos operadores que constituirão a leitura epistemológica do texto *O aparelho formal da enunciação*, de Émile Benveniste.

#### 3.1. Da organização formal da exegese

Do que foi dito até aqui acerca do objetivo principal deste estudo, deduz-se de imediato que a leitura epistemológica de *O aparelho* é realizada, tal como deixo à mostra na introdução do trabalho, através de dois momentos distintos, os quais refletem o seu caráter duplo. Trata-se, portanto, de uma divisão: No **Capítulo 4**, procuro evidenciar em que medida o texto de 1970 condensa e organiza as problemáticas enunciativas desenvolvidas nos textos anteriores de Benveniste, momento da reflexão que corresponde ao que Normand (1996, p. 135) caracteriza como um “texto-balanço”. Em outras palavras, busco responder aqui a seguinte questão: que aspectos estão presentes em *O aparelho* que permitem considerá-lo como um “texto-síntese” da teoria benvenistiana? No **Capítulo 5**, busco mostrar o aspecto programático desse mesmo texto, investigando em que medida ele “abre” a reflexão a múltiplas possibilidades de análise da linguagem. A pergunta que norteia aqui o trabalho é, portanto: em que medida *O aparelho* pode ser considerado como um texto de abertura da teoria, ou seja, como um “texto-programa”?

Assim, no que diz respeito ao aspecto formal, isto é, à forma de apresentação da exegese de *O aparelho*, apresento os dois capítulos de maneira separada, devido às particularidades de cada um.

O **Capítulo 4** de exegese do texto de 1970 organiza-se obedecendo a divisões em *subcapítulos*. Tais divisões correspondem, na estrutura do capítulo, à operação de

*recortes* de partes do texto-alvo deste estudo, as quais são redigidas no início de cada subdivisão em uma caixa de texto<sup>35</sup>. Como se pode ver, tal organização segue, de certa forma, o modelo proposto por Gadet (1996) para sua leitura do *Curso de Linguística Geral* (cf. 1.3). Cabe, no entanto, explicitar que realizo os recortes a partir de dois critérios:

- a) **Seguir a ordem do texto original** – Trata-se de uma apresentação gradual do texto de 1970, cuja óbvia pretensão é a de analisá-lo por partes e numa sequência coerente com a do original<sup>36</sup>. Não estou contrapondo ideias: Se adoto aqui uma “linearidade”, ela diz respeito a uma linearidade de *apresentação* do texto. Assim, mesmo que a leitura deste siga, por conta de tal critério, um aspecto de certa forma sequencial, essa linearidade não se impõe com rigor (conforme adiante), e é relativa ao *próprio texto*, e não a uma linearidade de leitura *entre os textos*, tal como criticado anteriormente (cf. 1.5);
- b) **Realizar os recortes segundo um ponto de vista temático** – Dessa forma, o fator que delimita o início e o fim de cada recorte é, antes de tudo, a problemática que é nele abordada. Ora, se defendemos que *O aparelho* configura-se como um “texto-síntese” da reflexão enunciativa de Benveniste, cabe, na sua leitura, mostrar como ali estão presentes as problemáticas que constituem tal reflexão, e que foram desenvolvidas nos textos anteriores do linguista. Seguimos, portanto, um critério de *sentido* na delimitação de cada recorte, sem qualquer preocupação relativa a uma uniformidade de extensão entre eles.

Poder-se-ia fazer a objeção de que os dois critérios explicitados acima são contraditórios, na medida em que o primeiro deles atenta para a sequência *formal* do texto, enquanto que o segundo aponta para o conteúdo *semântico* do mesmo, não sendo possível, portanto, estabelecer ambos como critérios de recorte do texto-alvo da exegese. No entanto, não acredito que esses dois critérios sejam de natureza excludente

---

<sup>35</sup> No entanto, o texto *O aparelho formal da enunciação* encontra-se também redigido de forma integral e sem divisões, ao final do trabalho, em **Anexo**.

<sup>36</sup> Neste ponto, meu método difere do de Gadet (1996) (cf. 1.2), tanto porque o intuito da autora não é o de apresentar, em recortes, **todo** o *CLG* (e o meu é o de mostrar, em recortes, **todo** *O aparelho*), quanto porque essa apresentação dos recortes não segue a mesma ordem do *Curso*.

(admiti-lo seria até mesmo ir contra um princípio enunciativo<sup>37</sup>), pelo contrário: eles obedecem à própria configuração de *O aparelho*, texto tido ao mesmo tempo como *sintetizador* e *organizador* de uma teoria. Assim, se o texto de 1970 reúne a reflexão enunciativa de forma sistemática, cabe à sua leitura epistemológica tanto a atenção à categorização das ideias, quanto à sequencialidade destas.

Porém, tal como explicitado na introdução deste trabalho, antes da divisão em subcapítulos, inicio a exegese com uma breve apresentação de ordem “genética” de *O aparelho*, tendo como objetivo introduzir a leitura do mesmo através da contextualização de sua produção. Trata-se, ainda aqui, de uma influência do trabalho de Gadet (1996) (cf. 1.2 e 1.5).

Quanto à estrutura organizacional do **Capítulo 5**, esta difere da do capítulo acima exposto, uma vez que o que importa, neste último caso, é tão somente a reflexão sobre os pontos programáticos do texto de 1970 e da elucidação de alguns exemplos do que se desenvolveu, em termos de desdobramentos teóricos, a partir destes pontos de abertura da teoria enunciativa. Assim, diferentemente de seu capítulo antecedente, neste, a exegese não se dá a partir de subcapítulos que convoquem, em seu conjunto, a totalidade do texto *O aparelho*. Não há, assim, recortes explícitos do texto de 1970, apenas a discussão das temáticas envolvidas no seu aspecto prospectivo e de alargamento do escopo enunciativo em relação aos fatos de língua. A formalização e a extensão deste capítulo não se assemelham, portanto, às do capítulo anterior.

### 3.2. Dos aspectos textuais da leitura

Em um trabalho cujo objetivo diz respeito à proposição de exegese de um texto, é de fundamental importância, antes de tudo, assumir um ponto de vista com relação à leitura desse texto. Trata-se, enfim, de dar clareza ao modo como ele será lido, tendo em vista os objetivos de sua leitura. Para isso, é necessário explicitar que tipos de relação são estabelecidos na leitura do texto, e de que forma essas relações contribuem para a interpretação do mesmo.

---

<sup>37</sup> “Forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua” (PLGI, p. 135). Este trecho é oriundo do texto *Os níveis da análise linguística*, publicado originalmente em *Proceedings of the 9th International Congress of linguistics*, Cambridge, Mass., 1962, Mouton & Co., 1964.

Assim, se defendo a hipótese de que o texto *O aparelho formal da enunciação* condensa e sistematiza a reflexão enunciativa de Benveniste, ao mesmo tempo em que “abre” a teoria a múltiplas possibilidades de análise da linguagem, pretendo evidenciar essa hipótese a partir de uma leitura epistemológica baseada em duas ordens de relações, as quais nomeio de **relações intratextuais** e **relações intertextuais**. À primeira ordem, correspondem as relações que o texto apresenta em seu interior, ou seja, as relações semânticas que se estabelecem entre as partes do texto, de modo a formar-lhe um todo e a constituir, assim, a sua coerência. À segunda ordem, correspondem as relações que o texto estabelece com outros textos, nesse caso, com o conjunto de textos benvenistianos voltados para a enunciação. Segue-se daí que, se olho para o texto de 1970 a partir dessas relações, é porque o tomo como *texto*, na sua própria condição de *texto*.

Portanto, fica claro, desde já, que o ponto de vista aqui adotado não é relativo a uma busca pelo “pensamento original do autor”, ou por sua “intenção mental”. É por outra via que sigo: procuro olhar para o texto a partir de sua dupla propriedade de ser provido de sentido e de referência (cf. RICOEUR, 1987). Cabe-me, assim, desvelar os sentidos do texto, estabelecendo referência tanto com relação às partes que o compõem, quanto com relação aos outros textos com os quais ele dialoga.

Da mesma forma, vale aqui ressaltar que as relações intra e intertextuais constituem os operadores de leitura de **ambos os capítulos 4 e 5** do presente estudo. Ora, não haveria qualquer possibilidade de se pensar o texto *O aparelho* nem como “texto-síntese” nem como “texto-programa” sem levar em conta simultaneamente, nos dois casos, essas duas categorias de relações.

### 3.2.1. Das relações intratextuais

Dentre relações internas que o texto de 1970 estabelece entre suas partes constitutivas, ou seja, do ponto de vista da *sincronia*<sup>38</sup>, são de extrema importância, para minha interpretação epistemológica do mesmo, os seguintes aspectos:

- a) O tratamento terminológico e conceitual

---

<sup>38</sup> O uso do termo “sincronia” constitui um empréstimo de Saussure (*CLG*), e, por esse motivo, cabe aqui especificá-lo. Assim, tomo *sincronia*, neste trabalho, referindo-me às relações estabelecidas no interior de um mesmo texto.

Sabemos que a teoria esboçada por Émile Benveniste caracteriza-se, entre outras coisas, por certa “flutuação” terminológica. Exemplo disso é o fato de que podemos perceber que o linguista, em alguns de seus textos (*O aparelho é um deles*), usa diferentes nomes para se referir a um mesmo conceito. Da mesma maneira, é notável, na reflexão benvenistiana, uma “flutuação conceitual”. Desta vez, trata-se de vermos, nos textos do autor, uma nítida falta de uniformidade com relação à definição de certos conceitos cardeais da teoria. No entanto, uma leitura atenta dos textos permite mostrar que é possível depreendê-los, uma vez que se reconheça que eles são constituídos necessariamente através das relações que mantêm uns com os outros.

Assim, a tarefa aqui consiste em mostrar de que maneira esses conceitos cardeais da reflexão benvenistiana se relacionam **no interior do texto de 1970**. Para tanto, deve-se descrever, no decorrer da exegese, o modo pelo qual tais conceitos se definem: Que termos são usados para designá-los? A quais outros conceitos estão associados? Que tipos de relações semânticas eles estabelecem entre si? Por fim, como eles, em seu conjunto e através de suas relações, possibilitam a sistematização da teoria enunciativa?

Trata-se, por exemplo, de ver a quais conceitos remetem as muitas ocorrências do termo “enunciação” em *O aparelho*, e, inversamente, como um mesmo conceito se faz ver, no interior do mesmo texto, através de diferentes termos. Este constitui, assim, um método semelhante ao traçado por Ono (2007) na sua investigação acerca da “noção de enunciação” em Benveniste (cf. 1.4);

#### b) O tratamento dos diferentes aspectos da enunciação

Se a questão terminológica e conceitual é problemática na teoria esboçada por Benveniste, isso se deve, em parte, pelo fato de que, embora haja um eixo comum às reflexões do linguista, ao qual Ono (*op. cit.*) se refere como “noção de enunciação” e Flores (2012) define sob o axioma “o homem está na língua”, as problemáticas benvenistianas diferem-se radicalmente de um texto para outro. Assim, por exemplo, vemos, em determinados textos, uma preocupação do linguista com as marcas linguísticas de subjetividade através da análise de certas classes gramaticais (como os pronomes e verbos), e, em outros textos, uma abordagem voltada para a relação entre

*forma* e *sentido* na linguagem. Como isso, podemos dizer que a reflexão acerca da enunciação se apresenta, nos textos de Benveniste, a partir de diferentes *aspectos*. Consequentemente, ao tomar o texto *O aparelho* como um “texto-síntese”, deve-se reconhecer que este traz, de certa forma, essas diferentes problemáticas, que apontam para os diferentes pontos de vista através dos quais se deu a investigação do mesmo fenômeno linguístico.

O interesse aqui é, portanto, ver quais são os diferentes aspectos da enunciação presentes no texto benvenistiano de 1970, como se relacionam entre si, em que medida eles revelam o caráter onipresente da enunciação com relação a todos os níveis da língua, quais são os conceitos que os interligam e que perspectivas de análise da linguagem cada um deles possibilita.

### 3.2.2. Das relações intertextuais

No que diz respeito às **relações intertextuais** do texto de 1970, isto é, às relações que se estabelecem em *diacronia*<sup>39</sup>, entre *O aparelho* e os demais textos de Benveniste no campo enunciativo, acredito que sejam de relevância para a leitura epistemológica aqui proposta os seguintes aspectos:

#### a) O tratamento terminológico e conceitual

Assim, tendo em mente a peculiaridade do pensamento benvenistiano no tocante à questão terminológica, elucidada anteriormente, a questão aqui diz respeito às relações que termos e conceitos presentes no texto de 1970 mantêm com outros textos de *PLGI* e *PLGII*. Ora, se é correto dizer que a leitura de *O aparelho* está na dependência da leitura de outros textos do autor, é porque, como vimos através do trabalho de Ono (2007) (cf. **1.4**), a noção de enunciação não se desenvolve num único texto, pelo contrário: ela é teorizada gradualmente por Benveniste, através de diferentes textos e em diferentes épocas. Dessa forma, a remissão ao conjunto de trabalhos a partir dos quais se convencionou falar em uma “teoria da enunciação” é, aqui, de suma necessidade.

---

<sup>39</sup> Assim como “sincronia”, tomo o termo “diacronia” como empréstimo de Saussure (*CLG*), designando, aqui, as relações estabelecidas entre os textos de Benveniste, publicados em diferentes épocas.

Trata-se, portanto, nesse caso, de investigar a quais textos os conceitos mobilizados em *O aparelho* se remetem, em que tipo de problemática eles se inserem, a partir de que termos são tratados e a quais outros conceitos se encontram associados. Em outras palavras, o objetivo é, aqui, descrever essa complexa teia formada por relações conceituais **entre os textos** de Benveniste, através da qual se desenvolve a teoria enunciativa. Assim, esse aspecto da leitura configura-se como uma espécie de “gênese” dos conceitos e noções da teoria, ao modo do estudo desenvolvido por Ono (*op. cit.*).

b) O tratamento dos diferentes aspectos da enunciação

Da mesma forma que é importante investigar acerca das relações que os aspectos da enunciação presentes no texto *O aparelho* estabelecem entre si (viés sincrônico), acredito que também é de importância, para a leitura desse texto, descrever as relações intertextuais de tais aspectos. Em outros termos, cabe a esse viés diacrônico de leitura também remeter os diferentes aspectos enunciativos apresentados no texto de 1970 aos demais textos benvenistianos, descrevendo como e no seio de quais problemáticas cada um desses pontos de vista se desenvolveu, e mobilizando juntamente nisso as relações conceituais tratadas acima.

c) O tratamento das referências técnicas dos textos

Por remeter o texto *O aparelho* a outros textos de Benveniste, cabe aqui voltar a falar sobre a particularidade relativa à publicação desses textos, de modo a esclarecer (talvez já de forma tardia) o modo através do qual farei referência a eles no decorrer de minha leitura. Essa última questão merece especial atenção, uma vez que, se não tratada com o devido cuidado, pode gerar certa confusão na orientação entre os textos.

Conforme mencionado nas linhas introdutórias desse estudo, o que se convencionou chamar de “teoria da enunciação” diz respeito, na verdade, a um conjunto de textos originalmente publicados em diferentes épocas (da década de 1940 à década de 1970) e em periódicos científicos voltados para diferentes áreas do conhecimento. Tais textos foram, posteriormente, agrupados na forma de dois livros, intitulados *Problemas de Linguística Geral I e II*.

Tendo em vista essa particularidade, para me referir aos textos benvenistianos, opto por seguir uma convenção de abreviaturas, as quais estão explicitadas nas primeiras páginas deste trabalho<sup>40</sup>. Além disso, as referências dos textos estão ligadas à edição original francesa e à edição brasileira aqui utilizada dos *Problemas de Linguística Geral I e II* (1966/2005 e 1974/2006, respectivamente), sendo que tais referências são abreviadas em *PLGI* e *PLGII*. Quanto às referências da publicação original de cada texto citado, estas são informadas em notas de rodapé.

### 3.3. Da operacionalização dos aspectos textuais da leitura

Cabe, aqui, explicitar de que forma se dá a operacionalização dos aspectos textuais elucidados acima, isto é, de que modo eles configuram o funcionamento da leitura epistemológica do texto *O aparelho formal da enunciação*, de Émile Benveniste.

O primeiro ponto importante a ser considerado diz respeito ao fato de que, embora as relações de caráter intra e intertextual sejam aqui apresentadas em separado, essa divisão obedece apenas a um artifício didático de apresentação, não correspondendo efetivamente ao modo de leitura de *O aparelho*. Assim, as relações entre os termos, conceitos, noções e aspectos que compõem a reflexão enunciativa, sejam elas referentes ao próprio texto de 1970, ou na relação entre este e os demais textos de Benveniste, não constituem etapas da exegese. Pelo contrário: os aspectos acima elucidados são, nela, mobilizados **em seu conjunto**, incidindo, portanto, de forma **constante e simultânea** no seu decorrer. Ora, percebe-se nitidamente, na exposição feita dos aspectos de leitura, uma certa dificuldade em se diferenciar as relações conceituais estabelecidas em sincronia (no interior do texto *O aparelho*) das estabelecidas em diacronia (entre o texto *O aparelho* e os demais), e isso se dá, essencialmente, porque não é possível analisar uma ordem de relações separadamente da outra. Ou seja, a investigação terminológica e conceitual da teoria benvenistiana supõe, ao mesmo tempo, relações intra e intertextuais. De semelhante maneira, é evidente que aspectos de ordem terminológica e conceitual sejam de indispensável necessidade para se examinar também as relações entre os diferentes pontos de vista acerca da enunciação, isto é, o modo como se relacionam as diferentes problemáticas concernentes ao fenômeno enunciativo. Desse modo, acredito estar próximo do que

---

<sup>40</sup> Ver **Abreviações e Referências**.

Normand (2009) chama de uma “leitura recorrente” (cf. **1.1**), e Gadet (1996) nomeia de uma “leitura global” (cf. **1.2**).

O segundo ponto para o qual chamo a atenção é decorrente do primeiro e diz respeito ao fato de que, mesmo que os recortes do texto *O aparelho* sejam apresentados em uma ordem linear, as relações intra e intertextuais, ao incidirem simultaneamente na exegese, mostram que esta não segue tal linearidade. Portanto, essa simultaneidade metodológica revela os aspectos de leitura destacados a partir da revisão dos trabalhos de Dessons (2006) e Ono (2007) (cf. **1.3** e **1.4**, respectivamente), a saber, a impossibilidade de uma leitura isolada dos textos de Benveniste, bem como de uma leitura linear desses textos. Trata-se, na esteira desses mesmos autores, de ler epistemologicamente o texto de 1970 a partir dos conceitos que ele encerra e das relações a partir das quais estes se constituem, o que significa, em suma, colocar necessariamente o texto *O aparelho* em contato com os demais trabalhos de Benveniste (cf. **1.5**). Segue-se daí que, conforme já explicitado, ambas as relações **intratextuais** e **intertextuais** são simultaneamente necessárias, tanto na investigação pelo caráter de síntese (**Capítulo 4**) quanto pelo de abertura (**Capítulo 5**) do texto benvenistiano de 1970.

Por fim, é importante salientar que a exegese do texto *O aparelho* também se beneficia de trabalhos de outros estudiosos e comentadores da teoria benvenistiana (alguns dos quais estão presentes no **Capítulo 1**), seja para elucidar pontos relevantes por eles levantados em cada questão abordada, seja para corroborar com as formulações interpretativas resultantes de minha própria leitura epistemológica. No entanto, para que esta se mantenha organizada como uma exegese do texto de 1970 e uma leitura epistemológica da reflexão de Benveniste, as remissões aos trabalhos de autores secundários serão feitas, na maior parte das vezes, em notas de rodapé. Assim, de forma geral, as notas presentes durante a exegese constituem três tipos distintos: 1. Notas técnicas relativas à **referência das publicações originais dos textos de Benveniste**, uma vez que as referências no corpo do texto seguem a padronização estipulada no início do trabalho<sup>41</sup>; 2. Notas relativas aos **próprios textos de Benveniste** que corroboram as proposições de leitura; 3. Notas relativas à **citação de autores secundários**, cujos comentários se mostrem relevantes na reflexão.

---

<sup>41</sup> Ver **Abreviações e Referências**.

O quadro a seguir permite elucidar de forma esquemática essa exposição acerca dos princípios para a leitura epistemológica do texto *O aparelho*:

	Capítulo 4		Capítulo 5	
Questão norteadora	Em que medida é possível considerar que <i>O aparelho</i> constitui um “texto-síntese” da teoria enunciativa?		Em que medida é possível considerar que <i>O aparelho</i> constitui um “texto-programa” da teoria enunciativa?	
Organização formal	Subcapítulos que se dividem conforme recortes graduais e temáticos de <i>O aparelho</i> , seguindo a ordem do texto original.		Subcapítulos que abordam apenas os pontos programáticos e de abertura da teoria enunciativa, sem a preocupação de trazer todo o texto <i>O aparelho</i> .	
Aspectos textuais	Relações intratextuais	Entre os termos e conceitos do texto <i>O aparelho</i> .	Relações intratextuais	Entre os termos e conceitos do texto <i>O aparelho</i> .
		Entre os diferentes pontos de vista sobre a enunciação que <i>O aparelho</i> contém.		Entre os diferentes pontos de vista sobre a enunciação que <i>O aparelho</i> contém.
	Relações intertextuais	Relação dos termos e conceitos <i>entre</i> o texto <i>O aparelho</i> e os demais.	Relações intertextuais	Relação dos termos e conceitos <i>entre</i> o texto <i>O aparelho</i> e os demais.
		Relação dos pontos de vista da enunciação <i>entre</i> <i>O aparelho</i> e os demais textos.		Relação dos pontos de vista da enunciação <i>entre</i> <i>O aparelho</i> e os demais textos.

Assim, tendo estabelecido, nos três capítulos que compõem essa primeira parte, as bases teórico-metodológicas estruturantes deste estudo, parto agora para segunda

parte do trabalho, a saber, a incursão propriamente dita à leitura epistemológica do texto *O aparelho formal da enunciação*, de Émile Benveniste. Assim, apresento a seguir, à moda de uma introdução aos dois capítulos que se seguem, uma exposição de ordem “genética” do texto de 1970, fornecendo, em linhas gerais, relevantes informações históricas relativas ao processo de produção e publicação do mesmo.

**PARTE II****UMA EXEGESE DE *O APARELHO FORMAL DA ENUNCIÇÃO***

## Introdução da Parte II

Na primeira parte deste estudo, esforcei-me em estabelecer, a partir da revisão de trabalhos de leitura no âmbito na linguística e da reflexão sobre a noção de interpretação presente em Ricoeur (1987), alguns aspectos que me possibilitassem forjar operadores de leitura propícios ao meu propósito de exegese do texto benvenistiano *O aparelho formal da enunciação*. Assim, tendo realizado, nos três capítulos anteriores, esse necessário percurso de construção metodológica, os dois capítulos que se seguem constituem o efetivo trabalho de leitura epistemológica do artigo de Benveniste de 1970, motivo pelo qual opto por inseri-los em uma segunda parte.

Tendo em mente essa nova etapa do trabalho, acredito que seja de relevância para a tarefa aqui proposta ressaltar, de forma introdutória, alguns pontos importantes acerca do processo de feitura do texto *O aparelho*, os quais, de certa forma, incidem sobre a leitura, e aos quais retorno no decorrer da mesma, ainda que – ressalva seja feita – não seja meu propósito neste estudo fazer uma leitura “histórica” do texto de 1970. Realizo, portanto, como introdução desta segunda parte do trabalho, uma breve “gênese” do texto benvenistiano, a partir de dados extraídos do estudo “genético-textual” de Fenoglio (2011)<sup>42</sup>. Creio que essa seja uma boa forma de dar início à tarefa estipulada para este estudo, ou, ao menos, de abrir-lhe terreno, contextualizando o texto-alvo da presente exegese.

Embora seja mais conhecido por sua publicação em *Problemas de Linguística Geral II* (1974), do qual constitui o capítulo quinto, o célebre texto de Benveniste, intitulado *O aparelho formal da enunciação*, foi originalmente publicado em março de 1970, no décimo sétimo número de *Langages*<sup>43</sup>, revista francesa voltada para o campo da linguística.

Contudo, a criação do texto de 1970 se deu, na verdade, entre os anos de 1968 e 1969, a pedido do linguista Tzvetan Todorov, o qual havia sido nomeado o responsável pela edição de um número da revista *Langages*, voltado para os estudos enunciativos. A carta datilografada de Todorov, endereçada a Benveniste em 30 de setembro de 1968, coloca em detalhe esse ponto:

---

<sup>42</sup> Os dados manuscritos citados nesse trabalho fazem parte do *Fonds Benveniste*, coleção de manuscritos sob responsabilidade do Departamento de Manuscritos da Biblioteca Nacional da França (BnF). No entanto, as citações são feitas a partir do trabalho de Irène Fenoglio (2011).

<sup>43</sup> *Langages*, Paris, Didier-Larousse, 5º ano, nº 17 (março de 1970), p. 12-18.

*Je suis chargé par le comité de rédaction de la revue Langages d'« éditer » un numéro sur l'étude de l'énonciation. J'ai proposé ce thème en pensant particulièrement aux travaux que vous lui avez consacrés et dans la perspective que vous avez tracée. Je souhaite vivement que vous puissiez collaborer à ce numéro ; plus même, il ne se justifie que si vous pouvez nous accorder cette collaboration. La raison en est double : vous savez d'une part l'admiration que je porte à vos travaux ; d'autre part, vous êtes littéralement celui qui a introduit ce thème dans la linguistique contemporaine (Fonds Benveniste, BnF, apud FENOGLIO, 2011, p. 275).*

Benveniste é, assim, convocado de forma elogiosa por Todorov para colaborar com a revista *Langages*, uma vez que ele é, segundo o próprio editor, aquele que funda essa nova perspectiva acerca da linguagem, tomada como tema no décimo sétimo número do periódico. Em uma segunda correspondência, datada de 6 de outubro de 1968, Todorov esclarece seu pedido a Benveniste, especificando a temática a ser desenvolvida no texto para publicação:

*Il faut d'abord poser la distinction entre la langue comme système formel de signes et le discours comme acte individuel d'utilisation de la langue. Je préfère cependant le terme d'énonciation à celui de discours, car ce dernier peut également devenir le synonyme d'« énoncé » [...]. Énonciation s'oppose donc : a) à langue et b) à énoncé [...]; le procès d'énonciation englobe l'émission, la transmission, la réception, l'émetteur, le récepteur, le contexte. Cet acte individuel d'utilisation ne peut être comparé à celui de l'utilisation d'un instrument quelconque [...]. Une série de signes particuliers [...] ne reçoivent un sens que dans le procès d'énonciation. Ainsi de certains pronoms (le problème de la deixis), adverbes, temps du verbe, modes (vocatif, impératif). La description de leur fonctionnement constitue le premier pas dans l'étude de l'énonciation (Fonds Benveniste, BnF, apud FENOGLIO, 2011, p. 275-276).*

Como veremos mais adiante, a partir da leitura de *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste parece levar muito a sério as sugestões de Todorov na elaboração de seu texto, tomando alguns dos apontamentos do editor como pontos cardeais de sua reflexão. Conforme afirma Fenoglio (2011), isso não significa que Benveniste tenha se apossado das ideias de Todorov, pelo contrário: é Todorov que parece evidenciar uma leitura profunda da reflexão desenvolvida por Benveniste em seus trabalhos, colocando em pauta questões problemáticas acerca da enunciação, a serem tratadas pelo linguista.

É seguindo essa orientação que Benveniste elabora seu texto, e o próprio título da obra permite evidenciar um exemplo, o qual adianto desde já. Ora, basta um rápido passar de olhos pelo sumário de ambos os volumes de *Problemas de Linguística Geral* para perceber que o termo “enunciação” não é usado em nenhum dos títulos neles presentes, com exceção do texto de 1970. Da mesma forma, tal termo ganha uma

ocorrência muito maior neste trabalho específico, se comparado aos demais textos do autor, e com um sentido também outro. Não quero dizer, com isso, que a *noção de enunciação* não esteja presente nas reflexões anteriores de Benveniste<sup>44</sup>. Ressalto apenas um dado estatístico relativo à ocorrência do termo, o qual não deixa de ser significativo para a leitura do texto de 1970. Benveniste adota, assim, o termo sugerido por Todorov, elevando-o à posição de conceito central da teoria por ele esboçada.

Ainda como forma de ressalva, destaco que não é minha intenção afirmar que a escolha de termos efetuada por Benveniste neste texto se deva exclusivamente à sugestão do editor do periódico; deve-se levar em conta, antes de tudo, o fato de a revista *Langages* ser destinada a um público de **linguistas**. Assim, acredito que esse fator incida preponderantemente sobre a forma como a enunciação é tratada no texto e, conseqüentemente, sobre a escolha dos conceitos nele mobilizados. Um exemplo: Como podemos ver através da leitura do *O aparelho*, a ocorrência do termo “sujeito” se dá somente em dois momentos do texto, sendo ambos correspondentes a um mesmo parágrafo, relativo ao aspecto da “realização vocal da língua”:

Na prática científica procura-se eliminar ou atenuar os traços individuais da enunciação fônica recorrendo a **sujeitos** diferentes e multiplicando os registros, de modo a obter uma imagem média de sons, distintos ou ligados. Mas cada um sabe que, para o mesmo **sujeito**, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente, e que a noção de identidade não é senão aproximativa mesmo quando a experiência é repetida em detalhe (*PLGII*, p. 82-83, grifos meus).

Fica claro, nessa passagem, que “sujeito” é aí um termo não-teórico, empregado com o sentido de “indivíduo que fala”, de “sujeito empírico”<sup>45</sup>, muito diferente, por exemplo, da acepção teórica dada à palavra no texto *Da subjetividade na linguagem* (1958), publicado em uma revista de psicologia<sup>46</sup>. Em *O aparelho*, os termos largamente utilizados por Benveniste para se referir ao ato de enunciação são os de “locutor” e “enunciador”, termos esses muito mais familiares a um público de linguistas.

---

<sup>44</sup> Vimos esse aspecto problemático da reflexão benvenistiana em (1.4), a partir do trabalho de Ono (2007). No entanto, como deixei expresso então, essa complexa problemática envolvendo o termo “enunciação” e a *noção de enunciação*, dada a sua importância, também se faz presente no decorrer da exegese do texto *O aparelho*.

<sup>45</sup> Essa mesma constatação é evidenciada no *Dicionário de linguística da enunciação* (FLORES *et al.*, 2009), através do verbete *sujeito* (p. 220-221).

<sup>46</sup> O texto *Da subjetividade na linguagem* foi publicado originalmente em *Journal de psychologie*, jul.-set. 1958, P.U.F. Em *PLGI*, tal texto constitui o capítulo 21.

Da mesma forma, não há, no texto de 1970, qualquer ocorrência do termo “subjetividade”, ou ainda, do termo “intersubjetividade”, ambos também presentes no texto benvenistiano de 1958. No entanto, no trabalho de 1970, aparecem, como substitutos para o primeiro termo, sintagmas como, por exemplo, “ato individual”, “traços individuais”, “conversão individual” e “realização individual”, e, para o segundo, expressões como “alocução”, “co-referir” e “estrutura do *diálogo*”. Assim, mesmo que não estejam formalmente presentes no texto *O aparelho*, as noções de *subjetividade* e *intersubjetividade* subjazem e fundamentam a reflexão aí desenvolvida<sup>47</sup>. Nesse ponto, e sem querer adiantar mais, acredito que a escolha dos termos nessa reflexão tenha tal configuração devido, principalmente, ao fato de que Benveniste aí **se dirige a linguistas**, e, sobretudo, porque fala especificamente sobre o **emprego da língua**, abordando a enunciação a partir de seu **quadro formal de realização**, sistematizando, portanto, os conceitos enunciativos na forma de um **aparelho linguístico** (cf. FENOGLIO, 2011). Desse modo, ainda que as **noções** de *sujeito*, *subjetividade* e *intersubjetividade* estejam presentes no texto e constituam a relação entre o homem e a língua, elas não se apresentam nesses mesmos termos.

Trata-se, para finalizar essa primeira aproximação, de um texto que **reúne e organiza**, mesmo que muito sumariamente<sup>48</sup>, as reflexões desenvolvidas por Émile Benveniste no âmbito da enunciação, constituindo-se, assim, ao mesmo tempo, como um texto de retomada e como um texto operacionalizador e, portanto, fundador de um discurso teórico.

---

<sup>47</sup> Curiosamente, ou talvez em concordância com a quase ausência do termo “sujeito” e a total ausência do termo “subjetividade” no texto de 1970, este não se encontra disposto na quinta parte de *Problemas de Linguística Gera II*, intitulada *O homem na língua*, e sim na segunda parte, chamada *A comunicação* (cf. *PLGII*).

<sup>48</sup> De fato, o texto *O aparelho formal da enunciação* chama a atenção por seu caráter esquemático e, conseqüentemente, reduzido. Essa característica não deixou de ser comentada por Tzvetan Todorov em uma de suas correspondências a Émile Benveniste. Diz ele, em sua carta: “*Permettez-moi de vous dire combien j’ai admiré la manière magistrale dont vous posez les problèmes de l’énonciation. Mon seul regret est que vous ne consacriez à ces questions beaucoup de pages – un livre que vous êtes le seul capable à écrire*” (Fonds Benveniste, BnF, apud FENOGLIO, 2011, p. 276). Como veremos adiante, essa característica constitui mais um desafio à leitura, uma vez que o texto de 1970 condensa, às vezes até mesmo em uma única frase, um grande número de informações.

## CAPÍTULO 4

### **O APARELHO FORMAL DA ENUNCIÇÃO – UMA SÍNTESE ORGANIZADORA DA REFLEXÃO ENUNCIATIVA DE ÉMILE BENVENISTE**

Neste capítulo, realizo uma leitura epistemológica do texto *O aparelho formal da enunciação*, último texto publicado por Émile Benveniste no âmbito de sua reflexão enunciativa, buscando interpretá-lo a partir das relações que ele estabelece com os textos anteriores do linguista. Pretendo, assim, mostrar em que medida tais relações permitem erigir o texto de 1970 como o trabalho que sintetiza e organiza as principais problemáticas desenvolvidas por Benveniste a respeito do que ele nomeia de “o homem na língua”, consistindo, desse modo, em um ponto nodal de organização e teorização dos conceitos e noções que constituem e configuram uma “teoria da enunciação”. A perspectiva que norteia a leitura efetuada neste capítulo é, portanto, a do texto de 1970 como um “texto-síntese”, de sistematização teórica, seguindo, para tanto, as diretrizes metodológicas estabelecidas no **Capítulo 3** deste estudo.

#### **4.1. A distinção entre “emprego das formas” e “emprego da língua”**

Todas as nossas descrições linguísticas consagram um lugar frequentemente importante ao “emprego das formas”. O que se entende por isso é um conjunto de regras fixando as condições *sintáticas* nas quais as formas podem ou devem normalmente aparecer, uma vez que elas pertencem a um paradigma que arrola as escolhas possíveis. Estas regras de emprego são articuladas a regras de formação indicadas antecipadamente, de maneira a estabelecer uma certa correlação entre as variações morfológicas e as latitudes combinatórias dos signos (acordo, seleção mútua, preposições e regimes dos nomes e dos verbos, lugar e ordem, etc.). Como as escolhas estão limitadas de uma parte e de outra, parece que se obtém assim um inventário que poderia ser, teoricamente, exaustivo, dos empregos como das formas, e em consequência uma imagem pelo menos aproximativa da língua em emprego.

Gostaríamos, contudo, de introduzir aqui uma distinção em um funcionamento que tem sido considerado somente sob o ângulo da nomenclatura morfológica e gramatical. As condições de emprego das formas não são, em nosso modo de entender, idênticas às condições de emprego da língua. São, em realidade, dois mundos diferentes, e pode ser útil insistir nesta diferença, a qual implica uma outra maneira de ver as mesmas coisas, uma outra maneira de as descrever e de as interpretar.

O emprego das formas, parte necessária de toda descrição, tem dado lugar a um

grande número de modelos, tão variados quanto os tipos linguísticos dos quais eles procedem. A diversidade das estruturas linguísticas, tanto quanto sabemos analisá-las, não se deixa reduzir a um pequeno número de modelos, que compreendem sempre e somente os elementos fundamentais. Ao menos dispomos assim de certas representações muito precisas, construídas por meio de uma técnica comprovada.

Coisa bem diferente é o emprego da língua. Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido.

(*PLGII*, p. 81-82)

Conforme afirmei nas linhas introdutórias deste trabalho, os textos de Émile Benveniste são, em geral, conhecidos não apenas pela genialidade e pela novidade do pensamento desse linguista, mas também pela sua dificuldade de leitura, devido em parte pela complexidade dos temas neles tratados, e em parte pela dificuldade imposta por questões de ordem terminológica e nocional. No caso particular do texto *O aparelho formal da enunciação*, essa dificuldade já se mostra presente logo nas primeiras linhas.

Como podemos perceber, em um texto desenvolvido no intuito de abordar a língua através do fenômeno da enunciação, tal como o título do mesmo deixa explícito, Benveniste dedica suas primeiras palavras a uma importante e complexa distinção, um *a priori* fundamental para a abordagem que se seguirá, uma vez que permite situar epistemologicamente a perspectiva por ele aí tomada, distinguindo-a das demais abordagens descritivas dos fatos de língua comumente empregadas no campo da linguística. Em outras palavras, trata-se de uma distinção que cria a própria possibilidade de se falar sobre a enunciação. Falo aqui da diferenciação por ele operada entre o que chama de “emprego das formas” e “emprego da língua”.

Em um primeiro momento, é possível relacionar essa distinção à sugestão de Tzvetan Todorov, enviada por carta a Benveniste (cf. **Introdução da Parte II**), na qual ele sugere a importância de reconhecer a distinção entre a língua enquanto sistema formal de signos e o discurso enquanto ato individual de utilização da língua<sup>49</sup>. Assim, Benveniste deixa claro, logo de início, que a exposição a ser realizada não seguirá o mesmo viés da investigação linguística corrente, a qual dispõe, para tanto, de rigorosos

<sup>49</sup> Afirma Todorov, em carta para Benveniste: “*Il faut d’abord poser la distinction entre la langue comme système formel de signes et le discours comme acte individuel d’utilisation de la langue*” (Fonds Benveniste, BnF, apud FENOGLIO, 2011, p. 275).

modelos descritivos de análise a partir de uma visão *estrutural* de língua. O que se seguirá será, portanto, “uma outra maneira de ver as mesmas coisas, uma outra maneira de as descrever e de as interpretar” (*PLGII*, p. 81).

Cabe aqui tentar esclarecer melhor essa distinção, começando, a princípio, pelo já consagrado modelo de descrição da língua que Benveniste nomeia de “emprego das formas”. Nas palavras do linguista, o “emprego das formas” estaria ligado ao

conjunto de regras fixando as condições *sintáticas* nas quais as formas podem ou devem normalmente aparecer, uma vez que elas pertencem a um paradigma que arrola as escolhas possíveis (*idem*, grifo do autor).

Que tipo de ordem define este conjunto de regras? Ora, percebemos que a descrição linguística diz respeito, aqui, às relações internas da língua, isto é, às relações que as formas linguísticas mantêm intrinsecamente entre si, de ordem simultaneamente sintagmática e paradigmática. Assim, se a investigação nesse caso corresponde à tarefa de fixar as “condições *sintáticas*” das formas da língua, ou seja, as condições combinatórias de seu emprego, essa tarefa depende da análise das formas simultaneamente em suas capacidades de combinação, “nas quais elas podem ou devem aparecer” (*supra cit.*), e de seleção/substituição, “uma vez que elas pertencem a um paradigma que arrola as escolhas possíveis” (*supra cit.*). Além disso, os verbos “podem” e “devem”, e o sintagma “escolhas possíveis”, todos dessa mesma passagem de Benveniste, parecem já colocar em relevo o caráter virtual da descrição linguística do emprego das formas. Trata-se, portanto, de descrever as regras que fixam os **empregos possíveis** das formas linguísticas, e não de descrever o seu emprego efetivo, as manifestações dessas regras em situações reais de uso. Em suma, esse conjunto de regras é relativo a uma ordem de **estrutura ou de gramática da língua**.

A estas regras de emprego, estão articuladas, segundo Benveniste, “regras de formação indicadas antecipadamente, de maneira a estabelecer uma correlação entre as variações morfológicas e as latitudes combinatórias dos signos” (*idem*). Podemos ver, ainda aqui, uma perspectiva de análise interna da língua, uma vez que as “regras de formação” seguem o mesmo princípio de estrutura elucidado anteriormente, sendo inclusive necessária a descrição das “variações morfológicas” das formas linguísticas para se estabelecer, como diz Benveniste, “as latitudes combinatórias dos signos” (*supra cit.*). Eis aqui, ainda, relações de ordem sintagmática e paradigmática. Estes pontos deixam entrever claramente que essa perspectiva de estudo da língua está vinculada à noção de *signo*. “Emprego das formas” remeteria, portanto, às regras

internas de formação e de emprego dos signos, as quais conferem à língua o seu caráter *estrutural*.

Por fim, a descrição linguística realizada através desse viés possibilitaria obter, conforme afirma o linguista, “um inventário do que poderia ser, teoricamente, exaustivo, dos empregos como das formas, e em consequência uma imagem pelo menos aproximativa da língua em emprego” (*idem*). Assim, a descrição linguística do emprego das formas, embora constitua “parte necessária de toda descrição” (*idem*), não daria uma imagem senão “aproximativa da língua em emprego” (*idem*). Percebemos, desse modo, uma crítica de Benveniste à proposta de *exaustividade* desse tipo de descrição. Não se pode descrever exaustivamente todos os empregos da língua, ou como o autor deixa claro mais adiante, “a diversidade das estruturas linguísticas, tanto quanto sabemos analisá-las, não se deixa reduzir a um pequeno número de modelos, que compreendem sempre e somente os elementos fundamentais” (*op. cit.*, p. 82). A descrição será sempre e somente aproximativa da língua em uso.

Essa definição de “emprego das formas”, abordada sumariamente por Benveniste no início de *O aparelho*, parece estar, como já afirmei, em estreita relação com uma dada perspectiva *estrutural* da análise linguística, e, de certa forma, acredito que ela pode ser identificada em reflexões realizadas em textos anteriores de Benveniste que tratam sobre esse mesmo assunto. Destaco aqui alguns deles.

Em seu texto de 1954, intitulado *Tendência recentes em linguística geral*<sup>50</sup>, Benveniste realiza uma primorosa revisão crítica acerca do desenvolvimento da linguística, apresentando a complexidade do campo em relação à definição de seu objeto e à elaboração de seus métodos próprios de análise, conforme a perspectiva com qual seja definido esse objeto. Assim, conforme o autor, é a partir da leitura das reflexões de Ferdinand de Saussure, na Europa, e do trabalho de Leonard Bloomfield, na América, que o objeto linguístico – a língua – passa a ser visto de forma relacional e sistemática, isto é, com seus elementos constitutivos se relacionando entre si de forma distintiva, solidária e hierárquica. A língua constituiria, portanto, uma *estrutura*. Nas palavras de Benveniste:

Entende-se por estrutura, particularmente na Europa, o arranjo de um todo em partes e a solidariedade demonstrada entre as partes do todo, que se condicionam mutuamente; para a maioria dos linguistas americanos, será a

---

<sup>50</sup> Texto publicado originalmente em *Journal de psychologie*, P.U.F., jan.-jun. 1954, e integrante do livro *Problemas de Linguística Geral I* em seu capítulo 1.

distribuição dos elementos, tal como se verifica, e a sua capacidade de associação ou de substituição (PLGI, p. 9)<sup>51</sup>.

São as relações estabelecidas entre as unidades da língua simultaneamente a nível sintagmático (de combinação) e paradigmático (de substituição) que conferirão existência a esses mesmos elementos formais, e a descrição das regras de emprego dessas formas decorre da análise metódica de suas relações. Trata-se, assim, de estabelecer as regras impostas pela própria estrutura da língua, nas suas relações intrínsecas. Entretanto, já nesse texto é possível notar a crítica de Benveniste a esse método de descrição da língua, em especial à perspectiva distribucionalista bloomfieldiana, amplamente divulgada na América:

Sob o nome de estrutura, um ‘bloomfieldiano’ descreverá uma organização de fato, que segmentará em elementos constitutivos, e definirá cada um destes segundo o lugar que ocupar no conjunto e segundo as variações e as substituições possíveis nesse mesmo lugar (*idem*).

Assim, sobre esse método descritivo, Benveniste diz criticamente:

Observar-se-á sobretudo, porém, que todo o trabalho do linguista se apóia realmente sobre o discurso, implicitamente assimilado à língua. Esse ponto, fundamental, deveria ser discutido a par com a concepção particular da estrutura admitida pelos partidários desse método. Esquemas de distribuição, por mais rigorosamente que se estabeleçam, não constituem uma estrutura, assim como inventários de fonemas e de morfemas, definidos por segmentação em cadeias de discurso, não representam a descrição de uma língua (*op. cit.*, p. 11-12).

De forma ainda mais detalhada, esse mesmo princípio descritivo é apresentado por Benveniste no seu texto de síntese chamado *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística*<sup>52</sup>, de 1963. Nele, o linguista afirma:

Da base ao topo, desde os sons até as complexas formas de expressão, a língua é um arranjo sistemático de partes. Compõe-se de elementos formais articulados em combinações variáveis, segundo certos princípios de *estrutura*. [...] Entende-se, em primeiro lugar, por aí a estrutura do sistema linguístico [...]. Isso, em primeiro lugar, é o que se entende por estrutura: tipos particulares de relações que articulam as unidades de um certo nível (PLGI, p. 22, grifo do autor).

<sup>51</sup> Percebe-se aí, no entanto, uma ambivalência relativa ao valor da noção de *estrutura*. Ora, como podemos notar a partir desta passagem, a visão de língua proposta por Saussure, embora próxima daquela proposta por Bloomfield, não é idêntica a esta (o próprio termo “estrutura” é estranho à formulação de Saussure presente no *CLG*). Saliento este ponto adiante.

<sup>52</sup> Texto publicado originalmente em *C. R. Académie des inscriptions et belles-lettres*, Paris, Librairie C. Klincksieck, 1963, e integrante do livro *Problemas de Linguística Geral I* em seu capítulo 2.

A partir de que operação se depreende as unidades dessa estrutura? É necessário aí, levar em conta dois tipos de relações estabelecidas no interior da língua. Volto aqui a usar as palavras de Benveniste:

As unidades da língua dependem, realmente, de dois planos: *sintagmático*, quando se encaram nas suas relações de sucessão material no seio da cadeia falada, *paradigmático* quando se propõem em razão de possível substituição, cada uma no seu nível e dentro de sua classe formal. Descrever essas relações, definir esses planos, é referir-se à estrutura formal da língua (*op. cit.*, p. 23, grifos do autor).

Dessa forma, “em vez de uma série de ‘ocorrências’ singulares, inumeráveis, contingentes, obtemos um número finito de unidades e podemos caracterizar uma estrutura linguística pela sua distribuição e pelas suas combinações possíveis” (*op. cit.*, p. 24).

Vemos ainda essa mesma perspectiva descritiva explicada por Benveniste em uma entrevista de 1968, intitulada *Esta linguagem que faz a história*<sup>53</sup>, na qual o linguista afirma:

Nós fazemos duas coisas quando falamos: agenciamos palavras, todos os elementos destes agenciamentos representam cada um uma escolha entre várias possibilidades; quando eu digo ‘eu sou’, eliminei ‘você é’, ‘eu era’, ‘eu serei’, etc. É, pois, numa série que se chama *paradigma*, uma forma que escolhi, e assim para cada porção de um enunciado que se constitui em *sintagma*. O senhor tem aí o princípio e a chave do que se chama a estrutura. Para atingi-la é necessário: 1.º isolar os elementos distintivos de um conjunto finito; 2.º estabelecer as leis de combinação destes elementos (*PLGII*, p. 32-33, grifos do autor).

Em resumo, ao tomarmos o *emprego das formas* como noção teórica ligada à análise estrutural da língua, podemos relacioná-la à noção de *estrutura* veiculada, sobretudo, pela perspectiva bloomfieldiana, apresentada em textos como *Tendências recentes, Vista d’olhos, “Estrutura” em linguística*<sup>54</sup>, *Estruturalismo e linguística*<sup>55</sup>, entre outros.

Qual é a relevância de se mencionar, mesmo que sumariamente, essa já conhecida perspectiva de análise linguística, familiar a todo linguista, logo no início do texto *O aparelho*? Como já afirmei anteriormente, sua presença aí é fundamental, uma vez que, através dela, Benveniste opera um deslocamento: não será através desse viés

<sup>53</sup> Conversa recolhida por Guy Dumur para *Le Nouvel Observateur*, especial literário, n.º 210, 1968.

<sup>54</sup> Texto publicado originalmente em *Sens et usages du terme “structure” dans les sciences humaines et sociales*, Haia, Mouton & Co., 1962. Em *PLGI*, tal texto constitui o capítulo 8.

<sup>55</sup> Trata-se de uma entrevista de Pierre Daix com Benveniste, publicada em *Les Lettres françaises*, n.º 1242 (24-30 de julho de 1968). Em *PLGII*, ela constitui o capítulo 1.

estruturalista, oriundo do *CLG*<sup>56</sup>, que a língua será examinada. Ora, a própria presença do sintagma “aparelho formal” no título deste estudo poderia levar o público de leitores linguistas a completá-lo como “aparelho formal da *língua*”<sup>57</sup>, uma vez que “aparelho” parece remeter a “sistema” ou “estrutura”, e “formal” leva a pensar em “forma” ou “signo”. Mas não. Benveniste falará sobre o “aparelho formal da *enunciação*”. Assim, ainda que se trate da mesma matéria, o modo como ela será vislumbrada não é o mesmo. Mantém-se o que é abordado, mas muda-se a abordagem, e, mudando-se a abordagem, instaura-se um novo objeto. Neste ponto, percebemos claramente a influência de Saussure no pensamento do linguista<sup>58</sup>. Podemos ver que essa justificativa epistemológica é dada por Benveniste logo no parágrafo seguinte de seu texto de 1970:

Gostaríamos, contudo, de introduzir aqui uma distinção em um funcionamento que tem sido considerado somente sob o ângulo da nomenclatura morfológica e gramatical. As condições de **emprego das formas** não são, em nosso modo de entender, idênticas às condições de **emprego da língua**. São, em realidade, **dois mundos diferentes**, e pode ser útil insistir nesta diferença, a qual implica **uma outra maneira de ver as mesmas coisas, uma outra maneira de as descrever e de as interpretar** (*PLGII*, p. 81, grifos meus).

Instaura-se aí, portanto, uma distinção entre “emprego das formas” e “emprego da língua”, distinção essa tornada ainda mais complexa pelos termos escolhidos por Benveniste para defini-la. Bem, entendemos que “emprego das formas” diz respeito a uma determinada noção de *estrutura*, filiada à perspectiva linguística do estruturalismo norte-americano, ou seja, às suas unidades formais e suas regras de formação e combinação, e entendemos que “emprego da língua” diz respeito, como veremos adiante, ao “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (*op. cit.*, p. 82). Isso não significa, porém, que o “emprego da língua” seja desprovido de uma *estrutura*, pelo contrário: o próprio título do texto de 1970 deixa evidente que a língua em emprego supõe um *aparelho formal* da enunciação, isto é, um “mecanismo total e constante” que possibilite essa conversão da língua em discurso por um ato

<sup>56</sup> Cabe lembrar que, embora tenha sido de fundamental importância para o nascimento da perspectiva estruturalista, Saussure não foi, ele próprio, um estruturalista. Assim, se digo que esse viés é oriundo de seu *CLG*, ele o é na medida em que se deu a partir das leituras feitas da obra saussuriana, inclusive por Leonard Bloomfield. Ora, como o próprio Benveniste constata em seu texto “*Estrutura em linguística*”, de 1962: “É importante notar [...] que Saussure jamais empregou, em qualquer sentido, a palavra *estrutura*. Aos seus olhos a noção essencial é a de *sistema*” (*PLGI*, p. 98, grifos do autor).

<sup>57</sup> Curiosamente, o sintagma “aparelho formal da língua” aparece no texto benvenistiano de 1970, e, obviamente, será abordado mais adiante.

<sup>58</sup> Afinal, como nos mostra a bela (e muitas vezes esquecida) passagem do *CLG*: “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (*CLG*, p. 15).

individual de utilização. Além disso, dois outros problemas decorrem dos termos aí usados pelo linguista:

a) Benveniste utiliza o termo “emprego” nas duas definições, “**emprego** das formas” e “**emprego** da língua”. Porém, como podemos ver, em cada uma delas, este termo assume um valor diferente, isto é, o sentido de “emprego” não é o mesmo nas duas noções. Assim, na primeira noção, “emprego” não pode ser entendido como “ato de empregar”; seu sentido está mais próximo de “regras de emprego”. Apenas na segunda noção este termo se refere ao uso efetivo da língua;

b) O linguista faz uso do termo “língua” no sintagma “emprego da **língua**” para referir-se à enunciação. É necessário aí atenção. É o “emprego das formas” que parece levar à noção de *língua*, herdada de Saussure, enquanto que “emprego da língua”, embora seja constituído pelo termo “língua”, afasta-se dessa perspectiva, e remete à noção de *enunciação*.

Assim, ao colocar esta distinção inicial sob estes termos, Benveniste arrisca-se à incompreensão, até mesmo porque, nos parágrafos que se seguem de seu texto, a definição “emprego da língua” será substituída pelo termo teórico “enunciação”.

Por que a proximidade das definições? Vejo aí uma tentativa de elucidar a complexidade da questão, já discutida aqui: Se, por um lado, *emprego das formas* e *emprego da língua* constituem “dois mundos diferentes”, uma vez que implicam em duas maneiras de ver, descrever e interpretar (cf. *supra cit.*), por outro, esse ver, descrever e interpretar diz respeito às “mesmas coisas”, isto é, abarcam uma mesma matéria: a língua. Assim, o “levar à confusão”, digamos assim, da proximidade terminológica entre as noções parece obedecer à dificuldade imposta pela própria distinção entre elas, ou como diz Benveniste: “A dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que **parece se confundir com a própria língua**, tão necessário que nos passa despercebido” (*op. cit.*, p. 82, grifos meus). *Emprego da língua* não é, desse modo, sinônimo de *língua*: tal noção parece, isso sim, estar relacionada justamente ao aparelho que possibilita o seu uso, o que significa, em última análise, abordá-la sob um outro enfoque.

Uma questão interessante seria a de nos perguntarmos se haveria a possibilidade de se relacionar a distinção “emprego das formas/emprego da língua” com outra célebre distinção de Benveniste, elaborada em alguns de seus textos anteriores: a diferenciação,

no domínio da língua, entre *semiótico* e *semântico*. Se sim, em que medida podemos estabelecê-la? Para tanto, uma revisão aqui se faz necessária.

É no texto intitulado *Os níveis da análise linguística*<sup>59</sup>, de 1964, quando Benveniste se volta para a noção de “nível de análise”, distinguindo as unidades linguísticas de cada nível através de relações entre *forma* e *sentido*, que Benveniste chega ao nível da *frase*, e vê aí a necessidade de se considerar a língua sob uma dupla perspectiva<sup>60</sup>:

A frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação. Concluímos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso. **Eis aí verdadeiramente dois universos diferentes, embora abarquem a mesma realidade, e possibilitem duas linguísticas diferentes, embora os seus caminhos se cruzem a todo instante. Há de um lado a língua, conjunto de signos formais, destacados pelos procedimentos rigorosos, escalonados por classes, combinados em estruturas e em sistemas; de outro, a manifestação da língua na comunicação viva. A frase pertence bem ao discurso. É por aí mesmo que se pode defini-la: a frase é a unidade do discurso** (PLGI, p. 139, grifos meus).

Essa mesma problemática é levada adiante e mais detidamente teorizada nos textos *A forma e o sentido na linguagem*<sup>61</sup>, de 1966, e *Semiologia da língua*<sup>62</sup>, de 1969. É nesses textos em particular que Benveniste conceituará os dois domínios da língua como “semiótico” e “semântico”<sup>63</sup>.

Em *A forma e o sentido na linguagem*, texto apresentado em um congresso de filosofia em 1966, Benveniste desenvolve, a partir da reflexão sobre as “noções gêmeas” de *forma* e *sentido*, um percurso de análise da língua semelhante ao do texto *Os níveis*, partindo da concepção saussuriana de língua como sistema de signos<sup>64</sup>, para

<sup>59</sup> Texto publicado originalmente em *Proceedings of the 9th International Congress of linguistics*, Cambridge, Mass., 1962, Mouton & Co., 1964. Em *PLGI*, tal texto constitui o capítulo 10.

<sup>60</sup> Conforme Normand (2009, p. 154), “é somente a partir de 1964 que a propriedade de significação é apresentada nos seus textos como um problema fundamental da linguística, exigindo novos conceitos e que se modifique o método de descrição”.

<sup>61</sup> Texto originalmente publicado em *Le Langage II (Sociétés de Philosophie de langue française, Actes du XIIIe Congrès*, Genève, 1966), Neuchâtel, La Baconnière, 1967, e presente no segundo volume de *Problemas de linguística geral* (capítulo 15).

<sup>62</sup> Texto originalmente publicado em *Semiotica*, La Haye, Mouton & Co., 1969, e integrante de *PLGII* (capítulo 3).

<sup>63</sup> É importante lembrar que as noções de “semiótico” e “semântico” também aparecem no texto *Estruturalismo e linguística*, de 1968, embora de forma menos detida e mais especulativa: “Trata-se, pois, de duas dimensões totalmente diferentes. E se não se começa por reconhecer esta distinção, creio que se fica na vaguidade. Mas é ainda um ponto de vista que me é pessoal, que precisa ser demonstrado” (*PLGII*, p. 22).

<sup>64</sup> “Diremos, com Saussure, a título de primeira aproximação, que a língua é um sistema de signos” (*PLGII*, p. 224).

então “ir além” dela<sup>65</sup>, instaurando, a partir das relações entre *forma* e *sentido* ao nível da frase, a célebre dicotomia *semiótico/semântico*. Nas palavras do linguista:

Contrariamente à ideia de que a frase possa constituir um signo no sentido saussureano, ou que se possa por simples adição ou extensão do signo passar à proposição e depois aos diversos tipos de construções sintáticas, pensamos que **o signo e a frase são dois mundos distintos e que exigem descrições distintas**. Instauramos na língua uma divisão fundamental, em tudo diferente daquela que Saussure tentou instaurar entre a língua e a fala. Parece-nos que se deve traçar, através da língua inteira, uma linha que distingue **duas espécies e dois domínios do sentido e da forma, ainda que, eis ainda aí um dos paradoxos da linguagem, sejam os mesmos elementos que se encontrem em uma e outra parte, dotados, no entanto, de estatutos diferentes**. Há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma (*PLGII*, p. 228-229, grifos meus).

Se o que muda de um domínio ao outro é a perspectiva com a qual se olha para a língua, de que maneira isso se reverte na análise? Ou ainda: se passamos da análise da língua em sua função de *significar* (semiótico) para a análise da língua em sua função de *comunicar* (semântico), no que acarreta essa mudança de perspectiva? Mais uma vez, faço minhas as palavras de Benveniste:

Do semiótico ao semântico há uma mudança radical de perspectiva: todas as noções que passamos em revista retornam, mas outras e para entrar em relações novas. A semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação. O signo semiótico existe em si, funda a realidade da língua, mas ele não encontra aplicações particulares; a frase, expressão do semântico, não é senão particular. [...] e enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor (*op. cit.*, p. 229-230).

---

<sup>65</sup> “Quando Saussure introduziu a ideia de signo linguístico, ele pensava ter dito tudo sobre a natureza da língua; não parece ter visto que ela podia ser outra coisa ao mesmo tempo [...]. Compete-nos tentar ir além do ponto a que Saussure chegou na análise da língua como sistema significante” (*PLGII*, p. 224). Como podemos perceber, o diálogo de Benveniste com Saussure é constante quando se trata da distinção *semiótico/semântico*, uma vez que a questão central dessa reflexão é, essencialmente, o problema da *significação*, comum aos dois linguistas. Vemos esse mesmo endereçamento em *Semiologia da língua* (1969), quando Benveniste afirma: “Quando Saussure definiu a língua como sistema de signos, estabeleceu o fundamento da semiologia linguística. Mas vemos agora que se o signo corresponde às unidades significantes da língua, não se pode erigi-lo em princípio único da língua em seu funcionamento discursivo” (*PLGII*, p. 66). Assim, o “ir além de Saussure”, defendido no texto *A forma*, é aqui retomado: “Em conclusão, é necessário ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua” (*PLGII*, p. 67). Tal “ultrapassagem” é alvo de reflexão e críticas por parte de outros linguistas. Normand (2009), por exemplo, aponta: “Ele [Benveniste] nos diz que é somente questão de ‘ir além’ no estudo da significação; de fato, pode-se pensar que ele vai para outro lugar” (p. 202). Bouquet (2000), por outro lado, vê na distinção estabelecida por Benveniste não uma inovação, mas uma leitura atenta de Saussure. Diz ele, em nota: “Émile Benveniste, sem ter lido os textos originais saussurianos, é um intérprete fiel do pensamento do linguista genebrino [...]. De fato, [...], a distinção que ele propõe entre ‘semiótica’ e ‘semântica’, longe de ser um progresso em relação a Saussure, é sobretudo a expressão de sua teoria” (BOUQUET, 2000, p. 268).

No entanto, tal distinção não significa independência entre os dois planos da língua. Como o linguista observa, “esses dois sistemas se superpõem assim na língua tal como a utilizamos. Na base, há o sistema semiótico, organização de signos [...]. Sobre este fundamento semiótico, a **língua-discurso** constrói uma semântica própria” (*op. cit.*, p. 233, grifo meu). O termo “língua-discurso” é aqui de grande importância, uma vez que nos adverte acerca de um equívoco comum: a distinção entre os domínios semiótico e semântico da língua não deve nos levar a crer que um e outro constituam entidades autônomas, independentes uma da outra. Muito pelo contrário, semiótico e semântico constituem-se mutuamente; um não existe sem o outro. Da mesma maneira, referir-se à enunciação não significa ignorar o domínio semiótico da análise linguística, já que este é base para o semântico. Assim, vista a partir desse enfoque, a relação entre língua e discurso não consiste em oposição, mas em uma *relação constitutiva*<sup>66</sup>.

Essa questão evita-nos ainda de cometer um segundo equívoco, tão crucial quanto o primeiro: quando Benveniste diz, no texto de 1966, que “se deve traçar, através da língua inteira, uma linha que distingue duas espécies e dois domínios do sentido e da forma” (*op. cit.*, p. 229), isso não significa que haveria, no interior da língua, uma porção de elementos pertencente à ordem semiótica e outra à ordem semântica. O que ele afirma com isso é que “há para a língua duas maneiras de ser língua” (*idem*), ou seja, trata-se de conceber a *língua* enquanto sistema formal intralinguístico (semiótico) e de conceber a *língua* enquanto língua atualizada em frase por um locutor (semântico). Assim, falar de enunciação é falar sempre da semantização total da língua<sup>67</sup>. Podemos ver essa mesma concepção manifestadamente presente no texto *O aparelho*: “Coisa bem diferente é o emprego da língua. Trata-se aqui de um **mecanismo total** e constante que, de uma maneira ou de outra, **afeta a língua inteira**”

---

<sup>66</sup> É nesse sentido que afirmo, em Aresi (2011), que “na atualização da língua em discurso por um locutor, semiótico e semântico se entrelaçam. [...] Portanto, a própria denominação *língua-discurso* parece mostrar que enunciar é, em última análise, ‘semantizar o semiótico’” (p. 266).

<sup>67</sup> Uma revisão cronológica dos textos de Benveniste voltados para a instância do “homem na língua” permite constatar um desenvolvimento gradual da reflexão enunciativa: de uma visão primeiramente indicial do fenômeno enunciativo, restrita a apenas alguns traços formais da língua (pronomes pessoais, demonstrativos, verbos, etc.), em textos como *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), *A natureza dos pronomes* (1956) e *Da subjetividade na linguagem* (1958), para uma visão mais ampla, na qual a língua estaria, na sua integralidade, submetida à enunciação, como em *A forma e o sentido na linguagem* (1966) e o próprio *O aparelho formal da enunciação* (1970). Essa questão voltará a ser discutida no decorrer da leitura do texto de 1970.

(*PLGII*, p. 82, grifos meus). Portanto, o aparelho formal da enunciação não diz respeito a apenas uma parte da língua: esta se encontra inteiramente sujeita à enunciação<sup>68</sup>.

A discussão acerca da distinção semiótico/semântico pode ainda ser evidenciada no texto *Semiologia da língua* (1969), no qual Benveniste, seguindo a proposta saussuriana de uma ciência geral dos signos, procura responder à seguinte questão, deixada pelo próprio Saussure: O que faz da língua o principal sistema semiológico dentre todos os sistemas de signos? A resposta que Benveniste encontra para essa questão reside justamente na propriedade da língua de ser investida de uma dupla significância, ou como o próprio linguista afirma: “O privilégio da língua é de comportar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação” (*PLGII*, p. 66). Ora, essas duas dimensões da língua dizem respeito justamente à distinção semiótico/semântico: “A língua combina dois modos distintos de significância, que denominamos modo SEMIÓTICO por um lado, e modo SEMÂNTICO, por outro” (*op. cit.*, p. 64, destaques do autor). Assim, o modo semiótico designaria “o modo de significação que é próprio do SIGNO linguístico e que o constitui como unidade” (*idem*, destaque do autor), enquanto que o modo semântico “se identifica ao mundo da enunciação e ao universo do discurso” (*op. cit.*, p. 66).

Tendo em vista esta breve revisão, podemos tentar estabelecer agora os termos dessa relação entre as distinções de “emprego das formas/emprego da língua” e “semiótico/semântico”. Cabe, assim, num primeiro momento, destacar os problemas envolvidos nessa aproximação.

Em primeiro lugar, é necessário observar que a formulação das noções de “semiótico” e “semântico” advém da teorização acerca dos níveis da análise linguística e das noções de forma e sentido, sendo, portanto, construções teóricas elaboradas pelo próprio Benveniste no decorrer de sua reflexão. Quanto ao “emprego das formas”, percebemos que esta noção é apresentada como uma prática de análise da língua comum à linguística contemporânea do autor, estando, como já elucidei anteriormente, ligada à perspectiva *estruturalista* desenvolvida na América. Portanto, esta noção não constitui uma linguística proposta por Benveniste.

Em segundo lugar, a comparação entre “emprego das formas” e “modo semiótico” coloca ainda um outro problema, referente ao estatuto de cada um. O

---

<sup>68</sup> Neste ponto, estou em concordância com Flores *et al* (2008), os quais afirmam: “A língua não é enunciada apenas parcialmente; o *aparelho formal da enunciação* [...] não é um compartimento da língua. Ele pertence à língua toda” (p. 35).

primeiro diz respeito, no texto de 1970, a um *método de análise*. Embora seja possível, através dele, depreender uma perspectiva de língua de base estrutural, o que importa aí é descrever o modelo de análise da língua empregado até então. Quanto ao “modo semiótico”, este se configura, na teoria de Benveniste, como uma *propriedade fundamental* da língua, a sua base significante, o que possibilita a existência da língua e o seu próprio emprego, e que opera na análise semântica. Assim, os estatutos de ambas as noções são distintos, e esta diferença constitui mais um obstáculo à tentativa de colocá-las em paralelo. A comparação só é possível se tomarmos “semiótico” como um método de descrição linguística, o que é até passível de ser depreendido a partir dos textos, mas é importante apontar para o fato de que não encontramos, no conjunto de textos de *PLGI* e *PLGII*, descrições linguísticas de cunho exclusivamente semiótico. Benveniste, em suas análises, vale-se do semiótico, mas opera sempre por um viés semântico.

Em terceiro lugar, devemos suspeitar da simetria entre as noções. Ora, se admitimos que “emprego da língua” é um correlato de “enunciação”, então devemos admitir também que ele, tal como a enunciação, supõe, ao mesmo tempo, semiótico e semântico. Assim, e tendo em mente os dois problemas acima elucidados, a relação entre as noções é possível somente nas seguintes condições:

a) Se relacionarmos o “emprego da língua” à imbricação entre os modos semiótico e semântico, isto é, à língua-discurso. Em outros termos, antes de afirmar que semiótico corresponderia a “emprego das formas” e semântico a “emprego da língua”, é necessário ver que *tanto semiótico quanto semântico estão contidos no “emprego da língua”*. Deste ângulo, o “emprego das formas” revela de uma outra perspectiva linguística, exterior à reflexão enunciativa de Benveniste.

b) Se tomarmos o plano semiótico não a partir de sua função enquanto base significante da língua, em oposição ao plano semântico, mas a partir de seu modo de descrição linguística. Mesmo assim, é difícil argumentar em prol de uma equivalência entre essas noções. O que parece haver de próximo entre semiótico e emprego das formas é, na realidade, a concepção de língua comum a ambos. Trata-se da língua concebida como sistema interno de signos, muito mais próxima da perspectiva desenvolvida por Saussure, do que daquela postulada por Bloomfield.

Assim, embora seja inegável que as noções envolvidas nas duas distinções benvenistianas mantenham uma certa ligação, a relação entre elas não é simétrica, nem

deve ser colocada de forma categórica. Não vejo problemas quanto a afirmar que o “emprego da língua”, estando este associado à noção de *enunciação*, associa-se, por conseguinte, à noção de *semântico* (tendo em mente que este modo de significação supõe necessariamente o modo semiótico). Todavia, o mesmo não pode ser dito a respeito de *emprego das formas* e *semiótico*. Trata-se, neste caso, de duas noções de ordens distintas, e cuja aproximação não pode ser feita sem sua devida problematização.

De tudo o que foi dito até aqui, podemos dizer, à guisa de resumo, que Benveniste realiza em seu texto de 1970, antes de tudo, uma distinção teórica fundamental, a qual delineará toda a abordagem descritiva da língua que se seguirá. Acredito que podemos esquematizar essa distinção a partir da seguinte tabela:

EMPREGO DAS FORMAS	EMPREGO DA LÍNGUA
<p>Definição de <i>O aparelho formal da enunciação</i> (1970):</p> <p>“Conjunto de regras fixando as condições <i>sintáticas</i> nas quais as formas podem ou devem normalmente aparecer, uma vez que elas pertencem a um paradigma que arrola as escolhas possíveis” (PLGII, p. 81).</p>	<p>Definição de <i>O aparelho formal da enunciação</i> (1970):</p> <p>“Mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (PLGII, p. 82);</p> <p>Noção associada à <i>enunciação</i>.</p>
<p>Em <i>Tendências recentes em linguística geral</i> (1954) e <i>Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística</i> (1963):</p> <p>Perspectiva de análise da língua enquanto <i>sistema de signos</i>, ligada à descrição das unidades linguísticas, suas regras de formação e de combinação, isto é, às relações internas de estrutura da língua.</p>	<p>Em <i>Os níveis da análise linguística</i> (1964):</p> <p>“Manifestação da língua na comunicação viva” (PLGI, p. 139);</p> <p>Domínio da <i>frase</i>, pertencente à ordem do <i>discurso</i>.</p>
<p>Em <i>Os níveis da análise linguística</i></p>	<p>Em <i>A forma e o sentido na linguagem</i></p>

<p>(1964):</p> <p>“Conjunto de signos formais, destacados pelos procedimentos rigorosos, escalonados por classes, combinados em estruturas e em sistemas” (PLGI, p. 139).</p>	<p>(1966) e <i>Semiologia da língua</i> (1969):</p> <p>Língua-discurso, isto é, a articulação entre “semiótico” e “semântico” no uso efetivo da língua.</p>
---	---

Desse modo, será a partir do *emprego da língua* que Benveniste realizará sua descrição linguística no texto *O aparelho*. Mas o que é, afinal, o *emprego da língua*? Vimos, através de nossa leitura epistemológica, que essa noção pode ser relacionada ao que Benveniste chama de “língua-discurso”, ao domínio *semântico* da língua, enfim, ao enfoque do processo a cada vez singular de atualização da língua em discurso, e, como veremos a seguir, ela dará lugar, sem aviso prévio por parte do linguista, à noção teórica de *enunciação*. *Emprego da língua* e *enunciação*: Benveniste fala da mesma coisa? Tudo leva a crer que sim. Admitindo-se essa relação, partimos agora para a investigação acerca de como Benveniste circunscreve teoricamente a noção de enunciação, isto é, como o linguista a teoriza em meio aos fatos da linguagem.

#### 4.2. Definindo o objeto “enunciação”

Coisa bem diferente é o emprego da língua. Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido.

A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.

O discurso, dir-se-á, que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a “fala”? – É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação.

Este grande processo pode ser estudado sob diversos aspectos. Veremos principalmente três.

(PLGII, p. 82)

Vimos na análise do recorte anterior do texto *O aparelho*, que Benveniste dedica as linhas iniciais de seu estudo a uma importante distinção entre duas noções, “emprego das formas” e “emprego da língua”, colocando a primeira no escopo da análise e descrição da língua como sistema de signos estruturados em níveis e de suas regras de formação e combinação. É essa distinção inicial que possibilitará ao linguista abordar a complexa problemática da enunciação: a análise não deixará de ser uma análise da língua, mas consistirá em “uma outra maneira de ver as mesmas coisas, uma outra maneira de as descrever e de as interpretar” (*PLGII*, p. 81). Será, em suma, a partir de uma outra perspectiva que a língua será examinada, e, conseqüentemente, o estatuto desta será também outro, não mais o da língua enquanto sistema de signos, mas o da língua enquanto mobilizada por um locutor em um ato individual de utilização.

O que diz Benveniste sobre o “emprego da língua”? Vejamos:

Coisa bem diferente é o emprego da língua. Trata-se aqui de um **mecanismo total e constante** que, de uma maneira ou de outra, **afeta a língua inteira**. A dificuldade é apreender este **grande fenômeno**, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido (*op. cit.*, p. 82, grifos meus).

Percebe-se de imediato que muita informação se encontra condensada neste curto parágrafo. O emprego da língua é, então, um “mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (*supra cit.*). O que se quer dizer com isso? Bem, ao falar de um “mecanismo total”, Benveniste concede à enunciação uma amplitude teórica maior, se compararmos *O aparelho* com textos nos quais o fenômeno enunciativo é tratado de forma indicial, isto é, através de elementos formais relativos especificamente às categorias linguísticas de *pessoa, tempo e espaço*<sup>69</sup>, como pronomes,

---

<sup>69</sup> Refiro-me aqui ao conjunto de textos de Benveniste publicados durante as décadas de 1940 e 1950 e presentes em *PLGI*, como *A estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), *A natureza dos pronomes* (1956) e *Da subjetividade na linguagem* (1958). No entanto, se analisarmos atenciosamente tais textos, veremos que, se, por um lado, Benveniste define o quadro subjetivo da linguagem a partir da divisão entre “pessoa” e “não-pessoa”, por outro lado, ele coloca a própria conversão *total* da língua em discurso na dependência do “sujeito” *eu*. Como exemplo disso, surpreendemos, neste trecho de *A natureza* (1956), a seguinte afirmação: “Esse signo [*eu*] está, pois, ligado ao *exercício* da linguagem e declara o locutor como tal. É essa propriedade que fundamenta o discurso individual, em que **cada locutor assume por sua conta a linguagem inteira**. O hábito nos torna facilmente insensíveis a essa diferença profunda entre **a linguagem como sistema de signos e a linguagem assumida como exercício pelo indivíduo**” (*PLGI*, p. 281, grifo em itálico do autor, grifos em negrito meus). Surpreende-nos, sobretudo, o fato de que a definição da propriedade fundamental do discurso individual, realizada neste texto, seja muito próxima daquela empregada no texto de 1970: “Este ato [a enunciação] é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta” (*PLGII*, p. 82). Além disso, é possível identificar aí o gérmen da própria distinção da língua em seus domínios *semiótico* e *semântico*.

verbos e demais indicadores da dêixis. Conforme vimos anteriormente, ao instaurar a distinção “semiótico/semântico”, Benveniste opera uma mudança: se antes a questão da subjetividade estava restrita a certas unidades da língua, cujo *status* de significação diferenciava-se dos demais signos linguísticos, agora a língua em sua totalidade está submetida à subjetividade que caracteriza o ato de enunciar<sup>70</sup>.

Tal alargamento da perspectiva enunciativa também se evidencia no texto de 1970, quando vemos que o emprego da língua constitui um “mecanismo total”, um “grande fenômeno” que “afeta a língua inteira”. Podemos dizer, com isso, que “emprego da língua” é o termo usado inicialmente por Benveniste em *O aparelho* para se referir ao *processo global da enunciação*. Essa relação é comprovada pelo parágrafo que se segue, composto de uma só frase, a qual constitui, talvez, a definição mais célebre do linguista: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (*PLGII*, p. 82). Sucessão repentina; uma frase que justapõe, sem aviso prévio algum por parte do autor, dois termos técnicos, substituindo um pelo outro na definição do seu objeto de análise. Esta é, com exceção do próprio título, a primeira ocorrência do termo “enunciação” no texto de 1970, e a qual já se manifesta na forma de uma definição teórica, um axioma da teoria, que resume magistralmente toda uma abordagem linguística.

No entanto, a leitura atenta deste recorte nos permite constatar a presença de mais de uma definição da noção de enunciação. Em primeiro lugar, o próprio conceito de “emprego da língua” coloca já em relevo o caráter *atual* da enunciação, afinal, trata-se do *emprego* da língua, isto é, da sua utilização. É essa definição de *ato* que vemos acima: “**colocar em funcionamento a língua** por um **ato** individual de utilização” (*supra cit.*, grifos meus), e, mais adiante, “é o **ato mesmo de produzir um enunciado** [...] que é nosso objeto” (*idem*, grifos meus). Vemos, porém, que Benveniste descreve o “emprego da língua” como um “mecanismo total” e um “grande fenômeno”, para, dois parágrafos depois, referir-se à enunciação como um “grande processo”. Enfim, a enunciação é um *fenômeno*, um *ato*, um *processo*, ou um *mecanismo*? Não podemos pensar que ela seja tudo isso, simultânea e complementarmente? Ora, ela é um *fenômeno* na medida em que *existe* efetivamente enquanto *ato*; surpreendemo-la a todo instante, afinal, como afirma Benveniste em *Da subjetividade na linguagem* (1958), “é um homem falando que encontramos no mundo” (*PLGI*, p. 285). A enunciação é um *ato*

---

<sup>70</sup> Cf. Aresi (2011, p. 267).

porque diz respeito à relação do locutor com língua, relação esta sempre instanciada em um determinado contexto de uso, envolvendo pessoa, tempo e espaço, e sendo, portanto, da ordem do irrepetível. É também um *processo*, uma vez que é algo que está sempre se constituindo, que se renova a cada instância de discurso. É, por fim, um *mecanismo*, na medida em que é só através deste dispositivo, deste aparelho linguístico fornecido pela própria língua, que a enunciação é possível. Acredito, portanto, que podemos sintetizar esse complexo amálgama de definições através da seguinte frase: **A enunciação é um FENÔMENO que se manifesta sempre através de ATOS individuais, os quais supõem um PROCESSO de conversão da língua em discurso, facultado por MECANISMOS da própria língua.**

“O discurso, dir-se-á, que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a “fala”?” (PLGII, p. 82). Ainda que o tema central deste parágrafo do texto de 1970 diga respeito à definição de *enunciação* por oposição a *enunciado*, acredito que o uso do termo “fala”, destacado entre aspas nesta passagem, (no original francês, o termo utilizado é justamente “*parole*”)<sup>71</sup> permite que se faça, a partir da leitura da pergunta lançada por Benveniste, uma remissão ao *Curso de linguística geral* de Ferdinand de Saussure e sua famosa dicotomia *língua/fala*. Afinal, é com ele – o Ferdinand de Saussure do *Curso* – que Benveniste dialoga a todo instante, na maior parte de seus textos, senão em todos. Assim, a pergunta que levanto a partir desta passagem é: Podemos afirmar que a reflexão benvenistiana constitua uma “sobra” do *Curso de linguística geral*? Tal pergunta abre terreno para a uma acalorada discussão: que tipo de relação Benveniste mantém com Saussure? O que ele realiza em relação ao mestre genebrino pode ser considerado uma continuidade? Uma ruptura? Uma ultrapassagem? Os discursos são numerosos, heterogêneos e, na maior parte das vezes, contraditórios. Deixemos a resposta a essa questão em suspenso por ora, e nos detenhamos mais detidamente sobre a pergunta de Benveniste.

Quando Saussure opera sua divisão entre língua e fala, ele separa duas ordens distintas: uma social e essencial; outra individual e acessória<sup>72</sup>. Desse modo, a língua constituiria o único fato homogêneo e definido dentre os fatos da linguagem, o que a

<sup>71</sup> No original francês: “*Le discours, dira-t-on, qui est produit chaque fois qu'on parle, cette manifestation de l'énonciation, n'est-ce pas simplement la « parole »?*” (PLGII, p. 80, ed. francesa).

<sup>72</sup> “Com o separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1.º, o que é social do que é individual; 2.º, o que é essencial do que é acessório e mais ou menos accidental” (CLG, p. 22).

tornaria apta na construção de um objeto passível de ser estudado separadamente. O estudo da linguagem comportaria, portanto, de acordo com o Saussure do *Curso*, duas vertentes impossíveis de serem estudadas em conjunto: uma Linguística da Língua, a qual figura no *Curso* como a “Linguística propriamente dita”<sup>73</sup>, e uma Linguística da Fala, secundária e subordinada à primeira. Cabe indagar: Seria a teoria enunciativa de Benveniste o desenvolvimento da Linguística da Fala, anunciada por Saussure? Assumir este ponto de vista seria considerar que a reflexão benvenistiana se equivaleria, em todos os seus aspectos, às postulações relativas à fala manifestadas no *CLG*, o que não se verifica, uma vez que a enunciação, tal como é formulada por Benveniste, não coincide com a natureza “heteróclita” da fala saussuriana<sup>74</sup>. Ora, se Benveniste fala de um “aparelho formal da enunciação” em seu texto de 1970, isto é, de um dispositivo que a própria língua disponibiliza para a atualização individual que o sujeito faz dela no uso, então não podemos deixar de conceber este aparelho sem tomar em conjunto tanto a língua quanto a fala. Em outras palavras, o “aparelho formal da enunciação” pertence simultaneamente às duas ordens, o que implica em não mais tomá-las como noções opostas. Dessa forma, ainda que possamos perceber um vínculo que une as ideias dos dois linguistas, não podemos reduzir a noção de “enunciação” benvenistiana à noção de “fala” de Saussure. Ora, mesmo que possamos dizer que a reflexão enunciativa de Benveniste tenha sido fundamentada a partir da implicação “língua/fala” presente no *CLG*, a enunciação diz respeito à “língua-discurso”, o que significa que, se quisermos relacioná-la às noções de língua e fala saussurianas, essa relação não poderá ser feita em termos de oposição, mas de imbricação<sup>75</sup>. Entende-se, por conseguinte, a sutil advertência deixada por Benveniste em sua formulação da distinção “semiótico/semântico” no texto de 1966, *A forma e o sentido na linguagem*:

---

<sup>73</sup> “Pode-se, a rigor, conservar o nome de Linguística para cada uma dessas duas disciplinas e falar duma linguística da fala. Será, porém, necessário não confundi-la com a Linguística propriamente dita, aquela cujo único objeto é a língua” (*CLG*, p. 28).

<sup>74</sup> Nesse sentido, afirmam Flores *et al.* (2008): “Sustentar que o campo da enunciação esteja integralmente contido na ideia de ‘Linguística da Fala’ ou na de ‘Linguística Externa’, tangencialmente formuladas por Saussure, é relativamente difícil. Há na fala, tal como é apresentada no *Curso*, um componente de irregularidade, às vezes nomeado ‘individual’, que não se coaduna com a enunciação” (FLORES *et al.*, 2008, p. 17).

<sup>75</sup> Corroboro a afirmação com Flores *et al.* (2008), os quais apontam: “Parece possível insistir que a dicotomia língua/fala receba outro estatuto no campo da enunciação, qual seja, o de superação da dicotomia em favor de uma ideia de estrutura que comporte sua utilização” (FLORES *et al.*, 2008, p. 17).

“Instauramos **na língua** uma divisão fundamental, **em tudo diferente daquela que Saussure tentou instaurar entre língua e fala**” (PLGII, p. 229, grifos meus)<sup>76</sup>.

Em conclusão, se podemos dizer, com Benveniste, que Saussure “não é um começo, ele é outra coisa, ou é um outro tipo de começo”<sup>77</sup> (PLGII, p. 31) com relação à criação da linguística, o mesmo pode ser dito do próprio Benveniste a respeito de sua teoria enunciativa. Ela é oriunda do pensamento saussuriano, sem dúvida, tal como toda e qualquer teoria linguística desenvolvida posteriormente a ele<sup>78</sup>, o que faz de Benveniste um seguidor, mas, ao mesmo tempo, ela constitui um novo objeto, a *enunciação*, abrindo assim, uma nova perspectiva e uma nova possibilidade de análise da linguagem. Nesse sentido, Benveniste é um fundador.

“É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: **é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto**” (PLGII, p. 82, grifos meus)<sup>79</sup>. Vemos aqui, enfim, uma distinção de fundamental importância para a teorização do campo enunciativo. Cabe, segundo Benveniste, diferenciar *enunciação* de *enunciado*, erigindo o primeiro como o objeto do estudo enunciativo.

O enunciado é, portanto, descartado? De modo algum, uma vez que é só através dele que a análise enunciativa é possível, através das marcas que, nele, evidenciam a relação do locutor com a língua. Conforme afirmam Flores *et al.* (2008):

Os linguistas do campo enunciativo se interessam por fenômenos linguísticos cuja descrição implique referência ao ato de produzir o enunciado. Estes estudiosos analisam o processo (a enunciação), e não o produto (o

<sup>76</sup> Esta passagem de *A forma* (1966) permite mostrar de forma clara que ambas as noções de “semiótico” e de “semântico”, desenvolvidas por Benveniste, dizem respeito à *língua*, o que já distancia esta última da perspectiva de língua defendida no *CLG*. Sobre esse ponto, Ono (2007) afirma: “*On voit que c’est la « langue » (et non la parole ou le discours) qui se divise, ou pour mieux dire, qui est observée de deux points de vue différents. Cette conception bidimensionnelle de la langue est constante tout au long de la formation de cette problématique*” (ONO, 2007, p. 123).

<sup>77</sup> Trecho da entrevista *Esta linguagem que faz a história*, publicada originalmente em *Le Nouvel Observateur*, especial literário, nº 210 bis (20 de novembro a 20 de dezembro de 1968). Em *PLGII*, constitui o capítulo 2.

<sup>78</sup> A esse respeito, afirma Benveniste em seu texto *Saussure após meio século*: “Não há um só linguista hoje que não lhe deva algo. Não há uma só teoria geral que não mencione o seu nome” (PLGI, p. 34). Tal texto foi publicado originalmente em *Cahiers Ferdinand de Saussure*, 20, Genebra, Librairie Droz, 1963, constituindo o capítulo 3 de *PLGI*.

<sup>79</sup> Acredito que seja de relevância apontar para um problema desta passagem, relativo à tradução do texto *O aparelho* da versão original francesa para o português. No original, o que lemos é: “*Il faut prendre garde à la condition spécifique de l’énonciation : c’est l’acte même de produire un énoncé et non le texte de l’énoncé qui est notre objet*” (PLGII, p. 80, ed. francesa). Na tradução, uma vírgula é inserida em “e não o texto do enunciado, que é nosso objeto”, e disso decorre uma ambiguidade: “que é o nosso objeto” passa a se relacionar com “o texto do enunciado”, o que, evidentemente, é contrário à formulação de Benveniste.

enunciado). Evidentemente, o processo somente pode ser analisado a partir das marcas que deixa no produto. Em outras palavras, a enunciação – ou melhor dizendo, a estrutura enunciativa – é uma instância pressuposta que está na origem de todo e qualquer enunciado. Ela não é observável em si, ela é, por natureza, efêmera (FLORES *et al.*, 2008, p. 35-36).

Encontramos no *Dicionário de linguística da enunciação* (Flores *et al.*, 2009), especificamente nos termos relacionados a Benveniste<sup>80</sup>, os verbetes “enunciação” e “enunciado” constituindo duas noções teóricas distintas. O termo “enunciação” é definido, com base no texto benvenistiano de 1970, como “colocação da língua em funcionamento por um ato individual de utilização” (*op. cit.*, p. 102), e, em nota explicativa, aponta-se que “o estudo da enunciação é feito por meio da análise do enunciado, sua materialização” (*idem*). Quanto ao termo “enunciado”, este se define como “manifestação da enunciação, produzida a cada vez que se fala” (*op. cit.*, p. 107), recebendo a seguinte nota explicativa: “Na medida em que a enunciação é processo, o enunciado pode ser considerado o produto da enunciação e inclui pessoa, tempo e espaço” (*idem*). Em suma, o enunciado, visto como produto, como manifestação da enunciação, é o meio que possibilita ao linguista teorizar acerca do processo de sua produção, a enunciação, esta sim, o objeto de estudo proposto por Benveniste.

Além disso, neste parágrafo em que Benveniste alerta para a distinção “enunciação/enunciado”, podemos inferir acerca da problemática ambiguidade envolvendo o termo “discurso” na reflexão benvenistiana. Empregado para introduzir a distinção “enunciação/enunciado”, ele assume, neste trecho, o próprio sentido de “enunciado”, uma vez que é “*produzido* cada vez que se fala” (PLGII, p. 82, grifo meu), e configura-se como “manifestação da enunciação” (*idem*). Tal advertência é relevante, na medida em que nos previne de tomarmos como equivalentes estáveis as noções de *discurso* e de *enunciação*. Assim, “discurso”, neste caso específico (é sempre bom lembrar), está para *enunciado*, diferentemente do conceito de *instância de discurso*, recorrente em certos textos de Benveniste, e, este sim, associado à noção de *enunciação*<sup>81</sup>.

<sup>80</sup> Essa especificação é necessária, uma vez que o *Dicionário de linguística da enunciação* (FLORES *et al.*, 2009) engloba definições conceituais de diversas teorias enunciativas, as quais, a partir de critérios específicos, podem ser reunidas sob o sintagma “linguística da enunciação”. Tal questão é apresentada na introdução do *Dicionário* (*op. cit.*), e também é elucidada em Flores; Teixeira (2005).

<sup>81</sup> O conceito de *discurso* mostra-se ainda mais problemático em textos como Os níveis da análise linguística, de 1964, onde vemos o termo “discurso” sendo empregado de diversas formas. Por exemplo: 1. “Concluimos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o **discurso**” (PLGI, p.

Torna-se evidente, através da distinção “enunciado/enunciação”, o estatuto da análise enunciativa: trata-se da condição de ser sempre concebida como *hipótese*. É este o lugar de quem estuda a enunciação: o de quem tece hipóteses acerca do funcionamento da linguagem a partir da análise dos enunciados, tomados na relação com seus interlocutores<sup>82</sup>.

Erigir o *enunciado* como objeto de estudo significaria analisá-lo e descrevê-lo *isoladamente*. Quando a atenção é voltada para a enunciação, a condição é bem outra:

É o ato mesmo de produzir um enunciado [...] que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação (*PLGII*, p. 82).

Portanto, olhar para a língua desde a enunciação, isto é, a partir da língua enquanto “ato individual de utilização”, implica necessariamente em concebê-la na relação com o locutor que dela faz uso. Isso nos leva a outro ponto igualmente fundamental e constitutivo da reflexão enunciativa de Benveniste: a da *subjetividade na linguagem*.

Como afirmei na introdução desta segunda parte do trabalho, não encontramos em nenhum momento do texto *O aparelho* o emprego do termo “subjetividade”. Além disso, surpreendemos o termo “sujeito” no texto de 1970 em apenas duas ocasiões, ambas relativas à “realização vocal da língua”<sup>83</sup>. Nelas, “sujeito” é empregado de forma não-teórica, com o sentido de “sujeito empírico”, ou de “indivíduo que fala”. Percebemos, isso sim, que os termos largamente utilizados por Benveniste neste texto

139, grifo meu); 2. “A frase pertence bem ao **discurso**. É por aí mesmo que se pode defini-la: a frase é a unidade do **discurso**” (*idem*, grifo meu); 3. “Essas são as três funções interumanas do **discurso** que se imprimem nas três modalidades da unidade de frase, correspondendo cada uma a uma atitude do locutor” (*idem*, grifo meu); 4. É no **discurso** atualizado em frases que a língua se forma e se configura” (*op. cit.*, p. 140, grifo meu). Percebemos que tais empregos não dizem respeito a uma mesma noção, sendo possível aí identificar tanto o sentido de *produto* quanto o de *processo*. Porém, essa questão terminológica especificamente voltada para a análise do termo “discurso” em Benveniste requer um exame mais detalhado. Quanto à noção benvenistiana de *instância de discurso*, esta se encontra detidamente examinada em Ono (2007).

<sup>82</sup> Tal é a conclusão de Surreaux (2006) ao formular, como o operador de suas análises da linguagem em instância fonoaudiológica, a noção teórica de *hipótese sobre o funcionamento da linguagem*. Diz a autora: “Levantar uma hipótese sobre o funcionamento da linguagem de um sujeito implica não somente uma investigação do enunciado, mas também da relação do sujeito (e do outro) com este enunciado, ou seja, daquilo que está em jogo na enunciação” (SURREAUX, 2006, p. 149-150).

<sup>83</sup> Voltaremos a este aspecto da “realização vocal da língua” de forma mais detalhada logo adiante, no item 4.3.

são os de “locutor” e “enunciador”. Só na última passagem citada acima, podemos notar que o primeiro deles é usado três vezes. Sendo assim, o que nos permite falar de *sujeito* e *subjetividade* no texto *O aparelho?* Ono (2007) oferece uma resposta:

*Dans L'appareil, Benveniste définit l'énonciation comme acte individuel d'utilisation et comme procès d'appropriation de la langue. Si toute énonciation est un acte d'individuation de la langue, cet acte d'individuation n'implique-t-il pas que toute énonciation est subjective? Cette individuation n'est-elle pas identique à la subjectivation? (ONO, 2007, p. 45, grifo da autora).*

O que a autora destaca acima é de fundamental relevância para entendermos como a noção de *subjetividade* se manifesta e constitui a teorização da noção de enunciação no texto de 1970. Assim, o elemento subjetivo é, sim, subjacente ao texto *O aparelho*, mesmo que os termos usados para aí designá-lo sejam outros. Ora, se Benveniste define a enunciação como um “colocar em funcionamento a língua” (*PLGII*, p. 82), ou seja, como um *ato*, este ato é sempre e necessariamente um *ato individual*. Benveniste deixa claro esse ponto em diversas passagens: “Este ato é o fato do **locutor que mobiliza a língua por sua conta**” (*idem*, grifo meu); “**A relação do locutor com a língua** determina os caracteres linguísticos da enunciação” (*idem*, grifo meu); “Deve-se considerá-la como o **fato do locutor, que toma a língua** por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta **relação**” (*idem*, grifos meus); “A enunciação supõe a conversão **individual** da língua em discurso” (*op. cit.*, p. 83, grifo meu). Ono (2007) é enfática a esse respeito, ao colocar em relevo o fato de que “*l'énonciation en tant qu'acte individuel se pose comme un acte par lequel le sujet parlant s'approprie la langue et par lequel il devient sujet*” (ONO, 2007, p. 45). Concluimos, desse modo, que a noção de *subjetividade* está no texto de 1970, uma vez que subjaz a toda relação do locutor com a língua, uma relação de apropriação sempre individual, e, como veremos, ela também está na base do quadro formal que caracteriza a enunciação.

Por que a quase completa ausência do termo “sujeito” no texto de 1970? Ora, cabe lembrar que *O aparelho* é escrito por Benveniste, a pedido de Tzvetan Todorov, para ser publicado na revista *Langages*, voltada para linguistas<sup>84</sup>. Assim, a escolha de termos como “locutor” e “enunciador” parece apontar para essa preocupação com o público leitor, para o qual tais termos são correntes e não dão tanta margem ao engano

<sup>84</sup> Lembrando mais uma vez que *O aparelho* foi publicado originalmente em *Langages*, Paris, Didier-Larousse, 5º ano, nº 17 (março de 1970).

como “sujeito”, termo que poderia remeter, restringindo-se apenas à linguística, a uma tradicional acepção gramatical.

Por que a completa ausência do termo “subjetividade”? No texto de 1970, o interesse de estudo de Benveniste é explicitamente ressaltado: trata-se de “definir a enunciação no quadro formal de sua realização” (PLGII, p. 83). Portanto, ainda que a *subjetividade* subjaza à reflexão do texto *O aparelho*, ela não constitui o foco central do estudo, estando Benveniste mais interessado em descrever o fenômeno enunciativo a partir do quadro formal que possibilita a sua realização, do que a própria relação subjetivante entre o homem e a língua. Nesse sentido, cabe afirmar que o texto de 1970 representa uma abordagem mais estritamente “linguística” do que em *Da subjetividade na linguagem*, de 1958, texto no qual se observa uma visão mais “antropológica” do fenômeno enunciativo.

Com efeito, em *Da subjetividade*, texto publicado em uma revista de psicologia<sup>85</sup>, Benveniste aborda especificamente, como o título do trabalho sugere, o aspecto da *subjetividade*, procurando mostrar que é na linguagem que esta encontra sua condição. A natureza da linguagem não é, portanto, instrumental, mas constitutiva do homem. Vemos, da mesma forma, que a concepção de linguagem de Benveniste está indissociavelmente ligada à condição do homem, sendo, portanto, ambos – linguagem e homem – mutuamente constitutivos um do outro. Como diz o linguista:

Falar de instrumento é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. [...] Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem (PLGI, p. 285)<sup>86</sup>.

<sup>85</sup> *Journal de psychologie*, jul.-set. 1958, P.U.F.

<sup>86</sup> Embora Benveniste se mostre contrário à concepção “instrumental” de linguagem, como podemos evidenciar através da crítica por ele elaborada em *Da subjetividade*, identificamos, em outros textos, que o linguista se refere à língua como “instrumento”. O texto de 1970 constitui um exemplo, como nos mostra a passagem já citada: “Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação” (PLGII, p. 82, grifo meu). Eis aí mais uma dentre as muitas dificuldades envolvidas na leitura dos textos benvenistianos. Penso, no entanto, que “tomar por” um instrumento não seja equivalente a “ser” propriamente um instrumento. Portanto, atribuo à expressão “tomar por” o sentido de “fazer uso”, tendo em mente que é este o ponto de vista do locutor: o de quem manuseia a língua para, através, dela, expressar uma ideia ou intenção.

Portanto, é através da relação entre homem e linguagem que Benveniste vê a possibilidade da subjetividade. Ao mesmo tempo, é só através da subjetividade, inerente a essa relação, que homem e linguagem são possíveis<sup>87</sup>.

Assim, o fundamento da subjetividade é, antes de tudo, um fundamento *linguístico*, uma vez que, para Benveniste, “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*” (*PLGI*, p. 286, grifo do autor). O linguista é bastante claro a esse respeito: “A ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (*idem*). Que fundamento linguístico é esse? Benveniste o coloca em uma única sentença: “É ‘ego’ que *diz ego*” (*idem*, grifo do autor). Ora, a subjetividade determina-se na língua, sendo que a língua só é possível “porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso” (*idem*, grifos do autor)<sup>88</sup>. Portanto, essa capacidade, que possibilita a existência tanto da subjetividade quanto da linguagem, é facultada, em primeiro plano, pela categoria linguística de *pessoa*. Voltaremos a este ponto, analisando-o de forma mais aprofundada, em um momento posterior<sup>89</sup>. Por ora, o que interessa reter da reflexão desenvolvida em *Da subjetividade* é o fato de que “o fundamento da subjetividade está no exercício da língua” (*op. cit.*, p. 288). Assim, ainda que essa perspectiva “linguisticamente antropológica”, digamos assim, não se mostre de forma tão explícita no texto de 1970<sup>90</sup>, é fundamental ter em mente que este texto resgata a noção de “subjetividade” (e de “intersubjetividade”, como veremos mais além), tratando-a a partir

<sup>87</sup> É nesse sentido que Dessons (2006) afirma que a teoria esboçada pelo linguista constitui uma espécie de “antropologia histórica da linguagem”. Diz ele sobre a relação entre linguagem e homem: “*La relation entre l’homme et le langage n’est donc pas instrumentale, mais constitutive. C’est par l’exercice du langage que l’être humain se constitue en individu pensant, capable d’éprouver sa propre cohérence et son identité*” (DESSONS, 2006, p. 99).

<sup>88</sup> Tais passagens de *Da subjetividade* colocam em relevo ainda outra questão importante, a qual merece que tomemos consciência: se a subjetividade diz respeito à “capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (*PLGI*, p. 286), não podemos colocar “locutor” e “sujeito” como definidores de um mesmo conceito. Ora, o que a passagem citada nos mostra é que um e outro não partilham de um mesmo estatuto, uma vez que o “sujeito” resulta da relação do “locutor” com a língua. A enunciação é, assim, o que possibilita a *passagem* de “locutor” a “sujeito”, ou seja, é ao atualizar a língua em discurso que o “locutor” se constitui como “sujeito”. Todo ato de enunciar é, portanto, *subjetivizante*. Eis aí, talvez, outro motivo pelo qual Benveniste, no texto *O aparelho*, opta por falar unicamente em “locutor”: interessa mais ao linguista descrever o *aparelho formal da enunciação* do que falar de sua propriedade subjetivizante, sendo esta última apenas pressuposta.

<sup>89</sup> Revisões sobre as análises de Benveniste voltadas para a categoria de *pessoa* são apresentadas, em especial, nos itens **4.7** e **4.8**.

<sup>90</sup> Na verdade, podemos perceber, especificamente em dois momentos do texto de 1970, uma visão manifestadamente antropológica da enunciação. Refiro-me aqui às instâncias em que Benveniste analisa a categoria linguística de *tempo* e, mais ao final do texto, quando problematiza o “quadro figurativo” da enunciação, ao trazer situações como a “comunhão fática”, em citação a B. Malinowski. No entanto, estes pontos serão discutidos em momento posterior (itens **4.9**, **4.13** e **4.14**).

de termos mais estritamente linguísticos. Em suma, se a enunciação é definida n’*O aparelho* como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (*PLGII*, p. 82), não podemos operacionalizar esse axioma sem levar em conta a noção de “subjetividade”<sup>91</sup>.

Para finalizar, Benveniste nos diz, ao final deste recorte: “Este grande processo pode ser estudado sob diversos aspectos. Veremos principalmente três” (*PLGII*, p. 82). Assim, se a enunciação, ou o “emprego da língua”, é, como vimos, “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (*idem*), esse “grande fenômeno” pode ser vislumbrado a partir de múltiplas perspectivas, cada uma delas colocando em relevo a complexidade e o total abarcamento da abordagem enunciativa com relação aos fatos de língua. A enunciação é, portanto, um nível da análise linguística, ao lado de níveis como o fonológico, o morfológico e o sintático? De modo algum. Se, com Benveniste, afirmamos que a enunciação “afeta a língua inteira”, é porque ela atravessa transversalmente todos os níveis linguísticos, constituindo, portanto, não apenas um nível superior na ordem da língua, mas um novo ponto de vista acerca de toda a língua, sendo ele mesmo passível de ser estudado nos diferentes níveis linguísticos e sob diferentes aspectos. Eis aqui um ponto do texto *O aparelho* que elucida o alargamento da teoria desenvolvida pelo linguista, em comparação com os textos que o precedem.

Enfim, que aspectos são esses? Benveniste elucida três deles, como passaremos a ver a partir de agora.

#### **4.3. Aspectos da enunciação: a realização vocal da língua**

Este grande processo pode ser estudado sob diversos aspectos. Veremos principalmente três.

O mais imediatamente perceptível e o mais direto – embora de um modo geral não seja visto em relação ao fenômeno geral da enunciação – é a realização vocal da língua. Os sons emitidos e percebidos, quer sejam estudados no quadro de um idioma particular ou nas suas manifestações gerais, como processo de aquisição, de difusão, de

<sup>91</sup> Estou aqui de acordo com a afirmação de Dessons (2006): “*La théorie de l’énonciation de Benveniste prend sa cohérence dans un rapport constant au sujet. C’est dire que la question de « la subjectivité dans le langage », transversale aux notions qui fondent la théorie de l’énonciation, se pose à chaque moment de la réflexion*” (p. 131).

alteração – são outras tantas ramificações da fonética – procedem sempre de atos individuais, que o linguista surpreende sempre que possível em uma produção nativa, no interior da fala. Na prática científica procura-se eliminar ou atenuar os traços individuais da enunciação fônica recorrendo a sujeitos diferentes e multiplicando os registros, de modo a obter uma imagem média de sons, distintos ou ligados. Mas cada um sabe que, para o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente, e que a noção de identidade não é senão aproximativa mesmo quando a experiência é repetida em detalhe. Estas diferenças dizem respeito à diversidade das situações nas quais a enunciação é produzida.

(*PLGII*, p. 82-83)

Benveniste inicia sua apresentação dos aspectos pelos quais se pode estudar a enunciação com o que ele chama de “realização vocal da língua” ou “enunciação fônica”<sup>92</sup> (*supra cit.*). Trata-se, como o linguista mesmo afirma, de uma perspectiva pouco elucidada no quadro geral da enunciação, e que tem tradicionalmente ficado a cargo de estudos linguísticos de ordem fonética e fonológica.

Na abordagem enunciativa proposta por Benveniste, o tratamento dos sons da língua muda radicalmente de perspectiva. O que interessa ao linguista, neste caso, é colocar em relevo a *singularidade* de cada manifestação fônica da língua:

Os sons emitidos e percebidos, quer sejam estudados no quadro de um idioma particular ou nas suas manifestações gerais, como processo de aquisição, de difusão, de alteração – são outras tantas ramificações da fonética – procedem sempre de **atos individuais**, que o linguista surpreende sempre que possível em uma produção nativa, no interior da fala (*supra cit.*, grifo meu).

Desse modo, a relação do locutor com a língua não se marca na enunciação somente a partir de caracteres linguísticos da ordem do signo. O que Benveniste mostra através deste aspecto da enunciação é que essa relação a cada vez singular se marca desde a própria fonação, na própria emissão sonora realizada pelo locutor ao dirigir-se linguisticamente ao seu interlocutor, e constitui, a cada vez, uma marca de subjetividade. Não é à toa que o linguista elenca este aspecto enunciativo como “o mais imediatamente perceptível e o mais direto” (*supra cit.*).

<sup>92</sup> Notamos aqui um emprego do termo “enunciação” que difere daquele concebido como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (*PLGII*, p. 82). Trata-se, neste caso, da enunciação enquanto *emissão fônica*, realização vocal dos sons da língua. Eis aqui, mais uma vez, exposta a dificuldade terminológica na leitura da obra benvenistiana.

Portanto, o que difere a análise enunciativa da prática científica corrente, no que diz respeito aos “sons emitidos e percebidos”, é o fato de que, se a língua comporta, em sua própria estrutura, o uso singular feito pelos sujeitos falantes, isso se mostra presente até mesmo quando o que está em perspectiva é o nível fonético-fonológico da língua, e este estatuto singular de cada emissão fônica constitui o próprio objeto de análise da língua. Isto se manifesta no texto *O aparelho* na forma de uma crítica:

Na prática científica procura-se eliminar ou atenuar os traços individuais da enunciação fônica recorrendo a sujeitos diferentes e multiplicando os registros, de modo a obter uma imagem média de sons, distintos ou ligados. Mas cada um sabe que, para o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente, e que a noção de identidade não é senão aproximativa mesmo quando a experiência é repetida em detalhe (*op. cit.*, p. 82-83).

Percebe-se, assim, que se a abordagem linguística tradicional procura “eliminar ou atenuar os traços individuais da enunciação”, a visada enunciativa consiste precisamente em dar-lhes relevo, revelando neles a possibilidade de se estudar a língua a partir de sua não generalização, em seu caráter subjetivo, ligado à unicidade de cada instância de discurso e àquele que faz da língua o seu instrumento. Como afirma Benveniste, “estas diferenças dizem respeito à diversidade das situações nas quais a enunciação é produzida” (*op. cit.*, p. 83), estando aí implicado, portanto, o “eu-tu-aqui-agora” de cada enunciação.

Além disso, a noção de “identidade” é aqui problematizada por Benveniste. Esta noção pode ser endereçada novamente a Ferdinand de Saussure e sua instigante reflexão acerca do que, na língua, constitui uma identidade linguística. Assim, trata-se aqui da mesma constatação elucidada pelo linguista genebrino no *CLG* acerca da palavra “*Senhores!*”, a qual, dita em uma situação de conferência, apresenta, a cada vez, uma forma sonora particular, e, ainda assim, é concebida como uma mesma palavra<sup>93</sup>. Tal como Saussure, Benveniste admite, através deste trecho do texto de 1970, que a identidade linguística não encontra fundamento quando o que está em análise é a materialidade fônica da língua. Ela será sempre e somente aproximativa, “mesmo

---

<sup>93</sup> Remeto à seguinte passagem do *CLG*: “Quando, numa conferência, ouvirmos repetir diversas vezes a palavra *Senhores!*, temos o sentimento de que se trata, toda vez, da mesma expressão, e, no entanto, as variações do volume de sopro e da entonação a apresentam, nas diversas passagens, com diferenças fônicas assaz apreciáveis” (*CLG*, p. 125). Mais adiante, o *CLG* expõe: “Cada vez que emprego a palavra *Senhores*, eu lhe renovo a matéria; é um novo ato fônico e um novo ato psicológico. O vínculo entre os dois empregos da mesma palavra não se baseia nem na identidade material nem na exata semelhança de sentido, mas em elementos que cumprirá investigar” (*op. cit.*, p. 126-127).

quando a experiência é repetida em detalhe” (*supra cit.*). Assim, a enunciação, tomada em seu aspecto fônico, coloca em xeque a noção de identidade em seus mais diversos níveis: aquela que permite a todos os falantes nativos de determinada língua atribuir, para uma porção sonora empregada infinitas vezes e nas suas mais diversas variações, uma mesma unidade linguística; aquela relativa a padrões regionais; aquela ligada a padrões sociais; até mesmo a padrões pessoais. Ora, “para o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente” (*supra cit.*).

Ainda que este aspecto da enunciação seja apresentado de forma categórica apenas no texto de 1970, podemos fazer algumas inferências a respeito desta problemática em outros textos de Benveniste. Neles, porém, o tratamento dado à materialidade fônica não é o mesmo do apresentado no texto *O aparelho*.

Tomemos, por exemplo, o texto *Tendências recentes*, de 1954. Nele, ao discorrer sobre a diversidade de estudos agrupados sob o nome de “linguística”, cada um dos quais concebendo a linguagem a partir de seu próprio ponto de vista, o linguista afirma:

A linguagem pode também considerar-se como inteiramente contida dentro de um corpo de emissões sonoras articuladas que constituirão a matéria de um estudo estritamente objetivo. A língua será, pois, o objeto de uma descrição exaustiva que procederá por segmentação dos dados observáveis (*PLGI*, p. 17-18).

Percebe-se, neste trecho, que, embora o caráter fônico de cada enunciação seja colocado em evidência e constitua, por si só, um objeto de estudo, a abordagem aí prescrita por Benveniste se aproxima mais de uma análise estrutural da língua, configurando-se como “um estudo estritamente objetivo” (*supra cit.*), exaustivo, e que opera através da segmentação. Podemos constatar isso ao compararmos esta perspectiva com a apresentada em *Estruturalismo e linguística*, texto de 1968, no qual Benveniste elucida o método científico de análise da língua característico do estruturalismo:

Tomemos os elementos não significantes da língua, os sons. Quais são os sons de uma língua dada? [...] quer dizer, quais são os sons que têm um valor distintivo; que servem para manifestar as diferenças de sentido? E quais são os sons que, ainda que existindo materialmente na língua, não contam como distintivos mas somente como variantes ou aproximações de sons fundamentais? [...] De aproximação em aproximação, é toda a língua que é necessário estudar bem atentamente para distinguir o que é fonema e o que é variante (*PLGII*, p. 16-17).

A diferença aqui é visível, se compararmos esta última passagem com a perspectiva apresentada no texto de 1970. Neste, o viés enunciativo da realização vocal

da língua não admite a ideia de sons fundamentais e sons variantes. De uma enunciação a outra, a identidade dos sons é sempre aproximativa, ou seja, ao se atentar para o estatuto singular de cada enunciação, constatar-se-á que, na realidade, não existe nela senão variantes. O que Benveniste postula como “sons fundamentais” no texto *Estruturalismo e linguística* (1968) corresponde, no texto *O aparelho*, à “imagem média dos sons”, obtida, na prática linguística corrente, a partir da eliminação ou atenuação dos traços individuais da enunciação. Trata-se, portanto, de uma *abstração*, feita a partir da multiplicação dos registros de fala, e que, conseqüentemente, não pode nunca corresponder exatamente às manifestações individuais da língua. Desse modo, é importante aqui distinguir a enunciação fônica da abstração que se faz a partir dela. O fonema, unidade constituinte do sistema da língua, não revela nada do caráter enunciativo da emissão fônica, porque não lhe dá o testemunho de sua singularidade. Pelo contrário, ele é a generalização das manifestações da língua. É útil, assim, colocar o fonema e o som sob categorias diferentes, que dizem respeito a diferentes pontos de vista acerca da língua. Depreende-se essa distinção no texto *Vista d’olhos*, de 1963, uma vez que, nele, Benveniste aponta que “os fonemas [...] são **realidades psicológicas** das quais, muito facilmente, se pode levar o locutor a tomar consciência, pois ao ouvir sons, ele identifica na verdade fonemas” (*PLGI*, p. 23, grifo meu).

Tendo em mente a reflexão aqui elaborada, é cabível afirmar que se, por um lado, a materialidade fônica é tratada, mesmo que indiretamente, nos textos precedentes ao texto *O aparelho*, é só neste que ela recebe um tratamento enunciativo, constituindo, desse modo, um dos aspectos a partir dos quais se é possível estudar a enunciação. É claro que se trata de uma breve passagem do texto de 1970, e de caráter de certa forma prospectivo. Assim, acredito que esta parte do trabalho configura-se mais como uma abertura do viés enunciativo a uma nova possibilidade de análise da linguagem do que propriamente uma síntese de problemáticas abordadas por Benveniste em seus textos anteriores<sup>94</sup>.

#### 4.4. Aspectos da enunciação: a semantização da língua

O mecanismo desta produção é um outro aspecto maior do mesmo problema. A

<sup>94</sup> No **Capítulo 5**, trago o aspecto fônico da enunciação como um dos pontos de “abertura” da teoria benvenistiana propiciada pelo texto de 1970.

enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso. Aqui a questão – muito difícil e pouco estudada ainda – é ver como o “sentido” se forma em “palavras”, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação. É a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e à análise da significância<sup>95</sup>. Sob a mesma consideração disporemos os procedimentos pelos quais as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram. A “gramática transformacional” visa a codificá-las e a formalizá-las para daí depreender um quadro permanente, e, de uma teoria da sintaxe universal, propõe remontar a uma teoria do funcionamento do espírito.

(PLGII, p. 83)

Se a enunciação pode ser abordada a partir da perspectiva da “realização vocal da língua”, ou seja, de sua produção fônica, outro aspecto do problema enunciativo consiste na abordagem do “mecanismo desta produção” (*supra cit.*). Assim, não se trata mais de examinar a enunciação unicamente a partir de sua materialidade, isto é, dos “sons emitidos e percebidos” (*op. cit.*, p. 82). Trata-se, desta vez, do aspecto “operatório” da enunciação, de “ver como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação” (*op. cit.*, p. 83), uma vez que “a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso” (*idem*). Assim, a produção da enunciação supõe um mecanismo, responsável pela conversão individual da língua em discurso, e permitindo, portanto, ao locutor, a cada vez formar “sentido” através de “palavras”. A tal processo operatório Benveniste dá o nome de “semantização da língua”, colocando-o no centro desse outro aspecto da enunciação. Trata-se de um novo aspecto? De forma alguma. Podemos facilmente identificá-lo na relação que ele estabelece com textos como *Os níveis da análise linguística*, de 1964, *A forma e o sentido na linguagem*, de 1966, e *Semiologia da língua*, de 1969<sup>96</sup>, nos quais a problemática desenvolvida gira, essencialmente, em

<sup>95</sup> [Nota do texto original] Tratamos disso particularmente num estudo publicado pela revista *Semiótica*, I, 1969 (cf. acima. p.43-66).

<sup>96</sup> Se afirmo que a questão da “conversão da língua em discurso” pode ser endereçada aos três textos citados, o faço porque é neles que esta problemática se desenvolve como foco central. No entanto, é importante salientar que ela já se esboçava, de certa forma, em textos mais anteriores de Benveniste. Ora, a própria investigação acerca dos pronomes pessoais, verbos e demais “indicadores de subjetividade”, característica dos textos benvenistianos da década de 1950, já mostrava que é através deles que essa conversão se torna possível. A seguinte passagem de *A natureza dos pronomes*, de 1956, é bastante

torno da significação, e onde encontramos o desenvolvimento e a definição da distinção “semiótico/semântico”<sup>97</sup>. Analisemos este problema de forma mais detida.

Notamos, com Benveniste, que o mecanismo de semantização da língua constitui um “aspecto maior do mesmo problema” (*idem*). Sem dúvida, o problema aqui diz respeito ao próprio processo de conversão da língua em discurso, isto é, à questão de como se dá a passagem da língua enquanto entidade “semiótica” para a língua enquanto entidade “semântica”. Assim, se enunciar é, em última instância, “semantizar o semiótico”<sup>98</sup>, como se dá essa semantização? Para se tentar responder a essa pergunta, devemos, primeiro, olhar para a enunciação em seu processo global. Poderíamos, talvez, até mesmo afirmar que este aspecto esteja presente, de certa forma, em todos os demais, ou ainda, que ele os englobe<sup>99</sup>.

No texto de 1970, Benveniste afirma que esta é uma questão “muito difícil e pouco estudada ainda” (*PLGII*, p. 83), sem, contudo, dar uma resposta conclusiva a respeito de “como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’” (*idem*). Na falta de uma resposta por parte do autor, resta-nos apenas analisar e refinar a sua questão, lançando mais perguntas que coloquem em relevo o mesmo problema e retornando aos textos em que este é abordado mais especificamente para, então, relacioná-los ao texto *O aparelho*.

“Aqui a questão [...] é ver como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’” (*supra cit.*). Começamos por examinar cuidadosamente dos dois termos usados por Benveniste nessa pergunta, partindo do termo “sentido”. Em primeiro lugar, é de suma importância lembrar que “sentido” recobre diferentes noções nos textos benvenistianos, como

---

elucidativa a esse respeito. Nela, Benveniste afirma, sobre essa categoria de signos “auto-referenciais”: “O seu papel consiste em fornecer o instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a **conversão da linguagem em discurso**. É identificando-se como pessoa única pronunciando *eu* que cada um dos locutores se propõe alternadamente como ‘sujeito’” (*PLGI*, p. 280-281, grifo em itálico do autor, grifo em negrito meu).

<sup>97</sup> A relação entre este aspecto da “semantização da língua” e a teorização das noções de “semiótico” e “semântico” não constitui apenas uma sugestão de leitura. Ela se encontra manifestadamente presente no texto *O aparelho*, em forma de nota de rodapé, embora nesta a menção seja restrita apenas ao texto *Semiologia*, de 1969. Voltaremos a esta questão logo adiante.

<sup>98</sup> Cf. Aresi (2011, p. 266).

<sup>99</sup> É em um sentido próximo a este que Flores *et al.* (2009), ao definirem o verbete “semantização” como “processo relativo ao uso da língua para atribuição de referência à atitude do sujeito e à situação enunciativa” (FLORES *et al.*, p. 205), advertem, em nota explicativa: “Embora o uso da língua seja descrito como processo que compreende apropriação, atualização, sintagmatização e semantização, **o último item engloba os demais, pois a semantização resume todo o trabalho com a língua: a conversão da língua em discurso**” (*idem*, grifos meus).

evidencia a leitura de textos como *Os níveis da análise linguística* (1964) e *A forma e o sentido na linguagem* (1966).

Em *Os níveis*, “sentido” é definido teoricamente de duas formas: a) em relação à noção de “nível de análise”, define-se como a capacidade de uma determinada unidade linguística de integrar uma unidade de nível superior, de forma distintiva e opositiva; b) em relação ao nível da *frase*, aproxima-se da ideia de *referência*, uma vez que o que está em jogo agora é a língua em emprego. Podemos perceber essa dualidade na seguinte passagem deste texto:

Quando se diz que determinado elemento da língua, curto ou extenso, tem um sentido, entende-se uma propriedade que esse elemento possui, enquanto significante, de constituir uma unidade distintiva, opositiva por outras unidades, e identificável para os locutores nativos [...]. Ao mesmo tempo, porém, a linguagem refere-se ao mundo dos objetos, ao mesmo tempo globalmente, nos seus enunciados completos, sob a forma de frases, que se relacionam com situações concretas e específicas, e sob forma de unidades inferiores que se relacionam com ‘objetos’ gerais ou particulares, tomados na experiência ou forjados pela convenção linguística. Cada enunciado, e cada termo do enunciado, tem assim um *referendum* (PLGI, p. 136-137, grifo do autor).

Em *A forma*, texto de 1966, ao desenvolver a reflexão iniciada no texto de 1964 sob o esquema de “semiótico/semântico”, Benveniste também coloca o “sentido” sob uma dupla acepção. Na primeira, “sentido” é tomado, no domínio semiótico, como “significado”, isto é, como propriedade que as unidades semióticas têm de serem identificáveis e distinguíveis umas das outras no interior e no uso da língua<sup>100</sup>. Na segunda acepção, sob o enfoque semântico, Benveniste define “sentido” como o “intencionado”: “Não se trata mais, desta vez, do significado do signo, mas do que se pode chamar o intencionado, do que o locutor quer dizer, da atualização linguística de seu pensamento” (PLGII, p. 229). O sentido da frase, expressão semântica, é, portanto, “a ideia que ela exprime” (*op. cit.*, p. 230). No entanto, o linguista realiza neste ponto mais uma divisão. Cabe, segundo ele, diferenciar o *sentido da frase* do *sentido das palavras* que a compõem: “O sentido de uma frase é sua ideia, o sentido de uma palavra é seu emprego (sempre na acepção semântica). A partir da ideia, a cada vez particular, o locutor agencia palavras que neste emprego tem um ‘sentido’ particular” (*op. cit.*, p.

<sup>100</sup> Vemos neste ponto que, se por um lado, o domínio semiótico pode ser pensado em referência à formulação teórica de Saussure da língua como sistema de signos, por outro, a noção benvenistiana de semiótico já instaura o *uso* da língua como critério de análise. Isso fica claro quando Benveniste afirma: “Nós erigimos, desta forma, a noção de uso e de compreensão da língua como um princípio de discriminação, um critério. É no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe” (PLGII, p. 227).

231). Além disso, é necessário, ainda segundo Benveniste, distinguir “sentido” de “referência”. Para ele, “se o ‘sentido’ da frase é a ideia que ela exprime, a ‘referência’ da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar” (*idem*)<sup>101</sup>. Neste ponto, notamos diferenças nas formulações relativas ao “sentido” entre os textos *Os níveis* (1964) e *A forma* (1966).

Quanto à noção de “palavra”, esta é erigida por Benveniste como a unidade da frase e, portanto, a unidade da ordem semântica. Diz o linguista em *A forma*: “Temos de determinar o tipo de unidade que convém a esta estrutura formal. Vou-se que a unidade semiótica é o signo. Qual será a unidade semântica? – Simplesmente, a palavra” (*op. cit.*, p. 230). A definição de Flores *et al.* (2009) do verbete “palavra”<sup>102</sup> segue essa mesma orientação, mas que nos interessa aqui é a nota explicativa que os autores dão para o termo:

*Palavra* é a noção mediadora entre a Teoria do Signo, de Saussure, e a Teoria da Enunciação, de Benveniste. É por meio da palavra que a língua, enquanto significação de caráter coletivo, é atualizada. Por *atualização da palavra*, entende-se a noção de emprego, sentido único e singular em um enunciado que, por sua vez, também é único e singular. Para que a palavra seja assim considerada, não é suficiente transpô-la da condição de virtualidade para a de uso. Palavra só tem existência no enunciado, e à noção de atualização agregam-se as noções de sintagmatização e de semantização. Mediante sintagmatização e semantização, a palavra consta, em um enunciado, junto com outras palavras, com as quais se inter-relaciona. Nessa inter-relação, a palavra conserva parte da significação relativa ao signo, indicando sentido próprio à ideia que é expressa (FLORES *et al.*, 2009, p. 183, grifos dos autores).

Portanto, é através da atualização dos signos em palavras e do agenciamento destes em frases que se dá a conversão da língua em discurso, isto é, a semantização da língua. Semiótico e semântico se sobrepõem, assim, na enunciação, e a significação do enunciado depende da articulação a cada vez única desses diferentes planos do sentido, efetuada por um locutor que num dado contexto enunciativo<sup>103</sup>. Se processo de

<sup>101</sup> O que me interessa desta passagem é, por ora, especificamente, investigar sobre a noção de “sentido” em Benveniste. No entanto, voltarei a tratar mais detalhadamente sobre a relação entre *sentido* e *referência* no item 4.7.

<sup>102</sup> “Unidade constituinte da frase ou enunciado na qual significação distintiva e significação contextual se articulam, produzindo sentido próprio à atitude do sujeito e à situação enunciativa” (FLORES *et al.*, 2009, p. 183).

<sup>103</sup> É muito importante lembrar que, se omito nesta parte da reflexão a noção de *forma*, é apenas por que o que me interessa aqui é, especificamente, ao mapeamento da noção de “sentido” em alguns dos textos benvenistianos. Cabe lembrar, no entanto, que, durante toda a reflexão desenvolvida por Benveniste acerca da significação, forma e sentido são entidades que conferem existência uma à outra. Nas palavras do linguista, em *Os níveis* (1964): “Forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se

semantização da língua compreende apropriação, atualização e sintagmatização, esta formulação vai ao encontro da perspectiva adotada por Benveniste no texto de 1966:

O sentido da frase é de fato a *ideia* que ela exprime; este sentido se realiza formalmente pela escolha, pelo agenciamento das palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras. **Tudo é dominado pela condição do sintagma, pela ligação entre os elementos do enunciado** destinado a transmitir um sentido dado, numa circunstância dada (*PLGII*, p. 230, grifo em itálico do autor, grifo em negrito meu).

Ao lado dessa passagem, coloco ainda dois outros trechos de *A forma*, tão importantes quanto este primeiro. Na primeira passagem, Benveniste adverte que:

[...] indo além das palavras, a ideia deve sofrer a restrição de **leis de seu agenciamento**; há aqui necessariamente uma mistura sutil de liberdade no enunciado da ideia e de restrição na forma deste enunciado, que é a condição de toda a atualização da linguagem. É como consequência de sua **cooptação** que as palavras contraem valores que em si mesmas elas não possuíam e que são até mesmo contraditórios com aqueles que elas possuem em outros lugares (*op. cit.*, p. 232, grifos meus)<sup>104</sup>.

Quanto à próxima passagem, já citada anteriormente, esta resume, de certa forma, a reflexão benvenistiana elaborada em no texto de 1966, ao mesmo tempo em que põe em relevo o processo de semantização:

Esses dois sistemas se superpõem assim na língua tal como a utilizamos. Na base, há o sistema semiótico, organização de signos, segundo o critério da significação, tendo cada um destes signos uma denotação conceptual e incluindo numa sub-unidade o conjunto de seus substitutos paradigmáticos. Sobre este fundamento semiótico, a **língua-discurso** constrói uma semântica própria, uma significação intencionada, **produzida pela sintagmatização das palavras** em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo (*PLGII*, p. 233-234, grifos meus).

Tendo em mente as definições acima, tudo leva a crer que a noção de sintagmatização<sup>105</sup> é central no processo de semantização da língua. Portanto, **é este processo de organização das formas linguísticas, efetuado pelo locutor, que está na base da conversão da língua em discurso, ou mais exatamente, da conversão da**

---

juntos em toda a extensão da língua” (*PLGI*, p. 135). É nesse sentido que, em *A forma* (1966), Benveniste as define como “noções gêmeas” (*PLGII*, p. 221).

<sup>104</sup> A partir deste trecho de *A forma*, é possível perceber a importância de se considerar, na análise enunciativa da língua, a relação entre “forma” e “sentido”, uma vez que é da articulação entre elas que nasce a possibilidade de sintagmatização, e, num sentido mais amplo, a própria possibilidade da linguagem como um todo.

<sup>105</sup> A noção de “sintagmatização” é definida por Flores *et al.* (2009) como “trabalho realizado por quem utiliza a língua, relativo ao estabelecimento de inter-relações entre as palavras que constituem o enunciado” (*op. cit.*, p. 216), estando, assim, “a serviço de semantização” (*op. cit.*, p. 217). É nesse mesmo sentido que Ono (2007) afirma: “*La syntagmation, ce mouvement qui crée la phrase, n’est donc pas une simple combinaison des mots. Cette action implique toute opération sémantique, voire logique qui se passe à l’intérieur de la phrase*” (ONO, 2007, p. 69).

**língua em língua-discurso**<sup>106</sup>. Isso implica, em última instância, em voltar a atenção para a *significação*, a partir da articulação entre *semiótico* e *semântico*. Estaria aí um indício de como o “sentido” se forma em “palavras”, e não é por acaso que Benveniste, no texto *O aparelho*, ao elucidar este aspecto enunciativo, relativo à semantização da língua, remete-o “à teoria do signo e à análise da significância” (*PLGII*, p. 83).

No entanto, este último ponto merece mais algumas considerações. Vemos que, ao remeter o aspecto enunciativo da semantização da língua ao estudo da “significância” (cf. *supra*), Benveniste, em nota, faz referência a apenas um dos trabalhos desenvolvidos por ele sobre este tema: “Tratamos disso particularmente num estudo publicado pela revista *Semiótica*, I, 1969” (*idem*, nota de rodapé do autor). Tal referência diz respeito, evidentemente, ao texto *Semiologia da língua*, de 1969. Obviamente que se trata de um pequeno detalhe do texto *O aparelho*. Todavia, por mais ínfimo que aparente ser, este detalhe não deve ser negligenciado, uma vez que, segundo creio, ele instaura um importante impasse acerca do próprio processo de semantização.

Num primeiro momento, observamos que Benveniste reafirma, no texto de 1969, a sua tese sobre a dupla significância da língua a partir do quadro “semiótico/semântico”, elaborado no texto de 1966. Notamos esse seguimento quando o linguista destaca que “a língua combina dois modos distintos de significância, que denominamos modo SEMIÓTICO por um lado, e modo SEMÂNTICO, por outro” (*PLGII*, p. 64, destaques do autor), o “semiótico” designando “o modo de significação que é próprio do SIGNO linguístico e que o constitui como unidade” (*idem*, destaque do autor), enquanto que o “semântico” nos introduz “no modo específico de significância que é engendrado pelo DISCURSO” (*op. cit.*, p. 65, destaque do autor). Da mesma forma, Benveniste adverte, em ambos os textos (*A forma* e *Semiologia*), que é necessário um aparato descritivo distinto, segundo o ponto de vista pelo qual se opte analisar a língua, pelo modo semiótico ou pelo semântico<sup>107</sup>.

---

<sup>106</sup> A formulação do conceito de *língua-discurso* é fundamental para que entendamos que, para Benveniste, a análise do domínio semântico da língua *pressupõe* o domínio semiótico, uma vez que é sobre essa base significativa que a língua constrói sua significação semântica.

<sup>107</sup> As seguintes passagens (a primeira relativa ao texto *A forma*, de 1966, e a segunda ao texto *Semiologia*, de 1969) revelam bem essa semelhança entre os textos, no que diz respeito ao método descritivo: “Uma descrição distinta é então necessária para cada elemento segundo o domínio no qual está encaixado, conforme é tomado como signo ou como palavra” (*PLGII*, p. 234); “É preciso desde já admitir que a língua comporta dois domínios distintos, cada um dos quais exige seu próprio aparelho conceptual” (*op. cit.*, p. 66-67).

No entanto, conforme faz notar Ono (2007), “*cet article affiche également le remplacement du mot phrase par le mot énonciation*” (p. 73, grifos da autora). Assim, se o termo “enunciação” nem sequer aparece no texto de 1966, sendo o conceito de “frase” aquele que ocupa, nele, o lugar de definição da língua em uso, o emprego de “enunciação” no texto de 1969 manifesta já um início de teorização do termo, sendo ele o substituto de “frase”, como vemos, por exemplo, na passagem “A ordem semântica se identifica ao mundo da **enunciação** e ao universo do discurso” (PLGII, p. 66, grifo meu), bem como no sintagma “semântica da enunciação” (*op. cit.*, p. 67), presente nas últimas linhas do texto<sup>108</sup>.

Em que medida essa substituição “frase” por “enunciação” se mostra relevante? Respondo a essa questão com as próprias palavras de Ono (2007):

*Avec cette substitution d'énonciation à phrase, Benveniste modifie son projet initial de la linguistique du discours: il dément la possibilité de la transition du signe à la phrase par syntagmation, alors que dans les articles précédents, il expliquait la formation de la phrase par une syntagmation des mots* (ONO, 2007, p. 74, grifos da autora).

Ou seja, se, a partir dos textos *Os níveis* e *A forma*, podemos afirmar que a semantização da língua depende do mecanismo de *sintagmatização*, uma vez que “tudo é dominado pela condição do sintagma” (*op. cit.*, p. 230), Benveniste muda radicalmente de opinião a respeito desta questão em *Semiologia*. Diz ele, neste texto de 1969:

Quando Saussure definiu a língua como sistema de signos, estabeleceu o fundamento da semiologia linguística. Mas vemos agora que se o signo corresponde às unidades significantes da língua, não se pode erigi-lo em princípio único da língua em seu funcionamento discursivo. Saussure não ignorou a frase, mas visivelmente ela lhe criou uma grave dificuldade e ele a atribuiu à ‘fala’, o que não resolve nada; **trata-se justamente de saber se e como do signo se pode passar à ‘fala’.** Na realidade o mundo do signo é fechado. Do signo à frase não há transição, nem por sintagmatização nem por nenhum outro modo. Um hiato os separa (PLGII, p. 66, grifos meus).

A leitura do texto *O aparelho* também evidencia essa mudança de perspectiva ou, ao menos, de re colocação da dúvida, uma vez que a noção de “sintagmatização” não volta a ser teorizada. Assim, embora Benveniste afirme, no texto de 1970, que “a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso” (PLGII, p. 83), o modo

<sup>108</sup> O conceito de “frase” aparece, no texto *Semiologia*, apenas em uma única passagem: “Do signo à frase não há transição, nem por sintagmatização nem por nenhum outro modo” (PLGII, p. 66, grifo meu).

como essa conversão se dá não é elucidado, permanecendo apenas como “uma questão muito difícil e pouco estudada ainda” (*idem*).

Como explicar essa mudança de perspectiva? O que levou Benveniste a abandonar a ideia de que passamos do *signo* à *frase* através de uma organização singular, de um agenciamento das palavras no uso concreto da língua? Ono (2007) formula uma resposta para essa nebulosa indagação justamente a partir da substituição, feita por Benveniste no texto de 1969, do conceito de “frase” pelo de “enunciação”, uma vez que, para a autora, essa reformulação terminológica implica também uma mudança de ordem teórica. Diz ela:

*En 1962 et 1966, la langue et le discours, en d'autres termes le monde du signe et celui de la phrase, s'enchaînaient l'un à l'autre par un acte de liaison. Benveniste expliquait cette conversion de la langue en discours par des expressions telles qu'« agencement syntagmatique » ou « prédication ». La phrase était conçue à la fois comme une unité et comme la formation de cette unité, comme un processus. En 1969, lorsqu'il remplace phrase par énonciation, il nie cette conversion et souligne la clôture du monde du signe. En 1970, l'énonciation est considérée comme la « sémantisation de la langue ». Benveniste n'emploie plus le mot phrase mais le mot énoncé, et l'énonciation retrouve son sens d' « acte de produire un énoncé » dans ce mouvement même qui convertit la langue en discours. La formation de la phrase, la syntagmation, idée développée au cours des réflexions sur l'opposition entre sémiologie et sémantique, ne sera plus évoquée. Benveniste est cohérent avec lui-même lorsqu'il n'emploie pas le mot phrase, dont la notion implique traditionnellement l'agencement formel de mots, alors qu'il met l'accent sur l'aspect sémantique de l'actualisation de la langue par l'énonciation (ONO, 2007, p. 74-75, grifos da autora).*

Assim, partindo desta formulação, acredito que a noção de enunciação, manifestadamente presente na reflexão de *Semiologia da língua*, de 1969, embora seja fundamentada por Benveniste a partir da significação linguística e da ordem semântica da língua, não esteja mais estritamente vinculada à investigação acerca dos níveis de análise, tal como se pode perceber nos textos sobre o tema precedentes a este último. Consequentemente, Benveniste não encontra mais aí a necessidade de discorrer sobre como, na língua, passa-se do signo à frase. O linguista simplesmente os separa por um hiato, demonstrando mais uma preocupação em distinguir os dois domínios de significância, propondo-os como duas perspectivas distintas e que necessitam, por isso, de aparatos teórico-metodológicos também distintos, do que de explicar ou de descrever o seu modo de interação. A semantização da língua consistiria, assim, tal como se lê no texto *O aparelho*, “um outro aspecto maior do mesmo problema” (*PLGII*, p. 83), um

aspecto ainda misterioso e inconcluso, estando a questão de “como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’” (*idem*) ainda a cargo de estudos futuros<sup>109</sup>.

Benveniste não deixa de citar, à moda de uma explicação possível para os “procedimentos pelos quais as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram” (*idem*), ou seja, para o próprio processo de formação das frases na enunciação, a perspectiva iniciada pela “gramática transformacional”, a qual “visa a codificá-las e a formalizá-las para daí depreender um quadro permanente, e, de uma teoria da sintaxe universal, propõe remontar a uma teoria do funcionamento do espírito” (*idem*).

Trata-se, evidentemente, do modelo teórico iniciado por Noam Chomsky, na década de 1950, e que daria origem a toda uma linguística, dita *gerativa*, cuja base epistemológica reside na hipótese de que a faculdade da linguagem é uma propriedade inata do ser humano. Consequentemente, a tarefa do linguista consistiria, por esse viés, em descrever as regras universais que subjazem a todas as manifestações das línguas naturais, e descrever os processos que realizam as transformações dessas regras primitivas e universais às diferentes configurações morfossintáticas das línguas em geral. Assim, como descreve Benveniste, trata-se de uma perspectiva que visa a codificar e formalizar as manifestações da linguagem, estabelecendo padrões universais, comuns a todas as línguas, e que refletiriam, portanto, uma faculdade herdada geneticamente.

Benveniste coloca, desse modo, o gerativismo como uma possível explicação para os processos de formação das frases. Contudo, podemos dizer que ele mantém uma relação de concordância com esta perspectiva? Dificilmente. Basta, para isso, lembrar que a teoria enunciativa não se vale univocamente da universalidade<sup>110</sup>. Em outras palavras, a enunciação é, para Benveniste, uma efemeridade, da ordem do não-generalizável, ou como ele mesmo afirma em *A forma* (1966), “a frase é então cada vez um acontecimento diferente; ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece” (*PLGII*, p. 231). A frase é,

<sup>109</sup> Visto desde este ponto de vista, o aspecto enunciativo da semantização da língua pode ser considerado como um dos pontos programáticos do texto de 1970, motivo pelo qual ele constitui parte do **Capítulo 5**.

<sup>110</sup> Não cabe, no entanto, afirmar que não há espaço na teoria esboçada por Benveniste para o universal, e uma leitura epistemológica do texto *O aparelho*, de 1970, mostra-o claramente, conforme apontam Flores; Teixeira (2005): “A existência do aparelho formal da enunciação é universal – é inconcebível uma língua que não o tenha –, porém, o uso que é feito dele é sempre singular” (p. 101). Assim, ao promover uma articulação entre língua e fala, a enunciação também articula o universal e o particular, o geral e o específico.

portanto, enquanto expressão do domínio semântico da língua, o lugar do singular e do irrepetível. Da mesma forma, contrariamente à perspectiva “transformacional”, a frase não existe em outra instância que não aquela de sua realização. Não há, na perspectiva benvenistiana, uma frase *a priori*, anterior à sua atualização, isto é, ao menos não com o mesmo “estatuto” enunciativo<sup>111</sup>.

Assim sendo, por que, ao indagar-se sobre “os procedimentos pelos quais as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram” (*op. cit.*, p. 83) no texto de 1970, Benveniste faz referência à perspectiva gerativista de Noam Chomsky? Para responder esta pergunta, proponho uma nova: É esta a primeira vez em que tal relação é estabelecida no escopo da semantização? Não, não é. Vejo, portanto, nessa reincidência, uma possível resposta.

Em *A forma* (1966), na sessão de debate do texto<sup>112</sup>, Ricoeur lança a Benveniste a seguinte questão, relativa ao estatuto da frase na distinção feita pelo linguista entre semiótico e semântico:

Gostaria de colocar agora a seguinte questão a Benveniste: na perspectiva que ele abriu, não seria necessário prolongar a dualidade da semiótica e da semântica até a ordem sintagmática? Não há de um lado os sintagmas que são cada instância de discurso, a cada vez circunstanciais e referidos a uma situação e a um locutor singular, e de outra parte **uma “gramática” que permite tratar como uma produção auto-regulada a criação de um número infinito de frases? Desta vez, é do lado de Chomsky que seria necessário fazer a comparação e a discussão.** Não é somente a palavra que pode ser abordada do ponto de vista semiótico e do ponto de vista semântico, mas também a frase. O senhor aceitaria falar de uma semiótica e de uma semântica da frase? (*PLGII*, p. 241, grifos meus).

Em resposta a essa questão de Ricoeur, Benveniste é enfático em discordar de que a frase possa encontrar abrigo numa perspectiva semiótica da significação. Para ele, “o problema da frase não se coloca senão no interior do semântico” (*idem*). Ora,

<sup>111</sup> No texto *A forma*, de 1966, Benveniste é confrontado, na sessão de debate de seu texto, por perguntas de alguns filósofos, relativas ao estatuto de certos tipos de frases (textos citados e frases “prontas”, das que servem, por exemplo, como explicações para regras gramaticais) na sua formulação teórica de “semiótico/semântico”. Da mesma maneira, pode-se perceber, no próprio texto *O aparelho*, momentos em que Benveniste se pergunta pelo estatuto de tipos particulares de frases, como o “*hain-teny*” dos Merinas e a “comunhão fática”, estudada por B. Malinowski. Tais exemplos mostram, cada um a seu modo, as dificuldades implicadas pela nova perspectiva estudo da língua proposta por Benveniste, dificuldades estas que o linguista não omite e nem ignora, buscando, ao contrário, elucidá-las para, a partir delas, problematizar e circunscrever o viés enunciativo.

<sup>112</sup> Vale aqui explicitar a especificidade deste texto: *A forma e o sentido na linguagem* é, como já afirmei anteriormente, um texto apresentado por Benveniste em um congresso de filosofia, em 1966. Assim, consta, com parte dele, em sua publicação no *PLGII*, o debate que se seguiu à apresentação, composto de perguntas feitas pelos filósofos que a presenciaram, bem como das respectivas respostas do linguista a tais perguntas.

Benveniste reconhece que “há, de um lado, empiricamente, frases e possibilidades de frases indefinidas, de outro lado algumas condições que comandam a geração de frases” (*idem*). Assim, “cada língua possui, sem dúvida alguma, um certo número de mecanismos, de esquemas de produção que podem ser formulados, que podem mesmo ser formalizados” (*idem*), sendo esta, segundo Benveniste, a tarefa da qual se ocupam os “teóricos da gramática gerativa”. No entanto, o linguista alerta que, por mais formalizados que sejam os procedimentos de produção das frases descritos pelos gerativistas, “expostos sobre uma forma axiomática, matemática mesmo, eles visam em definitivo **as realizações**” (*op. cit.*, p. 242, grifo meu). Não deixamos, assim, “de estar **no semântico**” (*idem*, grifo meu). Talvez seja neste sentido que possamos interpretar a intrigante passagem deste texto de 1966, na qual Benveniste afirma:

É necessário traçar uma distinção no **interior do domínio semântico** entre a multiplicidade indefinida das frases possíveis, quer por sua diversidade, quer por sua possibilidade de se determinarem umas pelas outras, e o número sempre limitado, não só de lexemas utilizados como palavras, mas também dos tipos de esquemas sintáticos a que necessariamente a linguagem recorre (*op. cit.*, p. 234, grifo meu).

Em conclusão, ainda que Benveniste elucide, no texto *O aparelho*, o tratamento dado pela “gramática transformacional” aos “procedimentos pelos quais as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram” (*op. cit.*, p. 83), a consideração a tais procedimentos será, na perspectiva enunciativa, a mesma disposta a respeito de “como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’”. Em outras palavras, é através do aspecto da semantização da língua que se considerará o processo de formação das frases, estando este relacionado, portanto, ao próprio estudo da “análise da significância”, em seu domínio semântico. Assim, há aqui, ao menos implicitamente, um afastamento entre a “gramática transformacional” e a perspectiva enunciativa delineada por Benveniste no que diz respeito ao tratamento dado ao mesmo fenômeno linguístico.

#### 4.5. Aspectos da enunciação: o quadro formal de realização da língua

<p>Pode-se, enfim, considerar uma outra abordagem, que consistiria em definir a enunciação no quadro formal de sua realização. É o objeto próprio destas páginas. Tentaremos esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir</p>
---

da manifestação individual que ela atualiza. Estes caracteres são, uns necessários e permanentes, os outros incidentais e ligados à particularidade do idioma escolhido. Por comodidade, os dados utilizados aqui são tirados do português [*français*] usual e da língua da conversação.

Na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização.

(*PLGII*, p. 83)

Conforme vimos até aqui, Benveniste introduz seu texto dedicado à enunciação através de uma importante distinção, na qual ele situa, de um lado, o estudo do “emprego das formas”, isto é, das regras internas que constituem a estrutura de um sistema linguístico, e, de outro lado, o estudo do que o linguista chama de “emprego da língua”, ou seja, da instância a cada ver singular em que o locutor mobiliza a língua por sua conta, ou, mais aforisticamente, deste “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (*PLGII*, p. 82); em suma, o estudo da enunciação. Assim, tendo situado a perspectiva enunciativa no terreno da linguística, distinguindo-a de um estudo do enunciado, Benveniste afirma que “este grande processo pode ser estudado sob diversos aspectos” (*idem*) dos quais ele elucida três. Nossa leitura epistemológica nos levou, até aqui, à análise de dois aspectos da enunciação, brevemente desenvolvidos no texto de 1970: o aspecto da “realização vocal da língua” e o aspecto da “semantização da língua”.

Benveniste propõe, a partir de então, que se considere a enunciação ainda sob um outro aspecto, a partir de uma outra abordagem. Esta terceira abordagem consistiria em “definir a enunciação no quadro formal de sua realização” (*op. cit.*, p. 83), e sobre a qual o linguista destaca logo em seguida: “É o objetivo próprio destas páginas” (*idem*). Trata-se do início de uma nova etapa do texto de 1970, na qual vemos que tudo o que antecede a este ponto é, de fato, ainda introdutório, constituindo um “situar ao leitor linguista o campo enunciativo”. O que se segue deste ponto é, portanto, uma tentativa de “esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza” (*idem*).

Benveniste busca, desse modo, descrever as formas e funções da língua que permitem ao locutor apropriar-se da mesma e atualizá-la em discurso. Assim, se o

linguista afirma que se deve considerar a enunciação como “o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam essa relação” (*op. cit.*, p. 82), descrever os caracteres que marcam a relação do locutor com a língua é descrever o “aparelho formal da enunciação”, do qual depende todo processo de semantização da língua. Cabe notar ainda que, se Benveniste busca esboçar os “caracteres formais da enunciação”, ele o faz no *interior da língua*. A consequência disso é enorme: os caracteres da enunciação estão desde já no interior da própria língua. Em outras palavras, trata-se de considerar que a língua, enquanto sistema formal, prevê a sua própria utilização, a cada vez única, fornecendo, para que isso seja possível, todo um aparelho de formas e funções. Isso significa, em última instância, prever na língua o lugar de sua própria irrepetibilidade. Fica, aqui, mais uma vez manifesta a diferença entre a consideração benvenistiana da enunciação e a concepção de “fala” saussuriana. Na enunciação, língua e fala fundem-se indissociavelmente. Portanto, a enunciação diz respeito ao uso da língua, ao “falar”, mas nem por isso deixa de ser um estudo sobre a língua.

Uma outra implicação emerge deste último ponto, a qual já mencionamos em um momento anterior: não podemos considerar o aparelho formal da enunciação como um compartimento da língua, ou ainda, como um conjunto específico de caracteres que, por si só, constituiriam a totalidade da relação do locutor com a língua. Ora, Benveniste afirma, de fato, que alguns caracteres ou “índices específicos” são tidos como “necessários e permanentes”, porém, ao mesmo tempo, não podemos deixar de lembrar que, para o linguista, a enunciação é um “mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (*PLGII*, p. 82). Assim, se há, no quadro formal da enunciação, alguns índices específicos, necessários e permanentes, há também, por outro lado, caracteres incidentais e procedimentos acessórios que colocam em jogo, na realidade, a totalidade da língua<sup>113</sup>.

“Na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (*op. cit.*, p. 83). É lícito defender que, nesta afirmação de Benveniste, podemos encontrar, senão uma metodologia, pelo menos um esboço metodológico? Bem, se buscamos definir a enunciação a partir do quadro formal de sua realização, como pontua Benveniste, essa busca deve

---

<sup>113</sup> Esta questão, relativa à abrangência do aparelho formal da enunciação em relação à língua, voltará a ser comentada no decorrer da leitura epistemológica do texto de 1970, uma vez que este problema se faz presente durante toda a reflexão de Benveniste.

necessariamente levar em conta estes três fatores – o ato, a situação e os instrumentos –, cada um dos quais traz uma série de consequências teóricas importantes, conforme veremos mais adiante. Assim, se podemos dizer que, de uma forma ou de outra, todo o campo da linguística se desenvolveu, a partir da leitura do *Curso de linguística geral*, sob a égide do aforismo “*a Linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma*” (CLG, p. 271, grifo no original)<sup>114</sup>, vemos, por outro lado, em conformidade com os textos benvenistianos *A forma* (1966) e *Semiologia* (1969), que o estudo ligado ao domínio semântico da língua, ou seja, ao mundo da enunciação, não se contenta unicamente com um objeto restrito aos “instrumentos de sua realização”, para usar os termos de Benveniste. Ora, é justamente nesse sentido que o linguista, ao distinguir, no texto de 1969, os dois planos de significância da língua – semiótico e semântico – afirma que este último “precisará de um **aparelho novo de conceitos e de definições**” (PLGII, p. 67, grifo meu). Trata-se do *aparelho formal da enunciação*, cuja descrição dos caracteres linguísticos implica necessariamente a consideração ao ato e à situação na qual ele se realiza.

Além disso, Benveniste é enfático ao afirmar que, para se descrever o quadro formal enunciativo, é necessário considerar os três fatores *sucessivamente*. Cumpre, assim, partir sempre do ato de enunciação, levando em conta a própria situação na qual ele se dá, uma vez que este ato é sempre instanciado, para, então, a partir desse ato instanciado, descrever e categorizar os “instrumentos dessa realização”, ou seja, as formas e os mecanismos linguísticos que a tornaram possível e que marcam a relação cada vez única do locutor com a língua. Parte-se, portanto, da globalidade do fenômeno, do todo do ato, para então examinar os elementos formais que o compõem e descrever de que maneira eles interagem na própria relação com o todo. Interessante como este modo de analisar a língua se coaduna com a perspectiva de análise descrita por Benveniste acerca do próprio locutor comum, no texto *Os níveis*, de 1964, distinguindo-a do método de investigação empregado pelos linguistas:

O locutor não pode ir mais longe; tomou consciência do signo sob a espécie da ‘palavra’. Fez um início de análise linguística **a partir da frase e no exercício do discurso**. Quando o linguista, por sua vez, tenta reconhecer os níveis da análise, é levado por uma operação inversa – partindo das unidades elementares – a fixar na frase o nível último (PLGI, p. 140, grifo meu).

<sup>114</sup> Mesmo que se saiba atualmente, a partir das descobertas de manuscritos saussurianos e das pesquisas realizadas sobre os mesmos, que essa famosa conclusão do CLG não é de autoria de Saussure, e sim dos editores do *Curso*, isso não invalida o fato de que ela traçou o rumo da ciência linguística no desenvolvimento de suas mais diversas correntes teóricas.

Isto posto, acredito que, se, por um lado, Benveniste não desenvolveu propriamente, em seu conjunto de trabalhos, o que poderíamos chamar de uma “metodologia enunciativa”, por outro lado, é viável depreender, a partir da leitura cuidadosa de seus textos, alguns princípios que permitam nortear uma análise de base enunciativa. É o que podemos testemunhar em passagens como essa.

Enfim, o que significa dizer que, na enunciação, devemos considerar, sucessivamente, o ato, as situações em que ele se realiza, e os instrumentos de sua realização? Que implicações teóricas estão aí envolvidas e o que consequências trazem para a análise da língua?

Iniciemos nossa leitura, tal como orienta Benveniste, a partir do próprio ato individual.

#### **4.6. A enunciação como ato-processo de apropriação: língua e (inter)subjetividade**

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno.

Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de apropriação. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro.

Mas imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário.

(*PLGII*, p. 83-84)

Um dos princípios fundamentais da teoria benvenistiana reside na ideia de que, nas palavras do linguista, “a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso” (*PLGII*, p. 83). A consequência mais imediata disso é que a perspectiva

enunciativa deve necessariamente situar como primeiro plano o processo de *locução*. Assim, segundo Benveniste, “o ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação” (*PLGII*, p. 83).

**É o locutor a condição primeira da enunciação.** Este é um dado fundamental, uma vez que é ele que orienta toda a abordagem delineada por Benveniste. Ora, para que haja enunciação, é necessário que haja, em primeiro lugar, um locutor que faça operar a língua por sua conta, efetuando-a em uma instância de discurso. Antes deste ato, a língua é mera virtualidade, ou, nas palavras de Benveniste, “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua” (*idem*). Assumir o locutor como o primeiro parâmetro nas condições necessárias da enunciação significa assumir, de forma definitiva, a *subjetividade na linguagem* como um *princípio de base* da teoria, tomando-a não só como inerente a toda e qualquer manifestação da linguagem, mas como o próprio fundamento desta manifestação<sup>115</sup>. Vemos, dessa forma, que, embora a questão da subjetividade na linguagem não seja o foco deste estudo de 1970, ela está na base do aparelho formal da enunciação.

Como já afirmei anteriormente, não encontramos no texto *O aparelho* a mesma reflexão acerca da noção de *sujeito* elaborada no texto *Da subjetividade*, de 1958. Assim, se, neste último texto, a investigação de Benveniste está especificamente voltada para a subjetividade e para a tentativa de mostrar que o fundamento desta “está no exercício da língua” (*PLGI*, p. 288), isto é, que a linguagem cumpre uma função antropológica, na medida em que é o que permite ao homem constituir-se como sujeito, o que percebemos é que, no texto *O aparelho*, Benveniste se preocupa em teorizar especificamente sobre o lugar do *locutor* no quadro que caracteriza a enunciação. Ou seja, no texto de 1958, Benveniste usa o emprego da língua para falar da *subjetividade* (como convém a um texto publicado em um periódico de psicologia), ao passo que, no texto de 1970, ele usa a subjetividade para falar do *emprego da língua* (como convém a um texto publicado em um periódico de linguística). Portanto, é através de uma noção pragmática de *locutor*, enquanto indivíduo que utiliza a língua, que a questão da subjetividade é tratada. A subjetividade não é aí o tema principal; ela é apenas pressuposta. No entanto, isso não significa menos importância: trata-se justamente de

---

<sup>115</sup> É isso que permite que Flores (2012) resuma o pensamento benvenistiano sob o axioma *o homem está na língua*, e tome como o grande operador deste a noção de *enunciação*.

assumir que a perspectiva enunciativa pressupõe, na base de seu objeto de estudo, a própria subjetividade.

De que maneira podemos definir a enunciação enquanto ato de realização? Sabemos já que essa definição deverá levar necessariamente em conta a relação do locutor com a língua, mas em que termos colocá-la? Benveniste o coloca da seguinte forma:

Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro (PLGII, p. 84, grifo do autor).

É, portanto, como um *processo de apropriação* que o linguista define a relação do locutor com a língua. Para entender melhor essa afirmação, cabe analisar mais detidamente este parágrafo de Benveniste. Podemos depreender, a partir dele, pelo menos, cinco problemas:

1) Fica novamente evidente, a partir deste trecho, que língua e enunciação não dizem respeito a uma mesma coisa. A enunciação é justamente o resultado da relação do locutor com a língua, uma relação que envolve um *processo* de apropriação e que se manifesta em forma de *ato*. Ela é, portanto, simultaneamente, um *processo* e um *ato*;

2) A natureza deste “ato-processo” constitui uma outra problemática. Trata-se, como diz Benveniste, de uma *apropriação*. O que se quer dizer com isso? Se tomarmos “apropriação” como a ação de tornar algo próprio a um uso, então apropriar-se do “aparelho formal da língua” significa torná-lo próprio ao seu próprio emprego, singularizá-lo, torná-lo particular do locutor na relação a cada vez singular deste com a língua. Significa, em suma, torná-lo um “aparelho formal da enunciação”. Este termo não é inédito nos textos de Benveniste. Ele aparece, por exemplo, no próprio texto *Da subjetividade* (1958), quando o linguista afirma que “a linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor *apropriar-se* da língua toda designando-se como *eu*” (PLGI, p. 288, grifo do autor)<sup>116</sup>. Antevemos, já aí, não somente a ideia de

---

<sup>116</sup> Podemos encontrar ainda, mesmo que de forma menos elaborada, a presença da noção de apropriação em um texto mais anterior, *A natureza dos pronomes* de 1956. Nele, Benveniste afirma, sobre os caracteres *eu/tu*: “os indicadores *eu* e *tu* não podem existir como signos virtuais, não existem a não ser na medida em que são atualizados na instância de discurso, em que marcam para cada uma das suas próprias instâncias o **processo de apropriação pelo locutor**” (PLGI, p. 281, grifo em itálico do autor, grifo em

*apropriação*, como também um vislumbre do “aparelho formal da enunciação” (se a língua encontra-se organizada para o seu próprio uso, é porque ela está habilitada para isso através um aparelho formal), além da constatação de que o locutor apropria-se da *língua toda*, estando, portanto, a totalidade da língua sob a dependência do *eu* que se enuncia. Ainda mais anterior é a passagem do texto *A natureza dos pronomes*, de 1956, na qual Benveniste diz que os pronomes *eu* e *tu*, na medida em que existem apenas enquanto atualizados na instância do discurso, “marcam para cada uma das suas próprias instâncias o processo de **apropriação** pelo locutor” (*op. cit.*, p. 281, grifo meu);

3) Devemos estar atentos ao fato de que, quando Benveniste fala em processo de apropriação, ele se refere ao “aparelho formal *da língua*”. Isso é importante de ser salientado. O “aparelho formal da enunciação” é construído pelo locutor a cada processo de apropriação do “aparelho formal da língua”. A língua fornece, assim, as formas e os mecanismos que permitem a sua adequada utilização, mas a configuração que estes tomam a cada processo de apropriação é sempre singular. Como o próprio texto de 1970 comprova, os elementos formais deste aparelho podem ser descritos de forma objetiva e categorizável, mas esta descrição geral só poderá ser feita no próprio *interior da língua*. Há, assim, algo que é da ordem do repetível neste dispositivo que permite que a língua seja atualizada em discurso, e que possibilita sua descrição, mas o uso deste dispositivo faz com que, a cada utilização, a sua configuração seja única;

4) Ao apropriar-se do “aparelho formal da língua” e construir, através deste processo, um “aparelho formal da enunciação”, o locutor enuncia sua posição de locutor. Ou seja, todo ato individual de apropriação da língua tem como função “colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação” (*PLGII*, p. 84). Trata-se aqui justamente de ver como o locutor se marca no seu dizer, ou ainda, usando as palavras de Benveniste, de ver como “o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala” (*idem*). Diferentemente do texto *Da subjetividade*, de 1958, Benveniste não parte, no texto *O aparelho*, de uma visão antropológica da relação entre homem e língua. Assim, se, no texto de 1958, o linguista afirma que “cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso” (*PLGI*, p. 286, grifos do autor), no texto de 1970, o que vemos é que, ao se apropriar do aparelho

---

negrito meu). Voltarei a esta passagem mais além, quando o interesse em questão forem as marcas de subjetividade indicadas pela categoria linguística de *pessoa*.

formal da língua, o locutor enuncia sua posição de *locutor*. Assim, se, por um lado, a análise do quadro formal da enunciação, ao considerar o ato, a situação e os instrumentos de realização, não apenas pressupõe, mas alicerça-se sobre a noção de “subjetividade”, a descrição deste quadro formal limita-se, neste caso, ao aspecto *pragmático* desta relação do homem com a língua, tomando o homem como *locutor*. Com isso, não quero dizer que o processo de apropriação da língua se resuma a uma “pragmática”. Benveniste vai muito além disso, como podemos perceber. Porém, para entendê-la em toda sua amplitude, essa questão necessita, tal como fiz até aqui, que remetamos o conceito de “apropriação” do texto *O aparelho* aos demais textos do linguista. Em suma, a noção de enunciação como “processo de apropriação”, presente no texto de 1970, evoca a noção de “subjetividade”, tornando-se necessária, assim, a leitura dos textos benvenistianos nos quais esta questão é o foco principal;

5) Como o locutor enuncia a sua posição de locutor? Benveniste responde de forma emblemática: “O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de **índices específicos**, de um lado, e por meio de **procedimentos acessórios**, de outro” (*PLGII*, p. 84, grifos meus). Esta passagem parafraseia a afirmação lançada anteriormente por Benveniste acerca dos “caracteres formais da enunciação”: “Estes caracteres são, uns necessários e permanentes, os outros incidentais e ligados à particularidade do idioma escolhido” (*op. cit.*, p. 83). Tal definição parece apontar para dois pontos que são, de certa forma, contraditórios: Em primeiro lugar, aponta para o fato de que, como Benveniste diz mais adiante no texto *O aparelho*, “a enunciação é diretamente responsável por certas classes de signos que ela promove literalmente à existência” (*op. cit.*, p. 86), ou seja, trata-se do fato de que há, na língua, certas unidades cujo estatuto diferencia-se das demais justamente por estarem diretamente relacionadas à enunciação. Em segundo lugar, aponta para a constatação de que, embora existam signos intimamente ligados ao fenômeno enunciativo, o aparelho formal da enunciação, de uma maneira ou de outra, é constitutivo da língua inteira, isto é, a língua inteira se encontra a serviço da enunciação, apta a ser mobilizada num processo de apropriação subjetiva pelo locutor e manejada de forma a expressar uma certa ideia deste, e, assim, singularizando-se.

Assim, embora reconheçamos a existência de unidades linguísticas que revelam com maior evidência a relação do homem com a língua, podendo inclusive ser consideradas como indicadoras “por excelência” da subjetividade na linguagem, seria

errôneo tomá-las como as únicas formas de o locutor se marcar em sua enunciação. Nesse sentido, definir o “aparelho formal da enunciação” a partir das categorias de “índices específicos” e “procedimentos acessórios” significa estender o objeto de estudo da enunciação a toda a língua<sup>117</sup>. Em que medida isso pode ser posto? Torna-se necessário, aqui, deter-se um pouco mais sobre este último ponto, indagando: o que são os “índices específicos” e os “procedimentos acessórios” da enunciação?

Em Aresi (2011), procuro investigar estas duas noções, remetendo-as ao conjunto de textos de Benveniste voltados para a enunciação, para concluir que:

a) O termo “índices” se encontra em estreita relação com as inúmeras ocorrências do termo “indicadores”, presente em sintagmas como “indicadores de pessoa”, “indicadores de ostensão”, “indicadores (de pessoa, de tempo, de lugar, de objeto mostrado, etc.)” e “indicadores auto-referenciais”, do texto *A natureza dos pronomes*<sup>118</sup>, de 1956 (*PLGI*, p. 279, 280, 282), bem como “indicador de subjetividade”, no texto *Da subjetividade*, de 1958 (*op. cit.*, p. 291);

b) O termo “procedimentos” tem estatuto distinto em relação à “índices”, uma vez que remete não à ideia de *unidade*, mas à de *processo*. Trata-se, portanto, não de elementos da língua “indicadores” de subjetividade, mas de *operações* que o locutor realiza ao enunciar;

c) Assim, a “índices específicos” da enunciação correspondem as categorias de *pessoa*, *tempo* e *espaço*, detidamente analisadas por Benveniste em seus estudos da

---

<sup>117</sup> Dessons (2006) reconhece este gesto de abertura da teoria benvenistiana, e afirma que “*l’élargissement de la classe formelle de l’énonciation est symptomatique d’une tendance de Benveniste à prendre le discours comme une globalité énonciative*” (p. 71). Assim, conclui o autor: “*La démarche de Benveniste implique, dans ses principes théoriques mêmes, qu’il dépasse le stade des « marques formelles de l’énonciation » et considère le discours comme un indice global de subjectivité*” (DESSONS, 2006, p. 71). Flores; Teixeira (2005) também são partidários desta opinião. Segundo eles, “de qualquer prisma que se olhe, é preciso perceber que o aparelho formal da enunciação não está limitado a formas específicas, mas é integrante da língua em sua totalidade” (p. 36). No entanto, é de se estranhar o fato de que os termos utilizados para caracterizar estes dois conceitos (índices específicos e procedimentos acessórios) sejam, respectivamente, os adjetivos “específicos” e “acessórios”. Tal qualificação, contrariamente ao que aqui exponho, parece situar estas noções em uma relação de “maior ou menor importância”, principalmente devido ao sentido pejorativo associado ao termo “acessório”. Segundo a definição presente no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (HOUAISS; VILLAR, 2009), o vocábulo “acessório” significa, entre outras coisas: “1. Que se junta ao principal; suplementar, adicional, anexo. 2. Que tem importância menor; secundária, dispensável” (p. 31). “Acessório” seria, portanto, o antônimo de “necessário”. Quanto a essa escolha do linguista pelo termo “acessório”, só podemos fazer conjecturas. Assim, creio que se esse termo ali se encontra caracterizando “procedimentos”, este entendido como “processos de agenciamento das formas”, não é no sentido de ser algo “de menor importância” ou “dispensável”, mas justamente por ser um aspecto de menor evidência na investigação acerca da subjetividade na linguagem, sendo as categorias de *pessoa*, *tempo* e *espaço* mais elucidativas dessa instância do homem na língua.

<sup>118</sup> Texto originalmente publicado em *For Roman Jakobson*, Mouton & Co., Haia, 1956. Em *PLGI*, tal texto constitui o capítulo 20.

década de 40 e 50<sup>119</sup>, como *Estrutura das relações de pessoa no verbo*<sup>120</sup> (1946), *A natureza dos pronomes* (1956), *Da subjetividade na linguagem* (1958), e *As relações de tempo no verbo francês*<sup>121</sup> (1959). Quanto a “procedimentos acessórios”, esta noção está relacionada ao próprio modo de organização das unidades linguísticas, ao processo de agenciamento das formas da língua, em suma, à *sintagmatização*. Reconhecer isso significa alargar o alcance da análise enunciativa para além das classes formais de *pessoa*, *tempo* e *espaço*, e, como veremos mais adiante, Benveniste realiza de fato este alargamento, ao afirmar que, “além das formas que esta comanda, a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas” (*PLGII*, p. 86).

Em resumo, a enunciação pode ser definida, enquanto realização individual, como um processo no qual o locutor se apropria do “aparelho formal da língua” e, através de índices específicos e procedimentos acessórios, configura, no próprio ato, um “aparelho formal da enunciação”, assegurando sua presença no seu próprio dizer e constituindo-se, assim, como sujeito.

No entanto, como afirma Benveniste, “deste que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o **outro** diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro” (*op. cit.*, p. 84, grifo meu). Notamos, desse modo, que Benveniste, em concordância com o texto *Da subjetividade* (1958), resgata, no texto *O aparelho*, a noção de “subjetividade” sob a dependência de uma outra: a de *intersubjetividade*. Assim, se o fundamento da “subjetividade” se encontra na linguagem, uma vez que se define como “a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (*PLGI*, p. 286), remetendo “a ele mesmo como *eu* no seu discurso” (*idem*), ao mesmo tempo, esta categoria linguística de *pessoa* reflete a condição mesma do homem na linguagem:

Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois

<sup>119</sup> Cabe aqui, ainda que de forma um tanto tardia, relativizar a consideração cronológica dos textos de Benveniste, sob o risco de, ao não fazê-lo, colocar sob duas categorias homogêneas os textos benvenistianos pertencentes às décadas de 1950 e 1960. Sabemos que não é assim que eles se configuram em seu conjunto: são exemplos disso os textos *A linguagem e a experiência humana*, de 1965, e *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, de 1968 (Em *PLGII*, tais textos correspondem, respectivamente, aos capítulos 4 e 6), nos quais vemos ainda a presença da problemática envolvendo as categorias de “pessoa” e “não-pessoa”. Nesse sentido, é preferível que se fale, tendo em mente o conjunto de textos benvenistianos, em “momentos” da teoria, os quais obedecem sem dúvida a uma certa linearidade cronológica, mas que não podem ser resumidos a ela.

<sup>120</sup> Texto originalmente publicado em *Bulletin de la Société de linguistique*, XLIII (1946), fasc. 1, n.º 126. Em *PLGI*, tal texto constitui o capítulo 18.

<sup>121</sup> Texto originalmente publicado em *Bulletin de la Société de linguistique*, LIV (1959), fasc. 1. Em *PLGI*, tal texto constitui o capítulo 19.

implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu* (*idem*, grifos do autor).

Portanto, se, como nos aponta Benveniste em *Da subjetividade*, “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*” (*idem*, grifo do autor), isso só se dá numa relação dialógica, na qual a alteridade está intrinsecamente implicada. Decorre daí que, se a linguagem é um princípio antropológico, este princípio está necessariamente alicerçado na condição intersubjetiva da relação pessoal *eu/tu*. Assim, a relação do homem com a linguagem não é, de forma alguma, solipsista. Como diz Benveniste:

Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem **falando** que encontramos no mundo, um homem falando **com outro homem**, e a linguagem ensina a própria definição do homem (*op. cit.*, p. 285, grifos meus).

Toda instância enunciativa só é subjetiva porque é, antes de tudo, *intersubjetiva*. Em outras palavras, a intersubjetividade configura-se, neste prisma, como a própria condição da subjetividade. *Eu* e *tu* estão sempre e necessariamente implicados no uso da língua, sendo um o fundamento do outro. Portanto, como pontua Benveniste no texto de 1970, “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma **alocução**, ela postula um alocutário” (*PLGII*, p. 84, grifo meu). Como veremos ainda, a condição alocutiva da enunciação voltará a ser analisada por Benveniste no texto *O aparelho*, onde poderemos interpretar com mais clareza as suas condições explícitas e implícitas. Por fim, encerro este ponto com a própria explicação do conceito de *intersubjetividade*, realizada por Flores *et al.* (2009), a qual, acredito, resume bem a reflexão aqui desenvolvida:

Em suma, a Teoria da Enunciação de Benveniste tem como fundamento a noção de intersubjetividade, já que é na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, e essa condição está na dependência da existência do outro. Como exemplo, pode-se considerar que a intersubjetividade se marca na língua pela relação de oposição pessoa eu/pessoa não-eu, distinção necessária à noção de unicidade de cada uma das pessoas. Essa unicidade se apresenta em uma relação complementar, que é intrínseca à relação de subjetividade – há pessoa subjetiva porque há pessoa não subjetiva, relação que pode inverter-se. Intersubjetividade é, então, noção primeira, pressuposta, epistemologicamente, pela noção de subjetividade (FLORES *et al.*, 2009, p. 146).

#### 4.7. A referência como parte integrante da enunciação

Por fim, na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação.

Estas condições iniciais vão reger todo o mecanismo da referência no processo de enunciação, criando uma situação muito singular e da qual ainda não se tomou a necessária consciência.

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação.

(PLGII, p. 84)

Este recorte do texto *O aparelho* introduz uma noção central, que perpassa, de um modo de outro, toda a reflexão enunciativa de Émile Benveniste; uma questão que se coloca necessariamente quando se procura conceber a língua a partir de sua manifestação individual. Trata-se, enfim, da noção de *referência*.

A referência é anunciada pela primeira vez por Benveniste como noção fundamental, que coloca em jogo o estudo da língua em sua totalidade, no texto *Os níveis da análise linguística*, de 1964, quando o linguista formula o conceito de *frase*<sup>122</sup>: “Com a frase transpomos um limite, entramos num novo domínio” (PLGI, p. 137). Dessa forma, o nível da *frase* não partilha do mesmo estatuto dos outros níveis de análise da língua, uma vez que pertence não mais ao domínio da língua enquanto sistema fechado, mas ao domínio do *discurso*. Assim, se, por um lado, podemos dizer que as unidades que compõem a língua possuem um “sentido” imanente, resultado das

<sup>122</sup> É essa a constatação de Normand (2009) a respeito da referência. Para a autora, o problema da referência se coloca na reflexão benvenistiana concomitantemente com o problema da significação. Diz ela: “Há um momento em que Benveniste, em suas análises que se pretendem sempre e somente linguísticas, encontra a filosofia sobre as questões do sujeito e da referência. Nesse encontro, a dimensão da significação torna-se problemática, ao passo que até então ela não parecia levantar algum problema” (NORMAND, 2009, p. 154).

relações internas que elas mantêm entre si e que as organizam em um sistema, sem qualquer relação referencial, por outro lado:

[...] a linguagem refere-se ao mundo dos objetos, ao mesmo tempo globalmente, nos seus enunciados completos, sob a forma de frases, que se relacionam com situações concretas e específicas, e sob forma de unidades inferiores que se relacionam com ‘objetos’ gerais ou particulares, tomados na experiência ou forjados pela convenção linguística. Cada enunciado, e cada termo do enunciado, tem assim um *referendum* (PLGI, p. 137, grifo do autor).

Podemos perceber que é a partir da problemática da *significação*, ou seja, da investigação acerca das relações entre “forma” e “sentido” na língua, que Benveniste se depara com a referência, uma vez que ele constata a impossibilidade de se falar de “sentido”, quando se está no âmbito da *frase*, sem levar em conta essa noção. Portanto, falar de sentido, no “domínio da frase” proposto pelo linguista neste texto de 1964, é falar de referência.

Em *A forma e o sentido na linguagem*, de 1966, Benveniste também coloca a referência como um problema central da linguística, na medida em que aprimora a reflexão do texto de 1964, designando essas “duas maneiras de ser língua” como *semiótico*, de um lado, e *semântico*, de outro. Aqui, a referência também cumpre um papel fundamental, uma medida em que ela é própria da consideração semântica da língua. Diz o linguista:

É necessário introduzir aqui um termo a que foi desnecessário apelar na análise semiótica: aquele do ‘referente’ [...]. Ainda que se compreenda o sentido individual das palavras, pode-se muito bem, fora da circunstância, não compreender o sentido que resulta da junção das palavras; esta é uma experiência corrente, que mostra ser a noção de referência essencial (PLGII, p. 231).

No entanto, notamos, como já afirmei em um momento anterior, que “referência”, neste último texto, não coincide exatamente com a formulação presente em *Os níveis*. No texto de 1964, a preocupação de Benveniste está voltada especificamente, como o próprio título da obra elucida, para a questão dos *níveis da análise linguística*. A referência é aí, portanto, vista na estrita relação da *frase* com a “situação”. Assim, para o autor, a *frase*:

[...] traz ao mesmo tempo sentido e referência: sentido porque é enformada de significação, e referência porque se refere a uma determinada **situação**. Os que se comunicam têm justamente isto em comum, uma certa **referência de situação**, sem a qual a comunicação não se opera (PLGI, p. 139-140, grifos meus).

Percebemos, neste trecho de *Os níveis*, que “sentido” se encontra empregado em sua acepção semiótica, enquanto que “referência” ocupa, aí, a própria noção de “sentido” na acepção semântica, circunscrito a uma “referência de situação”.

Já no texto de 1966, a referência parece ocupar um duplo papel, caracterizando o sentido no modo semântico de duas formas complementares. Ora, se “o sentido da frase é de fato a *ideia* que ela exprime” (*PLGII*, p. 230, grifo do autor), este sentido da frase “implica referência à **situação de discurso** e à **atitude do locutor**” (*idem*, grifos meus). Trata-se, portanto, de se considerar a referência em duas instâncias: a) a da referência à atitude do locutor; e b) a da referência à situação na qual a frase se realiza. Benveniste remete a primeira delas ao que chama de “intencionado”, “do que o locutor quer dizer” (*op. cit.*, p. 229), e a partir da própria expressão de “sentido” que ele a designa. É à segunda das instâncias que o linguista se refere a partir do termo “referência”. Isto fica claro a partir da seguinte passagem de *A forma*: “Se o ‘**sentido**’ da frase é a **ideia** que ela exprime, a ‘**referência**’ da frase é o **estado de coisas que a provoca**, a **situação de discurso** ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar” (*op. cit.*, p. 231, grifos meus). Ilustro este problema através do quadro abaixo:

	REFERÊNCIA
<i>Os níveis</i> (1964)	Noção que coincide com o conceito de “sentido” ao nível da <i>frase</i> , uma vez que ambos remetem especificamente à <i>referência de situação</i> .
<i>A forma</i> (1966)	Noção que recobre a de “sentido” no modo <i>semântico</i> em duas instâncias: de referência à <i>situação de discurso</i> e à <i>atitude do locutor</i> . Terminologicamente, apenas a primeira instância é designada por Benveniste como “referência”. A última, tomada como “ideia” ou “intencionado”, recebe o conceito de “sentido”. Neste caso, embora abarque efetivamente a noção semântica de “sentido”, a “referência”, enquanto conceito ligado à <i>situação</i> , não coincide exatamente ela.

Uma coisa há em comum na formulação da noção de referência nos dois textos: a partir da leitura destes, é permitido afirmar, tal como coloca Benveniste no trabalho de

1966, que “a situação é condição única, cujo conhecimento nada pode suprir. A frase é então cada vez um acontecimento diferente” (*idem*). Percebe-se daí, em suma, a importância central da noção de referência no âmbito do emprego da língua: ela é a própria *condição* deste emprego. “Falar, é sempre falar-de”<sup>123</sup> (*PLGII*, p. 63).

No entanto, se, com relação à “referência”, fiz menção até aqui apenas dos textos nos quais o tema central é a dupla modalidade de significação da língua, é lícito se deduzir, a partir disso, que a referência não cumpre papel nenhum nos estudos anteriores de Benveniste? De modo algum. Como afirmei no início deste item, a noção de “referência” perpassa todas as reflexões desenvolvidas pelo linguista no âmbito do “homem na língua”<sup>124</sup>. Uma breve revisão dos textos benvenistianos voltados para análise das categorias de “pessoa”, “tempo” e “espaço” é suficiente para mostrá-lo.

Em *Estrutura das relações de pessoa no verbo*<sup>125</sup>, texto de 1946, Benveniste investiga sobre a categoria de “pessoa” nas formas verbais das línguas. Para ele, esta categoria “pertence realmente às noções fundamentais e necessárias do verbo” (*PLGI*, p. 250), uma vez que “não parece que se conheça uma língua dotada de um verbo no qual as distinções de pessoa não se marquem de uma ou de outra maneira” (*idem*). Isto posto, Benveniste analisa a marca pessoal no verbo, para constatar que esta marca é própria somente às pessoas *eu* e *tu*, e ausente na forma dita de “terceira pessoa”. O que o permite realizar tal oposição? O linguista explica:

Nas duas primeiras pessoas, há ao mesmo tempo uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. *Eu* designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, *eu* enuncia algo como um predicado de “tu”. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu”; essa forma é assim exceptuada da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam (*idem*, grifos do autor).

As formas “eu” e “tu” são, portanto, as únicas com estatuto de *pessoa*, em oposição a “ele”, forma linguística que Benveniste define como “não-pessoa”. Essa condição das formas “eu-tu” fará com que elas, ao indicarem pessoa, caracterizem-se por sua *unicidade* e *inversibilidade*. Como analisa Benveniste, “o ‘eu’ que enuncia, o

<sup>123</sup> Citação do texto *Semiologia da língua*, de 1969.

<sup>124</sup> Não é minha intenção limitar-me aqui à quinta parte dos *PLG I e II*, cujo nome é justamente “O homem na língua”.

<sup>125</sup> Publicado originalmente em *Bulletin de la Société de linguistique*, XLIII, fasc. 1, n° 126, 1946. Em *PLGI*, constitui o capítulo 18.

‘tu’ ao qual ‘eu’ se dirige são cada vez únicos. ‘Ele’, porém, pode ser uma infinidade de sujeitos – ou nenhum” (*op. cit.*, p. 253). Da mesma maneira, “‘eu’ e ‘tu’ são inversíveis: o que ‘eu’ define como ‘tu’ se pensa e pode inverter-se em ‘eu’, e ‘eu’ se torna um ‘tu’. Nenhuma relação paralela é possível entre uma dessas duas pessoas e ‘ele’” (*idem*).

O que está em jogo nesta oposição entre “pessoa” e “não-pessoa” na análise benvenistiana da marca pessoal no verbo? Essencialmente, o que permite a Benveniste separar “eu-tu” de “ele” é justamente a *referência* particular que se estabelece nas duas primeiras formas. Embora o termo “referência” não seja tão frequente neste texto, a noção seguramente está lá. O linguista não emprega este termo, mas recorre a ele através de verbos como “implicar” e “designar”. Assim, por exemplo, a “terceira pessoa” caracteriza-se como “não-pessoa” justamente “pelo fato de não *implicar* nenhuma pessoa” (*idem*). A referência única das formas “eu” e “tu” à pessoa é, portanto, o *discriminador* de sua especificidade em relação à forma “ele”.

Vemos isso ainda com mais clareza nos textos *A natureza dos pronomes* (1956) e *Da subjetividade na linguagem* (1958). Nestes dois textos, a noção de *referência* é explicitamente manifesta, e podemos perceber claramente que é justamente em função dela que as formas pertencentes às categorias de “pessoa”, “espaço” e “tempo” assumem seu estatuto particular dentre as demais formas da língua.

No trabalho de 1956, ao analisar a propriedade fundamental das formas pronominais “eu” e “tu” na “organização referencial dos signos linguísticos”, Benveniste constata:

Cada instância de emprego de um nome refere-se a uma noção constante e ‘objetiva’, apta a permanecer virtual ou a atualizar-se num objeto singular, e que permanece sempre idêntica na representação que desperta. No entanto, as instâncias de emprego de *eu* não constituem uma classe de referência, uma vez que não há “objeto” definível como *eu* ao qual se possam remeter identicamente essas instâncias. **Cada *eu* tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal. Qual é, portanto, a ‘realidade’ à qual se refere *eu* ou *tu*? Unicamente uma ‘realidade de discurso’, que é coisa muito singular** (*PLGI*, p. 278, grifos em itálico do autor, grifo em negrito meu).

Ora, o que se percebe é que as formas “eu-tu”, sendo passíveis de ser identificadas somente na instância de discurso que as contém, tomam, portanto, a *referência à enunciação* como sua própria condição de existência. Benveniste é claro nesse ponto: “a forma *eu* só tem existência linguística no ato de palavras que a profere” (*op. cit.*, p. 279). A forma “ele”, pelo contrário, por caracterizar-se justamente pela falta

da referência de pessoa, reporta não à situação de discurso, mas à própria língua fora da alocação. Trata-se, neste caso, de uma referência “objetiva”, em oposição à referência “subjativa” que marca as formas “eu-tu”.

Ainda no texto *A natureza*, Benveniste estende a especificidade referencial dos pronomes a outras unidades linguísticas. O destaque à referência é visível:

Essa **referência constante e necessária à instância de discurso** constitui o traço que une a *eu/tu* uma série de ‘indicadores’ que pertencem, pela sua forma e pelas aptidões combinatórias, a classes diferentes – uns pronomes, outros advérbios, outros ainda locuções adverbiais (*idem*, grifo em itálico do autor, grifo em negrito meu).

Entram neste grupo, portanto, os signos ditos demonstrativos (“isto”, “essa”, “aquele”, etc.), bem como advérbios espaço-temporais, do tipo “aqui”, “agora”, “hoje”, “ontem”, etc. Em suma, os elementos linguísticos geralmente denominados de “dêiticos”. Enfim, o que devemos reter desta revisão é o fato de que “o essencial é, portanto, a relação entre o indicador (de pessoa, de tempo, de lugar, de objeto mostrado, etc.) e a *presente* instância de discurso” (*op. cit.*, p. 280, grifo do autor). Que tipo de relação é essa? Trata-se de uma relação de *referência*, constitutiva da língua e sem a qual não podemos pensar em comunicação intersubjetiva.

No texto de 1958, *Da subjetividade na linguagem*, Benveniste retorna a falar sobre as formas pessoais e espaço-temporais, desta vez dirigindo-se a um público de leitores psicólogos<sup>126</sup>, para tratar do tema explicitado no título mesmo de seu estudo, isto é, a “subjetividade na linguagem”. Nele, vemos que o fundamento da “subjetividade” é, antes de tudo, linguístico, e que ela só é possível por que a língua dispõe de elementos que permitem ao locutor *referir* a si mesmo no seu próprio discurso, propondo-se, assim, como “sujeito”. A seguinte passagem é suficiente para esclarecer essa questão:

Estamos na presença de uma classe de palavras, os ‘pronomes pessoais’, que escapam ao *status* de todos os outros signos da linguagem. A que, então, se refere o *eu*? A algo de muito singular, que é exclusivamente linguístico: ***eu se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor***. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos uma instância de discurso, e que ***só tem referência atual***. A realidade à qual ele remete é a realidade do discurso. É na instância de discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como “sujeito” (*PLGI*, p. 288, grifos em itálico do autor, grifos em negrito meus).

<sup>126</sup> É sempre bom lembrar: o texto *Da subjetividade* foi originalmente publicado, em 1958, em uma revista de psicologia (*Journal de psychologie*, jul.-set. 1958, P.U.F.).

Desse modo, se a linguagem é a própria possibilidade de subjetividade, é porque a referência cumpre, nela, um papel fundamental. A necessidade do sujeito de referir pelo discurso é o que coloca a linguagem como o fundamento da subjetividade.

Vemos, assim, a partir desta retomada, que a noção de “referência” não só constitui o pilar de sustentação da distinção “semiótico/semântico” desenvolvida por Benveniste nos textos da década de 1960, mas é, de fato, constitutiva de *toda* a reflexão enunciativa do linguista. Tendo isso em vista, cabe perguntar: O que muda, no que diz respeito à “referência”, da perspectiva enunciativa de “pessoa/não-pessoa” para a perspectiva de “semiótico/semântico”? Unicamente, o grau de implicação desta noção na consideração do ato enunciativo. Ora, se, nos textos dedicados aos “indicadores de subjetividade”, a referência é o parâmetro que permite discriminar tais indicadores dos demais signos da língua, nos textos que abordam a *frase*, a referência se coloca como discriminadora de semiótico e semântico, abrangendo, portanto, a língua em sua *totalidade*. Em outras palavras, se, nas análises dos pronomes, advérbios, verbos, etc., o estatuto destes elementos se especifica por eles tirarem seu valor da referência à instância de discurso, nos estudos sobre a relação entre “forma” e “sentido”, Benveniste observa que o sentido, tomado em sua acepção semântica, depende da referência da *frase* enquanto *um todo* à instância de discurso. Uma vez atualizada em discurso, a *frase* e, conseqüentemente, todas as suas unidades constituintes (signos atualizados em “palavras”), tiram seu sentido através da referência à situação e à atitude do locutor. Em suma, todos os elementos da língua, independente de sua classe, uma vez empregados na comunicação intersubjetiva, tiram sua significação referenciando-se ao *eu* que enuncia<sup>127</sup>. Logo, toda a língua, de uma maneira ou de outra, encontra-se submetida à subjetivação caracterizadora da enunciação.

---

<sup>127</sup> Outorgamos geralmente esta perspectiva global da referência à enunciação aos textos vinculados à investigação da dicotomia *semiótico/semântico*. No entanto, acredito que seja possível surpreender essa ideia, ainda que de forma embrionária, nos textos anteriores do linguista. Ora, no próprio texto *Da subjetividade*, de 1958, percebemos que Benveniste, ao falar da forma “ele”, parece lançar essa questão. Diz o autor: “É preciso ter no espírito que a ‘terceira pessoa’ é a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que *não* remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação. Entretanto existe e **só se caracteriza por oposição à pessoa eu** do locutor que, enunciando-a, a situa como “não-pessoa” [...]. **A pessoa ele... tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por “eu”** (PLGI, p. 292, grifos em itálico do autor, grifos em negrito meus). Seria interessante analisar o sentido das reticências empregadas por Benveniste na última frase desta passagem. Significariam elas uma espécie de hesitação? Vestígios de uma pequena (mas reveladora) epifania? Uma vez que se tome a forma “ele” como modelo de todos os signos linguísticos ditos “objetivos”, ou seja, a própria *língua*, não poderíamos dizer, com esta constatação de Benveniste, que a *língua toda* tira seu valor a partir da situação de discurso instaurada por *eu*?

No entanto, notamos que, embora o papel da referência ligada à instância de discurso tenha sido estendido a toda a língua nos textos benvenistianos que compõem as investigações acerca da dicotomia “semiótico/semântico”, a descrição propriamente linguística disso só se dá no texto de 1970, sob a forma de um “aparelho formal da enunciação”. É possível afirmar, desse modo, que o texto *O aparelho* constitui um êxito em relação ao esforço de Benveniste em propor uma descrição distinta para a língua vinculada ao mundo da enunciação, isto é, a elaboração de um aparelho conceptual próprio ao domínio semântico da língua, tal como o linguista reivindica nos textos *A forma* (1966) e *Semiologia* (1969).

Assim sendo, como se apresenta o problema da “referência” no texto *O aparelho formal da enunciação*? Acredito que, com base numa leitura atenta do texto de 1970, é lícito dizer que este texto reafirma o alargamento do papel da referência em relação à língua. De fato, a leitura de *O aparelho* permite que se tire essa conclusão. Ora, Benveniste é claro ao afirmar que “a condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação é, para o locutor, **a necessidade de referir pelo discurso**”<sup>128</sup> (*PLGII*, p. 84, grifo meu), sempre na condição intersubjetiva “que faz de cada locutor um co-locutor” (*idem*). Assim, se “a referência é parte integrante da enunciação” (*idem*), ela o é de forma integral, na medida em que coloca em relação com o sujeito e a situação de discurso a língua enquanto discurso. Ela não deixa de constituir, nesse sentido, um mecanismo total que opera a todo instante e do qual depende todo o processo de enunciação. Prova disso é o próprio fato de Benveniste colocar numa relação necessária de referência à enunciação as próprias “funções sintáticas” e todos os tipos de “modalidades formais”, o que evidencia um movimento de abertura no qual toda a língua, seja nas suas unidades, seja nas funções que elas exercem, converge para a enunciação via referência ao sujeito e à situação em que ela se dá<sup>129</sup>.

<sup>128</sup> Essa passagem ilustra ainda a condição mesma da relação que a língua estabelece com o mundo. Assim, se “na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo” (*PLGII*, p. 84), essa relação se dá *no e pelo discurso*. É *via discurso* que o locutor coloca a língua em relação com a realidade. Portanto, a realidade a qual a língua remete é sempre e necessariamente uma *realidade de discurso*.

<sup>129</sup> A afirmação de Normand (2009) segue semelhante perspectiva sobre a questão da “referência” no texto de 1970. Diz a autora: “Na medida em que a enunciação [...] é ‘o ato mesmo de produzir um enunciado’, a distinção entre a *sui-referência* única e evanescente em cada ato de enunciação, e a referência aos termos ‘que têm seu estatuto pleno e permanente’, não pode mais se sustentar; toda relação à referência, na língua colocada em uso, depende da *sui-referência*; a referência só concerne à situação cada vez única do locutor” (NORMAND, 2009, p. 166). Trago ainda o respaldo de Flores; Teixeira (2005), os quais reconhecem, nas últimas formulações teóricas de Benveniste, o encaminhamento para “um mecanismo de referenciação único, qual seja, o sujeito e sua enunciação” (FLORES; TEIXEIRA,

Todavia, Flores; Teixeira (2005) chamam a atenção para uma questão importante: “Enfim, se toda a língua passa a ser regida por um mecanismo único de referenciação, que especificidade teriam os dêiticos em relação aos elementos não-dêiticos da língua?” (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 41). A questão é muito pertinente. Ora, se podemos dizer que, no texto de 1970, a língua parece estar relacionada em sua totalidade à enunciação, por que Benveniste instaura, neste mesmo texto, categorias “específicas” e “não-específicas” da enunciação? Podemos perceber isso em diversos momentos d’*O aparelho*:

- “Deve-se considerá-la [a enunciação] como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos **caracteres linguísticos que marcam esta relação**” (*PLGII*, p. 82, grifo meu);
- “Tentaremos esboçar, no interior da língua, **os caracteres formais da enunciação** a partir da manifestação individual que ela atualiza. Estes caracteres são, **uns necessários e permanentes, os outros incidentais** e ligados à particularidade do idioma escolhido” (*op. cit.*, p. 83, grifos meus);
- “O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de **índices específicos**, de um lado, e por meio de **procedimentos acessórios**, de outro” (*op. cit.*, p. 84, grifos meus);
- “Esta situação vai se manifestar por um jogo de **formas específicas** cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação” (*idem*, grifo meu);
- “Assim a enunciação é **diretamente responsável** por certas **classes de signos** que ela promove literalmente à existência [...]. É preciso então distinguir as entidades que têm na língua seu **estatuto pleno e permanente** e aquelas que, emanando da enunciação, **não existem senão na rede de ‘indivíduos’ que a enunciação cria e em relação ao ‘aqui-agora’ do locutor**” (*op. cit.*, p. 86, grifos meus).

---

2005, p. 41). Desse modo, eles afirmam: “A dupla referenciação (subjativa e objetiva) parece se desfazer nos últimos textos de Benveniste. O autor esboça outra alternativa para tratar o mecanismo da dêixis. Em ‘O aparelho formal da enunciação’, de 1970, o sistema de referenciação é visto como um elemento constitutivo da língua, ou seja, a referência é um termo **integrante da língua na sua totalidade**, o qual é agenciado pelo sujeito e deste depende para ter sentido. Assim, o centro de referência passa a ser apenas um: o sujeito e sua enunciação” (*op. cit.*, p. 40, grifo meu).

É evidente que, ao falar das “formas específicas da enunciação”, Benveniste refere-se às categorias da língua ditas “dêiticas”, a saber, as categorias relacionadas à “pessoa”, “tempo” e “espaço”. Como conciliar isso com a ideia de que, no texto de 1970, o mecanismo da referência é único, estando a língua sempre em relação com o locutor e com sua situação enunciativa? Bem, sobre esta questão problemática, acredito que, se, por um lado, a língua possui esse caráter “dêitico”, na medida em que se encontra sempre referenciada à enunciação, por outro, ela não o é da mesma maneira para todos os elementos que a constituem<sup>130</sup>. Há aí, portanto, uma conciliação efetivada por Benveniste entre as formulações decorrentes dos textos da década de 1950 com as dos textos da década de 1960<sup>131</sup>. Ora, o estatuto das formas pessoais “eu/tu”, por exemplo, está diretamente ligado à enunciação, uma vez que estes caracteres só adquirem seu valor no momento em que são assumidos pelos interlocutores no uso efetivo da língua e reflitam, assim, o seu próprio emprego. *São formas sui-referenciais que nascem na e pela enunciação*. Não só isso: o mecanismo de referenciação característico de “eu-tu” é, essencialmente, *o que permite ao locutor apropriar-se da língua toda*, do “ele”; é este mecanismo a “condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua” (PLGII, p. 84), uma vez que é a sui-referência particular a esses signos que supre a necessidade do locutor de referir pelo discurso (e a possibilidade do interlocutor de co-referir). Como afirma o linguista em *A natureza dos pronomes* (1956), “o seu papel [dos “signos vazios”] consiste em fornecer o instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a conversão da linguagem em discurso” (PLGI, p. 280). São os “índices específicos” da enunciação que constituem a porta de entrada do homem na língua, em especial os pertencentes à categoria de *pessoa*, e é a eles que Benveniste remete ao falar sobre o mecanismo de “referência interna” de cada enunciação:

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um **centro de referência interno**. Esta situação vai se manifestar por um jogo de **formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação** (PLGII, p. 84, grifo meus).

<sup>130</sup> Flores; Teixeira (2005) parecem partilhar da mesma opinião, uma vez que apontam que “o fato de a língua estar integralmente ligada à referência e ao ‘eu’ não significa que a dêixis não tenha **um mecanismo que lhe é próprio**, qual seja, a característica de **somente adquirir sentido no uso feito pelo ‘eu’**” (p. 42, grifos meus).

<sup>131</sup> Tendo sempre em mente o caráter relativizável desta distinção cronológica (ver nota 119).

Eis aí a particularidade das formas pessoais: se as formas da língua tiram seu sentido em referência à instância de emprego que contém “eu”, isto só é possível porque é “*eu*” que faculta este emprego, esta apropriação individual da língua, na necessária relação intersubjetiva que estabelece com o “tu”. Das formas “eu” e “tu”, depende toda a classe dos “dêiticos” e, em sentido amplo, toda a língua<sup>132</sup>.

Nesse sentido, e concluindo esta parte da exegese, a questão acerca da “referência” constitui um modelo claro do papel de síntese e organização da reflexão desenvolvida por Benveniste no âmbito do homem na língua.

#### 4.8. As formas específicas da enunciação: os índices de pessoa e de ostensão

Esta descrição um pouco abstrata se aplica a um fenômeno linguístico familiar no uso, mas cuja análise teórica está apenas começando. É primeiramente a emergência dos índices de pessoa (a relação *eu-tu*) que não se produz senão na e pela enunciação: o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário.

Da mesma natureza e se relacionando à mesma estrutura de enunciação são os numerosos índices de *ostensão* (tipo *este*, *aqui*, etc.), termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo.

As formas denominadas tradicionalmente “pronomes pessoais”, “demonstrativos”, aparecem agora como uma classe de “indivíduos linguísticos”, de formas que enviam sempre e somente a “indivíduos”, quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares, por oposição aos termos nominais, que enviam sempre e somente a conceitos. Ora, o estatuto destes “indivíduos linguísticos” se deve ao fato de que eles nascem de uma enunciação, de que são produzidos por este acontecimento individual e, se se pode dizer, “semel-natif”. Eles são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez eles designam algo novo.

(*PLGII*, p. 84-85)

<sup>132</sup> Essa visão parece se coadunar com a afirmação de Dufour (2000), segundo a qual este conjunto de caracteres formais diretamente relacionados à enunciação constituiria “um dispositivo no interior da língua, que inscreve sempre em seus lugares os alocutários. Surge, assim, como uma espécie de língua prévia, uma língua de acesso à língua, *uma língua na língua*” (DUFOUR, 2000, p. 69, grifo do autor).

No estudo de 1970 da enunciação a partir do quadro formal de sua realização, Benveniste ensina que “na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (*PLGII*, p. 83). Assim, se o “ato”, como vimos, diz respeito ao *processo de apropriação* da língua, no qual está envolvida, em primeiro lugar, a relação intersubjetiva (locutor e alocutário) como condição necessária da enunciação, e a “situação” remete à *referência* como noção central da teoria, Benveniste passa, a partir deste recorte, a descrever os *instrumentos linguísticos* pelos quais esse ato-processo se realiza e que asseguram a presença cada vez singular do locutor em sua enunciação. É, portanto, à descrição do próprio “aparelho formal da enunciação” que Benveniste dedica as próximas páginas do seu trabalho.

Estas condições iniciais envolvidas em cada ato enunciativo, a saber, a condição alocutiva implicada no processo de apropriação da língua e a condição referencial da língua em relação ao locutor e à instância de discurso vão, de acordo com Benveniste, “reger todo o mecanismo da referência no processo de enunciação, criando uma situação muito singular” (*op. cit.*, p. 84), situação esta que “vai se manifestar por um jogo de formas específicas” (*idem*). A descrição benvenistiana do “aparelho formal da enunciação” se inicia, desse modo, pelas “formas específicas” da enunciação, ou seja, pelos “índices específicos” vagamente aludidos alguns parágrafos antes, a começar pelos índices relativos à categoria de “pessoa”:

É primeiramente a emergência dos índices de pessoa (a relação *eu-tu*) que não se produz senão na e pela enunciação: o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário (*idem*, grifos do autor).

Estas são as únicas linhas do texto de 1970 nas quais Benveniste discorre sobre a categoria de “pessoa”. No entanto, ainda que o linguista não desenvolva detidamente a reflexão acerca dos índices pessoais, eles aparecem no texto *O aparelho* como o primeiro mecanismo relativo ao ato de utilização da língua. Assim, sua presença formalmente reduzida no texto não deve ser interpretada como um decréscimo de sua importância. Ora, o mecanismo responsável pela noção de “pessoa” já havia sido abordado exaustivamente pelo linguista, especialmente em seus textos da década de 1950, voltados para a análise das formas verbais e pronominais da língua. Sua presença no texto de 1970 se dá na forma de uma síntese destes textos. A remissão a eles é,

portanto, é fundamental para que se compreenda toda a sua relevância dentro do quadro formal da enunciação<sup>133</sup>.

Como Benveniste afirma em *Da subjetividade* (1958), “os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para essa revelação da subjetividade na linguagem” (*PLGI*, p. 288), uma vez que é através da dupla referência instaurada pelas formas pessoais que a língua encontra as condições de seu emprego. Assim, “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso” (*op. cit.*, p. 286, grifos do autor), ao mesmo tempo em que propõe um *tu* e refere-se ao mundo via discurso. Segue-se daí que a relação “*eu-tu*”, instaurada sempre na e pela enunciação, é, ao mesmo tempo, a condição de existência da própria língua e a condição de existência do homem enquanto *sujeito*. No texto intitulado *A linguagem e a experiência humana*<sup>134</sup>, de 1965, Benveniste ilustra esse duplo papel:

Quando alguém os pronuncia [os pronomes], este alguém os assume, e o pronome *eu*, de elemento de um paradigma, se transforma em uma designação única e produz, a cada vez, uma nova pessoa. Esta é a atualização de uma experiência essencial, que não se concebe possa faltar a uma língua. Esta é a experiência central a partir da qual se determina a possibilidade mesma do discurso (*PLGII*, p. 69, grifo do autor).

Ao mesmo tempo, a dialética singular da relação “*eu-tu*” constitui “a mola desta subjetividade” (*idem*):

A língua provê os falantes de um mesmo sistema de referências pessoais de que cada um se apropria pelo ato de linguagem e que, em cada instância de seu emprego, assim que é assumido por seu enunciador, se torna único e sem igual, não podendo realizar-se duas vezes da mesma maneira (*idem*).

É no uso da língua que o locutor se coloca em sua individualidade, através de índices “sui-reflexivos” que permitem a ele referir a sua própria pessoa<sup>135</sup>, e é por ele poder colocá-la em uso que a língua se torna possível. Singular é o estatuto deste mecanismo.

<sup>133</sup> Este caráter sintético da apresentação é, mais adiante, justificado por Benveniste, não somente em relação à categoria de “pessoa”, mas também em relação aos índices de “espaço” e de “tempo”. Afirma o linguista, em nota de rodapé: “Os detalhes dos fatos de língua que apresentamos aqui de um modo sintético, estão expostos em muitos capítulos de nossos *Problèmes de linguistique générale*, I (Paris, 1966), o que nos dispensa de insistir sobre eles” (*PLGII*, p. 85, em nota). A remissão a estes capítulos não é, portanto, apenas uma sugestão de leitura; ela é mandatária, e a necessidade deste endereçamento é dada pelo próprio autor.

<sup>134</sup> Texto originalmente publicado em *Diogène*, Paris, U.N.E.S.C.O., Gallimard, n.º 51 (julho-setembro de 1965). Em *PLGII*, este constitui o capítulo 4.

<sup>135</sup> É nesse sentido que Dessons (2006) explica a individuação do sujeito: “*Le processus linguistique de l’individuation se manifeste donc par un mouvement d’auto-référence, que les linguistes nomment sui-réflexivité*” (DESSONS, 2006, p. 101).

Esta configuração particular da enunciação é expressa por Benveniste através de uma expressão de uso frequente em seus textos, e da qual o texto *O aparelho* também dá o testemunho: “É primeiramente a emergência dos índices de pessoa [...] que não se produz senão **na e pela** enunciação” (*PLGII*, p. 84, grifo meu). Desse modo, o recurso sintagmático “*na e pela*” é possuidor, na teoria benvenistiana, de um importante valor conceitual<sup>136</sup>: através dele, Benveniste coloca, através da enunciação, a relação entre homem e linguagem sob uma dupla indissociabilidade. Vemos isso na medida em que o trecho acima citado do texto de 1970 condensa, nesta forma justaposta de preposições, o sintagma “*na enunciação e pela enunciação*”, tal como o linguista escreve em *Da subjetividade* (1958): “É **na linguagem e pela linguagem** que o homem se constitui como *sujeito*” (*PLGI*, p. 286, grifo em itálico do autor, grifo em negrito meu).

Assim, se Benveniste afirma que “eu” e “tu” não são produzidos senão “na e pela enunciação”, é porque a enunciação é aí, ao mesmo tempo, o *lugar* único no qual eles emergem e o *processo* único através do qual eles emergem<sup>137</sup>, instância dupla que coincide com a emergência do sujeito. É, portanto, dentro do processo de enunciação e somente através dele que a relação “*eu-tu*” se dá, fazendo nascerem estes índices específicos do discurso, sem os quais não haveria a possibilidade nem de subjetividade, nem mesmo de linguagem. Desse modo, “eu” e “tu” não se reduzem a simples marcas formais, mas constituem uma relação fundamental, a qual independe de sua presença enquanto “marca linguística” no discurso efetivo<sup>138</sup>.

Será esta categoria de pessoa a única categoria específica da enunciação? Sabemos que não. Dela, dependem outros índices formais, como Benveniste aponta em *Da subjetividade*, de 1958:

Desses pronomes [eu-tu] dependem por sua vez outras classes de pronomes, que participam do mesmo *status*. São os indicadores da *déixis*, demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do ‘sujeito’ tomado como ponto de referência: ‘isto, aqui, agora’ e as suas numerosas correlações ‘isso, ontem, no ano passado, amanhã’, etc. Têm em comum o traço de se definirem somente com relação à

<sup>136</sup> Nesse ponto, Dessons (2006) é muito perspicaz ao afirmar que, em Benveniste, “dans et par n’est pas un tour de style, mais une figure de pensée” (p. 135, grifos do autor).

<sup>137</sup> Aqui, trago novamente as palavras de Dessons (2006), o qual postula: “L’efficience critique de la formule consiste donc dans cette mise en relation tensive d’une conception localisante et d’une conception instrumentale du langage. [...] Chez Benveniste, dans et par signifie que le langage est indissociablement un lieu et un processus de subjectivation” (p. 137, grifos do autor).

<sup>138</sup> Cf. Dessons (2006, p. 105).

instância de discurso na qual são produzidos, isto é, sob a dependência do *eu* que aí se enuncia (PLGI, p. 288, grifos do autor).

Assim como nas formas pessoais, a remissão a eles no texto de 1970 também é sintética. Benveniste os designa por “índices de *ostensão*” e, embora a passagem seja breve, ela traz a necessária relação que eles estabelecem com a instância enunciativa. Diz o linguista: “Da mesma natureza e se relacionando à mesma estrutura de enunciação são os numerosos índices de *ostensão* (tipo *este*, *aqui*, etc.), termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo” (PLGII, p. 84-85, grifos do autor).

Assim, os “índices de *ostensão*” partilham da mesma *natureza* dos índices de pessoa justamente porque tiram seu valor sempre através de sua referência constante e necessária à instância de discurso, e se relacionam com eles, na medida em que sua função é “a identificação do objeto por um indicador de *ostensão* concomitante com a instância de discurso que contém o indicador de pessoa”<sup>139</sup> (PLGI, p. 279).

Enfim, levando em conta todo o conjunto dos “dêiticos”, podemos dizer, tal como Benveniste postula em *A natureza* (1956), que eles “delimitam a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da presente instância de discurso que contém *eu*” (*idem*, grifo do autor). Vemos, desse modo, o caráter solidário que configura este mecanismo particular da referência: os chamados “indicadores da dêixis” tiram sua existência a partir da instância enunciativa que contém *eu*, ao mesmo tempo em que é através deles que *eu* se situa no espaço no tempo.

Cabe ainda salientar que a natureza comum destes indicadores se deve precisamente pelo seu próprio estatuto de “indicadores”. Ora, Benveniste não se refere às formas pessoais e espaço-temporais como “índices” ou “indicadores” por acaso: a sua designação reflete a função que exercem - não aquela de *representar*, mas aquela de *indicar*. Trata-se de elementos que apontam referencialmente para a instância a cada vez única de discurso da qual eles são coextensivos e contemporâneos; eles não existem senão nela. Em suma, nas palavras de Benveniste em *A natureza* (1956): “O essencial é, portanto, a relação entre o indicador (de pessoa, de tempo, de lugar, de objeto mostrado, etc.) e a *presente* instância de discurso” (*op. cit.*, p. 280, grifo o autor). É tendo em mente a natureza singular destes elementos que, no texto de 1970, Benveniste os categoriza sob uma classe única – a dos “indivíduos linguísticos”:

---

<sup>139</sup> Citação do texto *A natureza dos pronomes*, de 1956.

As formas denominadas tradicionalmente “pronomes pessoais”, “demonstrativos”, aparecem agora como uma classe de “indivíduos linguísticos”, de formas que enviam sempre e somente a “indivíduos”, quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares, por oposição aos termos nominais, que enviam sempre e somente a conceitos. Ora, o estatuto destes “indivíduos linguísticos” se deve ao fato de que eles nascem de uma enunciação, de que são produzidos por este acontecimento individual e, se se pode dizer, “semel-natif”. Eles são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez eles designam algo novo (PLGII, p. 85).

Resta-nos ainda, nesta etapa de minha leitura epistemológica acerca dos “índices específicos” da enunciação presentes no texto benvenistiano *O aparelho*, discorrer sobre uma outra série de elementos de mesma ordem. Trata-se de uma categoria fundamental do discurso, a qual, como o próprio Benveniste salienta no texto de 1970, merece que nela nos detenhamos um pouco mais. Falo aqui da categoria de *tempo*, expressa, sobretudo, pelo paradigma formal dos verbos. Assim sendo, opto por seguir o mesmo movimento de Benveniste, detendo-me um pouco mais sobre esta questão, motivo pelo qual deixo a sua investigação para o item seguinte.

#### 4.9. As formas específicas da enunciação: a categoria de tempo

Uma terceira série de termos que dizem respeito à enunciação é constituída pelo paradigma inteiro – frequentemente vasto e complexo – das formas temporais, que se determinam em relação a *EGO*, centro da enunciação. Os “tempos” verbais cuja forma axial, o “presente”, coincide com o momento da enunciação, fazem parte deste aparelho necessário<sup>140</sup>.

Esta relação com o tempo merece que aí nos detenhamos, que meditemos sobre sua *necessidade*, e que interroguemos sobre o que a fundamenta. Poder-se-ia supor que a temporalidade é um quadro inato do pensamento. Ela é produzida, na verdade, na e pela enunciação. Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a origem do tempo. Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do

<sup>140</sup> [Nota do texto original] Os detalhes dos fatos de língua que apresentamos aqui de um modo sintético, estão expostos em muitos capítulos de nossos *Problèmes de linguistique générale*, I (Paris, 1966), o que nos dispensa de insistir sobre eles.

discurso no mundo. Poder-se-ia mostrar pelas análises de sistemas temporais em diversas línguas a posição central do presente. O presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação, que se renova a cada produção de discurso, e a partir deste presente contínuo, coextensivo à nossa própria presença, imprime na consciência o sentimento de uma continuidade que denominamos “tempo”; continuidade e temporalidade que se engendram no presente incessante da enunciação, que é o presente do próprio ser e que se delimita, por referência interna entre o que vai se tornar presente e o que já não o é mais.

(*PLGII*, p. 85-86)

Chegamos aqui à terceira série de elementos linguísticos tomados por Benveniste no texto *O aparelho* como integrantes da classe de “índices específicos” da enunciação, isto é, de caracteres linguísticos que se encontram mais estritamente ligados ao exercício da língua e a partir dos quais se é possível testemunhar de forma mais evidente a relação subjetivante entre o homem e a linguagem. Esta série de elementos, diz Benveniste, “é constituída pelo paradigma inteiro – frequentemente vasto e complexo – das formas temporais” (*PLGII*, p. 85). Trata-se aqui das formas verbais, as quais, em conjunto com outras formas da língua – como os advérbios, por exemplo – configuram formalmente a categoria linguística de *tempo*.

Podemos evidenciar, através do recorte acima, que esta é uma das poucas passagens do texto de 1970 em que Benveniste assume um ponto de vista, digamos, mais “antropológico” em sua descrição do aparelho formal da enunciação, visão que, de certa forma, reflete a maneira como esta questão é abordada pelo autor em seus trabalhos anteriores<sup>141</sup>. Assim, mesmo que o linguista se detenha um pouco mais na questão relativa à categoria de tempo em *O aparelho*, este não deixa de representar uma síntese, em comparação com o grande esforço de análise empreendido pelo autor em outros de seus textos, em especial no trabalho de 1965, intitulado *A linguagem e a experiência humana*<sup>142</sup>. Desse modo, a remissão aqui será endereçada a ele, bem como a outros textos nos quais a questão se mostra relevante. São eles *As relações de tempo no*

<sup>141</sup> Vale lembrar que, dentre os textos em que a questão da temporalidade linguística é abordada, apenas nos textos *A natureza* (1956) e *As relações de tempo* (1959) Benveniste se dirige a linguistas.

<sup>142</sup> Texto originalmente publicado em *Diogène*, Paris, U.N.E.S.C.O., Gallimard, n.º 51 (julho-setembro de 1965). Em *PLGII*, este constitui o capítulo 4.

*verbo francês* (1959)<sup>143</sup>, *A natureza dos pronomes* (1956) e *Da subjetividade na linguagem* (1958).

Em *As relações de tempo*, de 1959, ao analisar sincronicamente a estrutura formal dos verbos do francês, Benveniste opera uma divisão, distinguindo, a partir das suas relações internas, um duplo sistema:

Os tempos de um verbo francês não se empregam como os membros de um sistema único; distribuem-se em *dois sistemas* distintos e complementares. Cada um deles compreende apenas uma parte dos tempos do verbo; todos dois estão em uso concorrente e permanecem disponíveis para cada locutor. Esses dois sistemas manifestam dois planos de enunciação diferentes, que distinguiremos como o da *história* e o do *discurso* (PLGI, p. 261-262, grifos do autor).

Assim, segundo Benveniste, a “enunciação histórica”, modalidade restrita à língua escrita, é característica da narrativa de acontecimentos passados, isto é, “da apresentação dos fatos sobrevividos a um certo momento no tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa” (*op. cit.*, p. 262). Neste caso, o linguista define a narrativa histórica como:

[...] o modo de enunciação que exclui toda forma linguística “autobiográfica”. O historiador não dirá jamais *eu* nem *tu* nem *aqui* nem *agora*, porque não tomará jamais o aparelho formal do discurso<sup>144</sup> que consiste em primeiro lugar na relação de pessoa *eu:tu*. Assim, na narrativa histórica estritamente desenvolvida, só se verificarão formas de “terceira pessoa” (*idem*, grifos do autor).

Verifica-se, desse modo, que os tempos que a “enunciação histórica” admite são, sempre em formas de *terceira pessoa*, o aoristo, o imperfeito, o mais-que-perfeito e o prospectivo, e excluindo-se o presente, o perfeito e o futuro simples e composto.

Por outro lado, Benveniste define a “enunciação do discurso”, tanto na fala quanto na escrita, como “toda enunciação que supunha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro” (*op. cit.*, p. 267). Neste tipo de arranjo formal, todas as formas pessoais do verbo são empregadas, e nele se

<sup>143</sup> Texto publicado originalmente em *Bulletin de la Société de linguistique*, LIV (1959), fasc. 1. Em PLGI, tal texto constitui o capítulo 19.

<sup>144</sup> É interessante notar a presença, neste texto, da expressão “aparelho formal do discurso”, muito próxima da noção desenvolvida no texto de 1970. No entanto, não se deve ingenuamente levar a crer que os dois conceitos relevam de uma mesma noção. Aqui, é necessário levar em conta a distância cronológica entre os textos, bem como a temática abordada em cada um deles, para que a comparação possa ser realizada. Assim, podemos perceber que, por exemplo, na modalidade nomeada por Benveniste de “enunciação histórica”, este aparelho não estaria de modo algum implicado no uso da língua, perspectiva esta que, se colocada em paralelo com a formulação do “aparelho formal da enunciação” do texto de 1970, se acha desprovida de sentido. Como veremos logo adiante, este problema é fruto de uma confusão geralmente associada ao estatuto nocional do termo “enunciação” neste texto.

admitem todos os tempos verbais, com exceção do aoristo. É apenas a esta última modalidade que podemos aproximar da noção de temporalidade linguística apresentada no texto de 1970, uma vez que é a partir dele que Benveniste afirma, em oposição às formas do aoristo, características da “enunciação histórica”:

À medida que o aoristo se especifica como tempo do acontecimento histórico, ele se distancia do passado subjetivo que, por tendência inversa, se associa à marca da pessoa no discurso. **Para um locutor que fala de si mesmo, o tempo fundamental é o “presente”** (*op. cit.*, p. 275, grifo meu).

Como se pode deduzir, este texto é alvo de severas críticas, principalmente em função da distinção operada por Benveniste entre “enunciação histórica” e “enunciação do discurso”, distinção que coloca, de um lado, uma enunciação de ordem impessoal e, portanto, não subjetiva, e, de outro, uma enunciação que implica locutor e alocutário, pessoal e subjetiva. Basta, para isso, ler a seguinte passagem, relativa à enunciação histórica:

Na verdade, não há mais, então, nem mesmo narrador. Os acontecimentos são apresentados como se produziram, à medida que aparecem no horizonte da história. **Ninguém fala aqui; os acontecimentos parecem narrar-se a si mesmos.** O tempo fundamental é o aoristo, que é o tempo do acontecimento **fora da pessoa de um narrador** (*op. cit.*, p. 267, grifos meus).

Uma vez que esta questão não atende diretamente aos propósitos do presente estudo, não cabe aqui discorrer pormenorizadamente sobre ela. No entanto, basta um pequeno esforço de rigor epistemológico e terminológico na leitura deste texto de 1959 para se perceber que as críticas sobre ele tornam-se infundadas, uma vez que se considere a distinção entre “enunciação histórica” e “enunciação do discurso” de caráter puramente *formal*, a nível de *enunciado*, e, portanto, sem equivalência nocional em comparação com textos como *O aparelho*<sup>145</sup>.

<sup>145</sup> Flores (2012) é um dos autores que toma as críticas a esta distinção como um equívoco de leitura da obra benvenistiana, devido, sobretudo, ao descuido de se comparar indistintamente um texto com o outro, aplicando conceitos e noções de um texto sobre outro como se fossem equivalentes estáveis no conjunto das obras do linguista. Assim, o autor explica o problema: “Com essas distinções parece que Benveniste estaria considerando que apenas na *enunciação de discurso* haveria locutor e ouvinte e que a *enunciação histórica* seria um plano que, por *narrar-se a si mesmo*, não teria nem locutor, nem ouvinte, o que seria, no mínimo, um despropósito. Em resumo, assim se apresentaria a crítica: se a subjetividade está na linguagem, como atesta o texto de 1958, seria um contra-senso supor em um texto posterior – de 1959 – que um uso da linguagem – a *enunciação histórica* – fosse desprovido de subjetividade” (FLORES, 2012, p. 160, grifos do autor). A resposta do autor para este equívoco está no fato de que, para ele, o que Benveniste realiza no texto de 1959 é uma distinção formal, na qual o termo “enunciação” não deve ser tomado com o mesmo valor nocional do texto de 1970. Assim, a conclusão é a de que “a palavra *enunciação* no sintagma *enunciação histórica* seria muito mais bem compreendida se tomada no sentido de *enunciado*, ou seja, de relações internas, de produto. O mesmo pode ser dito de *enunciação* em

Tendo isso em mente, que podemos tirar de relevante deste texto acerca dos verbos na comparação com a noção de “tempo” apresentada em *O aparelho?* Bem, mesmo que a análise benvenistiana se dê, no texto *As relações de tempo*, de 1959, no plano do enunciado, e a distinção estabelecida pelo linguista diga respeito unicamente a ele, é útil perceber que, no plano da “enunciação do discurso”, os tempos verbais se organizam justamente em função da atualização de *eu* em uma instância de discurso. Agora, se tomarmos *eu* como categoria da linguagem que transcende a sua mera ocorrência formal no enunciado, e que constitui todo e qualquer ato de enunciação, independentemente de sua ocorrência formal ou não no enunciado, então podemos afirmar que a temporalidade, assim, como a espacialidade, organiza-se sempre em torno de *eu*, em toda e qualquer enunciação, estando o *eu* presente formalmente ou apenas implícito. Trata-se, obviamente, de um deslocamento: não se trata mais de “enunciação” enquanto produto, mas enquanto *ato-processo*.

É assim que podemos perceber a temporalidade tal como é apresentada em *A natureza* (1956) e *Da subjetividade* (1958). No primeiro, Benveniste afirma que “a ‘forma verbal’ é solidária da instância individual de discurso quanto ao fato de que é sempre e necessariamente atualizada pelo ato de discurso e em dependência desse ato” (PLGI, p. 281). Desse modo, a razão pela qual os verbos se flexionam morfológicamente é essa necessidade de “concordar” formalmente com a instância de discurso instaurada por *eu*.

Esta perspectiva se repete em *Da subjetividade* (1958), texto no qual Benveniste engloba a temporalidade como responsável pela emergência da subjetividade. A categoria de tempo constitui, assim, um universal da linguagem<sup>146</sup>. Segue-se daí que, independentemente da diversidade das línguas, a linguagem promove sempre uma organização em torno do tempo, ou, como afirma o linguista, “de uma ou de outra maneira, uma língua distingue sempre ‘tempos’” (PLGI, p. 289). Em torno de que se organizam estes tempos? Segundo Benveniste, a referência central na organização dos tempos verbais é sempre o *presente*, e “esse ‘presente’, por sua vez, tem como

---

*enunciação de discurso*, uma vez que é a marca formal do *enunciado* que é o traço diferenciador de uma e de outra” (*op. cit.*, p. 160-161, grifos do autor). Em suma, ainda nas palavras do autor: “A palavra *enunciação* deve ser entendida, no texto de 1959, como *enunciado*, como produto, e não como *ato de utilização da língua*. Comprova isso o fato de que Benveniste apenas se detém em diferenças oriundas de marcas formais no enunciado (a presença ou não no aoristo)” (*op. cit.*, p. 161, grifos do autor).

<sup>146</sup> Neste ponto, Dessons (2006) é categórico: “*Traiter du temps linguistique à travers le point de vue de l'énonciation, c'est avant tout poser que l'expérience du temps est un universel de langage transcendant les paradigmes morphologiques des langues particulières*” (DESSONS, p. 118).

referência temporal um dado linguístico: a coincidência do acontecimento descrito com a **instância de discurso** que o descreve” (*idem*, grifo meu). Portanto:

Esse é o momento eternamente “presente”, embora não se refira jamais aos mesmos acontecimentos de uma cronologia “objetiva” porque é determinado cada vez pelo locutor para cada uma das instâncias de discurso referidas (*idem*).

Benveniste resume a discussão sobre a temporalidade sob uma única frase: “O tempo linguístico é *sui-referencial*” (*idem*, grifo do autor). E essa temporalidade marcada através do mecanismo linguístico dos verbos “revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem” (*idem*).

Entendemos, através dessa revisão, o fundamento que permite a Benveniste, no texto de 1970, afirmar que as formas temporais “se determinam em relação a *EGO*, centro da enunciação” (*PLGII*, p. 85), e que “os ‘tempos’ verbais cuja forma axial, o ‘presente’, coincide com o momento da enunciação, fazem parte deste aparelho necessário” (*idem*). É em relação ao *presente da enunciação* que as formas verbais se organizam, e que o locutor organiza sua própria experiência do tempo.

Esta questão é mais pormenorizadamente discutida em *A linguagem e a experiência humana*, texto de 1965, no qual Benveniste se detém rigorosamente sobre a noção de *tempo*, analisando a sua natureza linguística e sua função constitutiva na experiência humana. Assim, para abordar a questão da temporalidade, o linguista parte da constatação da existência de diferentes noções de tempo. Há, segundo ele, um tempo que é *específico da língua*, em oposição a outras noções, as quais também é necessário distinguir entre si.

Benveniste destaca, em primeiro lugar, o tempo *físico* do mundo, definido como “um contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade” (*PLGII*, p. 71). Trata-se de uma noção objetiva de tempo, cujo correlato subjetivo, o tempo *psíquico*, caracteriza-se como “uma duração infinitamente variável que cada indivíduo mede pelo grau de suas emoções e pelo ritmo de sua vida interior” (*idem*). Destes dois conceitos de tempo, o linguista alerta a necessidade de se distinguir um outro: o tempo *crônico*. Trata-se, neste caso, do tempo dos acontecimentos. Desse modo, mesmo que nossa vida esteja inserida em uma temporalidade linear, ao mesmo tempo física e psíquica, que corre em uma única direção, ela tem “pontos de referência que situamos exatamente numa escala reconhecida por todos, e aos quais ligamos nosso passado imediato ou longínquo” (*idem*). Tais pontos de referência são responsáveis por dar uma

sequencialidade aos acontecimentos, o que permite, por consequência, que possamos percorrer os acontecimentos em duas direções, “do passado ao presente ou do presente ao passado” (*idem*). Assim, segundo o linguista, “o tempo crônico, congelado na história, admite uma consideração bidimensional, enquanto que nossa vida vivida corre [...] num único sentido” (*idem*). Este tempo crônico torna-se objetivamente socializado através, por exemplo, do *calendário*, um cômputo que estabelece seu início de contagem sempre a partir de um momento axial da história, que permite organizar referências de “antes de” e “depois de” em relação aos acontecimentos, e que é estruturado mensurativamente através de unidades como “horas”, “dias”, “meses”, “anos”, séculos”, etc. Benveniste afirma que este tempo objetivo, fixado no calendário, é exterior à própria temporalidade, na medida em que, devido à sua própria fixidez, isto é, por constituir-se como um registro uniforme, sequencial e permanente de eventos, não coincide com “as categorias próprias da experiência humana do tempo” (*op. cit.*, p. 74).

É aí que entra a noção de *tempo linguístico*, “irredutível igualmente ao tempo crônico e ao tempo físico” (*idem*), e à qual remete toda a experiência temporal do homem, uma vez que, para Benveniste, “é pela língua que se manifesta a experiência humana do tempo” (*idem*). O que há de singular neste nível linguístico do tempo? De acordo com o linguista, “é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar como função do discurso” (*idem*). Isto se dá porque “este tempo tem seu centro – um centro ao mesmo tempo gerador e axial – no *presente* da instância da fala” (*idem*, grifo do autor). Este “presente”, tal como afirmado no texto de 1958, não se refere aos acontecimentos de uma cronologia objetiva<sup>147</sup>, ou seja, não coincide com a noção de *tempo crônico*, já que ele “é reinventado a cada vez que um homem fala porque é, literalmente, um momento novo, ainda não vivido” (*op. cit.*, p. 75). Trata-se, portanto, de uma categoria essencial da linguagem, dependente da enunciação, e que constitui, ela própria, “o fundamento das oposições temporais da língua” (*idem*). Benveniste explica isso em uma longa passagem:

Observar-se-á que na realidade a linguagem não dispõe senão de uma única expressão temporal, o presente, e que este, assinalado pela coincidência do acontecimento e do discurso, é por natureza implícito. Quando ele é

---

<sup>147</sup> Cito novamente aqui a passagem de *Da subjetividade na linguagem* (1958): “Esse é o momento eternamente ‘presente’, embora não se refira jamais aos mesmos acontecimentos de uma cronologia ‘objetiva’ porque é determinado cada vez pelo locutor para cada uma das instâncias de discurso referidas” (*PLGI*, p. 289).

explicitado formalmente, é por uma dessas redundâncias frequentes no uso cotidiano. Ao contrário, os tempos não-presentes, sempre explicitados na língua, a saber, o passado e o futuro, não estão no mesmo nível do tempo que o presente. A língua não os situa no tempo segundo sua posição própria, nem em virtude de uma relação que devia ser então outra que aquela da coincidência entre o acontecimento e o discurso, mas somente como pontos vistos para trás ou para frente *a partir do presente*. [...] A língua deve, por necessidade, ordenar o tempo a partir de um eixo, e este é sempre e somente a instância de discurso (*idem*, grifo do autor).

A conclusão a que se chega a partir desta observação é a de que “o único tempo inerente à língua é o presente axial do discurso, e que este presente é implícito” (*op. cit.*, p. 76). Os outros tempos da língua passam a ser, assim, apenas projeções, “visões sobre o tempo, projetadas para trás e para frente a partir do ponto presente” (*idem*). É este presente, intrinsecamente ligado à enunciação, que determina referencialmente as formas temporais da língua, e que, como afirma Benveniste no texto de 1970, “imprime na consciência o sentimento de uma continuidade que denominamos ‘tempo’” (*PLGII*, p. 85-86).

Desse modo, tendo em mente as considerações acima elucidadas, é possível compreender de forma mais clara a complexa reflexão acerca do tempo, sintetizada no texto *O aparelho*. Entendemos a afirmação de Benveniste de que a temporalidade “é produzida, na verdade, na e pela enunciação” (*op. cit.*, p. 85), na medida em que ela está inserida *dentro* do quadro na enunciação, ou seja, encontra-se necessariamente ligada ao exercício da língua, ao mesmo tempo em que é produzida *através* dela, por meio da instauração da categoria do *presente*, por ela promovida. Da mesma forma, fica clara a distinção colocada por Benveniste entre o presente inerente à enunciação e sua expressão formal. Ora, se “o presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação, que se renova a cada produção de discurso” (*idem*), é porque o presente da enunciação subjaz implicitamente a toda produção de discurso, sendo justamente em função dele que o locutor sente a necessidade de explicitar os tempos verbais (incluindo aí o próprio presente), e é através dele, enquanto eixo organizador, que esta operação se torna possível.

Por fim, levando em conta as observações acerca da categoria linguística de “tempo” feitas neste item, é lícito afirmar que esta, juntamente com as categorias de “pessoa” e “espaço”, constitui os indicadores por excelência da subjetividade na linguagem, sendo este conjunto de índices até aqui apresentados os mais característicos

e os que mais claramente colocam em relevo o fenômeno da enunciação. Esta afirmação parece ser corroborada pelo recorte seguinte do texto de 1970.

#### 4.10. Signos plenos x signos “vazios”: uma distinção problemática

Assim a enunciação é diretamente responsável por certas classes de signos que ela promove literalmente à existência. Porque eles não poderiam surgir nem ser empregados no uso cognitivo da língua. É preciso então distinguir as entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente e aquelas que, emanando da enunciação, não existem senão na rede de “indivíduos” que a enunciação cria e em relação ao “aqui- agora” do locutor. Por exemplo: o “eu”, o “aquele”, o “amanhã” da descrição gramatical não são senão os “nomes” metalinguísticos de *eu*, *aquele*, *amanhã* produzidos na enunciação.

(PLGII, p. 86)

Chegamos, nesta parte do texto *O aparelho*, ao término da análise de Benveniste acerca das unidades linguísticas relativas às categorias de *pessoa*, *tempo* e *espaço*, as quais, acredito, podemos agrupar sob a categoria de “índices específicos da enunciação”, tal como o linguista postula parágrafos antes neste mesmo texto<sup>148</sup>. Assim, torna-se novamente presente aqui a difícil questão do texto de 1970 acerca do estatuto ao mesmo tempo global e específico da teoria benvenistiana em relação à língua.

Ora, como vimos recorrentemente no decorrer desta leitura epistemológica, Benveniste opera, no texto *O aparelho*, um duplo movimento: Ao mesmo tempo em que segue a perspectiva tomada em seus textos dedicados à significação, nos quais ele elabora a distinção “semiótico/semântico” e concebe, portanto, a enunciação como “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (PLGII, p. 82), o linguista promove a especificidade de certas entidades da língua, ao afirmar que “a enunciação é diretamente responsável por certas classes de signos que ela promove literalmente à existência” (*op. cit.*, p. 86). Assim, segundo aponta o autor, “é preciso então distinguir as entidades que têm na língua o seu estatuto pleno e

<sup>148</sup> “O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de *índices específicos*, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro” (PLGII, p. 84, grifo meu).

permanente e aquelas que, emanando da enunciação, não existe senão na rede de ‘indivíduos’ que a enunciação cria e em relação ao ‘aqui-agora’ do locutor” (*idem*).

Como se pode observar, trata-se, de um lado, de uma visão *global* da teoria, a qual vislumbra toda a língua e a torna sujeita à enunciação, e, de outro lado, de uma visão *restritiva* que estabelece como dependentes da enunciação apenas certas classes de signos, em oposição às demais unidades linguísticas, cujo estatuto configura-se como “pleno e permanente”<sup>149</sup>. Assim sendo, como coadunar estes dois pontos de vista manifestadamente presentes no texto de 1970? Bem, se tomamos o texto *O aparelho* como uma síntese organizadora da reflexão enunciativa desenvolvida por Benveniste em diversos textos anteriores, nos quais a problemática do “homem na língua” se coloca ora de modo geral (como em *A forma e o sentido na linguagem*, por exemplo), ora de modo específico (como em *A natureza dos pronomes*, por exemplo), então é de se esperar que o texto de 1970 apresente simultaneamente o que é geral e o que é específico no tocante à enunciação.

Assim, a visão restritiva caracterizadora deste parágrafo do texto *O aparelho* remete à afirmação posta pelo autor em *A natureza* (1956), a saber:

A linguagem resolveu esse problema [da comunicação intersubjetiva] criando um conjunto de signos “vazios”, não referenciais com relação à “realidade”, sempre disponíveis, e que se tornam “plenos” assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso (*PLGI*, p. 280).

Da mesma forma, podemos relacionar a mesma passagem ao texto *Da subjetividade* (1958), no qual lemos: “A linguagem de algum modo propõe formas ‘vazias’ das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais remete à sua ‘pessoa’” (*PLGI*, p. 289). Por fim, vemos semelhante afirmação em *A linguagem* (1965): “Fora do discurso efetivo, o pronome não é senão uma forma vazia, que não pode ser ligada nem a um objeto nem a um conceito. Ele recebe sua realidade e sua substância somente do discurso” (*PLGII*, p. 69).

Temos, desse modo, o seguinte quadro: de um lado, formas que, na língua, têm seu estatuto pleno e permanente, uma vez que referem-se à “realidade”, isto é, a “objetos”, “conceitos” ou “indivíduos” definidos, e, de outro, formas que, na língua,

---

<sup>149</sup> Dessons (2006) também aponta para esta dualidade da teoria benvenistiana, embora sua observação não esteja restrita ao texto *O aparelho*. Diz o autor: “*L’étude de l’énonciation recouvre donc, d’une part, une problématique globale qui a la dimension d’une théorie du langage et, d’autre part, des études spécifiques portant sur des formes linguistiques: formes verbales, indices de personne, marqueurs spatio-temporels*” (DESSONS, 2006, p. 67).

têm seu estatuto “vazio”, uma vez que dependem e só ganham sua realidade no uso efetivo da língua, em relação ao locutor e à instância de discurso<sup>150</sup>. A realidade a qual estas remetem é, como diz Benveniste em *Da subjetividade* (1958), a realidade do discurso. Vemos por aí que, em última análise, o que permite discernir os signos da língua em “vazios” e “plenos” é o tipo de *referência* que eles estabelecem. É a referência à instância de discurso que confere existência a esses elementos linguísticos, o que permite a Benveniste dizer que tais entidades nascem da enunciação. Por consequência, a sua descrição gramatical constitui apenas um recurso metalinguístico de representação destas categorias: “o ‘eu’, o ‘aquele’, o ‘amanhã’ da descrição gramatical não são senão os ‘nomes’ metalinguísticos de *eu*, *aquele*, *amanhã* produzidos na enunciação” (*PLGII*, p. 86, grifos do autor). Nesse sentido, é possível afirmar que esses índices se aproximam, no que tange ao seu estatuto particular, aos verbos chamados pelo linguista noutro passo de “delocutivos”<sup>151</sup>.

No entanto, se levarmos em conta o fato de que, para Benveniste, a enunciação constitui “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (*PLGII*, p. 82), então não podemos deixar de ter em mente a ideia de que, de certa forma, todos os elementos da língua mantêm uma determinada relação com a enunciação. Talvez esteja nesta mesma passagem benvenistiana um indício de resposta para esta questão, já que, se a enunciação afeta a língua inteira, isso se dá “de uma maneira ou de outra” (cf. *supra cit.*). Assim, se podemos afirmar que, no texto *O aparelho*, a noção de enunciação apresentada leva a uma concepção de que a língua toda possui caráter dêitico, isso não se dá da mesma maneira para todas as suas unidades. O signo *eu*, por exemplo, nasce da enunciação, e seu estatuto é inconcebível

<sup>150</sup> Benveniste explica esta diferença, em *Da subjetividade* (1958), através dos pronomes: “Ora, esses pronomes [*eu* e *tu*] se distinguem de todas as designações que a língua articula, no seguinte: *não remetem nem a um conceito nem a um indivíduo*. Não há conceito ‘eu’ englobando todos os *eu* que se enunciam a todo instante na boca de todos os locutores, no sentido em que há um conceito ‘árvore’ ao qual se reduzem todos os empregos individuais de *árvore*” (*PLGI*, p. 288, grifos do autor).

<sup>151</sup> Em um artigo de 1958, intitulado *Os verbos delocutivos*, Benveniste apresenta algumas formas verbais da língua, cuja especificidade remete ao fato de que elas derivam não de nomes, como os verbos denominativos, mas de *locuções de discurso*. O linguista traz como um de seus exemplos o verbo latino *salutare* (saudar). Para ele, tal forma não constitui um verbo derivado do signo nominal *salus*, mas sim da própria saudação *salus!* Em outros termos, o verbo *salutare*, ainda que tenha como base o vocábulo formal *salus*, remete antes ao próprio “dizer *salus!*”. Vê-se, assim, segundo Benveniste, “que, apesar da aparência, *salutare* não é derivado de um nome dotado do valor virtual de um signo linguístico, mas de um sintagma no qual a forma nominal se encontra atualizada como ‘termo que se pronuncia’. Esse verbo se define, portanto, com relação à locução formular de que deriva e se chamará *delocutivo*” (*PLGI*, p. 307, grifos do autor). Desse modo, é por surgirem igualmente de um dizer, ou seja, do próprio ato de enunciação, que relaciono aqui, aos verbos delocutivos, os caracteres descritos por Benveniste no texto de 1970 sob a categoria de “índices específicos”.

fora dessa esfera, enquanto virtualidade linguística. Por outro lado, as formas pertencentes ao paradigma do “ele”, embora possuam estatuto pleno na esfera virtual língua, tiram seu valor, na enunciação, sempre em relação a *eu*<sup>152</sup>, centro da enunciação e a partir do qual se articula a língua ao ser assumida pelo locutor.

Portanto, parece ser no processo de conversão da língua em discurso, ao atualizar o signo em *palavra*, para usar a terminologia do texto *A forma* (1966), que as entidades linguísticas subordinam-se ao *eu*, singularizando-se e adquirindo seu estatuto enunciativo dentro do arranjo sintagmático da *frase*. Comprova isso o fato de Benveniste, no texto de 1970, incluir no escopo da enunciação, como veremos logo adiante, as próprias “funções sintáticas”, o que significa reconhecer como da ordem da enunciação não apenas formas isoladas da língua, mas a própria configuração do sintagma, categoria de nível distinto, mas que, inevitavelmente, engloba todas as suas unidades constituintes.

Admitindo-se esse ponto de vista, torna-se também necessário admitir que, embora a maior parte das entidades da língua possua um estatuto “pleno” de significação, uma vez que elas referem a conceitos, objetos, etc., há para cada uma dessas unidades linguísticas uma parcela de “vazio”, e é isso que permite que a língua comporte o seu próprio uso, na medida em que prevê o uso singular que o locutor fará dela a cada instância de discurso, sendo talvez (ou certamente?) esse mesmo “vazio” o responsável por conferir a própria “plenificação” de significação às unidades linguísticas<sup>153</sup>.

Finalmente, a conclusão a que se chega a partir dessa reflexão é a de que, em última análise, a atividade do locutor em exercício de fala é responsável por configurar o próprio sistema da língua. Benveniste parece deixar isso implícito em seu texto de 1970: “Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua” (*PLGII*, p. 83).

---

<sup>152</sup> Como já apontei em um momento anterior, esta ideia já se encontrava no texto *Da subjetividade* (1958), no qual lemos: “É preciso ter no espírito que a ‘terceira pessoa’ é a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que *não* remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação. Entretanto existe e só se caracteriza por oposição à pessoa *eu* do locutor que, enunciando-a, a situa como ‘não-pessoa’. Esse é o seu *status*. A forma *ele...* tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por ‘eu’” (*PLGI*, p. 292, grifos do autor).

<sup>153</sup> Cabe aqui colocar o adendo de não vemos a expressão “signos vazios” sendo empregada por Benveniste no texto *O aparelho*, tal como ela aparece nos textos *A natureza* (1956) e *Da subjetividade* (1958), por exemplo. No entanto, é inegável que a distinção operada por Benveniste neste parágrafo do texto de 1970 remeta a tais textos e, por conseguinte, implique a referência a este conceito.

#### 4.11. As funções sintáticas: um aparelho constitutivo da enunciação

Além das formas que comanda, a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas. Desde o momento em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções. É, em primeiro lugar, a *interrogação*, que é uma enunciação construída para suscitar uma “resposta”, por um processo linguístico que é ao mesmo tempo um processo de comportamento com dupla entrada. Todas as formas lexicais e sintáticas da interrogação, partículas, pronomes, sequência, entonação, etc., derivam deste aspecto da enunciação.

De modo semelhante distribuir-se-ão os termos ou formas que denominamos de *intimação*: ordens, apelos concebidos em categorias como o imperativo, o vocativo, que implicam uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação.

Menos evidente talvez, mas também certo, é o fato de a *asserção* pertencer a este mesmo repertório. Em seu rodeio sintático, como em sua entonação, a asserção visa a comunicar uma certeza, ela é a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação, ela tem mesmo instrumentos específicos que a exprimem ou que a implicam, as palavras *sim* e *não* afirmando positivamente ou negativamente uma proposição. A negação como operação lógica é independente da enunciação, ela tem sua forma própria, que é *não*. Mas a partícula assertiva *não*, substituta de uma proposição, classifica-se como a partícula *sim*, com a qual ela reparte o estatuto, nas formas que dizem respeito à enunciação.

(PLGII, p. 86-87)

Este recorte do texto *O aparelho* constitui, a meu ver, um segundo momento do trabalho descritivo de Benveniste acerca do “aparelho formal da enunciação”. Ora, notamos que, nas linhas anteriores deste estudo de 1970, o linguista dedica-se à descrição dos “índices específicos” da enunciação, isto é, aos caracteres formais aos quais ele confere o estatuto de “indivíduos linguísticos”, uma vez que sua produção está ligada intrinsecamente à própria enunciação, fazendo clara remissão aos estudos efetuados em textos anteriores acerca das classes de signos relativas às categorias de

“pessoa”, “tempo” e “espaço”. Por outro lado, a partir deste ponto, as considerações de Benveniste acerca dos instrumentos de realização da enunciação seguem uma outra ordem, não mais aquela relativa à consideração restrita das unidades formais isoladas, mas à consideração de procedimentos de ordem sintagmática, ou seja, que concernem ao arranjo formal das unidades linguísticas no emprego da língua e em relação à atitude do locutor.

É desse modo que entendo a passagem benvenistiana: “Além das formas que comanda, a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas” (*PLGII*, p. 86). A mudança aqui é sensivelmente perceptível: de uma descrição de índices, o linguista passa à descrição de procedimentos de organização sintagmática. Sob este ponto de vista, acredito poder licitamente afirmar que, se antes Benveniste versava sobre os “índices específicos” da enunciação, agora ele passa à elucidação dos seus “procedimentos acessórios”<sup>154</sup>, começando pelas “funções sintáticas”, as quais “derivam deste aspecto da enunciação” (*idem*). O “aspecto” aqui parece dizer respeito à *intersubjetividade*: “Desde o momento em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções” (*idem*). Este “aparelho de funções” que revelam o quadro sintático da enunciação servem, portanto, para suprir a necessidade do locutor de expressar uma “ideia”, de agir sobre o outro, permitindo a atualização linguística de seu pensamento, para usar os termos benvenistianos do texto *A forma*, de 1966. Assim, este aparelho de funções tem como parâmetro o sentido intencionado do locutor, sentido este destinado sempre a “influenciar de algum modo o comportamento do alocutário” (cf. *supra cit.*). Vemos aí mais uma vez a dimensão intersubjetiva que subjaz a toda manifestação linguística. Vemos, ademais, que, sob esta consideração conjunta de “índices específicos” e “procedimentos acessórios”, Benveniste estende a amplitude teórica da enunciação a toda a língua, concedendo à teoria um aspecto global<sup>155</sup>.

Tendo em mente estas últimas observações, percebemos de imediato a proximidade prevalente deste trecho do texto de 1970 com os textos benvenistianos voltados para elaboração da distinção “semiótico/semântico”, em contraste com os parágrafos anteriores, nos quais a relação que se estabelece é entre eles e os textos

<sup>154</sup> Levo em conta aqui a passagem do texto *O aparelho* na qual Benveniste realiza a seguinte afirmação: “O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de *índices específicos*, de um lado, e por meio de *procedimentos acessórios*, de outro” (*PLGII*, p. 84, grifos meus).

<sup>155</sup> Este último ponto já foi discutido no presente estudo (cf. item 4.6), o que nos dispensa aqui de retomá-lo detidamente.

voltados para classes específicas da língua, como os pronomes e os verbos. Ora, esta visada da enunciação sob a perspectiva sintática se coaduna com a formulação da noção de *frase* estabelecida principalmente nos textos *Os níveis* (1964) e *A forma* (1966), na medida em que esta noção, ao colocar a língua toda sob o domínio semântico da significação, estabelece que, neste domínio, “tudo é dominado pela condição do sintagma” (*PLGII*, p. 230)<sup>156</sup>. Dessa forma, se o sentido da frase configura-se como “o que o locutor quer dizer”, isto é, a “ideia” que ela exprime, este sentido “se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento das palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras” (*idem*).

No texto *O aparelho*, Benveniste elenca três modalidades deste aparelho de funções sintáticas: a *interrogação*, a *intimação*, e a *asserção*. Com relação a estas modalidades, podemos remetê-las ao texto *Os níveis*, de 1964, no qual elas são suscitadas por Benveniste ao discorrer sobre o estatuto da *frase* dentre os demais níveis da análise linguística:

A frase pertence bem ao discurso. É por aí mesmo que se pode defini-la: a frase é a unidade do discurso. Encontramos a confirmação nas modalidades de que a frase é susceptível: reconhece-se em toda parte que há **proposições assertivas, proposições interrogativas, proposições imperativas**, que se distinguem por traços específicos de sintaxe e de gramática, e se apóiam igualmente na predicação. Ora, essas três modalidades apenas refletem os três comportamentos fundamentais do homem falando e agindo pelo discurso sobre o seu interlocutor: quer transmitir-lhe um elemento de conhecimento, ou obter dele uma informação, ou dar-lhe uma ordem. Essas são as três funções interumanas do discurso que se imprimem nas três modalidades da unidade da frase, correspondendo cada uma a uma atitude do locutor (*PLGI*, p. 139, grifo meu).

É possível perceber, através desta passagem, que também neste texto de 1964 as modalidades da frase estão em estreita relação com a noção de intersubjetividade, uma vez que elas não fazem mais do que refletir “os três comportamentos fundamentais do homem falando e agindo pelo discurso sobre o seu interlocutor” (*supra cit.*), motivo pelo qual Benveniste aí as denomina de “funções interumanas do discurso”. Conclui-se daí que, a partir da perspectiva benvenistiana, este “aparelho de funções” não cumpre apenas um propósito linguístico de atualização da língua, mas cumpre, sobretudo, uma função antropológica, tal como o linguista afirma a respeito do domínio semântico da língua em *A forma* (1966):

---

<sup>156</sup> Citação do texto *A forma* (1966).

Vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens (PLGII, p. 229).

Como é definido este “aparelho de funções” no texto de 1970? Benveniste inicia pela *interrogação*: “É, em primeiro lugar, a *interrogação*, que é uma enunciação construída para suscitar uma ‘resposta’, por um processo linguístico que é ao mesmo tempo um processo de comportamento com dupla entrada” (PLGII, p. 86, grifo do autor). A “*interrogação*”, definida como “uma enunciação construída para suscitar uma ‘resposta’” (*supra cit.*), configura-se, desse modo, como um arranjo formal profundamente marcado pela intersubjetividade, uma vez que o processo linguístico que a constrói coincide com um “processo de comportamento”: trata-se justamente do fato de o locutor se endereçar enunciativamente ao outro para dele suscitar uma resposta. Isto significa dizer que já na própria enunciação interrogativa do locutor se encontra subjacente, ainda que de maneira solicitada, a enunciação responsiva do interlocutor. Em última análise, a “*interrogação*” mostra-se como uma marca de intersubjetividade, ao conjugar, num mesmo ato enunciativo, o *eu* e o *tu*. Acredito que é por aí mesmo que podemos entender a afirmação de Benveniste de que a “*interrogação*” é uma enunciação construída por um processo “com dupla entrada”<sup>157</sup>, além de admitir que todos os elementos constitutivos desta modalidade dão o testemunho desta característica: “Todas as formas lexicais e sintáticas da *interrogação*, partículas, pronomes, sequência, entonação, etc., derivam deste aspecto da enunciação” (*idem*).

Este mesmo aspecto intersubjetivo da enunciação se mostra também claramente na “*intimação*”, segunda função sintática sumariamente apresentada por Benveniste no texto *O aparelho*:

De modo semelhante distribuir-se-ão os termos ou formas que denominamos de *intimação*: ordens, apelos concebidos em categorias como o imperativo, o vocativo, que implicam uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação (*idem*, grifo do autor).

Aqui a função interumana caracterizadora do ato enunciativo não é mais aquela de suscitar uma resposta, mas a de dar ordens e fazer apelos, a qual é expressa

<sup>157</sup> Em Aresi; Flores (2008), interpretamos o processo de dupla entrada da “*interrogação*” de maneira semelhante. Assim, “se a pergunta serve para suscitar uma resposta, essa resposta virá sempre do ‘tu’, que, ao enunciar, tornar-se-á ‘eu’. A pergunta, dessa maneira, sempre supõe e carrega o ‘tu’ consigo, ao mesmo tempo em que é uma enunciação do ‘eu’” (ARESÍ; FLORES, 2008, p. 90).

linguisticamente através de formas do paradigma do “imperativo”, “vocativo”, etc., mas que, de forma semelhante à “interrogação”, implica “uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação” (*supra cit.*).

Por fim, Benveniste argumenta que, mesmo que de forma menos observável, a “asserção” integra este aparelho de funções do “aparelho formal da enunciação”. E não só: para o linguista, “ela é a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação” (*idem*), possuindo até mesmo instrumentos específicos que exprimem ou implicam esta presença constante do locutor no seu dizer, a saber, “as palavras *sim* e *não* afirmando positivamente ou negativamente uma proposição” (*idem*). Sua função enunciativa é a de, para o locutor, comunicar ao ouvinte uma certeza. Desse modo, podemos dizer que também a proposição é, em todos os seus aspectos, profundamente marcada pela expressão da intersubjetividade, e as partículas assertivas “sim” e “não”, sendo elas substitutas de uma proposição, configuram-se como “palavras-frase” e partilham do mesmo estatuto.

No entanto, se vimos até então que a apresentação feita por Benveniste no texto de 1970 acerca do aparelho de funções sintáticas se coaduna com a *frase*, noção desencadeadora da distinção “semiótico/semântico”, não cabe outorgar apenas aos textos benvenistianos da década de 1960 o mérito de conceber a perspectiva enunciativa ao nível do sintagma. Podemos igualmente perceber, ainda que de maneira menos categórica, certas considerações de ordem sintática na abordagem enunciativa de textos da década de 1950.

No texto *As relações de tempo* (1959), para estabelecer a distinção entre os planos do “discurso” e da “história” nos enunciados de tempo composto do francês, Benveniste se serve das estruturas sintáticas relativas ao uso dos tempos verbais:

Os tempos compostos, quer indiquem a ação acabada ou a anterioridade, têm a mesma distribuição que os tempos simples quanto aos dois planos da enunciação. Pertencem também, uns ao discurso, outros à narrativa (*PLGI*, p. 274).

Assim, ao constatar que as formas do tempo “perfeito”<sup>158</sup> podem pertencer tanto ao domínio do discurso quanto ao da história, Benveniste conclui: “A **sintaxe do**

---

<sup>158</sup> Diz Benveniste, sobre esta denominação: “Chamamos *perfeito* à classe inteira das formas compostas (com *avoir* e *être*)” (*PLGI*, p. 272, grifos do autor).

**enunciado** decide sobre o pertencimento da forma de perfeito a uma ou à outra das duas categorias” (*idem*, grifo meu)<sup>159</sup>.

De semelhante maneira, encontramos a dimensão sintática na análise enunciativa no texto *Da subjetividade* (1958). Neste estudo, o linguista afirma:

A instalação da “subjetividade” na linguagem cria na linguagem e, acreditamos, igualmente fora da linguagem, a categoria de pessoa. Tem além disso efeitos muito variados sobre a própria estrutura das línguas, quer seja **na organização das formas** ou nas relações da significação (*PLGI*, p. 290, grifo meu).

Desse modo, o aspecto subjetivo da enunciação é responsável não apenas pelas relações de significação das formas da língua, como evidenciam a descrições do estatuto dos pronomes pessoais dentre os outros signos linguísticos, por exemplo, mas também pela *organização das formas* na sintagmatização. Como isso se mostra no texto de 1958? Benveniste traz como exemplos alguns verbos do francês, como *supposer* [supor] e *présumer* [presumir], os quais, se empregados em um enunciado em concordância com a primeira pessoa, assumem um valor diferente de sua utilização nas demais pessoas. Afirma o linguista:

Em *je suppose*, *je présume*, há uma atitude indicada, não uma operação descrita. Quando incluo no meu discurso *je suppose*, *je présume*, implico o fato de que tomo certa atitude quanto ao enunciado que se segue. De fato já se terá observado que todos os verbos citados estão seguidos de *que* e uma proposição: esta é o verdadeiro enunciado, não a forma verbal pessoal que a governa. Em compensação, essa forma pessoal é, se se pode dizer, o indicador de subjetividade. Dá à asserção que segue o contexto subjetivo – dúvida, presunção, inferência – próprio para caracterizar a atitude do locutor em face do enunciado que profere (*op. cit.*, p. 291, grifos do autor).

O que se percebe a partir desta passagem é que há, neste tipo de manifestação linguística, aspectos enunciativos que dizem respeito, simultaneamente, à *unidade verbal* em si, à *pessoa* com a qual ela se articula, e ao *arranjo sintático* do qual ela faz parte. A enunciação aí diz respeito à unidade na medida em que não são todos os signos verbais que possuem essa propriedade; diz respeito à pessoa porque é em concordância com ela que tais signos assumem esta função; e diz respeito à sintaxe na medida em que esta função só se exerce num arranjo formal específico, em solidariedade com as demais formas com as quais o verbo se combina, e às quais confere, a nível de enunciado, um estatuto subjetivo.

<sup>159</sup> Benveniste cita um exemplo: “‘quand il a fini son travail, il rentre chez lui’ é do discurso, por causa do presente e, igualmente, do anterior de presente; – ‘quand il eut fini..., il rentra’ é um enunciado histórico, por causa do aoristo e do anterior de aoristo” (*PLGI*, p. 274, grifos do autor).

Esta análise é muito próxima daquela empreendida por Benveniste em *A filosofia analítica e a linguagem*<sup>160</sup>, texto de 1963, no qual o linguista busca, em diálogo com a reflexão desenvolvida pelo filósofo J.-L. Austin, argumentar em prol da noção de “enunciado performativo”, elaborada por este filósofo e por ele mesmo posteriormente abandonada. Para entender a análise de Benveniste, é necessário aqui uma breve retomada da reflexão.

Em seu estudo das línguas naturais, Austin reconhece uma modalidade de enunciados, ditos “performativos”, cuja especificidade diz respeito ao fato de que, ao serem ditos, tais enunciados *realizam* efetivamente o ato que nomeiam. Ou seja, sua função consiste em efetuar uma ação por meio do dizer mesmo desta ação. Assim, frases como “batizo esse navio *Liberdade*” e “delego-o como meu representante”, não apenas descrevem uma ação; elas *executam* propriamente a ação que enunciam. Tais frases configuram-se então como *atos*, e não como puras descrições, constatações ou informações, tal como se caracterizam as frases reunidas sob a categoria de “enunciados constativos”. Em suma, “dizer *eu prometo*, formular, como se diz, esse ato performativo, é o próprio ato de fazer a promessa” (*PLGI*, p. 297, grifos no original)<sup>161</sup>.

No entanto, Austin constata que, embora haja nas línguas formas específicas que permitem a construção de enunciados performativos (alguns verbos postos na primeira pessoa do singular, no tempo presente do indicativo, e que estejam na voz ativa), a função performativa não se limitaria a elas, ou seja, não haveria, na visão do filósofo, um critério formal definido que permita delimitar esta categoria de enunciado. Exemplos disso são, segundo o autor, as frases “feche a porta” e “cão” (esta última presente em um letreiro ou placa de advertência), ambas distintas quanto ao seu estatuto formal. Desse modo, “feche a porta” seria, para Austin, tão performativo quanto “ordeno-lhe que a feche”, da mesma forma que “cão” corresponderia performativamente da mesma maneira que o enunciado “aviso-os de que existe aqui um cão bravo”. A conclusão do filósofo é a de que, por conta desta falta de critérios formais, e pelo fato de que certas circunstâncias extralinguísticas podem invalidar um enunciado performativo (quando o enunciador que efetua o ato não está qualificado para

<sup>160</sup> Texto originalmente publicado em *Les études philosophiques*, n.º 1, jan.-mar. 1963, P.U.F.

<sup>161</sup> Utilizo aqui a passagem do texto de Benveniste, embora ela constitua uma citação feita pelo linguista. A seguinte referência é dada por Benveniste em seu texto: *La philosophie analytique*, Paris, Éditions de Minuit, 1962 (Cahiers de Royaumont, Philosophie, n.º IV).

tanto, por exemplo), a distinção entre “enunciado performativo” e “enunciado constativo” não é passível de se sustentar.

O trabalho de Benveniste no seu texto de 1963 consiste essencialmente em mostrar que a noção de “enunciado performativo” tem seu fundamento, e que é possível, sim, delimitá-la dentre todas as outras manifestações da língua. Em um primeiro momento, Benveniste define como “performativo” todos os enunciados “nos quais um verbo declarativo-jussivo na primeira pessoa do presente se constrói com um *dictum*” (*PLGI*, p. 300, grifo do autor), incluindo aí também frases construídas a partir de um verbo com um complemento direto e um termo predicativo<sup>162</sup>. Dessa forma, o linguista circunscreve a modalidade dos verbos pertencentes à categoria performativa, ao mesmo tempo em que exclui proposições que revelam não um *dictum*, mas um *factum*. Entretanto, o linguista admite que é preciso reconhecer também como performativos algumas variações de enunciados nos quais não há um verbo de caráter performativo, mas que, em compensação, apresentam, juntamente com o *dictum*, a assinatura do representante da autoridade responsável por ele, além de frases nas quais o *dictum* é referido de forma impessoal, na terceira pessoa. Neste último caso, segundo o autor, “a mudança consiste de uma simples transposição. O enunciado na terceira pessoa pode, sempre, ser reconvertido em uma primeira pessoa e retomar a sua forma típica” (*op. cit.*, p. 301).

Porém, além de sua especificidade formal, há também uma especificidade relativa ao domínio no qual são produzidos esses enunciados performativos: ele pode ser tanto o contexto dos *atos de autoridade*<sup>163</sup>, quanto o contexto em que há um compromisso pessoal para aquele que enuncia implicado em sua própria enunciação. Além disso, Benveniste aponta que este critério de autoridade é ainda mais importante do que o próprio critério formal. Como mostra o linguista através de um exemplo, se o presidente de uma reunião declara “a sessão está aberta”, pelo fato de ser reconhecido como autoridade, ele está dispensado de ter que enunciar “declaro que a sessão está

---

<sup>162</sup> No primeiro caso, Benveniste usa como exemplo o enunciado “ordeno, comando, decreto, etc., que a população seja mobilizada”. No segundo caso, figuram como exemplos frases como “proclamo-o eleito” e “nós o declaramos culpado”.

<sup>163</sup> A esse respeito, afirma Benveniste: “Um enunciado performativo não tem realidade a não ser quando autenticado como *ato*. (...) Um enunciado performativo que não é ato não existe. Só tem existência como ato de autoridade. Ora, os atos de autoridade são, em primeiro lugar e sempre, enunciações proferidas por aqueles a quem pertence o direito de enunciá-los. Essa condição de validade, relativa à pessoa enunciativa e à circunstância da enunciação, deve supor-se preenchida sempre que se trate do performativo. O critério está aí e não na escolha dos verbos” (*PLGI*, p. 301-302).

aberta”. Ou seja, na boca dele, o sentido de “a sessão está aberta” é o de *ato*, mesmo que, formalmente, esse enunciado construa-se como constativo.

A consequência mais imediata desta condição é o fato de que “o enunciado performativo, sendo um ato, tem a propriedade de ser *único*” (*op. cit.*, p. 302, grifo do autor). Diz Benveniste:

Só pode ser efetuado [o enunciado performativo] em circunstâncias particulares, uma vez e só uma, numa data e num lugar definidos. Não tem valor de descrição nem de prescrição, mas, ainda uma vez, de cumprimento. [...] enfim, é acontecimento porque cria o acontecimento. Por ser um ato individual e histórico, um enunciado performativo não pode repetir-se. Toda reprodução é um novo ato efetuado por aquele que tem qualidade (*idem*).

As condições acima listadas permitem a Benveniste diferenciar o performativo dos enunciados no imperativo e das advertências do tipo “cão”.

No primeiro caso, o performativo diferencia-se do imperativo na medida em que ele “é *por si mesmo* um ato. O enunciado é o ato; aquele que o pronuncia cumpre o ato denominando-o” (*op. cit.*, p. 303, grifos do autor). Desse modo, o linguista conclui:

Assim, não é o comportamento esperado do interlocutor o que constitui aqui o critério, mas a forma dos respectivos enunciados. A diferença resulta daí: o imperativo produz um comportamento, mas o enunciado performativo é o próprio ato que ele denomina e que denomina o *performador* (*op. cit.*, p. 304, grifo do autor).

No segundo caso, a advertência “cão” não constitui um performativo porque ela “é um sinal linguístico, não uma comunicação e ainda menos um performativo” (*idem*). É, portanto, comparável a outros sinais, mesmo extralinguísticos. Neste exemplo específico, a palavra “cão” poderia muito bem ser substituído pelo desenho de um cão.

Assim, é esta a conclusão a que chega Benveniste:

Não vemos, portanto, razão para abandonar a distinção entre performativo e constativo. Acreditamo-la justificada e necessária, com a condição de que a mantenhemos dentro das condições estritas de emprego que a autorizam, sem fazer intervir a consideração do “resultado obtido” que é fonte de confusão (*op. cit.*, p. 305).

Tendo em vista esta reflexão do texto benvenistiano de 1963, sumariamente resumida acima, cabe aqui formular a seguinte pergunta: Podemos afirmar que a análise do “enunciado performativo”, empreendida por Benveniste em *A filosofia*, constitui-se como uma abordagem enunciativa no domínio das funções sintáticas? Tudo o que foi exposto acima parece levar a essa conclusão. Ora, ainda que o linguista coloque em relevo a importância de certos caracteres formais para a construção do performativo,

tais como o verbo, a pessoa e o tempo verbal, o performativo depende, em última análise, do *arranjo sintático* dessas unidades, afinal, a performatividade não existe nestas unidades em si, mas sim no *enunciado* tomado como um todo. É o enunciado, no qual todas as suas partes se articulam sintagmaticamente, que se configura como um *ato*. Além disso, Benveniste é claro ao afirmar que tanto o locutor quanto a situação de enunciação constituem fatores essenciais na função performativa. A relação entre o locutor e a língua é, neste caso, exposta de forma evidente, uma vez que a remissão ao *eu*, seja ela direta ou não, é essencial para que este tipo de enunciação cumpra a sua função. Em outras palavras, “essa condição de validade, relativa à pessoa enunciativa e à circunstância de enunciação, deve supor-se preenchida sempre que se trate do performativo” (*op. cit.*, p. 302). Ou seja, partir da premissa de que o “enunciado performativo” depende de uma condição de autoridade ou de um compromisso pessoal implicado significa, em última instância, tomar a relação do locutor com a língua como o principal parâmetro da análise enunciativa. É justamente isso que Benveniste afirma no texto *O aparelho* (1970): “A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação” (*PLGII*, p. 82). Em suma, o “enunciado performativo”, mesmo em sua natureza particular, parece demonstrar, de maneira radical, o estatuto geral de todas as manifestações linguísticas.

Enfim, tendo em mente toda a reflexão geral deste item, podemos afirmar que, embora seja nomeado por Benveniste no texto de 1970 como “aparelho *formal* da enunciação”, este aparelho não é constituído apenas por “formas”; ele é também um aparelho de *funções*, que se reflete em todas as formas lexicais e sintáticas da língua. Portanto, é possível perceber ainda outra vez que, no texto *O aparelho*, a língua toda se encontra submetida a este mecanismo total da enunciação.

#### **4.12. As modalidades formais da enunciação**

De modo mais amplo, ainda que de uma maneira menos categorizável, organizam-se aqui todos os tipos de modalidades formais, uns pertencentes aos verbos, como os “modos” (optativo, subjuntivo) que enunciam atitudes do enunciador do ângulo daquilo que enuncia (expectativa, desejo, apreensão), outros à fraseologia (“talvez”, “sem dúvida”, “provavelmente”) e indicando incerteza, possibilidade, indecisão, etc., ou, deliberadamente, recusa de asserção.

Vimos, no item anterior, que o texto *O aparelho* amplia o escopo da análise enunciativa ao incorporar ao mecanismo de conversão da língua em discurso não apenas as formas específicas apresentadas em seus textos da década de 40 e 50, mas também a própria *organização sintagmática das formas linguísticas*, colocando assim em evidência o importante papel das “funções sintáticas” na relação entre o locutor e a língua. Neste parágrafo do texto de 1970, Benveniste segue este movimento de alargamento da teoria ao elencar, como também integrantes do aparelho formal da enunciação, “todos os tipos de modalidades formais” (*supra cit.*), ainda que estas formas revelem um caráter mais heterogêneo e, portanto, “menos categorizável”. Ora, este conjunto de “modalidades formais” se manifesta de diferentes formas e em diferentes níveis da língua. Como o próprio linguista indica, algumas destas unidades dizem respeito a categorias de nível morfológico, como os “modos” pertencentes aos verbos, enquanto que outras se configuram como expressões fraseológicas, estando incluídas aí categorias linguísticas como os advérbios e as locuções. Tais entidades seriam responsáveis por expressar as “atitudes do enunciador do ângulo daquilo que enuncia” (*supra cit.*), tais como expectativa, desejo, apreensão, incerteza, possibilidade, indecisão, etc.

A consequência mais imediata dessa constatação é o fato de que o locutor não se marca no seu dizer somente através das formas linguísticas que asseguram ali a sua presença, como o pronome “eu”, mas também por meio daquelas que permitem a ele expressar a sua apreciação quanto àquilo que é dito por ele. Portanto, as modalidades formais também são *indicadores de subjetividade* e revelam de igual maneira a constante e necessária relação do locutor com sua própria enunciação. A análise enunciativa não se pauta pela questão de se interrogar pelo que é dito, mas sim a de indagar pelo que permite ao locutor dizer o que diz, qual é a sua atitude em relação ao que diz, e o que, no jogo da enunciação, permite revelar essa relação que se estabelece entre o locutor e a língua em uma determinada instância de discurso. O caráter dessa investigação é, como podemos perceber, de ordem *semântica*, e o que interessa aí é, portanto, a relação a cada vez singular entre *forma* e *sentido* que o locutor estabelece em pleno exercício de discurso, sempre destinado a transmitir uma ideia ao seu interlocutor.

É importante notar que a descrição destas modalidades formais não se dá nos textos anteriores de Benveniste, pelo menos não nos textos voltados para o tema da enunciação em *PLGI* e *PLGII*. Nesse sentido, a elucidação acerca do funcionamento de tais elementos é inédita no texto *O aparelho*, e, como já afirmei, constitui uma ampliação do escopo teórico da enunciação.

Uma questão permanece: Se, como vimos até aqui, Benveniste postula no texto de 1970 que o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de “índices específicos” e de “procedimentos acessórios”, a qual dessas duas noções pertenceriam as modalidades formais elencadas pelo linguista? Cabe aqui analisar melhor a função que desempenham, em comparação com os as categorias linguísticas de “pessoa”, “tempo” e “espaço” já apresentadas.

As unidades da língua às quais alocamos sob a definição de “índices específicos da enunciação” têm em comum a propriedade de “indicar” – tal como o conceito de “índice” sugere – para a instância singular de discurso da qual emanam, assegurando, com isso, a presença do locutor em sua própria enunciação. Os índices de pessoa, por exemplo, cumprem a dupla função essencial de referir-se ao ato de enunciação do qual fazem parte e de designar locutor e alocutário, sendo, portanto, a própria condição dessa atualização da língua em discurso. A partir deles, determinam-se as categorias de “tempo” e de “espaço”, cuja referência é sempre o “aqui-agora” do locutor, e que são, por isso, responsáveis por instanciar o ato de enunciação em uma temporalidade e espacialidade a cada vez únicas.

A função das modalidades formais da enunciação parecer ser de uma outra ordem: como Benveniste mesmo coloca no texto *O aparelho*, elas “enunciam atitudes do enunciador do ângulo daquilo que enuncia” (*PLGII*, p. 87). Portanto, a sua importância é menos aquela de servir de instrumento para a apropriação da língua pelo locutor; é mais aquela de inserir, no interior do que é dito, a apreciação do locutor acerca do que é dito. É inegável que essas modalidades formais, tal como os índices já mencionados, têm em comum o fato de colocar o locutor em relação constante com o seu dizer. No entanto, este colocar em relação está relacionado ao sentido da enunciação, à ideia que o locutor quer transmitir. Este ponto, aliado ao fato de que a função destas modalidades formais está ligada ao todo do enunciado, ou seja, à própria sintagmatização, faz com que seja preferível atribuí-las ao que Benveniste nomeia de “procedimentos acessórios” da enunciação.

#### 4.13. O quadro figurativo da enunciação: a estrutura do diálogo em foco

O que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo.

Esta característica coloca necessariamente o que se pode denominar o *quadro figurativo* da enunciação. Como forma de discurso, a enunciação coloca duas “figuras” igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do *diálogo*. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição da enunciação.

Poder-se-ia objetar que pode haver diálogo fora da enunciação, ou enunciação sem diálogo. Os dois casos devem ser examinados.

Na disputa verbal praticada por diferentes povos e da qual uma variedade típica é o *hain-teny* dos Merinas, não se trata na verdade nem de diálogo nem de enunciação. Nenhum dos dois parceiros se enuncia: tudo consiste em provérbios citados e em provérbios opostos citados em réplica. Não há uma única referência explícita ao objeto do debate. Aquele, dos dois participantes, que dispõe do maior estoque de provérbios, ou que os emprega de modo mais hábil, mais malicioso, menos previsível deixa o outro sem saber o que responder e é proclamado vencedor. Este jogo não tem senão a aparência de um diálogo.

Inversamente, o “monólogo” procede claramente da enunciação. Ele deve ser classificado, não obstante a aparência, como uma variedade do diálogo, estrutura fundamental. O “monólogo” é um diálogo interiorizado, formulado em “linguagem interior”, entre um eu locutor e um eu ouvinte. Às vezes, o eu locutor é o único a falar; o eu ouvinte permanece entretanto presente; sua presença é necessária e suficiente para tornar significativa a enunciação do eu locutor. Às vezes, também, o eu ouvinte intervém com uma objeção, uma questão, uma dúvida, um insulto. A forma linguística que esta intervenção assume difere segundo os idiomas, mas é sempre uma forma “pessoal”. Ora o eu ouvinte substitui o eu locutor e se enuncia então como “primeira pessoa”; é assim em francês [*português*] onde o “monólogo” será cortado por observações ou injunções tais como: “Non, je suis idiot, j'ai oublié de lui dire que...” [*Não, eu sou um idiota, esqueci de te dizer que...*]. Ora o eu ouvinte interpela na “segunda pessoa” o eu locutor: “Non, tu n'aurais pas dû lui dire que. ..” [*Não, tu*

(*você*) não deverias (*ria*) *lhe ter dito que...*”]. Haveria aí uma interessante tipologia dessas relações para estabelecer; em algumas línguas ver-se-ia predominar o eu ouvinte como substituto do locutor e se colocando por sua vez como *eu* (francês, inglês), ou em outras, pondo-se como parceiro de diálogo e empregando *tu* (alemão, russo). Esta transposição do diálogo em “monólogo” onde EGO ou se divide em dois, ou assume dois papéis, presta-se a figurações ou a transposições psicodramáticas: conflitos do “*eu* [*moi*] profundo” e da “consciência”, desdobramentos provocados pela “inspiração”, etc. Esta possibilidade é facultada pelo aparelho linguístico da enunciação, sui-reflexivo, que compreende um jogo de oposições do pronome e do antônimo (*eu/me/mim* [*Je/me/moi*])<sup>164</sup>.

Estas situações exigiriam uma dupla descrição, da forma linguística e da condição figurativa.

(*PLGII*, p. 87-88)

A partir deste trecho, o texto *O aparelho* revela uma mudança. Se, nas linhas anteriores do trabalho, Benveniste efetua uma descrição do aparelho de formas e de funções da enunciação, o que interessa agora ao linguista é o exame do que ele chama de “quadro figurativo” da enunciação. Trata-se de uma característica essencial, sem a qual não é possível conceber o ato enunciativo. Esta característica é, nas próprias palavras do autor, “a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (*PLGII*, p. 87, grifo do autor). Como podemos ver, não se trata mais de uma descrição linguística, mas sim de uma descrição da condição *intersubjetiva* da enunciação. Neste ponto, notamos que o texto de 1970 toma um viés mais antropológico, na medida em que o que está em jogo aqui é a *relação discursiva entre os interlocutores*:

Como forma de discurso, a enunciação coloca duas “figuras” igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do *diálogo*. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição da enunciação (*idem*, grifo do autor).

Fica em evidência, a partir da passagem acima, que, para Benveniste, enunciação e diálogo são dados como indissociáveis, no sentido de que não há a possibilidade de se

<sup>164</sup> [Nota do texto original] Ver um artigo do BSL 60 (1965), fasc. I, p. 71 e ss.

pensar em enunciação sem levar em conta a “estrutura do diálogo”, nem de se pensar em diálogo sem reclamar também a enunciação. Toda e qualquer enunciação emanará sempre de um locutor e será endereçada sempre a um ouvinte, e este mesmo ouvinte se converterá, por sua vez, em um locutor, o que faz com que os dois parceiros da situação enunciativa sejam “alternativamente protagonistas da enunciação” (*supra cit.*). É nesse sentido que Benveniste afirma que “este quadro é dado necessariamente com a definição da enunciação” (*supra cit.*). O linguista retoma, assim, o que havia posto no início do trabalho: “Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno” (*PLGII*, p. 83-84).

Por que Benveniste denomina esta estrutura do diálogo a partir do conceito de “quadro figurativo”? Ora, como o autor mesmo afirma, “a enunciação coloca duas ‘**figuras**’ igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação” (*op. cit.*, p. 87, grifo meu). Ao falar de “figuras”, o linguista evita de fazer levar a crer que estes “parceiros” da instância de discurso estejam diretamente ligados aos indivíduos empíricos da cena enunciativa. Não é dos seres empíricos que Benveniste fala aqui: trata-se de justamente de duas “figuras”, de dois *papéis discursivos* que o ato de enunciação necessariamente coloca em jogo, papéis estes que podem muito bem não coincidir com seres empíricos em exercício de fala, como o autor mostra mais adiante através do exemplo do *monólogo*. O que interessa aqui é o fato de que a enunciação supõe sempre que um locutor se dirige a um parceiro, “seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (*idem*). Ou seja, a enunciação constitui sempre uma relação *dialética*<sup>165</sup>. Assim, servindo-nos da mesma fórmula de Benveniste em *Semiologia* (1969), podemos dizer que, além da constatação de que “falar é sempre falar-de” (*PLGII*, p. 63), *falar é sempre falar-com*<sup>166</sup>.

Desse modo, como afirmei acima, o quadro figurativo da enunciação está diretamente relacionado à noção de *intersubjetividade*, e este trecho do texto de 1970 deixa claro uma vez mais que tal noção subjaz a toda e qualquer manifestação

<sup>165</sup> Surpreendemos afirmações semelhantes a esta em alguns textos de Benveniste. Em *Da subjetividade* (1958), por exemplo, o linguista afirma, ainda que restritamente às formas “eu” e “tu”: “É numa realidade dialética que englobe os dois termos e os define pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade” (*PLGI*, p. 287). Em consonância com isso, diz Benveniste, em *A linguagem* (1965): “Uma dialética singular é a mola desta subjetividade” (*PLGII*, p. 69).

<sup>166</sup> Remeto aqui ao texto *Da subjetividade* (1958), no qual Benveniste deixa entrever este princípio enunciativo: “É um homem falando que encontramos no mundo, *um homem falando com outro homem*” (*PLGI*, p. 285, grifo meu).

linguística. A intersubjetividade está na base da subjetividade, e constitui a própria possibilidade do discurso. Neste ponto, o texto *O aparelho* retoma outros trabalhos de Benveniste nos quais a problemática é abordada, tais como *Da subjetividade* (1958) e *A linguagem* (1965), entre outros<sup>167</sup>.

“Poder-se-ia objetar que pode haver diálogo fora da enunciação, ou enunciação sem diálogo. Os dois casos devem ser examinados” (PLGII, p. 87). Percebemos aqui que, de forma a demonstrar a interdependência entre a enunciação e o seu quadro figurativo, Benveniste busca analisar as situações complexas de uso da língua. Trata-se, portanto, de discutir o alcance da enunciação a partir dos seus próprios limites; de delimitar o seu campo teórico a partir do seu quadro figurativo, mediante a análise de “contra-exemplos”<sup>168</sup>.

Porém, antes de entrarmos nesta questão, é importante notar que esta passagem suscita um outro questionamento: *enunciação* e *diálogo* dizem respeito a duas noções distintas, ou remetem a uma mesma noção? Ora, as objeções levantadas pelo linguista levam a crer que um e outro constituem realidades diferentes. No entanto, acredito que, se ele mesmo defende que a existência de um está necessariamente atrelada à existência do outro, é porque enunciação e diálogo são, na verdade, **dois aspectos (do ponto de vista teórico) de um mesmo objeto (do ponto de vista empírico)**. Trata-se, portanto, de duas maneiras de analisar o fenômeno enunciativo: de um lado, a partir do *quadro formal* de sua realização, de outro, a partir do *quadro figurativo* dessa realização. Deste prisma, sendo enunciação e diálogo dois lados de uma mesma moeda, torna-se realmente inconcebível pensar em um sem supor necessariamente o outro.

---

<sup>167</sup> Cito aqui algumas passagens, relativas a alguns textos nos quais o papel da intersubjetividade é elucidado. Vemos em *Da subjetividade* (1958): “Muitas noções na linguística, e talvez mesmo na psicologia, aparecerão sob uma luz diferente se as restabelecemos no quadro do discurso, que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição da *intersubjetividade*, única que torna possível a comunicação linguística” (PLGI, p. 293, grifo do autor). Em *Vista d’olhos* (1963), Benveniste afirma: “Assim a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Isso faz da linguagem o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva” (PLGII, p. 26). Em *A linguagem* (1965), encontramos uma passagem muito semelhante: “A condição de intersubjetividade é que torna possível a comunicação linguística” (PLGII, p. 78). Encontramos também em *Estrutura da língua* (1968) a seguinte passagem: “A linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem. Consequentemente, a linguagem exige e pressupõe o outro” (PLGII, 1968). Por fim, em *Semiologia* (1969), vemos, em relação à língua: “ela é a única atualização da comunicação intersubjetiva” (PLGII, p. 63). A elucidação destas passagens mostra de forma clara que a noção de intersubjetividade atravessa todas as reflexões de Benveniste no âmbito da enunciação, desde os textos mais antigos até o próprio texto de 1970.

<sup>168</sup> Cf. Ono (2007, p. 101).

No entanto, vemos que Benveniste coloca como objeção a discutível possibilidade de haver diálogo fora da enunciação, e, inversamente, a de haver enunciação sem diálogo, afirmando, em seguida, que “os dois casos devem ser examinados” (*op. cit.*, p. 87). Façamos o mesmo.

Para discutir o primeiro caso (a existência de diálogo fora da enunciação), o linguista traz como exemplo o *hain-teny*, uma espécie de disputa verbal que consiste em os participantes contraporem provérbios um ao outro, e “aquele, dos dois participantes, que dispõe do maior estoque de provérbios, ou que os emprega de modo mais hábil, mais malicioso, menos previsível deixa o outro sem saber o que responder e é proclamado vencedor” (*op. cit.*, p. 87). Para Benveniste, este tipo de disputa não constitui nem diálogo, nem enunciação, uma vez que “nenhum dos dois parceiros se enuncia” (*idem*). O que habilita o linguista a afirmar que o *hain-teny* “não tem senão a aparência de um diálogo” (*idem*)? Cabe aqui analisar melhor a questão, colocando primeiramente os pontos que sustentam esta afirmação, para, depois, problematizá-la.

Em primeiro lugar, o *hain-teny* dos Merinas, segundo a descrição fornecida por Benveniste, constitui-se como um *jogo*. Trata-se de uma competição, na qual o que importa é unicamente derrotar o adversário através da recitação de provérbios, ou como o próprio linguista pontua, “tudo consiste em provérbios citados e em provérbios opostos citados em réplica” (*idem*).

Em segundo lugar, e em decorrência do primeiro, por consistir basicamente de um *jogo*, cada provérbio proferido pelos participantes tem como única e simples finalidade rebater o provérbio do adversário, até que este fique sem ter o que responder em retorno. Tais enunciados configuram-se, portanto, como frases “prontas”, impessoais, cuja função não é aquela de comunicar uma ideia e nem de agir sobre o outro. Não há, a partir desse prisma, a co-construção de sentido que caracteriza o ato enunciativo. Assim, os provérbios cumprem aí uma função semelhante às cartas em um jogo de baralho. Parece ser neste sentido que Benveniste afirma que “não há uma única referência explícita ao objeto do debate” (*idem*), justamente porque *não há debate envolvido*.

Desse modo, Benveniste refuta o *hain-teny* como pertencente à ordem da enunciação, por um lado, devido ao seu caráter de *jogo*, por outro, devido ao caráter

*impessoal e não-subjetivo* do emprego dos provérbios, o que vai de encontro à ideia de “ato individual de utilização” postulada no texto de 1970.

No entanto, esta questão se torna mais problemática se levarmos em conta, na análise, as reflexões desenvolvidas nos outros trabalhos de Benveniste.

Na sessão de “debate” de seu texto *A forma* (1966), por exemplo, ao responder à pergunta evocada por Gochet a respeito da possibilidade de se considerar as “frases feitas” sob o domínio semiótico da língua, Benveniste responde:

Minha resposta é que, na dicotomia que propus, qualquer forma de frase não tem espaço no domínio semiótico. Tudo é da ordem do semântico a partir do momento em que nós deixamos o domínio do signo tal como circunscrevi aqui. Aquele que fala tem certamente a possibilidade de tomar ou não em sua conta um certo enunciado que ele articula, isto é, ou bem apresenta um enunciado de opinião, situado num “aqui e agora”, ou bem procede por citação. Mas é exatamente a mesma situação que nós encontramos numa circunstância a que não fiz menção, para a palavra, quando tratamos da palavra lexical, encarada como matéria lexicológica. O dicionário nos apresenta entidades lexicais que têm uma realidade “sui generis”, que não é a realidade do emprego linguístico. Creio que se dá o mesmo para a frase (PLGII, p. 235-236).

Assim, tal como a palavra lexical, a qual, ao ser engendrada por um locutor no uso efetivo da língua, investe-se de uma significação semântica, também a frase, seja ela agenciada pelo locutor ou, de certa forma, já “disponibilizada” pela língua (incluo aí os provérbios), é tomada por Benveniste como da ordem do *semântico* e, portanto, necessariamente ligada à enunciação<sup>169</sup>. Da mesma forma, em *A frase nominal* (1950)<sup>170</sup>, ao ligar as frases nominais à função proverbial, Benveniste defende que tais enunciados supõem o discurso e o diálogo<sup>171</sup>. Ademais, é válido também lembrar aqui a passagem de *Estruturalismo e linguística* (1968), na qual Benveniste afirma: “Dizer bom dia todos os dias da vida a alguém é cada vez uma reinvenção” (PLGII, p. 18).

Desse modo, uma vez que se leve em conta as considerações estabelecidas nestes textos, não poderíamos afirmar que, mesmo que constituam elementos de uma

<sup>169</sup> Mais adiante, no debate do texto de 1966, Benveniste diz algo que se coaduna com essa afirmação: “A partir do momento em que a língua é considerada como ação, como realização, ela supõe necessariamente um locutor e ela supõe a situação deste locutor no mundo. Estas relações são dadas em conjunto no que eu defino como a semântica” (PLGII, p. 239).

<sup>170</sup> Texto publicado originalmente em *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*, XLVI (1950), fsc. 1, n.º 132.

<sup>171</sup> Após listar uma série de exemplos de frases nominais de obras gregas, Benveniste conclui: “A só enumeração desses exemplos delimita o emprego da frase nominal: 1.º liga-se sempre ao discurso direto; 2.º serve sempre a asserções de caráter geral, na verdade sentenciosas. Isso significa que, por contraste, somente a frase verbal convém à narração de um fato, à descrição de u’a maneira de ser ou de uma situação. A frase nominal visa a convencer enunciando uma ‘verdade geral’; supõe o discurso e o diálogo” (PLGI, p. 176).

disputa verbal, as frases enunciadas no *hain-teny* revelam um modo particular de enunciação? Ora, se Benveniste diz, em relação aos provérbios do jogo, que aquele “que os emprega de modo mais hábil, mais malicioso, menos previsível deixa o outro sem saber o que responder e é proclamado vencedor” (PLGII, p. 87), não estaria neste modo “mais hábil”, “mais malicioso” e “menos previsível” de emprego dos provérbios uma parcela de trabalho do locutor com a língua? Não sugere isso já um aspecto de singularidade? Não envolve também a enunciação do outro, uma vez que a enunciação de um deve superar a do seu oponente? Trata-se, é claro, de provérbios, elementos frasais que colocam certa dificuldade à reflexão, uma vez que mostram-se como frases “feitas”, disponíveis e imutáveis. Mas se as tomarmos como manifestação semântica, essa imutabilidade se verifica apenas na superfície, e cada provérbio enunciado é já o produto de uma apropriação singular<sup>172</sup>. A diferença maior parece estar ligada ao fato de que estes atos linguísticos não fazem referência ao sujeito e à instância de discurso da mesma maneira que as manifestações ordinárias da língua. Mesmo assim, desde este viés, acredito que é cabível afirmar que há, nesse tipo de prática linguística, a presença do locutor, bem como a referência a um “aqui-agora”, ainda que isso se dê forma muito peculiar, aparentemente sem marcas formais que indiquem tal referência, o que faz com que este caso exija uma análise mais aprofundada.

Portanto, a partir deste ponto de vista, tudo parece apontar para o *hain-teny* como uma modalidade muito singular de enunciação e de diálogo. Sou tentado, aqui, a enviar a reflexão ao final do texto *O aparelho*, e alocar esta modalidade da enunciação sob o que Benveniste enigmaticamente chama de “formas complexas do discurso” (*op. cit.*, p. 90).

Para discutir o segundo caso da problemática levantada por Benveniste (a da existência de enunciação sem diálogo), o linguista faz uso do “monólogo”. Para ele,

---

<sup>172</sup> Alguns autores também são partidários desta opinião. Meschonnic (1973), por exemplo, afirma: “*Le proverbe est un lieu ambigu. Il réalise cette contradiction pour la phrase, selon Benveniste, d’avoir à la fois un « sens » et un « emploi ».* [...] *Dans L’appareil formel de l’énonciation, il met le proverbe dans la langue et le retire à l’énonciation [...]. Mais si je dit un proverbe, je le fait momentanément mien. Le proverbe est une « phrase disponible ».* Elle ne reste inchangée qu’en apparence. *Le discours le charge chaque fois autrement, selon le locuteur, le récepteur, la situation. Même dans les hain-tenys, « l’usage le plus adroit, le plus malicieux, le moins prévu » demande, on le suppose, une part d’interprétation, une frange d’énonciation”* (MESCHONNIC, 1973, p. 184-185). Da mesma forma, Ono (2007) pontua: “*On ne comprend pas ce qui permet à Benveniste d’exclure le hain-teny de l’énonciation”* (ONO, 2007, p. 100).

contrariamente ao exemplo do *hain-teny*, este tipo de manifestação linguística “procede claramente da enunciação” (*op. cit.*, p. 87):

Ele deve ser classificado, não obstante a aparência, como uma **variedade do diálogo**, estrutura fundamental. O “monólogo” é um diálogo interiorizado, formulado em “linguagem interior”, entre um eu locutor e um eu ouvinte. Às vezes, o eu locutor é o único a falar; o eu ouvinte permanece entretanto presente; sua presença é necessária e suficiente para tornar significativa a enunciação do eu locutor (*op. cit.*, p. 87-88, grifo meu).

Percebemos aqui, portanto, que a estrutura do diálogo subjaz ao monólogo, mesmo que, empiricamente, a cena enunciativa seja composta por apenas um indivíduo. Enunciar implica obrigatoriamente em postular um alocutário, tal como o linguista afirma anteriormente neste mesmo texto<sup>173</sup>. Ou seja, a relação “eu-tu” é fundamental mesmo aí, ainda que aquele para quem o locutor se dirige seja, ou ele próprio, ou um interlocutor imaginário. De qualquer forma, é o “aparelho linguístico da enunciação” que permite este movimento do falante de dividir-se em dois e assumir estas duas figuras do diálogo, o “eu locutor” e o “eu ouvinte”.

No entanto, é necessário, aqui, tomar um certo cuidado com as denominações dadas por Benveniste a estas duas figuras do diálogo implicitamente presentes no monólogo: na versão brasileira do texto *O aparelho*, o linguista fala de um “eu locutor” e um “eu ouvinte”, tradução das expressões “*moi locuteur*” e “*moi écouteur*” do texto original francês. O importante, neste ponto, é não confundir o termo “eu”, presente nessas duas denominações, como o conceito teórico de “eu” apresentado até então no texto de 1970. No texto francês, esta ambiguidade não se apresenta, uma vez que, nele, a diferenciação é feita através dos termos “*je*” e “*moi*”, o primeiro remetendo à categoria formal da enunciação que nomeia sempre e somente o locutor, o segundo remetendo ao quadro figurativo do diálogo. O resultado de se tomar o termo “eu”, nas expressões “eu locutor” e “eu ouvinte”, a partir da acepção teórica elaborada por Benveniste em seus trabalhos, seria o de realizar uma grande confusão: a expressão “eu locutor” constituiria uma redundância; a expressão “eu ouvinte”, um disparate, uma vez que *eu* é sempre a forma assumida pelo *locutor*. O ouvinte será sempre implantado como *tu*.

<sup>173</sup> “Mas imediatamente, desde que ele [o locutor] se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário” (*PLGII*, p. 84, grifo do autor).

O monólogo, tal como é descrito por Benveniste, caracteriza-se como um “diálogo interiorizado”, no qual o “eu ouvinte” ora permanece apenas enquanto “ouvinte”, ora intervém na fala do “eu locutor”, seja através de uma objeção, uma questão, uma dúvida, ou um insulto. Porém, ao intervir no diálogo, este “ouvinte” converte-se em “locutor”, da mesma forma como isso se dá no diálogo ordinário, envolvendo empiricamente dois parceiros. Para o linguista, “a forma linguística que esta intervenção assume difere segundo os idiomas, mas é sempre uma forma ‘pessoal’” (*op. cit.*, p. 88):

Ora o eu ouvinte substitui o eu locutor e se enuncia então como “primeira pessoa”; é assim em francês [*português*] onde o “monólogo” será cortado por observações ou injunções tais como: “Non, je suis idiot, j’ai oublié de lui dire que...” [“*Não, eu sou um idiota, esqueci de te dizer que...*”]. Ora o eu ouvinte interpela na “segunda pessoa” o eu locutor: “Non, tu n’aurais pas dû lui dire que...” [“*Não, tu (você) não deverias (ria) lhe ter dito que...*”]. Haveria aí uma interessante tipologia dessas relações para estabelecer; em algumas línguas ver-se-ia predominar o eu ouvinte como substituto do locutor e se colocando por sua vez como *eu* (francês, inglês), ou em outras, pondo-se como parceiro de diálogo e empregando *tu* (alemão, russo) (*idem*, grifos do autor).

Há, nesta passagem, dois pontos interessantes, nos quais cabe se deter.

Primeiramente, e, de certa forma, retomando o que já foi dito, o fato de que a versão portuguesa do texto *O aparelho* coloca em relação, neste mesmo trecho, termos semelhantes que revelam pertencer a duas ordens distintas: os conceitos de “eu locutor” e “eu ouvinte” como as duas figuras da situação dialógica particular do monólogo, e os conceitos de “eu” e “tu” como as formas linguísticas de “primeira pessoa” e “segunda pessoa”, através das quais “eu locutor” e “eu ouvinte” se marcam no enunciado do monólogo. Este fato coloca uma dificuldade de leitura, como atestam as seguintes passagens:

- “Ora o eu ouvinte substitui o eu locutor e se enuncia então como ‘primeira pessoa’” (*supra cit.*);
- “Ora o eu ouvinte interpela na ‘segunda pessoa’ o eu locutor” (*supra cit.*).

A dificuldade aqui está relacionada ao fato de que o “eu ouvinte” é, enquanto “ouvinte”, o *tu* da alocução. Ao substituir o “eu locutor”, este “eu ouvinte” se torna locutor, assumindo, assim, a forma de “primeira pessoa”, *eu*. Novamente, o “eu” de “eu locutor” e “eu ouvinte” *não é* equivalente à forma *eu* de “primeira pessoa”. Este “eu” remete, isso sim, ao fato de que, no monólogo, as duas figuras dialógicas são

representadas por um mesmo indivíduo. No segundo enunciado, em particular, vemos o quanto a questão é problemática: se o “eu ouvinte” interpela o eu locutor na segunda pessoa, é porque o “eu ouvinte” é, nesta instância, o *locutor*, e o “eu locutor”, por sua vez, é o *ouvinte*.

A segunda observação diz respeito às diferentes formas pelas quais se dá essa intervenção do “eu ouvinte”. Benveniste constata que, em algumas línguas, tal intervenção caracteriza-se pela substituição do “eu locutor” pelo “eu ouvinte”. Nestes casos, o “eu ouvinte”, enquanto locutor, enuncia-se como “primeira pessoa”, ou seja, antes de se dirigir ao “eu locutor” como um parceiro, ele o *substitui*, através do uso da marca formal “eu”, comum a ambos. Há aí, parece-me, uma identificação maior das duas figuras do diálogo com o sujeito falante. Por outro lado, há línguas em que a intervenção se dá de forma distinta: o “eu ouvinte”, enquanto locutor, não substitui o “eu locutor”, mas o *interpela*, alocando-o na posição de interlocutor, como “segunda pessoa”, e dirigindo-se a ele através da marca formal “tu”, mesmo que (eis o problema) Benveniste, na versão do texto em português, ainda o chame de “eu locutor”<sup>174</sup>. Nestes outros casos, fica mais evidente o papel das duas figuras dialógicas, justamente porque parece haver um maior distanciamento entre elas, como se o falante estivesse realmente representando o diálogo entre dois indivíduos. Benveniste elucida bem esta diferença: “EGO ou se divide em dois, ou assume dois papéis” (*op. cit.*, p. 88). Em ambos os casos, porém, o “eu ouvinte” deve necessariamente assumir o papel de locutor, enunciando (explicitamente ou não) a partir do lugar de *eu*, e postulando (explicitamente ou não) um *tu*. É esta a condição enunciativa. Decorre daí que a diferença entre estas duas ordens de intervenção no monólogo se dá apenas a nível *formal*<sup>175</sup> e na forma de identificação das figuras com o sujeito falante. É assim que entendo a passagem em que o linguista afirma que “estas situações exigiriam uma dupla descrição, da **forma linguística** e da **condição figurativa**” (*idem*, grifos meus). Em todo caso, a *estrutura do diálogo* em si não sofre qualquer alteração.

Além disso, Benveniste aponta que esta transposição do diálogo em “monólogo” se presta a “figurações” ou a “transposições psicodramáticas”: “conflitos do ‘eu [moi] profundo’ e da ‘consciência’, desdobramentos provocados pela ‘inspiração’, etc” (*idem*). Vemos, assim, esta propriedade de duplicação subjetiva inerente ao monólogo

<sup>174</sup> Ou seja, nesta condição, o “eu locutor” não é nem “eu”, nem “locutor”.

<sup>175</sup> Na primeira, o *eu* é explícito e o *tu*, implícito. Na segunda, inversamente, é o *tu* que é explícito e o *eu* que é implícito.

atuar em diversas situações de uso ordinário da língua, bem como em situações mais específicas, como o contexto clínico (em especial, o psicanalítico) e o das artes (como a literatura e o teatro).

#### 4.14. A “comunhão fática”: explorando os limites do diálogo

Contenta-se muito facilmente com invocar a frequência e a utilidade práticas da comunicação entre os indivíduos, para que se admita a situação de diálogo como resultando de uma necessidade, abstendo-se assim de analisar as múltiplas variedades. Uma delas se apresenta em uma condição social das mais banais em aparência, mas das menos conhecidas, de fato. B. Malinowski indicou-a sob o nome de *comunhão fática*, qualificando-a assim como fenômeno psicossocial com função linguística. Ele a configurou partindo do papel que a linguagem aí desempenha. É um processo em que o discurso, sob a forma de um diálogo, estabelece uma colaboração entre os indivíduos. Vale a pena citar algumas passagens desta análise<sup>176</sup>:

O caso da linguagem usada no livre e fortuito intercuro social merece especial atenção. Quando várias pessoas sentam-se juntas em torno da fogueira da aldeia, depois de terminadas as tarefas quotidianas, ou quando batem papo, descansando do trabalho, ou quando acompanham algum simples trabalho manual com um tagarelar que nada tem a ver com o que estão fazendo – é claro que, nestes casos, estamos diante de um outro modo de usar a linguagem, com um outro tipo de função do discurso. Aqui, a língua não depende do que acontece no momento; parece estar até privada de qualquer contexto de situação. O sentido de cada enunciado não pode estar ligado ao comportamento do locutor ou do ouvinte, com a intenção do que estão fazendo.

Uma simples frase de cortesia, tão usada entre as tribos selvagens como nos salões europeus, cumpre uma função para a qual o sentido de suas palavras é quase completamente indiferente. As perguntas sobre a saúde, os comentários sobre o tempo, as afirmações de algum estado de coisas absolutamente óbvio – tudo são frases trocadas não com a finalidade de informar, nem para coordenar as pessoas em ação e certamente que não para expressar qualquer pensamento...

<sup>176</sup> [Nota do texto original] Traduzimos aqui algumas passagens do artigo de B. Malinowski publicado em Ogden e Richards, *The meaning of meaning*, 1923, p. 313 e s.

Não há dúvida de que temos aqui um novo tipo de uso linguístico – que estou tentado a chamar *comunhão fática*, instigado pelo demônio da invenção terminológica – um tipo de discurso em que os laços de união são criados pela mera troca de palavras... As palavras, na comunhão fática, são usadas, principalmente, para transmitir uma significação, a significação que é, simbolicamente, a delas? Certamente que não. Elas preenchem uma função social e esse é o seu principal objetivo, mas não são o resultado de reflexão intelectual nem despertam, necessariamente, qualquer espécie de reflexão no ouvinte. Mais uma vez podemos dizer que a linguagem não funciona, neste caso, como um meio de transmissão do pensamento.

Mas podemos considerá-la um modo de ação? E em que relação se situa com a nossa concepção decisiva de contexto de situação? É óbvio que a situação exterior não participa diretamente na técnica da fala. Mas o que é que pode ser considerado *situação* quando um certo número de pessoas tagarelam juntas sem finalidade? Consiste, apenas, nessa atmosfera de sociabilidade e no fato de uma comunhão pessoal dessas pessoas. Mas esta é obtida, de fato, pela fala e a situação, em todos esses casos, é criada pela troca de palavras, pelos sentimentos específicos que formam a convivência gregária, pelo vai e vem dos propósitos que constituem o tagarelar comum. A situação, em seu todo, consiste no que acontece linguisticamente. Cada enunciação é um ato que serve o propósito direto de unir o ouvinte ao locutor por algum laço de sentimento, social ou de outro tipo. Uma vez mais, a linguagem, nesta função, manifesta-se-nos, não como um instrumento de reflexão mas como um modo de ação.

Estamos aqui no limite do “diálogo”. Uma relação pessoal criada, mantida, por uma forma convencional de enunciação que se volta sobre si mesma, que se satisfaz em sua realização, não comportando nem objeto, nem finalidade, nem mensagem, pura enunciação de palavras combinadas, repetidas por cada um dos enunciadores. A análise formal desta forma de troca linguística está por fazer<sup>177</sup>.

(PLGII, p. 88-90)

<sup>177</sup> [Nota do texto original] Não há sobre ela senão algumas referências, por exemplo, em Grace de Laguna, *Speech, its function and development*, 1927, p. 244 n.; R. Jakobson, *Essais de linguistique générale*, trad. N. Ruwet, 1963, p. 217.

Dando continuidade ao seu exame da enunciação a partir do seu quadro dialógico, Benveniste aqui convoca uma outra situação de discurso, cuja finalidade não está ligada ao ato de agir sobre o outro, de lhe transmitir uma ideia, mas tão somente ao de criar um laço de união entre os interlocutores, cumprindo assim uma função essencialmente *social*. Para elucidar este tipo de situação de diálogo, o linguista convoca a análise feita por Bronislaw Malinowski deste tipo de conversação, nomeada pelo autor de “comunhão fática”. Trata-se de uma longa citação (ocupando uma página e meia do texto *O aparelho em PLGII*), algo muito incomum para os textos de Benveniste, nos quais a simples citação de outros autores se dá de forma esporádica<sup>178</sup>.

Assim, segundo a análise de Malinowski, há situações de uso da linguagem em que os interlocutores apenas “tagarelam”, trocando palavras que não estabelecem qualquer tipo de relação com a instância imediata de discurso, nem revelam de qualquer intenção de comunicar, ou de agir sobre o comportamento do outro. Nas palavras do autor:

Uma simples frase de cortesia, tão usada entre as tribos selvagens como nos salões europeus, cumpre uma função para a qual o sentido de suas palavras é quase completamente indiferente. As perguntas sobre a saúde, os comentários sobre o tempo, as afirmações de algum estado de coisas absolutamente óbvio – tudo são frases trocadas não com a finalidade de informar, nem para coordenar as pessoas em ação e certamente que não para expressar qualquer pensamento (*apud. PLGII*, p. 89).

A que servem estes tipos de manifestações linguísticas? Para Malinowski, “elas preenchem uma função social e esse é o seu principal objetivo” (*idem*). Ou seja, servem ao “propósito direto de unir o ouvinte ao locutor por algum laço de sentimento, social ou de outro tipo. Uma vez mais, a linguagem, nesta função, manifesta-se-nos, não como um instrumento de reflexão mas como um modo de ação” (*op. cit.*, p. 90). Cabe notar que este “modo de ação” não se assemelha ao modo de ação característico das ditas “frases performativas”: na comunhão fática, não se trata nem de cumprir um ato através de sua denominação (ou seja, na comunhão fática, a ação efetuada não coincide com o enunciado proferido), nem de influenciar o comportamento do alocutário. O que importa aqui é tão somente a ação de *criar uma comunhão pessoal*; a mera troca de palavras age enquanto criadora de um laço de união entre os falantes, e limita-se a isso. A comunhão fática constitui, portanto, um ato enunciativo de natureza estritamente

---

<sup>178</sup> Sobre este ponto, afirma Ono (2007, p. 94): “*très long, cet extrait est bien fait pour attirer l’attention*”.

social, no qual “a língua não depende do que acontece no momento; parece estar até privada de qualquer contexto de situação” (*op. cit.*, p. 89).

Por este mesmo motivo, tal exemplo de emprego da língua coloca, para Benveniste, um problema epistemológico, relativo, sobretudo, à própria definição teórica do objeto enunciação, a qual supõe que “a referência é parte integrante da enunciação” (*op. cit.*, p. 84). Benveniste é sucinto quanto ao comentário deste tipo de uso linguístico:

Estamos aqui no limite do “diálogo”. Uma relação pessoal criada, mantida, por uma forma convencional de enunciação que se volta sobre si mesma, que se satisfaz em sua realização, não comportando nem objeto, nem finalidade, nem mensagem, pura enunciação de palavras combinadas, repetidas por cada um dos enunciadores (*op. cit.*, p. 90).

Percebemos aqui uma certa diferença de apreciação em relação à comunhão fática por parte de Benveniste, em comparação com Malinowski. Ora, este afirma que tal manifestação preenche uma *função social*, enquanto que Benveniste a descreve como “pura enunciação de palavras combinadas” (*supra cit.*), a qual não comportaria nem objeto, *nem finalidade*, *nem mensagem*<sup>179</sup>. Assim, acredito que é este estatuto particular de não comportar uma função propriamente linguística, de ordem predicativa, que faz com que o linguista situe a comunhão fática no “limite do diálogo”, ou seja, em uma posição de margem, frente às outras realizações da língua<sup>180</sup>. No entanto, não acredito que, ao colocar este modo de uso da língua no “limite do diálogo”, Benveniste o tenha refutado enquanto diálogo e, conseqüentemente, enquanto enunciação. Se a comunhão fática situa-se no “limite do diálogo”, então ela ainda não o transpôs. Ainda assim, a resposta do linguista para esta difícil questão é efusiva: “A análise formal desta forma de troca linguística está por fazer” (*idem*).

Por fim, estes exemplos dados por Benveniste ao final de seu trabalho apresentam um caráter especulativo, consistindo em análises singulares que não reenviam aos trabalhos anteriores do linguista da mesma forma que pudemos constatar nas linhas anteriores do texto *O aparelho*. Trata-se, como já afirmei anteriormente, de uma tentativa de definir o campo teórico da enunciação a partir de suas margens. É este

<sup>179</sup> Cabe aqui citar o comentário de Ono (2007, p. 101): “*Une autre expression manifeste également sa réticence vis-à-vis de la communion phatique. Il [Benveniste] taxe ce genre de discours de « pure énonciation de paroles convenues ». Le choix de « pure », portant le sens de « tout simple », montre qu’il ne lui accorde pas grande valeur*”.

<sup>180</sup> Volto a citar Ono (2007, p. 101): “*Pourquoi cet embarras chez celui qui tente par ailleurs de théoriser la notion d’énonciation en s’appuyant sur le dialogue? Rappelons-nous que dans la communion phatique, ce qui entre en compte n’est pas d’ordre linguistique stricto sensu*”.

estatuto de “organizador teórico” que faz do texto de 1970 um dos mais importantes estudos de Benveniste no campo da enunciação.

#### 4.15. Desdobramentos futuros da enunciação: um fechamento de abertura

Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. Ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é a marca frequente, talvez necessária, da “oralidade”. Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui.

(*PLGII*, p. 90)

Chegamos aqui ao parágrafo final do texto *O aparelho formal da enunciação*. Trata-se, como podemos ver, de um desfecho que, antes de operar como um sintetizador da reflexão, presta-se a realizar uma abertura da perspectiva enunciativa a “muitos outros desdobramentos”. Ele é, portanto, um final *programático*, que coloca, para os estudos futuros, inúmeras possibilidades de análise no contexto da enunciação, das quais Benveniste cita algumas.

“Ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é a marca frequente, talvez necessária, da ‘oralidade’” (*PLGII*, p. 90). Vemos aqui a perspectiva enunciativa sendo lançada como possibilidade de análise das transformações lexicais, uma vez que (a própria leitura dos textos benvenistianos voltados para a reconstrução linguístico-comparativa deixa entrevê-lo<sup>181</sup>) é no exercício

<sup>181</sup> Remeto aqui especialmente aos textos reunidos sob a sexta parte de *PLGI* e *PLGI*, intitulada *Léxico e cultura*. Nestes trabalhos, cujo foco principal está ligado à reconstrução e gênese de termos e expressões mediante comparação entre as línguas, é importante notar que todas as análises comparativas de Benveniste se dão por um viés *semântico*, tomando como critério os *contextos de emprego* dos termos e expressões analisados. Este critério aparece de forma saliente, por exemplo, no texto *Problemas semânticos de reconstrução* (1954), no qual Benveniste, ao analisar a relação semântica entre as raízes formalmente idênticas do indo-europeu *\*dwei-* (“temer”) e *\*dwei-* (“dois”), adverte: “a própria análise dessa estrutura semântica tem por condição o estudo dos empregos de *\*dwei-*” (*PLGI*, p. 325). De maneira semelhante, em seu estudo sobre os eufemismos, em *Eufemismos antigos e modernos* (1949), Benveniste afirma que “é preciso, para apreciar um eufemismo, reconstituir tanto quanto possível as condições do emprego no discurso falado” (*op. cit.*, p. 342). Por fim, no texto *A blasfêmia e a eufêmia* (1966), no qual se dá a análise da relação entre estes dois conceitos, o linguista pontua que “a blasfêmia é

da língua que se revelam tais alterações. Da mesma forma, a fraseologia também constituiria, para Benveniste, uma fonte de estudos enunciativos<sup>182</sup>, como o próprio texto de 1970 comprova ao incorporar ao aparelho formal da enunciação as “modalidades formais” pertencentes à fraseologia<sup>183</sup>.

“Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita” (*idem*). Ora, a leitura dos textos de viés enunciativo de Benveniste permite constatar que a perspectiva por ele esboçada toma como base a enunciação em sua natureza *falada*, a qual supõe sempre uma situação de diálogo instanciada num “aqui-agora” comum aos interlocutores. Isto se mostra de forma evidente através da exposição do “quadro figurativo” da enunciação, bem como através da afirmação do linguista, também no texto de 1970: “os dados utilizados aqui são tirados **do português [francês] usual e da língua da conversação**” (*op. cit.*, p. 83, grifo meu)<sup>184</sup>. Assim, a enunciação é tratada por Benveniste como fenômeno de *fala*, troca linguística entre interlocutores *in loco*. A consideração da enunciação *escrita*, através da definição de seu estatuto frente à enunciação falada, constitui uma tarefa futura na ordem dos estudos enunciativos, uma vez que sua condição é particular. Sobre este modo de enunciação, o linguista apenas esboça um princípio de análise: “Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem” (*PLGII*, p. 90). Tal afirmação apresenta um duplo valor, sendo passível, assim, de uma dupla interpretação.

Pode-se, por um lado, tomá-la no que diz respeito à relação que se estabelece entre **produtor da enunciação escrita e seu leitor**. Neste caso, a enunciação facultaria, segundo Benveniste, uma dupla instância: haveria a instância enunciativa do escritor, o qual se apropria da língua e se enuncia através de sua escrita, e a instância do leitor, o

---

de ponta a ponta um processo de fala” (*PLGII*, p. 260), e que procede da “necessidade de violar a interdição bíblica de pronunciar o nome de Deus” (*idem*). No entanto, a “eufemia” cumpre aí, muitas vezes, um papel importante: aquele de “corrigir” a blasfêmia na sua expressão de fala, mantendo a violação da interdição bíblica, ao mesmo tempo em que a atenua. Vemos isso através de exemplos de uso, como a expressão “Pela madrugada!”, substituída de “Por Deus!”, bem como a expressão americana “*My Gosh!*”, substituída de “*My God!*”. Trata-se, sem dúvida, de um processo enunciativo.

<sup>182</sup> No entanto, cabe ressaltar que este enunciado, tal como colocado por Benveniste, revela-se, de certa forma, ambíguo. Tal como se apresenta, ele deixa em aberto a relação entre o estudo das “alterações lexicais” e da “fraseologia”. Estaria o linguista falando da mesma coisa?

<sup>183</sup> Ver item 4.12.

<sup>184</sup> Deduzimos este fato também a partir de outros textos do autor. Vemos, por exemplo, em *Da subjetividade* (1958), no trecho já citado: “É um homem **falando** que encontramos no mundo, um homem **falando** com outro homem” (*PLGI*, p. 285, grifos meus).

qual, a partir da enunciação escrita do outro, enuncia-se enquanto “locutor-leitor”<sup>185</sup>. Há aí, portanto, nesta complexa operação, um duplo processo enunciativo, uma dupla apropriação, a qual confere, tanto para quem escreve quanto para quem lê, um estatuto de *locutor*. Caberia, assim, analisar as diferenças que se estabelecem entre esta modalidade enunciativa escrita e a modalidade falada, tanto no plano do quadro figurativo da enunciação, quanto nos mecanismos linguísticos desta dupla apropriação.

Pode-se, por outro lado, enviar a sumária análise de Benveniste para o campo da literatura e ver como, no interior de uma narrativa, se dá **a relação entre a enunciação do escritor e dos personagens que, através dele, se enunciam**. A questão aí talvez se mostre de forma até mais complexa, uma vez que a problemática enunciativa não se dá apenas entre locutor-escritor e locutor-leitor, mas também entre os personagens que, no interior da enunciação de um e de outro, situam-se também como locutores em situação de diálogo.

Por fim, Benveniste termina seu texto *O aparelho* com uma afirmação de teor nebuloso: “Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui” (*idem*). A que Benveniste se refere quando fala em “formas complexas do discurso”? Estaria o linguista fazendo remissão às modalidades examinadas na parte final do texto de 1970, tais como o monólogo, a comunhão fática e a enunciação escrita, e as quais revelam um caráter realmente complexo? Estaria ele, por outro lado, falando de uma outra ordem de fatos enunciativos, os quais requereriam ainda uma outra série de desenvolvimentos, tornados possíveis a partir do quadro formal esboçado no texto *O aparelho*?... Nada mais é dito. É esta a última frase do texto *O aparelho*, flecha lançada ao ar sem, contudo, especificar exatamente o seu alvo. Ela resta ainda enquanto um mistério, do qual só podemos fazer conjecturas. Ainda assim, a flecha foi lançada, abrindo a possibilidade do campo enunciativo ampliar-se e desdobrar-se em amplas perspectivas de análise. Neste aspecto, ao mesmo tempo programático e emblemático, a conclusão do texto de 1970 assemelha-se àquela feita por Benveniste em *Semiologia da língua* (1969)<sup>186</sup>. Trata-se, nos dois

<sup>185</sup> Como veremos no próximo capítulo (item 5.4), a leitura como modalidade da enunciação é tema de estudos como o de Naujorks (2011), o qual toma este segundo plano da enunciação escrita como um ato/processo enunciativo no qual um “locutor-leitor”, ao apropriar-se do texto escrito e tomá-lo como um “tu” da alocução, constitui-se como “sujeito-leitor”.

<sup>186</sup> Transcrevo aqui a conclusão do texto *Semiologia* (1969): “Em conclusão, é necessário ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua. Esta ultrapassagem far-se-á por duas vias: - na análise intralinguística, pela abertura de uma nova dimensão de significância, a do discurso, que denominamos semântica, de hoje em

casos, de um gesto de abertura da teoria, da possibilidade de estendê-la a toda e qualquer manifestação humana efetuada por intermédio da linguagem. Isso, contudo, diz respeito a uma outra faceta do texto *O aparelho*.

É especificamente esta característica programática e “de abertura” do texto de 1970 que compõe o tema do último capítulo deste trabalho, ao qual passamos a ver a partir de agora.

---

diante distinta da que está ligada ao signo, e que será semiótica; - na análise translinguística dos textos, das obras, pela elaboração de uma metassemântica que se construirá sobre a semântica da enunciação. Esta será uma semiologia de ‘segunda geração’, cujos instrumentos e o método poderão também concorrer para o desenvolvimento das outras ramificações da semiologia geral” (*PLGII*, p. 67).

**CAPÍTULO 5**  
***O APARELHO FORMAL DA ENUNCIÇÃO – POSSIBILIDADES DE***  
**ABERTURA DO HORIZONTE TEÓRICO DA ENUNCIÇÃO**

No capítulo anterior deste trabalho, realizei uma leitura epistemológica do texto benvenistiano *O aparelho formal da enunciação*, de 1970, procurando, através dela, averiguar em que medida este texto sintetiza e organiza as muitas problemáticas desenvolvidas por Émile Benveniste entre as décadas de 1940 e 1960, e que giram todas em torno da enunciação.

No entanto, a leitura epistemológica deste texto permite mostrar ainda um outro caráter do mesmo: se, por um lado, *O aparelho* se configura como um “ponto de chegada” da reflexão enunciativa, por outro, ele configura-se como um “ponto de abertura”, na medida em que é possível depreender, a partir de sua leitura, um movimento de ampliação do escopo teórico da enunciação em relação aos fatos da língua, ao mesmo em que ele deixa, para estudos futuros, novas possibilidades de análise sob a perspectiva enunciativa. Este é o seu caráter programático<sup>187</sup>.

Tendo isto em vista, compete-nos ainda voltar à leitura do texto *O aparelho*, procurando, desta vez, elucidar o seu aspecto programático e de “abertura” da teoria benvenistianiana.

É, em linhas gerais, sobre esta outra faceta do texto de 1970 que passo a tratar a partir de agora, neste último capítulo do presente estudo. Trata-se, portanto, de um retorno à leitura do texto *O aparelho*, ainda que, tendo em vista esta nova proposta, não caiba aqui convocar, tal como no capítulo anterior, o texto na sua integralidade. A função aqui é tão somente a de apontar para alguns pontos prospectivos do texto, discutindo em que medida eles possibilitam o desenvolvimento de novas abordagens enunciativas. A ideia não é a de exaustividade. Desse modo, procuro apenas trazer, de uma forma talvez um tanto sucinta demais, alguns exemplos do que se é possível

---

<sup>187</sup> Esta talvez se configure como uma das principais características dos trabalhos de Benveniste realizados no âmbito da enunciação. De fato, é possível observar que em muitos de seus textos de *PLGI* e *PLGII* o linguista deixa o desenvolvimento da discussão neles abordados como tarefa para estudos futuros, talvez já antevendo o estabelecimento de um campo de estudos voltados para a questão do “homem na língua”. O maior exemplo disso é o texto *Semiologia*, de 1969, onde percebemos claramente o endereçamento do autor ao desenvolvimento de uma “semiologia geral”. Ver nota anterior.

desenvolver em termos de desdobramentos teóricos no escopo da perspectiva enunciativa de Benveniste, a partir deste aspecto programático do texto de 1970.

Assim, este capítulo encontra-se organizado em quatro itens. Os dois primeiros decorrem da seguinte afirmação de Benveniste em *O aparelho*: “Este grande processo pode ser estudado sob diversos aspectos” (*PLGII*, p. 82). É inegável que tal passagem constitui uma abertura da reflexão enunciativa ao colocar a possibilidade de se olhar para a enunciação a partir de diferentes enfoques. Cabe, nestes dois primeiros itens, examinar a enunciação, respectivamente, a partir do aspecto da realização vocal da língua, e a partir do aspecto da semantização da língua. O terceiro item insere-se no terceiro aspecto deixado por Benveniste no texto de 1970, o quadro formal de realização da língua. A tarefa, aqui, é ver em que medida o linguista amplia o alcance teórico da enunciação em relação ao quadro formal da língua, a partir da consideração às noções de “índices específicos” e “procedimentos acessórios”. Por fim, o quarto item é voltado para a discussão do último parágrafo do texto *O aparelho*, de caráter essencialmente programático, no qual Benveniste fala sobre os desdobramentos futuros do campo enunciativo.

### **5.1. O aspecto enunciativo da realização vocal da língua: uma nova possibilidade de análise da enunciação**

Quando Benveniste afirma que a enunciação pode ser estudada sob diversos aspectos, não deixa de ser intrigante o fato de o linguista colocar, como primeiro dentre os três aspectos por ele elucidados, o da “realização vocal da língua”. Não só isso: para o autor, este aspecto da enunciação é “o mais imediatamente perceptível e o mais direto” (*PLGII*, p. 82). De fato, a materialidade fônica é o meio mais direto de acesso à língua<sup>188</sup>, o que percebemos de imediato no seu uso, o veículo que transporta o sentido de cada enunciação de um parceiro a outro na instância de discurso. A ênfase aqui é dada, portanto, ao estatuto *oral* da enunciação, o que acarreta, no mínimo, dois problemas.

Em primeiro lugar, analisar a enunciação do ponto de vista de sua realização vocal implica em coadunar, na análise, as duas naturezas distintas do mesmo fenômeno:

---

<sup>188</sup> Tal como Benveniste, restrinjo-me, aqui, à língua falada. Não desconsidero a materialidade gráfica da escrita nem a materialidade gestual das línguas de sinais, as quais, acredito, não fogem ao estatuto de singularidade da enunciação. No entanto, interessa-me aqui unicamente o aspecto *vocal* da enunciação.

a natureza *física* e a natureza *linguística*, uma vez que a linguagem é, tal como afirma Benveniste em *Vista d'olhos* (1963), “uma entidade de dupla face” (PLGI, p. 30):

A linguagem é um sistema simbólico especial, organizado em **dois planos**. De um lado é um fato **físico**: utiliza a mediação do **aparelho vocal** para produzir-se, do **aparelho auditivo** para ser percebida. Sob esse aspecto material presta-se à observação, à descrição e ao registro. De outro lado, é uma **estrutura imaterial**, comunicação de significados, substituindo os acontecimentos ou as experiências pela sua “evocação” (*idem*, grifos meus).

Assim, a questão aqui gira em torno de como se articulam estes dois planos, ou ainda, de averiguar como a materialidade vocal constitui a enunciação, ao mesmo tempo a partir de um estatuto singular, tomada enquanto *som*, já que, “para o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente” (PLGII, p. 82-83), e a partir de um estatuto mais estável, tomada enquanto *forma sonora* que configura o sistema linguístico. Tudo leva a crer que a condição da análise enunciativa da realização vocal da língua, esta se configurando como um elemento supra-segmental da linguagem, não pode ser feita sem levar em conta conjuntamente os seus elementos segmentais. Em outras palavras, abordar o nível vocal da língua, em uma perspectiva enunciativa, implica em relacioná-lo aos demais níveis de análise da língua, procurando averiguar como se dá essa relação entre os níveis, como eles interagem na produção de sentido, e o que tal relação revela a respeito do papel do locutor no funcionamento da língua. Este ponto se encontra, de certa forma, manifesto no texto de 1970, uma vez que Benveniste faz referência, mesmo que indiretamente, ao aspecto fônico da enunciação ao discorrer sobre as próprias funções sintáticas da língua. Desse modo, ao falar sobre a “interrogação”, o linguista afirma: “Todas as formas lexicais e sintáticas da interrogação, partículas, pronomes, sequência, **entonação**, etc., derivam deste aspecto da enunciação” (*op. cit.*, p. 86, grifo meu). Da mesma forma, acerca da função sintática da “asserção”, Benveniste diz: “Em seu rodeio sintático, como em sua **entonação**, a asserção visa a comunicar uma certeza, ela é a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação” (*idem*, grifo meu). Portanto, se a análise da enunciação a partir de seu aspecto sintático implica a consideração conjunta dos diferentes níveis de análise da língua, dentre os quais o da “entonação”, elemento de natureza fônica, o

mesmo também ocorre no inverso, isto é, a análise da enunciação a partir do aspecto da realização vocal da língua supõe uma interação entre os níveis de análise<sup>189</sup>.

Em segundo lugar, percebemos que, em *O aparelho*, a ênfase é dada não só à enunciação fônica enquanto *emissão*, mas também enquanto *recepção*, afinal, Benveniste fala, no texto de 1970, sobre os “sons emitidos e percebidos” (*op. cit.*, p. 82). Isso mostra que a intersubjetividade é também aqui um fundamento de análise, ao mesmo tempo em que coloca um impasse: seria a consideração à realização vocal da língua distinta nas instâncias de emissão e de percepção dos sons? Ou ainda, se a enunciação supõe o estabelecimento de referência pelo locutor e de co-referência pelo interlocutor, no e pelo discurso, essa co-referência atribuída pelo outro consistiria numa nova enunciação? Tais questões se impõem de forma ainda mais incisiva quando o problema gira em torno da análise enunciativa, em especial no que diz respeito à *transcrição dos dados de fala*, a qual se configura, da mesma forma, como uma instância de escuta.

Todas essas questões têm dado lugar a inúmeras pesquisas, realizadas em especial na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que buscam articular a teoria enunciativa de Benveniste ao estudo dos distúrbios de linguagem.

No que diz respeito à última destas problemáticas, há atualmente pesquisadores (dentre os quais estou incluído), pertencentes aos campos da linguística e da fonoaudiologia, que indagam sobre o estatuto da transcrição a partir da perspectiva enunciativa. Para eles, pensar a transcrição sob a ótica da enunciação é, em primeira instância, reconhecê-la também como um *ato enunciativo*. Dito de outra forma, a passagem do meio oral ao meio escrito, isto é, a escrita da fala, não se dá de forma autônoma, uma vez que essa escrita é produto da observação de um fato de linguagem, e, sendo a observação já em si um princípio de descrição, feita através de um determinado ponto de vista, a transcrição necessariamente levará consigo as marcas daquele que a produziu. Isso significa dizer que a transcrição, na perspectiva enunciativa, envolve duas instâncias enunciativas, configurando-se sempre como uma

---

<sup>189</sup> A esta particularidade da análise enunciativa, Flores (2009; 2010) e Cardoso (2010) dão o nome de *transversalidade enunciativa*. Assim, a enunciação não se configura como mais um nível de análise da língua; ela é *transversal* a todos os níveis, perpassando-os e engendrando-os no uso da língua pelo locutor, e isso se reflete no processo de análise. Tal conclusão é resultado de um projeto de pesquisa interdisciplinar vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulado *Enunciação e distúrbios de linguagem: sobre os níveis de análise da fala sintomática*, e composto por linguistas, fonoaudiólogos e psicanalistas.

enunciação sobre outra enunciação<sup>190</sup>. Portanto, conceber a transcrição como uma modalidade de enunciação implica em dizer que ela não foge à singularidade da enunciação, sendo, portanto, única e circunscrita apenas ao propósito de sua produção.

Tal constatação implica ainda em uma outra, que diz respeito ao estatuto enunciativo da fala transcrita<sup>191</sup>. Ora, é necessário haver a consciência de que a fala, ao ser transcrita, sofre necessariamente uma mudança em sua condição original, já que essa passagem do oral ao escrito se dá através de um outro *dizer* e por um outro indivíduo. Depreende-se daí, conseqüentemente, que, na transcrição, algo sempre fica de fora, uma vez que o sujeito – nesse caso, o transcritor – é impossibilitado de dizer tudo<sup>192</sup>. Trata-se, assim, de reconhecer que a transcrição é sempre fruto de uma *escuta* do transcritor, e que esta é, por sua vez, guiada por um propósito específico de análise. É nesse sentido, portanto, que podemos afirmar que a transcrição é, desde já, um começo de análise. Assim sendo, em que medida a transcrição de dados de fala pode dar conta do aspecto vocal da enunciação? Poderíamos sequer sustentar a afirmação de que este aspecto enunciativo pode ser apreendido e mostrado através de uma transcrição escrita? O impasse está colocado.

Além disso, no que diz respeito especificamente ao aspecto enunciativo da realização vocal da língua, o mesmo grupo de pesquisa, composto por linguistas, fonoaudiólogos e psicanalistas, tem também se dedicado ao estudo de tal aspecto no âmbito dos distúrbios de linguagem<sup>193</sup>. Assim, se a enunciação, tal como afirmei anteriormente, perpassa todos os níveis da língua, configurando-se como um ponto de vista transversal à língua, como isso se dá nos casos em que a fala é comprometida por impedimentos de ordem orgânica que afetam a própria fonação? Em que medida os outros níveis que não o fônico são afetados pelo distúrbio, e como estes se organizam,

---

<sup>190</sup> Como afirma Flores (2006), a transcrição é “vista como ato enunciativo, como um *mostrar* de um *dizer* que comporta, ela mesma, um outro *dizer*” (FLORES, 2006, p. 74, grifos do autor). Conseqüentemente, ainda segundo o autor, “cada transcrição é sempre única, singular e não linearmente extensível” (*idem*).

<sup>191</sup> Conforme Surreaux (2006), há de se perceber que “no contexto oral aquele que enuncia está ali, no contexto escrito quem enunciou não está mais presente. E, na realidade, no caso da transcrição, estão em jogo dois enunciadores: o que fala e o que transcreve – por isso deve-se levar em consideração sempre o fato de que a transcrição implica o transcritor, que enuncia de forma muito particular essa passagem do oral para o escrito” (SURREAUX, 2006, p. 138).

<sup>192</sup> Surreaux (2006) reitera esta constatação, ao afirmar que “parece fundamental ter presente a impossibilidade de apreensão total da fala de um sujeito” (SURREAUX, 2006, p. 134).

<sup>193</sup> Faço referência, aqui, ao projeto de pesquisa intitulado *O aspecto vocal/fônico da enunciação nos distúrbios de linguagem: um estudo enunciativo dos distúrbios articulatórios com etiologia orgânica definida*, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

em seu conjunto, no funcionamento da linguagem neste tipo particular de caso? Portanto, trata-se, aqui, de investigar a enunciação em sua materialidade vocal numa implicação do que é de ordem articulatória com o que é de ordem linguística, com vistas ao sentido através do qual se singulariza propriamente o locutor. Novamente, a questão do método aqui se impõe com rigor, e constitui um problema: embora o texto de 1970 introduza, como nova possibilidade de análise da enunciação, o aspecto de realização vocal da língua, esta introdução não expõe o modo pelo qual este tipo de análise se realizaria. O que vemos é tão somente a problematização do método empregado pela prática linguística ao se considerar os sons emitidos e percebidos da língua sob o ponto de vista enunciativo. Elaborar um *modus operandi* para a análise da enunciação a partir deste aspecto constitui, dessa forma, uma das tarefas necessárias ao desenvolvimento de tal perspectiva. No entanto, é já um consenso, dada a interdependência entre os níveis linguísticos na análise da enunciação, que se deve levar em conta, no estudo do aspecto vocal da enunciação, as relações *sintático-prosódico-enunciativas* que se estabelecem a cada instância de uso da língua.

Enfim, acredito que estes exemplos sejam, por si só, suficientes para elucidar as potencialidades de análise que a perspectiva enunciativa sob o aspecto da realização vocal da língua, aberta por Benveniste no texto *O aparelho*, possibilita.

## **5.2. O aspecto da semantização da língua: retomando uma questão inacabada**

No **capítulo 4** (item **4.4**), vimos que, ao afirmar, no texto de 1970, que a enunciação pode ser estudada sob diferentes aspectos, Benveniste coloca como uma das possibilidades a “semantização da língua”, entendida como o mecanismo de conversão individual da língua em discurso. Vimos também que esta discussão “conduz à teoria do signo e à análise da significância” (*PLGII*, p. 83), problemática essa detidamente abordada nos textos em que Benveniste elabora sua célebre distinção entre os planos “semiótico” e “semântico” da língua.

No entanto, conforme pudemos perceber, a questão acerca de “como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’” (*idem*) permanece, no texto *O aparelho*, ainda como um problema “muito difícil e pouco estudado”. Nesse sentido, é válido afirmar que, se, por um lado, este aspecto da enunciação remete a trabalhos anteriores de Benveniste, como

*A forma* (1966)<sup>194</sup> e *Semiologia* (1969), por outro, essa remissão não constitui propriamente uma síntese conclusiva acerca da questão; pelo contrário, o aspecto da semantização se apresenta, no texto de 1970, como um **aspecto programático**, o que mostra que tal problemática não havia sido inteiramente resolvida pelo linguista. Ora, ainda que a leitura dos textos acima mencionados nos permita constatar que Benveniste tenha magistralmente definido o quadro da significação linguística a partir da necessária distinção entre os modos semiótico e semântico da língua, o mesmo não pode ser dito de forma tão categórica a respeito de **como tais planos de significância interagem entre si no funcionamento da língua, ou ainda, não há uma resposta conclusiva sobre como se daria, na enunciação, a passagem de semiótico a semântico**. É inegável que haja interdependência entre eles, e isso Benveniste o coloca de forma clara em *A forma* (1966): “Esses dois sistemas se superpõem assim na língua tal como a utilizamos” (*PLGII*, p. 233). Um é fundamento para o outro; semiótico e semântico constituem-se mutuamente; enunciar é semantizar o semiótico, é esse processo que constitui a língua como um todo.

Todavia, se, no texto de 1966, Benveniste afirma que a esta passagem de língua a “língua-discurso” se produz através da “sintagmatização das palavras”<sup>195</sup>, no texto *Semiologia* (1969), o linguista postula que “do signo à frase não há transição, nem por sintagmatização nem por nenhum outro modo. Um hiato os separa” (*PLGII*, p. 66). Ao que tudo indica, este impasse segue aberto no texto *O aparelho*, um impasse deixado como questão ainda por ser respondida, mas que deve necessariamente levar em conta a reflexão elaborada nos textos anteriores do linguista. É, em suma, um aspecto

---

<sup>194</sup> Cabe aqui o adendo de que, embora o aspecto da semantização da língua esteja inegavelmente ligado à reflexão presente no texto *A forma* (1966), este texto não apresenta sequer uma vez a utilização do termo “enunciação”. Com isso, não quero dizer que a discussão presente neste não diga respeito à enunciação, mas sim que os textos de 1966 e de 1970 apresentam as suas especificidades, relativas à abordagem teórica em vista do público para o qual se destinam cada um deles.

<sup>195</sup> No entanto, é interessante voltarmos nossa atenção para a pergunta lançada a Benveniste por J. C. Piguet ao final do texto *A forma* (1966), na sessão de “debate”. Piguet questiona: “Parece então que a semiótica e a semântica formam dois planos que dependem senão de métodos, ao menos de ideias epistemológicas ou metodológicas distintas. A semântica pressuporia um método global de apreensão do sentido. Por oposição, o método ou a direção do espírito requerido pela semiótica seria de composição ou de decomposição, portanto analítico e não global. Minha questão é, face a isto, a seguinte: como estes dois métodos se reúnem no interior da linguística? Como a semiótica e a semântica podem coexistir metodologicamente, se uma é do tipo analítico e a outra do tipo global não analítico?” (*PLGII*, p. 239). Benveniste tangencia essa questão, argumentando que “esta é uma questão fortemente antecipadora”. Nota-se, aí, o caráter ainda propositivo da discussão levantada pelo linguista, caráter este que se reflete no texto de 1970.

programático da enunciação que, ao mesmo tempo, implica em um retorno à obra do autor.

Mesmo configurando-se como uma difícil problemática, cujas perguntas superam largamente as respostas, ou talvez por esse mesmo motivo, o aspecto da semantização da língua constitui uma valiosa fonte de pesquisa no campo enunciativo, possibilitando o desenvolvimento de diversos estudos, voltados para os mais diversos interesses<sup>196</sup>.

### **5.3. Os procedimentos acessórios da enunciação: ampliando o papel da enunciação no funcionamento da língua**

É perceptível que a discussão sobre o estatuto de *O aparelho formal da enunciação* como texto que concede à enunciação uma amplitude teórica global em relação à língua faz-se presente durante praticamente toda a leitura epistemológica da obra, como atesta o capítulo anterior. Não poderia ser diferente: colocar em relação o texto de 1970 com os demais textos benvenistianos de *PLGI* e *PLGII* implica necessariamente em trazer à tona esta questão. No entanto, cabe, aqui, voltar a este ponto de forma mais específica, ressaltando, em seu conjunto, os momentos em que este aspecto do texto se mostra mais claramente.

Assim, ainda que seja manifesta a consideração da enunciação para além das categorias específicas de “pessoa”, “tempo” e “espaço” nos textos benvenistianos desenvolvidos durante a década de 1960, como em *Os níveis* (1964) e em *A forma* (1966), nos quais a *frase* é erigida como a unidade do discurso, é no texto *O aparelho* que o linguista amplia categoricamente o papel da enunciação no que diz respeito ao funcionamento da língua, ao expor metodicamente as condições desse alcance teórico.

---

<sup>196</sup> Não são poucos os desenvolvimentos teóricos elaborados a partir desta problemática colocada por Benveniste. No plano teórico, constituem exemplos de discussões contemporâneas decorrentes do aspecto da semantização da língua as teorias desenvolvidas por Antoine Culioli e Oswald Ducrot, linguistas que, cada um a seu modo, procuram interpretar este ponto emblemático da enunciação: o que está em jogo, em termos de mecanismos linguísticos, na conversão individual da língua em discurso? (ver, respectivamente, DE VOGÜÉ (2011); DUCROT (1987)). No plano analítico, é válido citar o trabalho de Mello (2012), no qual a autora propõe uma perspectiva enunciativa de estudo do texto que tome a sintagmatização e a semantização como operadores da análise do sentido e da singularidade de cada instância de discurso, fazendo convergir, assim, a partir de princípios teórico-metodológicos depreendidos da teoria esboçada por Benveniste, os planos global e analítico da análise enunciativa.

Com efeito, esta perspectiva global da enunciação se mostra presente logo no início do texto de 1970, onde vemos a afirmação:

Coisa bem diferente é o emprego da língua. Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido (PLGII, p. 82).

A enunciação *afeta a língua inteira*. É este o seu alcance. O que nos habilita a postular isso? Ora, os aforismos que se seguem no texto *O aparelho* deixam bem claro que a língua se encontra, em sua totalidade, sujeita à enunciação. A própria definição célebre de Benveniste o atesta: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (*idem*). Ao enunciar, o locutor coloca a língua em funcionamento, ato que “supõe a conversão individual da língua em discurso” (*op. cit.*, p. 83), e que se caracteriza como um ato de *apropriação*. Assim, o locutor em exercício de discurso não se serve exclusivamente de marcas formais específicas para produzir sentido; ele se serve da língua, e ao apropriar-se dela, mobilizando-a por sua conta numa instância singular de discurso, configura-a enquanto língua. Ou seja, da enunciação depende a sua própria estrutura e o funcionamento, uma vez que “antes da enunciação, a língua não é senão **possibilidade de língua**” (*idem*, grifo meu)<sup>197</sup>.

Como esta consideração teórica se fundamenta no texto de 1970? Acredito que isso seja possível se tomarmos a seguinte passagem benvenistiana como a inserção de dois operadores teóricos: “O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de **índices específicos**, de um lado, e por meio de **procedimentos acessórios**, de outro” (*op. cit.*, p. 84, grifos meus). Desse modo, se a enunciação se caracteriza como um trabalho individual do locutor com a língua, este trabalho supõe necessariamente a mobilização conjunta de “índices específicos” e de “procedimentos acessórios”, os quais, como vimos no decorrer do capítulo 4, implicam a própria semantização total da língua mediante sintagmatização.

Portanto, é considerando a enunciação a partir das operações sintagmáticas que ela governa, como ocorre em *Os níveis* (1964) e *A forma* (1966), que Benveniste afirma que “a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas”

---

<sup>197</sup> Como já foi destacado, alguns textos de Benveniste de certa forma antecipam esta visão global do fenômeno enunciativo em relação à língua. É, por exemplo, do texto *Os níveis* (1964) a reveladora afirmação: “É no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem” (PLGI, p. 140).

(*PLGII*, p. 86). Segue-se daí que, na perspectiva enunciativa, este aparelho de funções é analisado a partir da relação que ele mantém com a instância de discurso, estando sempre a serviço do locutor, desde o momento em que este “se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário” (*idem*). Ou seja, a sintaxe aqui é vista do ponto de vista do sentido, sendo a enunciação aquela que fornece as condições de sua organização. As funções sintáticas são, enfim, procedimentos de organização sintagmática constituintes do aparelho formal da enunciação. Vou mais além: se podemos dizer que o locutor se apropria do aparelho formal da língua, e, com ele, elabora, a cada vez, um aparelho formal da enunciação, cuja configuração é sempre singular, então é válido afirmar que *o aparelho formal da enunciação compreende toda a língua*, sendo ele o responsável por sua atualização.

No entanto, é importante ressaltar que, ao falar de “sintaxe”, não se pode considerá-la da mesma forma que a postulada por estudos de ordem formal, tais como os pertencentes à Teoria Gramatical. **Tomar a sintaxe como parte integrante da enunciação significa, dessa forma, considerá-la como da ordem do singular, atividade do locutor com a língua para co-referir com o seu parceiro em uma situação única, no e pelo discurso**<sup>198</sup>. Assim, a intersubjetividade é aí também um fundamento de análise. Tal condição revela o caráter não-generalizável da descrição enunciativa, o que a distancia dos estudos sintáticos tradicionais.

Nesse sentido, incorporar a sintaxe ao escopo teórico da enunciação não significa que seja possível descrever exhaustivamente os empregos da língua na forma de uma “gramática da enunciação”, o que iria de encontro ao próprio estatuto da enunciação, singular por natureza<sup>199</sup>. A enunciação seria destituída, assim, de uma “gramática”? Não necessariamente. Podemos falar do “aparelho formal da enunciação” como uma espécie de “gramática”, desde que a concebamos como um mecanismo que

<sup>198</sup> Trago aqui uma passagem de Flores *et al.* (2008) que esclarece bem esta questão: “*Sintaxe*, nesta Teoria, é termo muito próximo de *atualização*: língua em uso é palavra *no enunciado*, em convívio com outras palavras, em convivência com outras palavras, apresentando um sentido compatível com a ideia que é expressa. Assim concebida língua em uso, o agenciamento de signos na língua é comandado pela ‘ideia’, e a seleção de um signo implica a seleção de outro, de modo que um certo ‘arranjo’ se faça. É por isso que o uso da língua não comporta propriamente signos: esta ‘sintaxe’ promovida pelo sujeito que atribui referência se ‘molda’ à ‘ideia’, de maneira que o enunciado, singular e único, apresente também um ‘arranjo’ singular e único. Nesta visão, o sentido requer *uma* sintaxe, uma certa organização de palavras é promovida pelo sujeito que expressa uma ideia: a atribuição de referência implica um processo – sintagmatização-semantização – termo que apresenta o sujeito implicado no exercício da língua, dizendo-se e dizendo a situação enunciativa” (FLORES *et al.*, 2008, p. 72-73, grifos dos autores).

<sup>199</sup> Uma tal abordagem se enquadraria mais no que Benveniste nomeia, no início do texto de 1970, de estudo do “emprego das formas”, em tudo diferente do estudo do “emprego da língua”, este sim ligado à enunciação.

se reconfigura a cada instância de uso da língua, sempre mediante a relação do locutor com língua<sup>200</sup>.

Em última análise, o texto de 1970, ao considerar o aparelho formal da enunciação como constitutivo da língua em todos os seus níveis, permite mostrar que todo e qualquer fenômeno linguístico carrega em si a potencialidade de um estudo sob a ótica enunciativa, o que faz da teoria benvenistiana uma fonte inesgotável de inspiração teórica, nos mais diversos interesses concernentes à língua.

#### **5.4. As formas complexas do discurso: desdobramentos futuros da perspectiva enunciativa**

Esta parte da reflexão sobre o caráter programático e de “abertura” teórica da perspectiva enunciativa de Benveniste diz respeito ao último parágrafo do texto *O aparelho*, uma conclusão que, longe de dar fechamento à reflexão desenvolvida no texto, constitui um desfecho que visa o futuro do campo enunciativo, propondo-lhe novos desdobramentos:

Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. Ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é a marca frequente, talvez necessária, da “oralidade”. Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui (*PLGII*, p. 90).

Trata-se de uma conclusão sucinta, mas cujas implicações estendem indefinidamente o horizonte da análise enunciativa. Não pretendo aqui refazer o percurso de leitura já realizado no capítulo anterior<sup>201</sup>. O que me interessa aqui é tão somente mostrar o que este movimento de abertura possibilita em termos de desdobramentos.

Talvez a melhor forma de elucidar o legado deixado por Benveniste nesta conclusão seja a tarefa futura de se teorizar sobre a *enunciação escrita*, distinguindo-a da enunciação falada. O linguista deixa claro, em seu texto, que a enunciação escrita

<sup>200</sup> Nas palavras de Flores *et al.* (2008): “O que foi dito não impede que pensemos que a enunciação tem uma *gramática*, agora entendida como arranjo linguístico promovido pelo sujeito” (FLORES *et al.*, 2008, p. 37, grifo dos autores). Ou seja, “fazer a gramática de uma língua, do ponto de vista enunciativo, é tratar dos aspectos envolvidos no seu uso em dada situação” (*op. cit.*, p. 38, grifo dos autores).

<sup>201</sup> Ver item 4.15.

tem estatuto diferenciado em relação à fala, uma vez que ela “se situa em dois planos” (*supra cit.*), ou seja, em duas instâncias enunciativas distintas. Trata-se, de um lado, da *instância de escrita*, e, de outro, da *instância de leitura*, configuração que foge ao quadro figurativo característico da enunciação falada, exposto por Benveniste no texto de 1970 e que, por esse motivo, careceria ela mesma de uma abordagem particular. Não é por acaso que a enunciação escrita seja, atualmente, objeto muitos estudos sob o viés enunciativo, sejam eles relativos ao seu primeiro ou ao seu segundo “plano”<sup>202</sup>.

Assim, as teorizações e análises que se propõem a dar seguimento ao estudo enunciativo voltado para o texto constituem resultados do movimento de abertura operado por Benveniste em seus últimos trabalhos sobre a enunciação, em especial no texto de 1970, no qual, ao fazer conciliar, em sua descrição do aparelho formal da enunciação, os aspectos indiciais e sintagmáticos que regem o funcionamento da língua, possibilitou uma gama de abordagens que articulassem o global e o analítico na análise do sentido resultante da relação a cada vez única do locutor com a língua. Benveniste de certa forma já o havia previsto, como testemunham suas últimas palavras no texto *O aparelho*: “Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui” (*PLGII*, p. 90).

Portanto, acredito que, ao falar em “análise das formas complexas do discurso”, Benveniste lança a perspectiva enunciativa como viés teórico possível a toda e qualquer manifestação da língua no seio da vida humana. Ora, se o homem vive na e pela

---

<sup>202</sup> Vale a pena ver aqui como alguns autores interpretaram e deram seguimento à tarefa deixada por Benveniste no texto *O aparelho* no que se refere à escrita. No que diz respeito ao processo de *escrita*, temos como exemplo o trabalho de Endruweit (2006), no qual se busca abordar a escrita enquanto realização singular do aparelho formal da enunciação e como processo intersubjetivo. Nele, a autora toma a escrita como um *fato enunciativo*, mostrando de que forma ela fora por muito tempo excluída do objeto da linguística, e de que maneira podemos reintegrá-la a um estudo de ordem enunciativa, uma vez mobilizados os principais conceitos da teoria benvenistiana, e tomando-a como possibilidade de subjetividade. A teoria de Benveniste é aí, portanto, o grande referencial teórico, bem como a releitura “trinitária” que dela faz Dufour (2000). No que diz ao segundo processo implicado na enunciação escrita, o da *leitura*, Naujorks (2011) propõe uma abordagem que considere a leitura como uma *modalidade de enunciação*, através de um deslocamento teórico da reflexão enunciativa de Benveniste. Assim, para a autora, ao concebermos a leitura no quadro intersubjetivo da enunciação, podemos afirmar que ler é enunciar em duas dimensões: a) na dimensão em que há a passagem de locutor-leitor a sujeito-leitor: essa passagem se dá na e pela relação do “eu” (o locutor-leitor), que se torna sujeito (sujeito-leitor), com o “tu” (o enunciado lido), produzindo um sistema de referências, o “ele”; b) na dimensão da tentativa de reconstituição de um sentido. Aqui não podemos esquecer que o locutor-leitor lê um outro enunciado que contém, ele mesmo, uma relação eu-tu-ele-aqui-agora. O sentido que deriva desse ato de reconstrução diz respeito a algo que não coincide integralmente com as representações daquele que produziu o texto; c) é a esse ato de reconstituição não-coincidente que chamamos de a apropriação do texto pelo leitor (cf. NAUJORKS, 2011, p. 93). Assim, sendo a leitura um ato de enunciação, “reconhecemos que, do ponto de vista enunciativo, o leitor é, antes de tudo, um locutor que, ao ler, propõe-se como sujeito, sendo o enunciado um complexo jogo de relações entre formas e sentidos” (*op. cit.*, p. 95).

linguagem, uma vez que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (*PLGI*, p. 286), então tudo o que diz respeito a essa relação constitutiva, que se realiza em atos discretos de uso da língua, pode e deve ser vislumbrada com olhos enunciativos<sup>203</sup>. Não é por acaso que vemos, hoje em dia, a perspectiva enunciativa de Benveniste sendo tomada como base teórica para os mais diversos estudos: a descrição linguística, a análise das transformações linguísticas, o ensino de línguas, a tradução, a aquisição da linguagem, a análise da relação entre trabalho e linguagem, o estudo dos distúrbios de linguagem, o campo da terminologia, a análise literária... enfim, a todo e qualquer estudo que se interesse pela relação entre homem e língua no exercício do discurso.

Além disso, pensar sobre as “formas complexas do discurso” também nos leva a perguntar sobre o estatuto de certos atos linguísticos, tal como Benveniste o faz no texto de 1970 ao interrogar-se sobre os limites da enunciação em situações como o monólogo, o “*hain-teny*” e a “comunhão fática”. Podemos, por exemplo, mobilizar a análise enunciativa para as artes, e indagar: Sob a ótica da enunciação, qual é o estatuto do ato de cantar uma canção já cantada milhares de vezes? Ela é a cada vez uma nova canção? Em que medida podemos vislumbrar os rastros de subjetividade na performance de peças teatrais clássicas como as de Shakespeare, cujas mesmas falas já foram enunciadas incontáveis vezes por inúmeros atores, nos mais diversos lugares e épocas? Como se configura o processo de apropriação da língua nestes casos? Uma obra como *Dom Quixote*, mil vezes lida, faria surgir a cada vez um novo Quixote? Seria cada leitor da obra de Miguel de Cervantes, sob o viés enunciativo, um novo Pierre Menard<sup>204</sup> a re-escrever as aventuras do louco cavaleiro e seu escudeiro?<sup>205</sup>

Como podemos ver, muito ainda pode ser estudado sob o viés da enunciação. A enunciação é este estar do homem no mundo por intermédio da linguagem, ao colocar a

---

<sup>203</sup> A esse respeito, Bressan (2010) é categórica: “Benveniste tem razão quando fala em ‘amplas perspectivas para a análise das formas complexas do discurso’, pois vemos um horizonte sem limite à espera de ser motivo de análise” (Bressan, 2010, p. 120).

<sup>204</sup> Faço aqui referência ao conto *Pierre Menard: autor de Quixote*, do escritor argentino Jorge Luis Borges. No conto, o narrador faz uma resenha crítica fictícia de uma tradução da obra original de Cervantes, feita pelo também ficcional Pierre Menard, e vê, nessa nova versão da obra, linha por linha idêntica à original, uma obra inteiramente nova.

<sup>205</sup> Pensar sobre as “formas complexas do discurso” enigmaticamente deixadas por Benveniste no texto *O aparelho* também nos leva a perguntar: poderiam elas dizer respeito ao objeto da “metassemântica” anunciada pelo linguista em seu texto *Semiologia* (1969)? Ora, é importante lembrar que estes textos são contemporâneos, e que há certamente a possibilidade de que a conclusão do texto de 1970 tenha sofrido influência das ideias envolvidas no projeto de uma “semiologia de segunda geração”, desenvolvido por Benveniste no texto de 1969.

língua em funcionamento por um ato individual de utilização. Tudo o que diga respeito a essa relação fundante diz respeito à enunciação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de todo longo trajeto, somos geralmente tentados a olhar para trás e tentar medir a distância percorrida. Ao que me parece, o mesmo se dá quando o percurso diz respeito à pesquisa científica. Cumpre-nos sempre retomar o caminho traçado, revendo os objetivos, as etapas de sua realização, medindo os resultados alcançados, para então falar de implicações futuras. É a esse propósito que se destinam estas últimas páginas.

Assim, busquei no presente estudo, realizar uma exegese, isto é, uma leitura epistemológica do texto de 1970 de Émile Benveniste, *O aparelho formal da enunciação*, relacionando-o com os demais textos integrantes da perspectiva enunciativa do linguista, de forma a mostrar em que medida ele pode ser considerado, ao mesmo tempo, um texto de síntese e organização da teoria benvenistiana, e um texto de abertura da teoria e do escopo de análise da enunciação.

Para tanto, procurei, na primeira parte do trabalho, depreender operadores que possibilitassem esta tarefa de leitura epistemológica do texto *O aparelho*. Assim, no primeiro capítulo, voltei-me para trabalhos de leitura no campo da linguística a partir dos quais fosse possível apreender aspectos relevantes para um estudo deste gênero, ou seja, que permitissem estabelecer meus operadores de leitura. No capítulo seguinte, o objetivo foi o de estabelecer uma noção de *interpretação* que subsidiasse a leitura epistemológica do texto de 1970 enquanto *minha* leitura, isto é, enquanto construção singular de sentidos que não exclua outras possibilidades de leitura e não se proponha como um “dizer tudo” do texto. Esses dois capítulos, em seu conjunto, permitiram que, no terceiro capítulo, fossem estabelecidas as bases teórico-metodológicas da exegese.

Na segunda parte do trabalho, iniciou-se propriamente a leitura epistemológica do texto de 1970. Desse modo, no quarto capítulo, busquei ler o texto na sua integralidade e a partir do ponto de vista do mesmo enquanto “texto-síntese” da perspectiva enunciativa de Benveniste. Por fim, no quinto capítulo, procurou-se discutir os pontos de *O aparelho* em que podemos perceber uma ampliação do alcance teórico da enunciação em relação à língua, bem como o aspecto prospectivo do texto quanto às possibilidades de análise sob o viés enunciativo.

Desse modo, e tendo em vista todo este percurso traçado, exponho aqui, à moda de uma sumária análise, algumas considerações a respeito do que, desta leitura, podemos depreender.

Em primeiro lugar, fica em clara evidência o importante papel que este texto exerce dentre o conjunto de trabalhos feitos por Benveniste sob a perspectiva enunciativa. Ora, foi-nos possível constatar, através de nosso esforço exegético, que Benveniste não apenas sintetiza, mas também formaliza estas reflexões na forma de um quadro esquemático da enunciação, elucidando os diferentes aspectos pelos quais se é possível analisar a língua do ponto de vista do seu emprego, descrevendo as condições de realização deste fenômeno linguístico, elencando os elementos constituintes do complexo aparelho que o possibilita, desde seus índices específicos até seus mecanismos mais diversificados e menos categorizáveis, descrevendo sua natureza singular e suas inúmeras e fundamentais funções no seio da vida humana, problematizando os seus limites teóricos... Isto tudo deixa claro que o texto de 1970, a despeito de seu tamanho reduzido em comparação com os demais textos de *PLGI* e *PLGII*, não constitui meramente uma síntese; ele é um *organizador* da reflexão, o ponto nodal da teoria, o que lhe confere coerência. Ele faz convergir os diferentes aspectos implicados na análise da língua em emprego e em ação, e, se podemos dizer, configura-se como a tentativa mais próxima de Benveniste de uma formalização teórica do campo enunciativo, sem a qual dificilmente poderíamos falar em uma “teoria da enunciação”. Em suma, **o texto *O aparelho* representa um ponto de costura, responsável por interligar as diferentes abordagens do mesmo problema, relacionando os conceitos cardeais da reflexão enunciativa e instaurando, assim, uma unidade de objeto: a enunciação.** A sua leitura se faz, portanto, obrigatória<sup>206</sup>.

Em segundo lugar, e em decorrência do primeiro, a leitura epistemológica do texto de 1970 permite constatar o que já havia sido afirmado nos capítulos anteriores deste trabalho: **não há a possibilidade de se estudar um texto de Benveniste sem**

---

<sup>206</sup> Contudo, não podemos afirmar categoricamente que o texto de 1970 constitui uma síntese que abarca a totalidade da reflexão benvenistiana presente em seus textos de *PLGI* e *PLGII*. Ora, o próprio fato de que o texto *O aparelho* foi elaborado a pedido de um linguista, para servir como contribuição a uma revista de interlocutores linguistas já coloca como questionável tal afirmação, visto que as ideias de Benveniste vão além do escopo linguístico. Notemos o simples fato de que o objeto de abordagem do texto de 1970 circunscreve-se estritamente à linguagem verbal, deixando de lado, por exemplo, a investigação semiológica desenvolvida de forma aprofundada no texto *Semiologia*, de 1969. Assim, se podemos considerar o texto *O aparelho* como um “texto-síntese”, é necessário ter em mente que se trata de uma **síntese linguística**.

**levar em conta, necessariamente, o conjunto de textos que compõem a perspectiva do “homem na língua” delineada pelo linguista.** Cada conceito, definição e axioma presente no texto *O aparelho* entra numa rede de relações, remetendo sempre a outros conceitos, definições e axiomas, a maior parte deles presentes em outros textos do autor. No que se refere especificamente ao texto de 1970, se podemos considerá-lo como um “texto-síntese” do pensamento enunciativo de Benveniste, é porque **ele impõe obrigatoriamente um retorno à obra benvenistiana. Em outras palavras, a compreensão do texto *O aparelho* está na dependência da leitura dos demais textos do linguista, estando nessa condição o seu caráter de “síntese”.** Ao mesmo tempo, tais relações requerem um cuidado especial, relativo, sobretudo, à diferença cronológica entre os textos e à problemática abordada em cada um deles. Isso se vê, por exemplo, na dificuldade que se encontra ao se tentar definir de forma homogênea um mesmo conceito a partir de diferentes textos (às vezes, até mesmo no interior de um mesmo texto). O próprio conceito de *enunciação* constitui, talvez, o maior exemplo. Assim, este trabalho também evidencia as questões problemáticas envolvidas na leitura de Benveniste, ao mesmo tempo em que aponta para um roteiro possível de leitura, uma vez que tais questões sejam consideradas.

Em terceiro lugar, e ainda no plano das dificuldades de leitura da obra benvenistiana, mesmo que a exegese do texto *O aparelho* permita mostrar neste uma tentativa de sistematização teórica de uma reflexão desenvolvida através de um conjunto de textos de caráter heterogêneo, ela também revela um ponto elucidado logo na introdução deste estudo: o texto de 1970 não propõe um modelo nítido de análise da língua que nos outorgue falar de um “método enunciativo”. **No entanto, se, por um lado, *O aparelho* não fornece uma “metodologia” propriamente dita, por outro, uma leitura epistemológica do mesmo possibilita depreender dele princípios de análise, os quais figuram como operadores necessários a todo estudo de ordem enunciativa.** Eis alguns exemplos:

- a) “Na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (*PLGII*, p. 83) – conforme dito no **item 4.5**, esta passagem do texto de 1970 figura como um princípio de análise, na medida em que coloca estes três fatores como condições da análise enunciativa, tomados nesta mesma ordem. Cumpre, assim, ao estudo da enunciação, partir do próprio ato de enunciação, sempre

em referência à situação singular de discurso na qual este ato se dá, para então descrever os mecanismos linguísticos que o possibilitam e que evidenciam a presença do locutor no funcionamento da língua;

- b) “O locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação” (*idem*) – toda e qualquer análise de cunho enunciativo deverá, portanto, tomar o **locutor como um operador**. Ora, se a enunciação é “o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta” (*op. cit.*, p. 82), então o que interessa aí é ver como se dá essa relação a cada vez particular do locutor com a língua, como ele constrói referência na e pela enunciação e age, assim, via discurso, sobre o seu interlocutor;
- c) “Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação” (*op. cit.*, p. 84) – esta passagem do texto de 1970 permite constatar que a condição da enunciação é a da alocação, o que faz da **intersubjetividade um princípio fundamental da análise enunciativa**. Isso também se depreende a partir do “quadro figurativo” da enunciação, o qual se caracteriza como uma estrutura dialógica de troca entre parceiros. Este quadro alicerça-se, portanto, sob o **princípio da intersubjetividade**;
- d) Todas as descrições realizadas por Benveniste das formas e funções constituintes do “aparelho formal da enunciação” revestem-se de um caráter essencialmente *semântico*. Ou seja, é levando em conta o *sentido* que o linguista analisa as formas da língua pelo viés enunciativo. Tal constatação permite a depreensão de outro princípio de análise: o estudo da enunciação deverá sempre tomar como operador **a relação que o locutor estabelece entre forma e sentido no emprego da língua**. Se a enunciação pode ser definida como um processo de apropriação da língua pelo locutor, este processo consiste essencialmente na articulação entre forma e sentido. É este princípio que governa a semantização da língua<sup>207</sup>.

Em quarto lugar, a leitura epistemológica empreendida do texto *O aparelho* mostra que é lícito afirmar que este configura um movimento de ampliação do papel da enunciação no funcionamento da língua. Obviamente que esse movimento não começa no texto de 1970; ele se desenvolve gradualmente durante os trabalhos de Benveniste,

---

<sup>207</sup> Estes dois últimos princípios de análise enunciativa já haviam sido apontados por Cardoso (2010) em sua busca por princípios de análise que subsidiassem uma abordagem enunciativa na prática fonoaudiológica em clínica dos distúrbios de linguagem.

mostrando-se especialmente na elaboração da distinção “semiótico/semântico”, em alguns de seus textos da década de 1960. No entanto, esta consideração da enunciação enquanto fenômeno constitutivo de toda a língua ganha peso no texto de 1970, uma vez que é nele que se dá propriamente a descrição linguística do aparelho formal da enunciação, aspecto do qual os textos sobre o tema “semiótico/semântico” carecem. É nele que vemos que a língua em sua totalidade, através de índices específicos e de procedimentos acessórios, encontra-se apta à apropriação cada vez singular do locutor e a constituir um aparelho enunciativo, sendo nesse jogo que ela – a língua – é, a cada nova enunciação, re-atualizada e re-configurada enquanto sistema linguístico.

Por fim, em quinto lugar, *O aparelho* mostra-se, a partir da leitura aqui empreendida, como um texto que abre a possibilidade (a prevê?) de tomar a teoria esboçada por Benveniste e deslocá-la para os mais diversos interesses de estudo relativos à imbricação criada entre o homem e a língua na instância do discurso. Ora, é evidente que o texto de 1970, tal como se configura, destina-se principalmente a um público de linguistas, uma vez publicado em uma revista científica de linguística, tratando do tema “enunciação” a partir de uma descrição linguística, cuja proposta é a de “esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza” (*PLGII*, p. 83)<sup>208</sup>. No entanto, parece-me que, ao abrir, a partir do quadro formal nele esboçado, a enunciação a amplas perspectivas de análise das formas complexas do discurso, o texto *O aparelho* lança a teoria enunciativa como possibilidade de subsídio teórico aos mais diversos campos de pesquisa que têm no discurso a sua matéria de estudo. Não é fortuito, portanto, o fato de que, atualmente, podemos encontrar a reflexão enunciativa de Benveniste sendo tomada como aporte teórico em áreas como a fonoaudiologia, a psicanálise, a tradução e o ensino de línguas, em suas respectivas práticas de pesquisa. Novamente, este fato não constitui um mérito isolado do texto de 1970, mas é inegável o seu papel neste gesto de abertura.

Desse modo, tendo em mente tudo o que foi dito no decorrer deste trabalho, podemos validamente afirmar que o texto de 1970 apresenta um caráter sintético e sistematizante da reflexão enunciativa que o distingue dos demais presentes em *PLGI* e

---

<sup>208</sup> Cf. **Introdução da Parte II** e nota 206.

*PLGII*<sup>209</sup>, ao mesmo tempo em que lança inúmeras novas possibilidades de análise da linguagem sob a perspectiva da língua em emprego e em ação.

Cabe ainda ressaltar que o objetivo deste estudo não foi o de esgotar as possibilidades de leitura do texto *O aparelho*, nem de dar conta de todas as relações possíveis entre ele e os demais textos de Benveniste, nem mesmo o de listar exaustivamente todos os caminhos teóricos deixados por ele. Tratou-se tão simplesmente de tentar elucidar, ao meu modo, o que faz do texto de 1970 um texto especial na teoria benvenistiana, rico, mesmo em seu diminuto formato, de possibilidades teóricas e analíticas.

Em suma, *O aparelho formal da enunciação* é um texto que merece, em companhia dos outros textos de Benveniste, ser lido, re-lido, e re-lido ainda outras tantas vezes, pois cada nova leitura constituirá uma nova enunciação, e, de cada uma delas, emergirão novos sentidos.

---

<sup>209</sup> Encontramos outros trabalhos em *PLGI* e *PLGII* cuja proposta é justamente a de síntese. Falo aqui dos textos pertencentes à primeira parte dos dois volumes, intitulada *Transformações da linguística*. No entanto, a síntese, nestes textos, diz respeito ao quadro histórico geral da linguística e não à própria reflexão de Benveniste. Desse modo, o estatuto do texto de 1970 é singular neste aspecto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARESI, F. Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação. In: *Revista virtual de estudos da linguagem – ReVEL*, v. 9, n. 16, 2011.
- ARESI, F.; FLORES, V.N. O funcionamento enunciativo do par pergunta-resposta em situação de clínica dos distúrbios de linguagem. In: *Calidoscópio*, v. 6, n. 2, 2008.
- BENTES, A.C. Linguística textual. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, v.1. São Paulo: Cortez, 2003.
- BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale, 1*. Paris: Gallimard, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Problèmes de linguistique générale, 2*. Paris: Gallimard, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006.
- BOUQUET, Simon. *Introdução à leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 2000.
- BRESSAN, N.T.W. *O deserto de uma metassemântica esconde tamareiras em flor: o legado translinguístico de Émile Benveniste*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: IL/UFRGS, 2010.
- CARDOSO, J.L. *Princípios de análise enunciativa na clínica dos distúrbios de linguagem*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: IL/UFRGS, 2010.
- DE MAURO, Tullio. *Cours de linguistique générale*. Edição crítica preparada por Tullio de Mauro. Paris: Payot, 1972.
- DE VOGÜÉ, S. Culioli após Benveniste: enunciação, linguagem, integração. In: ROMERO, M.; BIASOTTO-HOLMO, M. (Orgs.). *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação*. São Paulo: Contexto, 2011.
- DEPECKER, L. *Comprendre Saussure: d'après les manuscrits*. Paris: Armand Colin, 2009.
- DESSONS, G. *Benveniste: l'invention du discours*. Paris: Ed. Press, 2006.

DOSSE, F. *História do estruturalismo*. Bauru: Edusc, 2007.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

DUFOUR, D-R. *Os mistérios da trindade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

FENOGLIO, I. Déplier l'écriture pensante pour relire l'article publié. Les manuscrits de "L'appareil formel de l'énonciation". In: BRUNET, E.; MAHRER, R. (Orgs.). *Relire Benveniste: Réceptions actuelles des Problèmes de linguistique générale*. Bruxelles: Academia-Bruylant, 2011.

FERREIRA, A.B.H. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 3.<sup>a</sup> edição. Curitiba: Positivo, 2004.

FLORES, V.N. Por que gosto de Benveniste? In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v.39, n.4, dez. 2004.

\_\_\_\_\_. Entre o *dizer* e o *mostrar*: a transcrição como modalidade de enunciação. In: *Organon*, v.20, n.40-41. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. A enunciação e os níveis de análise linguística em dados de distúrbios de linguagem. In: *Organon*, v.23, n.46. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. O lugar metodológico da análise da enunciação em relação aos níveis da análise linguística. In: COLLISSCHONN, G.; BATTISTI, E. (Orgs.) *Língua e linguagem: perspectivas de investigação*, 1<sup>a</sup> ed., v.1, 2010.

\_\_\_\_\_. Macroestrutura e microestrutura do Dicionário de Linguística da Enunciação e as balizagens epistemológicas de um campo: a teoria de Émile Benveniste em exame. In: PERNA, C.L.; DELGADO, H.K.; FINATTO, M.J. (orgs.). *Linguagens especializadas em corpora: modos de dizer e interfaces de pesquisa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

\_\_\_\_\_. Saussure e Benveniste: da teoria do valor à teoria do homem na língua. In: LIMA, M.A.F.; FILHO, F.A.; COSTA, C.S.S.M. (Orgs.). *Colóquios Linguísticos e Literários: enfoques epistemológicos, metodológicos e descritivos*. Teresina: EDUFPI, 2011.

\_\_\_\_\_. Notas para uma (re)leitura da teoria enunciativa de Émile Benveniste. In: TEIXEIRA, M.; FLORES, V.N. (Orgs.). *O sentido na linguagem: uma homenagem à Professora Leci Barbisan*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

FLORES, V.N.; TEIXEIRA, M. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

FLORES, V.N.; SILVA, S.; LICHTENBERG, S.; WEIGERT, T. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.

FLORES, V.N.; BARBISAN, L.B.; FINATTO, M.J.; TEIXEIRA, M. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

GADET, F. *Saussure: une science de la langue*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

HOUAISS, A; VILLAR, M. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LAPLANTINE, C. La poétique d'Émile Benveniste. In: MARTIN, S. *Émile Benveniste: pour vivre langage*. Mont-de-Laval: L'Atelier du Grand Tétras, 2009.

MELLO, V.H.D. *A sintagmatização-semantização: uma proposta de análise de texto*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: IL/UFRGS, 2012.

MESCHONNIC, H. *Pour la poétique II: épistémologie de l'écriture, poétique de la traduction*. Gallimard, 1973.

NAUJORKS, J.C. *Leitura e enunciação: princípios para uma análise do sentido na linguagem*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: IL/UFRGS, 2011.

NORMAND, C. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S.L.; PARLATO, E.M.; RABELLO, S. (Orgs.). *O falar da linguagem*. São Paulo: Lovise, 1996.

\_\_\_\_\_. Proposições e notas para uma leitura de F. de Saussure. In: \_\_\_\_\_. *Convite à linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. Émile Benveniste: qual semântica? In: \_\_\_\_\_. *Convite à linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. Saussure-Benveniste. In: \_\_\_\_\_. *Convite à linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

ONO, A. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

ORLANDI, E.P. *Discurso e texto*. Campinas: Pontes, 2001.

RICOEUR, P. *Teoria da interpretação*. Lisboa: Edições 70, 1987.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

\_\_\_\_\_. *Écrits de linguistique générale* (Édités par S. Bouquet et R. Engler). Paris: Gallimard, 2002.

SURREAUX, L.M. *Linguagem, sintoma e clínica em clínica de linguagem*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: IL/UFRGS, 2006.

ENDRUWEIT, M.L. *A Escrita enunciativa e os rastros da singularidade*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: IL/UFRGS, 2006.

## ANEXO

*O aparelho formal da enunciação (PLGII, p. 81-90)*

## CAPÍTULO 5

*o aparelho formal da enunciação\**

Todas as nossas descrições linguísticas consagram um lugar frequentemente importante ao “emprego das formas”. O que se entende por isso é um conjunto de regras fixando as condições *sintáticas* nas quais as formas podem ou devem normalmente aparecer, uma vez que elas pertencem a um paradigma que arrola as escolhas possíveis. Estas regras de emprego são articuladas a regras de formação indicadas antecipadamente, de maneira a estabelecer uma certa correlação entre as variações morfológicas e as latitudes combinatórias dos signos (acordo, seleção mútua, preposições e regimes dos nomes e dos verbos, lugar e ordem, etc.). Como as escolhas estão limitadas de uma parte e de outra, parece que se obtém assim um inventário que poderia ser, teoricamente, exaustivo, dos empregos como das formas, e em consequência uma imagem pelo menos aproximativa da língua em emprego.

Gostaríamos, contudo, de introduzir aqui uma distinção em um funcionamento que tem sido considerado somente sob o ângulo da nomenclatura morfológica e gramatical. As condições de emprego das formas não são, em nosso modo de entender, idênticas às condições de emprego da língua. São, em realidade, dois mundos diferentes, e pode ser útil insistir nesta diferença, a qual implica uma outra maneira de ver as mesmas coisas, uma outra maneira de as descrever e de as interpretar.

O emprego das formas, parte necessária de toda descrição, tem dado lugar a um grande número de modelos, tão variados quanto os tipos linguísticos dos quais eles procedem. A diversidade das estruturas linguísticas, tanto quanto sabemos analisá-las, não se deixa reduzir a um pequeno número de modelos, que compreendem sempre e somente os elementos fundamentais. Ao menos dispomos assim de certas representações muito precisas, construídas por meio de uma técnica comprovada.

Coisa bem diferente é o emprego da língua. Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido.

A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.

O discurso, dir-se-á, que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a “fala”? – É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do

---

\* *Langages*, Paris, Didier-Larousse, 5.º ano, n.º 17 (março de 1970), p. 12-18.

enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação.

Este grande processo pode ser estudado sob diversos aspectos. Veremos principalmente três.

O mais imediatamente perceptível e o mais direto – embora de um modo geral não seja visto em relação ao fenômeno geral da enunciação – é a realização vocal da língua. Os sons emitidos e percebidos, quer sejam estudados no quadro de um idioma particular ou nas suas manifestações gerais, como processo de aquisição, de difusão, de alteração – são outras tantas ramificações da fonética – procedem sempre de atos individuais, que o linguista surpreende sempre que possível em uma produção nativa, no interior da fala. Na prática científica procura-se eliminar ou atenuar os traços individuais da enunciação fônica recorrendo a sujeitos diferentes e multiplicando os registros, de modo a obter uma imagem média de sons, distintos ou ligados. Mas cada um sabe que, para o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente, e que a noção de identidade não é senão aproximativa mesmo quando a experiência é repetida em detalhe. Estas diferenças dizem respeito à diversidade das situações nas quais a enunciação é produzida.

O mecanismo desta produção é um outro aspecto maior do mesmo problema. A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso. Aqui a questão – muito difícil e pouco estudada ainda – é ver como o “sentido” se forma em “palavras”, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação. É a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e à análise da significância<sup>210</sup>. Sob a mesma consideração disporemos os procedimentos pelos quais as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram. A “gramática transformacional” visa a codificá-las e a formalizá-las para daí depreender um quadro permanente, e, de uma teoria da sintaxe universal, propõe remontar a uma teoria do funcionamento do espírito.

Pode-se, enfim, considerar uma outra abordagem, que consistiria em definir a enunciação no quadro formal de sua realização. É o objeto próprio destas páginas. Tentaremos esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza. Estes caracteres são, uns necessários e permanentes, os outros incidentais e ligados à particularidade do idioma escolhido. Por comodidade, os dados utilizados aqui são tirados do português [*français*] usual e da língua da conversação.

Na enunciação consideraremos sucessivamente o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização.

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da

<sup>210</sup> Tratamos disso particularmente num estudo publicado pela revista *Semiotica*, I, 1969 (cf. acima, p. 43-66).

enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno.

Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro.

Mas imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário.

Por fim, na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação.

Estas condições iniciais vão reger todo o mecanismo da referência no processo de enunciação, criando uma situação muito singular e da qual ainda não se tomou a necessária consciência.

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação.

Esta descrição um pouco abstrata se aplica a um fenômeno linguístico familiar no uso, mas cuja análise teórica está apenas começando. É primeiramente a emergência dos índices de pessoa (a relação *eu-tu*) que não se produz senão na e pela enunciação: o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário.

Da mesma natureza e se relacionando à mesma estrutura de enunciação são os numerosos índices de *ostensão* (tipo *este, aqui, etc.*), termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo.

As formas denominadas tradicionalmente “pronomes pessoais”, “demonstrativos”, aparecem agora como uma classe de “indivíduos linguísticos”, de formas que enviam sempre e somente a “indivíduos”, quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares, por oposição aos termos nominais, que enviam sempre e somente a conceitos. Ora, o estatuto destes “indivíduos linguísticos” se deve ao fato de que eles nascem de uma enunciação, de que são produzidos por este acontecimento individual e, se se pode dizer, “semel-natif”. Eles são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez eles designam algo novo.

Uma terceira série de termos que dizem respeito à enunciação é constituída pelo paradigma inteiro – frequentemente vasto e complexo – das formas temporais, que se determinam em relação a *EGO*, centro da enunciação. Os “tempos” verbais cuja forma

axial, o “presente”, coincide com o momento da enunciação, fazem parte deste aparelho necessário<sup>211</sup>.

Esta relação com o tempo merece que aí nos detenhamos, que meditemos sobre sua *necessidade*, e que interroguemos sobre o que a fundamenta. Poder-se-ia supor que a temporalidade é um quadro inato do pensamento. Ela é produzida, na verdade, na e pela enunciação. Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a origem do tempo. Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo. Poder-se-ia mostrar pelas análises de sistemas temporais em diversas línguas a posição central do presente. O presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação, que se renova a cada produção de discurso, e a partir deste presente contínuo, coextensivo à nossa própria presença, imprime na consciência o sentimento de uma continuidade que denominamos “tempo”; continuidade e temporalidade que se engendram no presente incessante da enunciação, que é o presente do próprio ser e que se delimita, por referência interna, entre o que vai se tornar presente e o que já não o é mais.

Assim a enunciação é diretamente responsável por certas classes de signos que ela promove literalmente à existência. Porque eles não poderiam surgir nem ser empregados no uso cognitivo da língua. É preciso então distinguir as entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente e aquelas que, emanando da enunciação, não existem senão na rede de “indivíduos” que a enunciação cria e em relação ao “aqui-agora” do locutor. Por exemplo: o “eu”, o “aquele”, o “amanhã” da descrição gramatical não são senão os “nomes” metalinguísticos de *eu*, *aquele*, *amanhã* produzidos na enunciação.

Além das formas que comanda, a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas. Desde o momento em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções. É, em primeiro lugar, a *interrogação*, que é uma enunciação construída para suscitar uma “resposta”, por um processo linguístico que é ao mesmo tempo um processo de comportamento com dupla entrada. Todas as formas lexicais e sintáticas da interrogação, partículas, pronomes, sequência, entonação, etc., derivam deste aspecto da enunciação.

De modo semelhante distribuir-se-ão os termos ou formas que denominamos de *intimação*: ordens, apelos concebidos em categorias como o imperativo, o vocativo, que implicam uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação.

Menos evidente talvez, mas também certo, é o fato de a *asserção* pertencer a este mesmo repertório. Em seu rodeio sintático, como em sua entonação, a asserção

<sup>211</sup> Os detalhes dos fatos de língua que apresentamos aqui de um modo sintético, estão expostos em muitos capítulos de nossos *Problèmes de linguistique générale*, I (Paris, 1966), o que nos dispensa de insistir sobre eles.

visa a comunicar uma certeza, ela é a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação, ela tem mesmo instrumentos específicos que a exprimem ou que a implicam, as palavras *sim* e *não* afirmando positivamente ou negativamente uma proposição. A negação como operação lógica é independente da enunciação, ela tem sua forma própria, que é *não*. Mas a partícula assertiva *não*, substituta de uma proposição, classifica-se como a partícula *sim*, com a qual ela reparte o estatuto, nas formas que dizem respeito à enunciação.

De modo mais amplo, ainda que de uma maneira menos categorizável, organizam-se aqui todos os tipos de modalidades formais, uns pertencentes aos verbos, como os “modos” (optativo, subjuntivo) que enunciam atitudes do enunciador do ângulo daquilo que enuncia (expectativa, desejo, apreensão), outros à fraseologia (“talvez”, “sem dúvida”, “provavelmente”) e indicando incerteza, possibilidade, indecisão, etc., ou, deliberadamente, recusa de asserção.

O que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo.

Esta característica coloca necessariamente o que se pode denominar o *quadro figurativo* da enunciação. Como forma de discurso, a enunciação coloca duas “figuras” igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do *diálogo*. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição da enunciação.

Poder-se-ia objetar que pode haver diálogo fora da enunciação, ou enunciação sem diálogo. Os dois casos devem ser examinados.

Na disputa verbal praticada por diferentes povos e da qual uma variedade típica é o *hain-teny* dos Merinas, não se trata na verdade nem de diálogo nem de enunciação. Nenhum dos dois parceiros se enuncia: tudo consiste em provérbios citados e em provérbios opostos citados em réplica. Não há uma única referência explícita ao objeto do debate. Aquele, dos dois participantes, que dispõe do maior estoque de provérbios, ou que os emprega de modo mais hábil, mais malicioso, menos previsível deixa o outro sem saber o que responder e é proclamado vencedor. Este jogo não tem senão a aparência de um diálogo.

Inversamente, o “monólogo” procede claramente da enunciação. Ele deve ser classificado, não obstante a aparência, como uma variedade do diálogo, estrutura fundamental. O “monólogo” é um diálogo interiorizado, formulado em “linguagem interior”, entre um eu locutor e um eu ouvinte. Às vezes, o eu locutor é o único a falar; o eu ouvinte permanece entretanto presente; sua presença é necessária e suficiente para tornar significativa a enunciação do eu locutor. Às vezes, também, o eu ouvinte intervém com uma objeção, uma questão, uma dúvida, um insulto. A forma linguística que esta intervenção assume difere segundo os idiomas, mas é sempre uma forma “pessoal”. Ora o eu ouvinte substitui o eu locutor e se enuncia então como “primeira pessoa”; é assim em francês [*português*] onde o “monólogo” será cortado por observações ou injunções tais como: “Non, je suis idiot, j'ai oublié de lui dire que...” [*Não, eu sou um idiota, esqueci de te dizer que...*]. Ora o eu ouvinte interpela na “segunda pessoa” o eu locutor: “Non, tu n'aurais pas dû lui dire que. ..” [*Não, tu (você) não deverias (ria) lhe ter dito que...*]. Haveria aí uma interessante tipologia

dessas relações para estabelecer; em algumas línguas ver-se-ia predominar o eu ouvinte como substituto do locutor e se colocando por sua vez como *eu* (francês, inglês), ou em outras, pondo-se como parceiro de diálogo e empregando *tu* (alemão, russo). Esta transposição do diálogo em “monólogo” onde EGO ou se divide em dois, ou assume dois papéis, presta-se a figurações ou a transposições psicodramáticas: conflitos do “*eu* [*moi*] profundo” e da “consciência”, desdobramentos provocados pela “inspiração”, etc. Esta possibilidade é facultada pelo aparelho linguístico da enunciação, sui-reflexivo, que compreende um jogo de oposições do pronome e do antônimo (*eu/me/mim* [*Je/me/moi*])<sup>212</sup>.

Estas situações exigiriam uma dupla descrição, da forma linguística e da condição figurativa. Contenta-se muito facilmente com invocar a frequência e a utilidade práticas da comunicação entre os indivíduos, para que se admita a situação de diálogo como resultando de uma necessidade, abstando-se assim de analisar as múltiplas variedades. Uma delas se apresenta em uma condição social das mais banais em aparência, mas das menos conhecidas, de fato. B. Malinowski indicou-a sob o nome de *comunhão fática*, qualificando-a assim como fenômeno psicossocial com função linguística. Ele a configurou partindo do papel que a linguagem aí desempenha. É um processo em que o discurso, sob a forma de um diálogo, estabelece uma colaboração entre os indivíduos. Vale a pena citar algumas passagens desta análise<sup>213</sup>:

O caso da linguagem usada no livre e fortuito intercuro social merece especial atenção. Quando várias pessoas sentam-se juntas em torno da fogueira da aldeia, depois de terminadas as tarefas quotidianas, ou quando batem papo, descansando do trabalho, ou quando acompanham algum simples trabalho manual com um tagarelar que nada tem a ver com o que estão fazendo – é claro que, nestes casos, estamos diante de um outro modo de usar a linguagem, com um outro tipo de função do discurso. Aqui, a língua não depende do que acontece no momento; parece estar até privada de qualquer contexto de situação. O sentido de cada enunciado não pode estar ligado ao comportamento do locutor ou do ouvinte, com a intenção do que estão fazendo.

Uma simples frase de cortesia, tão usada entre as tribos selvagens como nos salões europeus, cumpre uma função para a qual o sentido de suas palavras é quase completamente indiferente. As perguntas sobre a saúde, os comentários sobre o tempo, as afirmações de algum estado de coisas absolutamente óbvio – tudo são frases trocadas não com a finalidade de informar, nem para coordenar as pessoas em ação e certamente que não para expressar qualquer pensamento...

Não há dúvida de que temos aqui um novo tipo de uso linguístico – que estou tentado a chamar *comunhão fática*, instigado pelo demônio da invenção terminológica – um tipo de discurso em que os laços de união são criados pela mera troca de palavras... As palavras, na comunhão fática, são usadas, principalmente, para transmitir uma significação, a significação que é, simbolicamente, a delas? Certamente que não. Elas preenchem uma função social e esse é o seu principal objetivo, mas não são o resultado de reflexão intelectual nem despertam, necessariamente, qualquer espécie de reflexão no ouvinte. Mais uma vez podemos

<sup>212</sup> Ver um artigo do BSL 60 (1965), fasc. I, p. 71 e ss.

<sup>213</sup> Traduzimos aqui algumas passagens do artigo de B. Malinowski publicado em Ogden e Richards, *The meaning of meaning*, 1923, p. 313 e s.

dizer que a linguagem não funciona, neste caso, como um meio de transmissão do pensamento.

Mas podemos considerá-la um modo de ação? E em que relação se situa com a nossa concepção decisiva de contexto de situação? É óbvio que a situação exterior não participa diretamente na técnica da fala. Mas o que é que pode ser considerado *situação* quando um certo número de pessoas tagarelam juntas sem finalidade? Consiste, apenas, nessa atmosfera de sociabilidade e no fato de uma comunhão pessoal dessas pessoas. Mas esta é obtida, de fato, pela fala e a situação, em todos esses casos, é criada pela troca de palavras, pelos sentimentos específicos que formam a convivência gregária, pelo vai e vem dos propósitos que constituem o tagarelar comum. A situação, em seu todo, consiste no que acontece linguisticamente. Cada enunciação é um ato que serve o propósito direto de unir o ouvinte ao locutor por algum laço de sentimento, social ou de outro tipo. Uma vez mais, a linguagem, nesta função, manifesta-se-nos, não como um instrumento de reflexão mas como um modo de ação.

Estamos aqui no limite do “diálogo”. Uma relação pessoal criada, mantida, por uma forma convencional de enunciação que se volta sobre si mesma, que se satisfaz em sua realização, não comportando nem objeto, nem finalidade, nem mensagem, pura enunciação de palavras combinadas, repetidas por cada um dos enunciadorees. A análise formal desta forma de troca linguística está por fazer<sup>214</sup>.

Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. Ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é a marca frequente, talvez necessária, da “oralidade”. Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui.

---

<sup>214</sup> Não há sobre ela senão algumas referências, por exemplo, em Grace de Laguna, *Speech, its function and development*, 1927, p. 244 n.; R. Jakobson, *Essais de linguistique générale*, trad. N. Ruwet, 1963, p. 217.